



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

JOÃO FIGUEIREDO

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL



BRASÍLIA

1983



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO*

2. POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

2.1	Planejamento e Coordenação Geral	3
2.2	Agricultura e assuntos Fundiários	7
2.2.1	Desempenho setorial	7
2.2.2	Política agrícola	8
2.2.3	Assuntos fundiários	13
2.3	Energia e Mineração	13
2.3.1	Programa Nacional do Alcool	14
2.3.2	Produção Interna de Petróleo	16
2.3.3	Energia Elétrica	17
2.3.4	Itaipu Binacional	18
2.3.5	Energia Nuclear	19
2.3.6	Programa de Conservação de Energia do Setor Industrial	20
2.3.7	Outros programas energéticos	22
2.3.8	Mineração	22
2.4	Política Fiscal e Monetária	29
2.4.1	Política fiscal	31
2.4.2	Política monetária	34
2.4.3	Política creditícia	37
2.4.4	Política de mercado de capitais	41
2.4.5	Política de seguros	45
2.5	Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos	47
2.5.1	Os resultados da balança comercial em 1982	52
2.5.2	Exportações	53
2.5.3	Importações	54
2.5.4	Transações correntes, entrada líquida de capitais e reservas internacionais	55
2.5.5	Política cambial e endividamento externo	55

II

2.6	Indústria e Comércio	59
2.6.1	Apoio às exportações	59
2.6.2	Substituição de importações	63
2.6.3	Apoio à política social	66
2.7	Interior e Coordenação Regional	69
2.7.1	Desenvolvimento do Nordeste	69
2.7.2	Desenvolvimento da Amazônia	72
2.7.3	Desenvolvimento do Centro-Oeste	73
2.7.4	Ação regional do governo no Sul e Sudeste	75
2.7.5	Tópicos especiais de interesse social	77
2.8	Transportes	81
2.8.1	Política setorial em 1982	81
2.8.2	Principais resultados alcançados	83
2.8.2.1	Setor rodoviário	83
2.8.2.2	Setor ferroviário	85
2.8.2.3	Setor portuário	86
2.8.2.4	Marinha Mercante	87
2.8.2.5	Transportes urbanos	88
2.8.3	Planejamento de transportes	90
2.9	Comunicações	91
2.9.1	Política setorial	91
2.9.2	Principais resultados alcançados em 1982	92
3.	POLÍTICA SOCIAL	
3.1	Salário, Emprego e Políticas Trabalhistas	97
3.1.1	Salário	97
3.1.2	Emprego	98
3.1.3	Políticas trabalhistas	101
3.2	Previdência Social	105
3.2.1	Instituto Nacional de Previdência Social	109
3.2.2	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social	109
3.2.3	Fundação Legião Brasileira de Assistência	110
3.2.4	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor	111
3.2.5	Central de Medicamentos	111
3.2.6	Instituto Nacional de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social	112
3.2.7	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social	112
3.3	Saúde	115
3.3.1	Serviços básicos de saúde	116
3.3.2	Serviços básicos de saneamento	117

3.3.3	Alimentação e nutrição	117
3.3.4	Controle de doenças transmissíveis	118
3.3.5	Vigilância sanitária	120
3.3.6	Sangue e hemoderivados	121
3.3.7	Assistência médica e hospitalar	121
3.3.8	Ciência e tecnologia para a saúde	122
3.4	Educação e Cultura	123
3.4.1	Educação básica	124
3.4.2	Educação superior	125
3.4.3	Desenvolvimento cultural	126
3.4.4	Educação física e desportos	126
3.4.5	Outros programas e atividades	127
3.5	Desburocratização	131
4.	POLÍTICA EXTERNA	
4.1	América Latina	140
4.2	Estados Unidos da América e Canadá	143
4.3	África	143
4.4	Oriente Próximo	145
4.5	Ásia e Oceania	145
4.6	Europa Ocidental	147
4.7	Europa Oriental	148
4.8	Organismos Internacionais	149
4.9	Temas econômicos	152
4.10	Técnica e Tecnologia	160
4.11	Cooperação Cultural	162
5.	POLÍTICA INTERNA E SEGURANÇA	
5.1	Justiça e Política Interna	167
5.1.1	Coordenação política	167
5.1.2	Ordem jurídica e direitos políticos	168
5.1.3	Segurança interna	169
5.1.4	Ministério público	172
5.1.5	Outros campos de atividade	174
5.2	Forças Armadas	177
5.2.1	Estado-Maior das Forças Armadas	177
5.2.2	Ministério do Exército	179
5.2.3	Ministério da Marinha	184
5.2.4	Ministério da Aeronáutica	190
6.	ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO	
7.	APÊNDICE ESTATÍSTICO	

8.7	Consumo de energia, segundo os modos de transportes	273
8.8	Consumo de combustíveis nos transportes	274
8.9	Passageiros transportados nos subúrbios	275
9. COMUNICAÇÕES		
9.1	Evolução das telecomunicações e dos serviços postais	276
10. SALÁRIO, EMPREGO E POLÍTICAS TRABALHISTAS		
10.1	Taxa de desemprego	277
10.2	Brasil: Nível de emprego por atividade econômica — Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior	278
10.3	Taxas de reajustes salariais em comparação com as taxas de variação dos índices de custo de vida	279
10.4	Taxas de crescimento anual do emprego por setores de atividade econômica	280
10.5	Taxas de reajustes em comparação com as variações semestrais do INPC e relação entre o maior e o menor nível	281
11. PREVIDÊNCIA SOCIAL		
11.1	Número de consultas médicas, odontológicas e internações prestadas pelo INAMPS	282
11.2	Despesas globais do sistema previdenciário, por entidade	283
12. SAÚDE		
12.1	Evolução das principais doenças transmissíveis — Número de casos notificados	284
12.2	Casos notificados de sarampo	285
12.3	Ação de controle da poliomielite — Resultados das campanhas a nível nacional	286
12.4	Número de municípios atendidos por serviços de saúde públicos e privados e número de unidades de saúde construídas	287
12.5	Evolução da taxa de mortalidade nos municípios das capitais brasileiras	288
13. EDUCAÇÃO E CULTURA		
13.1	Evolução da taxa de analfabetismo da população brasileira — Faixa etária de 15 anos e mais	289
13.2	Evolução da taxa de escolarização da população brasileira — Faixa etária de 7 a 14 anos	290
13.3	Matrícula inicial no segundo grau, segundo a dependência administrativa	291
13.4	Matrícula inicial no terceiro grau, segundo a dependência administrativa	292

1. INTRODUÇÃO



Senhores Membros do Congresso Nacional,

O desempenho da economia brasileira em 1982 foi influenciado de forma significativa pelos desdobramentos da crise econômica mundial, cuja evolução, nos últimos dois anos, atingiu particularmente os países em desenvolvimento.

A crise atual, desencadeada a partir da segunda elevação severa do preço do petróleo, tem sido o resultado da política de estabilização adotada pelos países industrializados, com o intuito de contrabalançar os efeitos adversos da deterioração de suas balanças comerciais e das pressões inflacionárias.

Na busca do reequilíbrio de suas contas externas, os países industrializados passaram a adotar práticas protecionistas que provocaram queda sensível da demanda e conseqüente estagnação do comércio internacional. O êxito de tais medidas agravou os problemas dos países em desenvolvimento, que tiveram de arcar com o ônus inicial do aumento dos preços do petróleo e, a seguir, com a drástica redução do preço de suas exportações. Os preços de produtos básicos (exclusive petróleo) exportados pelos países em desenvolvimento sofreram redução de 6,5% no biênio 1980-81, e de 15% em 1982.

No caso do Brasil, a variação dos preços de exportação e importação acarretou queda de relações de troca de quase 22%, apenas nos últimos dois anos, e de quase 40% se tomarmos por base o ano de 1979.

A este conjunto de circunstâncias desfavoráveis veio somar-se outro fator de efeito direto ainda mais devastador para as nações em desenvolvimento: a paralisação completa dos fluxos de capital, observada no segundo semestre de 1982. Antes desse estancamento, que foi ponto culminante da crise para o terceiro mundo, o aumento do «serviço da dívida» verificado entre 1980 e meados de 1982 já havia atingido níveis dificilmente suportáveis, por força da elevação das taxas de juros. Os juros internacionais atingiram seu nível máximo dos últimos 50 anos em 1981, alcançando percentuais bem mais altos que as taxas médias de inflação nos países industrializados.

Se o ajuste pelo endividamento obteve relativo sucesso após o primeiro choque do petróleo (1974-76), dada a abundância de recursos financeiros a custos relativamente baixos, o mesmo não se pode dizer da crise atual. O prolongamento inesperado da recessão nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e nos países socialistas tem acentuado ainda mais as restrições ao comércio internacional.

A redução do valor das exportações dos países em desenvolvimento deveu-se unicamente à queda de preços do período 1980-82, já que o volume cresceu então cerca de 16%. O esforço para compensar a queda de preços — mediante aumento das exportações — produziu excesso de oferta de produtos básicos. A incapacidade de absorção de novas importações pelos países industrializados em recessão, ao lado disso, provocou novas reduções de preços.

O tratamento da crise atual difere do que correspondeu à crise de 1974-76, quando o fluxo de capitais para os países em desenvolvimento cresceu mais que o volume de suas exportações. Ao usar como indicador da capacidade de pagamento o valor das exportações nas circunstâncias anômalas de hoje, o sistema bancário internacional só concorreu para agravar o desequilíbrio externo dos países mais endividados.

O círculo vicioso da crise teve seu desfecho em setembro, quando países da América Latina se viram na contingência de atrasar seus pagamentos externos. Na esteira da crise, vários países foram compelidos a solicitar assistência

financeira do Fundo Monetário Internacional e sua intermediação junto a bancos privados internacionais, para o restabelecimento das linhas de crédito. Ao todo, no período de 1980-82, foram 25 nações a renegociar suas dívidas, incluídas aquelas que, até então, vinham administrando com relativo sucesso seus desequilíbrios.

A guerra do Atlântico Sul, o pessimismo que permeou o encontro da comunidade financeira em Toronto e a subsequente inadimplência tanto de nações em desenvolvimento como de empresas importantes no mundo industrializado, determinaram a paralisia dos fluxos de empréstimo aos países com déficit no seu balanço de pagamentos. Registrou-se então o virtual bloqueio dos fluxos de empréstimo ao Brasil, bem como aos demais países da América Latina. Mantivemos inalterado, no entanto, o cumprimento de nossas obrigações externas, daí resultando rápida redução de nossas reservas internacionais. Para remediar esse processo, providenciou-se desde logo a substituição transitória da captação de recursos de longo prazo por operações de curto prazo, até que os mercados se normalizassem.

No início de dezembro, o governo apresentou ao Fundo Monetário Internacional sua estratégia econômica, e solicitou acesso a recursos financeiros daquela instituição, no valor equivalente a 450% da quota do Brasil.

Estes fatos conferem prioridade ao programa de ajustamento econômico a ser desenvolvido nos próximos anos, com o apoio do Fundo Monetário Internacional. A primeira tarefa, a propósito, foi a fixação de superávit comercial compatível com a entrada de recursos externos. O déficit em transações correntes não poderá ultrapassar US\$ 6,9 bilhões. Dada a rigidez da pauta de serviços, esse déficit só será alcançável se formos capazes de obter saldo comercial de US\$ 6 bilhões. Assim, é importante sublinhar que o valor desse superávit não pode ser encarado como meta ideal, mas sim como limite mínimo imprescindível.

O programa de ajuste, apesar da rigidez imposta ao setor externo, admite suficiente flexibilidade no manejo da

política econômica, visando à manutenção do crescimento e do emprego em níveis próximos dos obtidos em 1982. Por isso o peso do ajuste deverá recair sobre o setor público, com os menores impactos possíveis sobre o setor privado.

Não obstante o agravamento das dificuldades externas, a produção industrial, depois da queda acumulada de quase 6% em 1981, voltou a crescer constantemente até atingir aumento de 1,5% ao final de 1982, enquanto o comércio, segundo avaliações preliminares, pode ter apresentado aumento em percentual superior. Esse desempenho implicou redução significativa das taxas de desemprego nas principais cidades do país. Segundo resultados da pesquisa mensal de emprego do IBGE, as taxas caíram da faixa de 7 a 8%, registrada no segundo semestre de 1981, para 5 a 6% já no primeiro semestre de 1982.

As perspectivas da política econômica nos próximos anos irão acarretar sacrifício para toda a sociedade, visto que é imperioso ajustar o dispêndio global da economia a um volume mais reduzido de recursos. O engajamento consciente do povo brasileiro e de todos os escalões do governo nessa política de austeridade será indispensável para que o programa de estabilização chegue a bom termo.

Certo é que a crise econômico-financeira, que alarma o mundo contemporâneo, reveste, por sua complexidade e amplitude, caracteres inéditos. Sua eclosão ocorre após longo período de prosperidade, que se instalou a partir de 1945, quando terminou a Segunda Grande Guerra. Uma e outra — a prosperidade do após guerra e a crise que começou nos anos setenta — situam-se no quadro de mudanças, às vezes inesperadas, que marcam a sociedade industrial e pós-industrial.

Mudança pode significar solução de problemas; porém quer dizer, também, criação de problemas novos, impondo, para resolvê-los, a atividade crescente do estado. A intervenção do poder público importa, contudo, no emprego crescente de verbas, à custa de recursos sempre limitados.

No elenco dos fatos maiores que, em nosso tempo, abalam a humanidade, estão as mudanças resultantes do crescimento populacional. A explosão demográfica ocorre sobretudo nos países menos desenvolvidos, onde se comprimem cerca de dois terços da população mundial. No Brasil, nos últimos 40 anos, o aumento demográfico ultrapassou cinquenta milhões de habitantes.

Esse crescimento humano, em termos explosivos, devora, como se tem observado, o crescimento econômico. Agente de instabilidade, acarreta desequilíbrios sociais, econômicos, culturais e políticos, que reclamam profunda meditação. Cuida-se de tema que merece detido exame da sociedade e de seus órgãos. O amplo debate da questão, sobretudo por parte do Congresso Nacional, contribuirá para que se fixem, de modo objetivo, diretrizes fundamentais a tal respeito.

Mais de um fator concorre para impelir vagas humanas imensas, constituídas por habitantes das zonas rurais, a transferir-se para a cidade. A onda de crescimento demográfico figura, porém, destacadamente, entre as causas desta que constitui, talvez, uma das maiores migrações da história. As vilas transformam-se em cidades, e estas, em metrópoles que, por sua irresistível força expansiva, invadem regiões adjacentes, envolvendo outras cidades e povoações.

Quatro décadas bastaram para que a população agrária, que representava dois terços de nossa gente, caísse para cerca de um terço. Vivem hoje na zona urbana mais de setenta por cento dos brasileiros. Díficeis de calcular — mas não de imaginar — são os efeitos desse fenômeno sociológico.

As grandes cidades em toda parte suscitam problemas, que torturam administradores e urbanistas, e que mais cruciais se tornam naqueles centros compelidos a absorver migrações anárquicas e imoderadas.

A disciplina urbana está, no que nos diz respeito, entre as tarefas mais urgentes da administração pública. Essa disciplina ultrapassa, pela amplitude da matéria com que tem de ocupar-se, a competência municipal. Novas regras

legislativas são indispensáveis para que se regule, entre outros temas, a expansão dos núcleos urbanos, a prevenção e a correção das distorções do crescimento das cidades. Trata-se de matéria que exige, além da vigilância municipal, a da União e a dos Estados. Corrigindo os defeitos já acusados pelo processo de desenvolvimento urbano, a legislação deve ainda prevenir, mediante providências eficazes, novas distorções, que mais tumultuem a situação presente. É mister que essa disciplina promova, particularmente, a desconcentração urbana, incentivando a formação de centros populacionais menores, que possuam vida autônoma e proporcionem aos que nelas fixem residência as comodidades dos centros urbanos de maior porte.

As linhas fundamentais dessa política estão esboçadas pela administração federal. O documento em que se consubstancia o projeto de lei, que dispõe sobre o desenvolvimento urbano, recebe, no âmbito do Poder Executivo, os últimos retoques. Tanto que se ultime esse trabalho, o projeto será encaminhado à apreciação do Congresso Nacional.

A urbanização — é preciso acentuar — não pode ser vista somente sob os seus aspectos materiais. Requerem análise também as suas conseqüências culturais, uma vez que o convívio urbano produz alterações não raro profundas no modo de pensar das pessoas, na sua maneira de integrar a sociedade.

Ao regular o desenvolvimento urbano, a União ampliará o amparo que vem dando à população de nossas cidades, vilas e povoados. É notória a amplitude da assistência levada, em setores vitais, a esse segmento social. Substituem-se favelas e mocambos por vilas dotadas de todos os serviços fundamentais. Constroem-se moradias às centenas de milhares, suprimindo a angustiada falta de habitação para os menos favorecidos. Leva-se água potável a milhares de municípios. Estendem-se redes de serviços sanitários. Intensifica-se o auxílio às grandes cidades para que melhor enfrentem as exigências do transporte urbano. Apoia-se, em larga escala, a implantação de trens metro-

politanos, e se reforça a rede de transporte de massa sobre trilhos.

A questão agrária figura, igualmente, entre as preocupações do governo. A ação governamental, nesse campo, tem alcançado notável rendimento. O trabalho desdobra-se com fecundidade, cobrindo área gigantesca. Para imprimir, porém, maior rapidez à solução dos problemas da terra, criou-se, em 1982, ministério extraordinário para os assuntos fundiários. Reunidos sob sua jurisdição órgãos dispersos, que cuidavam da questão agrária, o novo ministério promove e executa com maior eficiência a política estatal que visa a compor tensões sociais geradas pelos defeitos da nossa estrutura agrária.

O homem do campo é credor de prestações condizentes com sua condição e com o papel que desempenha na sociedade. Tem ele direito a amparo efetivo, quando precário o seu status econômico, qual sucede, em geral, com o pequeno agricultor. O estado de penúria que o atormenta se estende, porém, a outras categorias profissionais. Elevar o nível de vida dessas camadas sociais constitui preocupação constante do governo, desdobrada em sucessivos programas e projetos.

Os resultados desse trabalho estão à vista. A realidade é, porém, que a erradicação da pobreza parece distante de verificar-se. Esforço adicional, nesse sentido, desenvolve-se com recursos provindos de uma iniciativa de alto alcance. O *FINSOCIAL*, em que tomou forma legislativa tal projeto, é instrumento destinado a ampliar, em grande escala, a ação social do estado.

A aspereza das circunstâncias deste momento histórico dificulta o atendimento daquilo que se exige do governo, cujos encargos se ampliam a cada passo. Multiplicam-se as prioridades que se lhe apresentam como fundamentais. No conjunto dessas avulta, entretanto, a que diz com a proteção dos pequenos. Além dos mais necessitados, incluem-se nesse conceito aqueles cuja atividade empresarial se acha nos degraus inferiores da escala. Os pequenos empresários exercem relevante função no setor econômico, sobretudo pela substancial geração de empregos. Frágeis em termos

financeiros, atuam poderosamente para a estabilidade social. Explicam-se, pois, as numerosas medidas tomadas no sentido de encorajar-lhes o trabalho.

A ação do governo é condicionada pelos meios de que dispõe. A consciência, porém, de que as reivindicações populares essenciais precisam, urgentemente, ser atendidas, impõe novas e vigorosas providências. A frustração de expectativas, nutridas pela opinião pública, coloca em risco a estabilidade social e política. Preservar a tranqüilidade pública, pela satisfação dessas exigências, é imperativo elementar. Seu cumprimento reclama uma cruzada que reúna esforços não só do governo, mas de todos. Para ser plenamente vitoriosa, essa campanha pede a adesão integral da sociedade.

A idéia de que todos devem ajudar a todos, cada qual segundo sua capacidade, só será realizável com a elevação do nível de segmentos preciosos de nosso potencial humano, que hoje se encontram como que à margem da sociedade.

Provém essa situação de uma multiplicidade de causas, cada uma das quais é preciso combater. Cresce, nesse contexto, a preocupação com as deficiências ainda não superadas do sistema educacional, a cuja evolução está ligada nossa história econômica, social e política.

O aperfeiçoamento do processo educativo concorrerá para que a sociedade possa acompanhar mais de perto o progresso científico e tecnológico, e responder adequadamente às transformações que o saber introduz nas relações entre os homens. Não basta corrigir defeitos e lacunas que permeiam o nosso sistema de ensino. É preciso levar a instrução, em proporções cada vez maiores, a crianças e jovens ainda carentes de escola. A União lançará mão de novas medidas que, a par das que já se encontram em execução, extirpem esse mal. A total democratização do ensino é obrigação cujo cumprimento preconditiona o equilíbrio social. Nosso futuro depende basicamente desse empreendimento, pois nada é mais importante, hoje, do que investir no capital humano.

No discurso que proferi perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, esbocei diagnóstico objetivo e realista sobre a situação do mundo contemporâneo. Acentuei aspectos que anunciavam estar a crise na iminência de atingir seu ponto culminante. Não me limitei ao exame de problemas conjunturais. Insinuei ser premente repensar as categorias em que assenta a estrutura das relações internacionais. Apontei deficiências no sistema econômico-financeiro e pus em relevo as dificuldades encontradas pelas nações em desenvolvimento para acomodar-se às injunções do mercado. Fiel às razões que inspiraram a análise que então produzi, continuo a crer que cabe às nações, em conjunto, fixar estratégia que possibilite a todos os povos, desenvolvidos ou em desenvolvimento, a retomada do caminho do crescimento e da prosperidade.

Nos termos do programa que me traçara ao assumir a Presidência da República, enviei ao Congresso Nacional projeto de anistia aos responsáveis por crimes políticos. O projeto, tal como concebido, converteu-se em lei, sob o aplauso da Nação. Propus ainda o levantamento de inelegibilidades, que privavam inúmeros brasileiros de concorrer a cargos eletivos. Teve minha aprovação a emenda constitucional que restaurou a eleição direta dos governadores. Assegurei o livre exercício dos direitos políticos. Garanti a estrita observância das regras atinentes à luta de opiniões. A campanha eleitoral desenvolveu-se em clima de total segurança e normalidade. O interesse popular acompanhou de perto o confronto político-partidário. Teve proporções inéditas a afluência do eleitorado às urnas.

Esse grande episódio político vale por si mesmo, independentemente dos seus resultados. Acontecimento cívico de repercussão internacional, o pleito de novembro é celebrado como penhor de confiança no futuro do Brasil, na sua capacidade para traçar, em moldes democráticos, o seu próprio caminho.

Por mais significativas e animadoras que tenham sido, como expressão da solidez do processo democrático, a cuja tutela me acho entregue, as eleições de novembro constituem, todavia, somente uma primeira fase desse proces-

so. Com a apuração do pleito e a posse dos eleitos, instaura-se a sua segunda fase.

A abertura democrática entra, aqui e agora, em seu segundo momento; entra em fase decisiva, porque o sistema político, definido pelas urnas, terá que demonstrar capacidade para responder, com inteligência e bom senso, às grandes questões que lhe serão propostas.

As crises que aí estão, entre as quais a econômico-financeira, germinavam quando lancei o projeto da abertura. Entendo, contudo, que a democracia pluralista e liberal, em vez de dificultar a adaptação às novas condições do mundo, é o regime que, bem praticado, melhor serve à solução dos problemas sociais e políticos criados pelas mudanças que se operam na sociedade. Creio na viabilidade do sistema democrático, na governabilidade da democracia, porque acredito na sua racionalidade, na sua capacidade de auto-aperfeiçoamento. O auto-aperfeiçoamento da democracia supõe, como se lembra, de um lado sua imperfeição e, de outro, sua perfectibilidade. O processo de modernização democrática demanda maior agilização nos períodos de crise, nas épocas em que a solução dos problemas sociais e políticos exija o trabalho solidário e comum, que é fruto do consenso. Este não exclui a discussão, antes a exige. Não, porém, a discussão inspirada no propósito de aprofundar radicalismos, mas a discussão como instrumento da busca do verdadeiro, do útil e do necessário; a discussão tendente a encontrar fórmulas que promovam o bem coletivo; a discussão que, visando a persuadir, pressuponha nos interlocutores o ânimo de se deixarem vencer quando mais vigoroso o teor dos argumentos contrários; a discussão que, rejeitando dogmatismos irreduzíveis, seja sensível à demonstração da verdade.

O consenso, que o interesse público recomenda, não é de rigor quanto a questões menores. Não poderá faltar, porém, quando impreterível para conjurar ameaças e perigos que pesem sobre o país.

O ritmo de transformações provocadas pelas crises, que inquietam o mundo, é incompatível com o imobilismo. As mudanças e tensões que dela resultam impõem a

adoção de providências imediatas para restaurar a tranqüilidade social. As crises que nos afligem, além de se estenderem a valores tradicionais, alcançam profundidades sem precedentes.

Hábil para enfrentar as agruras do momento presente, a ordem democrática, no seu reto funcionamento, tem o dever de suscitar vontade política que sustente as medidas que a situação reclama. Dispõe o sistema democrático, para isso, de todas as virtualidades: é preciso somente imprimirlhes efetividade.

Esta, a razão pela qual deposito inteira confiança no êxito da segunda fase do processo de abertura democrática, que hoje se inicia.

Sobre os novos aspectos do quadro político, decorrentes das eleições de novembro, avultarão novos estilos de ação, advindos do aperfeiçoamento da democracia, da vocação que a impele a ser fiel à sua idéia de servir à paz e à harmonia sociais.

Na base do aperfeiçoamento democrático estará o espírito de concórdia, a tendência para a negociação, a redutibilidade dos antagonismos. Quando isso, em caráter permanente, se torne difícil, é imperativo, pelo menos agora, diante das dificuldades com que o país se vê a braços, que se estabeleça trégua política para superarmos mais facilmente, em clima de cooperação e entendimento, esses graves problemas.

Isto há de criar ambiente propício para o programa reformista e modernizador que pretendo desenvolver, por via legislativa. Monumentos jurídicos tradicionais serão, com brevidade, submetidos à revisão por parte do Congresso Nacional. Outros projetos de grande alcance — de natureza econômica, fiscal, social e política — serão também encaminhados ao exame do Poder Legislativo, entre eles incluído o que regulamenta o voto distrital misto, prescrito pela Constituição.

Chegamos a novo estágio, em que a abertura democrática não poderá consistir só em atos unilaterais. O funcionamento da democracia, neste período decisivo de nos-



2.1 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Como vem ocorrendo desde 1979, o planejamento econômico em 1982 permaneceu fiel aos objetivos do III Plano Nacional de Desenvolvimento, quais sejam a obtenção de crescimento econômico com maior justiça social, a redução da dependência externa e o combate à inflação. Na verdade, esses objetivos estritamente econômicos subordinam-se às prioridades políticas de democratização e diminuição da ingerência do estado na economia. São esses objetivos maiores, nos planos econômico e político que constituem, na convicção governamental, os anseios da nação brasileira.

Os instrumentos utilizados para a consecução desses objetivos vêm sendo manipulados de forma flexível, notadamente em decorrência das profundas perturbações que afetaram a economia mundial nos últimos anos.

Após a elevação em mais de 150% do preço internacional do petróleo, entre 1979 e 1980, seguiu-se a chamada «crise financeira», com a duplicação das taxas de juros internacionais e, ao longo de 1982, redução drástica dos preços de nossas exportações. Essa seqüência de fatores adversos impuseram limitações severas ao desempenho de nossa economia, tendo em vista principalmente o valor atingido por nossa dívida externa.

A conciliação entre a realização de programas de investimento de longo prazo, notadamente os programas de substituição de energia importada e de exportação, com a administração de uma conjuntura instável tem exigido da administração econômico-financeira a postura de adaptação dos últimos anos.

Não bastassem as adversidades mencionadas, em meados de 1982 o sistema financeiro internacional é abalado por sua mais profunda crise. A guerra no Atlântico Sul, o pessimismo passivo que permeou o encontro da comunidade financeira em Toronto e a inadimplência que se seguiu tanto de países em de-

envolvimento como de empresas importantes nos países industrializados determinaram a paralisia dos fluxos de empréstimos aos países com deficits em seus balanços de pagamentos.

A conseqüência mais importante desses eventos foi o agravamento do desequilíbrio no setor externo de nossa economia. A redução acentuada das cotações das exportações prejudicou o atingimento de saldo comercial mais significativo, ao mesmo tempo em que a sustentação de taxas de juros elevadas, ao contrário das expectativas ao início do ano, ocasionou aumento sensível do dispêndio líquido de juros. De tudo isso resultou elevação acentuada do deficit do balanço de pagamentos em conta corrente, que voltou a representar mais de 5% do Produto Interno Bruto de 1982. Tal resultado, conjugado ao estancamento dos fluxos financeiros internacionais desde início de setembro, forçou a utilização de grande parte das reservas monetárias internacionais do país, seguindo-se negociações penosas visando ao restabelecimento parcial de nossas linhas de crédito através de empréstimos de curto prazo a serem posteriormente convertidos em operações de longo prazo.

O balanço de pagamentos de 1982, apesar de tudo, encerrou-se com deficit global inferior às previsões mais pessimistas, como se verificará no capítulo correspondente desta Mensagem, porém nos obrigou a modificações importantes na política econômica com vistas a um ajustamento mais profundo do setor externo da economia, ajustamento que se tornou imperioso à retomada do fluxo de recursos financeiros do exterior.

Ao mesmo tempo em que se programava para adequar a ação governamental à nova realidade prevista para os próximos anos, o Brasil procurou o apoio institucional e financeiro de organismos internacionais, até mesmo como caixa de ressonância de sua mobilização para a superação das dificuldades atuais. Em pouco tempo conseguiu o governo elaborar um programa de ação e levá-lo a debate com a missão do Fundo Monetário Internacional que aqui chegou ao final de novembro. O apoio quase imediato daquele organismo às nossas proposições comprovou a existência de uma trajetória viável para a superação de nossas dificuldades.

Não obstante essas limitações, a condução da política econômica em 1982 visou precipuamente à reativação da atividade produtiva e do emprego. As políticas de crédito e fiscal foram conduzidas de forma a propiciar maior volume de recursos financeiros ao setor privado e a manter os investimentos prioritários do governo.

Foi possível assim reverter rapidamente o processo de contração do nível de atividade verificado ao longo de 1981. A produção industrial, após queda acumulada de cerca de 6% em 1981, voltou a crescer continuamente até atingir aumento de 1,5% ao final de 1982, enquanto o comércio, segundo avaliações preliminares, pôde ter apresentado aumento em percentual superior.

Esse desempenho acarretou redução significativa das taxas de desemprego nas principais cidades do país. Segundo os resultados da pesquisa mensal de emprego do IBGE, as taxas se reduziram da faixa de 7 a 8% registradas no segundo semestre de 1981 para 5 a 6% já no primeiro semestre de 1982. Considerando que esses percentuais se encontram próximos dos verificados em 1980, ano em que se registrou um dos mais elevados índices de crescimento desde 1974, pode-se afirmar que o desemprego conjuntural foi praticamente eliminado em 1982.

Visando, contudo, a consolidar as conquistas sociais de nosso desenvolvimento, adotou o governo a decisão de criar um novo fundo de investimento social — FINSOCIAL — junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, antigo BNDE, através do Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982. Essa alocação adicional de recursos à área social adquire ainda maior significado a partir de 1983, quando a substancial redução do fluxo de recursos externos à nossa economia implicará escassez de recursos em todas as demais aplicações do governo.

A ação do planejamento em 1982 visou ainda à consolidação do ajustamento da economia brasileira às condições impostas pela crise energética. Em cumprimento à estratégia de longo prazo esboçada no III Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo continuou a estimular prioritariamente os setores que mais contribuem à superação das dificuldades estruturais e conjunturais: o agropecuário, o exportador e o energético. Assim, a despeito do agravamento das dificuldades ao longo de 1982, ampliaram-se os estímulos e os recursos financeiros destinados a esses setores. Os capítulos dessa Mensagem referentes à política financeira, agricultura, mineração e energia ressaltam o esforço empreendido nesse sentido.

Os resultados obtidos foram compensadores. Na agricultura, à exceção da redução da safra de café por fatores climáticos, logrou-se pelo terceiro ano consecutivo aumento significativo na colheita dos principais produtos, notadamente daqueles

voltados ao consumo interno. A produção agropecuária, excluindo-se o café, cresceu cerca de 5% em 1982.

A produção de petróleo e gás natural também apresentou crescimento significativo em 1982, com aumentos de, respectivamente, 21% e 23%. Foi possível assim elevar a participação da produção nacional de petróleo no consumo global para 25,1%, contra 20,2% em 1981, e reduzir as importações (em quantidades) em 5,7%. Finalmente, logrou-se ainda em 1982 aumento de 8% na produção extrativa mineral. Além do petróleo e gás natural, contribuiu para esse resultado o aumento da produção de carvão mineral (14,2%).

2.2 AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

2.2.1 *Desempenho setorial*

O desempenho da agricultura brasileira, em 1982, foi marcado por condições de mercado pouco favorável, mormente no setor externo, em razão da crise financeira internacional e conseqüente retração do comércio.

Ainda assim, a não ser por força de alguns eventos climáticos anormais, a produção agrícola, sobretudo a de alimentos para consumo doméstico, apresentou resultados satisfatórios. Em relação a 1981, as produções de arroz (+17,7%), feijão (+26,2%), batata (+11,9%), milho (+3,8%), tomate (+22,0%) e banana (+5,9%) aumentaram acima dos níveis correspondentes ao incremento normal de consumo interno. O trigo, prejudicado pelo excesso de umidade, e a mandioca, que vinha de um crescimento de 5,7% em 1981, sofreram queda de produção em 8,7% e 0,9%, respectivamente.

Os produtos voltados à exportação apresentaram desempenho mais modesto. As produções de amendoim, soja e mamona caíram em 10,5%, 14,3% e 28,1% respectivamente. O café, que em 1981 acresceu sua produção em 92,0%, voltou a se situar, em 1982, nos níveis de 1980. Por outro lado, o cacau (+4,9%), a laranja (+2,9%), o fumo (+19,4%), a cana (+14,2%) e o algodão (+15,1%) mostraram resultados positivos.

A produção animal continuou se desenvolvendo a contento. A produção de carne e leite manteve-se em ascensão, suprimindo satisfatoriamente a demanda sem necessidade de recursos às importações.

Quanto aos preços recebidos pelos agricultores, segundo os dados mais recentes, verificou-se elevação nominal de 65,2%, em 1982, com relação a igual período de 1981; seus dois componentes, produtos animais e de lavouras, também variaram na mesma percentagem.

Do lado dos fatores de produção, em vista da situação anormal dos preços, manteve-se a retração no uso de fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas já observada em 1981. Tais circunstâncias levaram a que as relações de troca entre agricultura e indústria permanecessem estáveis.

Por sua vez, os preços por atacado de produtos agrícolas não mostraram crescimento expressivo, na maioria dos casos. O índice global variou nominalmente em 73,4% e seus principais componentes comportaram-se como segue: oleaginosas, 138,2%; cereais e grãos, 50,7%; animais e derivados, 66,8%; lavouras para exportação, 64,8%; legumes e frutas, 143,0%.

No comércio exterior de produtos agrícolas o país desenvolveu acentuado esforço, em freqüentes negociações internacionais, para assegurar condições favoráveis ao bom desempenho da balança comercial. Sob situações de mercado bastante restritivas, dada a conjuntura mundial, foram discutidos acordos de comércio para o café, açúcar e cacau, além de se manter intensos contatos bilaterais visando à abertura e expansão de oportunidades para exportação.

Os resultados obtidos refletem as condições adversas que pautaram as relações comerciais entre todas as nações. Alguns dos principais produtos agrícolas brasileiros de exportação — como açúcar, soja e cacau — foram os que mais sentiram seus efeitos. Por outro lado, foi essencial a contribuição positiva das vendas de café, fumo e carne bovina, além de vários produtos de menor importância individual.

As importações de produtos agrícolas somente atingiram maior expressão no caso do trigo, em virtude dos problemas climáticos ocorridos. No entanto, espera-se que a gradual supressão do subsídio ao consumo faculte sua substituição por sucedâneos de produção nacional. Outras importações relativamente elevadas, como as de soja, foram destinadas a processamento e reexportação.

Finalmente, no que se refere às metas de suprimento de matéria-prima para fins energéticos, a agricultura continuou ampliando sua produção de forma a atender plenamente tais requisitos.

2.2.2 Política agrícola

A política setorial, em 1982, persistiu na diretriz de assegurar ao País o fortalecimento de sua agricultura. Visa esse fortalecimento a gerar desenvolvimento autônomo, com menor inter-

venção do estado, através de sua conciliação com o atingimento das demais metas da política econômica, entre as quais avultam as de combate à inflação, equilíbrio do balanço de pagamentos e redução do déficit energético.

Desde a definição da prioridade agrícola, ao início do atual Governo, tem sido adotado um conjunto de medidas coerente com tais objetivos. Cabe destacar o apoio dado à estruturação e desenvolvimento do sistema de pesquisa agrícola e extensão rural, a locação de recursos em programas de investimentos com ênfase na obtenção de melhores níveis de produtividade (PROVÁRZEAS, PROFIR e PRODECER), o fortalecimento da estrutura de armazenamento e distribuição da produção, a melhoria da rede de transportes vicinal e a implementação de um efetivo programa de regularização fundiária e distribuição de terras.

Na linha de gradual identificação do setor agrícola aos níveis de eficiência propiciados pelo mercado, assegurando-lhe ao mesmo tempo adequada proteção, vale assinalar a substancial redução dos controles de preços, o menor subsídio de crédito rural acoplado a menores custos e menos exigências para qualificação do mutuário, a maior participação dos bancos privados nos financiamentos agrícolas e a aceleração das desvalorizações cambiais.

As medidas de política setorial sofreram ajustes, evidentemente, para conjugar essas diretrizes aos eventos conjunturais que marcaram o ano. Como já assinalado, em 1982 a produção voltada ao mercado interno evoluiu favoravelmente, o mesmo não ocorrendo com os produtos de exportação. Porém, em ambos os casos, os preços de mercado apresentavam tendência bem inferior ao índice geral de preços. Procurando minorar os efeitos negativos dessa conjuntura sobre a renda agrícola, o governo estabeleceu preços mínimos a partir de níveis básicos, reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, a fim de que se constituíssem em real alternativa de venda da produção. Esta medida atendeu ao interesse do produtor e propiciou ao governo a formação de substanciais estoques reguladores, com os quais vem sendo possível evitar especulação de preços nos mercados urbanos, assim como fortalecer os programas de apoio alimentar às populações de baixa renda.

Quanto ao crédito rural, foram mantidas, para o ano agrícola 1982/83, as mesmas taxas de juros subsidiadas vigorantes em 1981/82, restringindo-se, porém, os limites de adiantamento. Em complementação, determinou-se que os bancos co-

merciais canalizassem para o setor rural mais 10% de suas aplicações, remunerados mediante correção monetária e juros baixos. Foram, também, substancialmente reduzidas as obrigações dos agricultores quanto a apresentação de projetos, emprego de insumos e cumprimento de outras formalidades. Como em anos anteriores, este conjunto de medidas mantém e amplia o tratamento preferencial normalmente dispensado aos agricultores de menores posses.

Cabe ressaltar, ainda, o especial apoio financeiro dado à agricultura das Regiões Norte e Nordeste, não somente na forma de taxas de juros privilegiadas, mas também, no caso desta última, pela concessão de recursos à disposição de programas de emergência, visando a minorar as perdas decorrentes das sucessivas secas que vêm atingindo parcialmente aquela área.

Ao fim de 1982, os saldos das aplicações do Banco do Brasil em crédito de custeio e em preços mínimos situavam-se cerca de 80% e 120%, respectivamente, acima dos saldos de 1981. Tomando-se em consideração que a participação dos bancos comerciais na concessão de financiamentos à agricultura elevou-se substancialmente, pode-se estimar um acréscimo do crédito de custeio, através de todo o Sistema Nacional de Crédito Rural, acima da variação definida pela taxa de inflação.

Para 1983, as normas de crédito rural, já definidas, deverão reduzir adicionalmente o subsídio, proporcionando, em contrapartida, uma elevação do volume de recursos à disposição do setor. Serão ainda ampliadas as linhas para crédito de investimento, que vinham sendo contidas nos últimos anos.

Quanto à política de fortalecimento da estrutura produtiva do setor agrícola, foram intensificados em 1982 os investimentos governamentais em programas de expansão da produção e produtividade. Os sistemas nacionais de pesquisa e extensão rural, liderados, respectivamente, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), destinaram substanciais recursos à geração e disseminação de técnicas agrícolas de elevada rentabilidade. Visando a favorecer a adoção da irrigação, reduzindo assim os riscos climáticos, foram revalorizados os recursos aplicados pelo Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) e pelo Programa para Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR). Foi, ainda, encerrada com sucesso a fase piloto do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvi-

mento dos Cerrados (PRODECER), devendo ser iniciada, em 1983, a sua fase de ampliação com o aproveitamento de extensas áreas em cinco estados.

As atividades de comercialização e abastecimento mereceram, também especial ênfase em 1982. Foi desenvolvido um substancial esforço conjugado entre a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), para assegurar aos produtores preços remunerativos, agilizar o escoamento de sua produção e colocá-la à disposição do consumidor — sobretudo aquele de menor renda — a preços acessíveis.

O equacionamento e solução dos problemas de natureza fundiária — uma atividade que já vinha merecendo elevada prioridade — passou a receber tratamento preferencial absoluto, com a nomeação de um Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários. A esse Ministro passaram as responsabilidades, neste setor, antes afetas ao Ministério da Agricultura. Para tal efeito, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou a ter suas atividades coordenadas pelo novo Ministro, ao qual também coube a implementação do Programa Nacional de Política Fundiária.

2.2.3 Assuntos fundiários

De acordo com os objetivos da Emenda Constitucional nº 10, de 9 de novembro de 1964, que atribuiu à União competência exclusiva para legislar sobre direito agrário e com as diretrizes emanadas do Estatuto da Terra, foi identificada em 1982 urgente necessidade de dinamizar o reordenamento da política fundiária no Brasil.

Para proceder a esta dinamização, o Decreto nº 87.457, de 16 de agosto de 1982, criou o Programa Nacional da Política Fundiária, cuja execução foi regulamentada pelo Decreto nº 87.700, de 12 de outubro de 1982 e confiada ao Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Buscando unidade de ação em torno do mesmo objetivo, foram também vinculados a este Ministério o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo para a região do Baixo Amazonas (GEBAM).

Durante o exercício de 1982, a atuação conjunta desses Organismos foi particularmente profícua. Neste sentido o balanço dos resultados acusou diversas realizações. Cabe destaque para a definição da situação dominial de 87 milhões de ha, o assentamento de aproximadamente 36 mil agricultores em projetos de ocupação regular de terras, a desapropriação de 731.550 ha por interesse social e a outorga de 227.261 títulos de propriedade a agricultores, correspondendo a mais de 11 milhões de ha.

No contexto destas realizações, encontra-se a solução alcançada em favor da União para a «Questão Braviaco», em tramitação judicial há 30 anos e envolvendo área de quase um milhão de ha na faixa de fronteira do estado do Paraná. Nessa área foram validados em 1982 todos os títulos inseridos nos perímetros urbanos e regularizados ou titulados 15.300 lotes rurais, evitando-se o agravamento de um problema social de proporções alarmantes.

Por outra parte, desenvolveram-se estudos com o objetivo de consolidar a legislação agrária e possibilitar a respectiva atualização e aperfeiçoamento, tendo em vista seus reflexos na justiça social e no aprimoramento das relações no contexto da propriedade rural, do uso da terra e do homem aí situado.

Enfim, a preocupação do governo com a importância dessas relações, a ponto de estreitar seus vínculos com aspectos da segurança nacional, ficou manifesta através da elevação hierárquica atribuída aos assuntos fundiários em 1982.

2.3 ENERGIA E MINERAÇÃO

Os programas de conservação e substituição energética contribuíram de forma significativa para a redução de 1% que se verificou no consumo nacional de derivados de petróleo e a conseqüente redução de 5% no *quantum* importado de petróleo. Reduziu-se com isso o dispêndio de divisas (em US\$ 1 bilhão) e a participação do petróleo no consumo global de energia do país. Com o crescimento de 44% no consumo de álcool anidro e hidratado para fins carburantes e de energia elétrica (+6,0%), ocorreu também uma elevação da participação das fontes domésticas no consumo energético total.

No que tange aos derivados do petróleo, observou-se maior queda no caso do óleo combustível (-9,3%), seguindo-se gasolina (-2,5%), ao passo que o consumo de óleo diesel aumentou 1,8% como reflexo da recuperação do nível de atividade econômica do país.

No âmbito da indústria extrativa mineral cabe registrar a contínua expansão da produção interna de petróleo (+24,7%), incluindo líquido de gás natural (+23,2%) e de carvão bruto (+14,2%), ao mesmo tempo em que se reduziu a extração de minério de ferro (cerca de -4%) e se estabilizou a de minério de manganês por força da retração da demanda internacional.

A principal fonte de recursos orçamentários para aplicações em projetos na área energética foi o Programa de Mobilização Energética (PME), que contou com recursos no montante de Cr\$ 93,8 bilhões, distribuídos da seguinte forma: Ministério da Indústria e do Comércio, Cr\$ 1,8 bilhão; BNDES, Cr\$ 8,5 bilhões; Ministério das Minas e Energia, Cr\$ 32,5 bilhões; Ministério dos Transportes, Cr\$ 32,0 bilhões; Secretaria de Planejamento/CNE, Cr\$ 9,0 bilhões e Ministério da Agricultura, Cr\$ 5,0 bilhões.

2.3.1 Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL)

No ano de 1982 foram obtidos êxitos na implementação do PROÁLCOOL. Como consequência das medidas de estímulo à utilização de veículos a álcool adotadas em maio, houve significativa recuperação desse mercado, tendo as vendas atingido 234 mil unidades.

Atualmente, circulam no país, aproximadamente, 700.000 veículos a álcool, entre novos e convertidos, além de outros 6 milhões que utilizam a mistura álcool/gasolina ao nível de 20%.

Dessa forma, o consumo do álcool hidratado carburante apresentou incremento de 14,3% em relação ao ano anterior, atingindo 1,6 bilhão de litros contra 1,4 bilhão de litros em 1981. O consumo global de álcool anidro e hidratado para fins carburantes teve aumento de 44,0% em relação a 1981, passando de 2,5 bilhões de litros para 3,6 bilhões em 1982.

A produção de álcool da atual safra representa oferta equivalente a 80.000 barris diários de petróleo — cerca de 28% da atual produção interna dessa matéria-prima — proporcionando, aos preços internacionais da gasolina, economia de divisas da ordem de US\$ 1,23 bilhão.

A previsão da produção total de álcool para a safra 1982/83 é de 5,6 bilhões de litros de álcool contra 4,2 bilhões de litros produzidos na safra anterior, ou seja, um incremento de 33,0%.

No tocante aos tipos de álcool produzido, destaca-se a predominância do anidro — 62,6% do total previsto para a atual safra — que serve para atender à uniformização da mistura de 20% com a gasolina. Essa mistura tem efeitos importantes sobre a elevação da octanagem da gasolina, com impacto positivo no desempenho dos motores e na redução do nível de poluição propiciada pela eliminação de aditivos à base de chumbo tetraetila, que reduzem a emissão de monóxido de carbono e hidrocarbonetos.

A rede de revenda de álcool, em apenas 3 anos, já atinge 9.753 estabelecimentos, representando 50,7% do total de postos de combustíveis em operação no país e cobrindo a quase totalidade do território nacional.

É importante mencionar a aprovação, pelo Conselho Nacional do Álcool, da expansão do sistema de tancagem a nível de produtor no estado de São Paulo, representando acréscimo

de aproximadamente 20% da capacidade de estocagem de álcool existente no país.

No que se refere ao consumo de álcool como matéria-prima para a indústria alcoolquímica, foi promovida modificação nos critérios de estímulos ao setor, através do Decreto nº 87.813, de 16 de novembro de 1982, de forma a ampliar a sua competitividade frente à indústria petroquímica. Para a safra atual, estima-se que o consumo de álcool na indústria petroquímica será de cerca de 324 milhões de litros, absorvíveis por 10 empresas na fabricação de diversificada linha de produtos químicos, com o uso, em muitos casos, de tecnologia inteiramente nacional.

As aplicações de recursos do PROÁLCOOL atingiram Cr\$ 120 bilhões, sendo Cr\$ 92 bilhões no setor industrial e Cr\$ 28 bilhões em financiamentos agrícolas vinculados aos projetos de destilarias.

O enquadramento, no Programa, de 43 projetos de implantação e ampliação de destilarias de álcool representou capacidade adicional de produção da ordem de 782,0 milhões de litros, sendo que desses projetos 26 serão implantados com recursos próprios dos empreendedores.

Como resultado, o total de projetos enquadrados no PROÁLCOOL, até o final de 1982, montava a 406 empreendimentos, com capacidade de produção de 7,8 bilhões de litros/safra que, acrescida àquela existente anteriormente à instituição do programa, resulta no potencial de produção de álcool superior a 8,6 bilhões de litros/safra.

Devem também ser destacados o elevado nível tecnológico e a competitividade da indústria nacional na fabricação de equipamentos para a produção de álcool. Todas as 9 concorrências internacionais homologadas pela CENAL, no período, foram vencidas por empresas nacionais.

Ainda em apoio ao PROÁLCOOL, através do Programa de Desenvolvimento Tecnológico do Etanol, coordenado pela STI e com participação do Instituto do Açúcar e do Alcool — IAA, foram investidos recursos da ordem de Cr\$ 1,3 bilhão em 44 projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Dentre os 38 projetos concluídos no período, destacam-se as pesquisas voltadas para a melhoria de processos de transformação de matéria-prima, zoneamento ecológico e análise econômica de culturas energéticas, análise do impacto sócio-econômico da implantação de destilarias de álcool em 15 comu-

nidades, obtenção de etanol por hidrólise ácida de resíduos agrícolas, via processo contínuo, e desenvolvimento de motores 220/240 CV a álcool.

Salienta-se, ainda, o esforço realizado pelas empresas montadoras no aperfeiçoamento dos veículos a álcool, promovendo significativa melhoria no seu desempenho.

2.3.2 *Produção interna de petróleo*

A PETROBRÁS investiu em 1982 um total de Cr\$ 645,9 bilhões, dos quais 88,5% destinaram-se às atividades de exploração e produção de petróleo e gás. Os investimentos em exploração alcançaram, no mesmo ano, Cr\$ 231,9 bilhões, enquanto os gastos associados com o desenvolvimento da produção atingiram Cr\$ 339,3 bilhões. Assim, os investimentos em exploração e produção apresentaram um crescimento de 59,0%, superior, portanto, à expansão de 54,0% que se verificou para o total dos investimentos.

A utilização de 95 unidades de perfuração — 58 em terra e 37 no mar — possibilitou a perfuração de 1,5 milhão de metros (cerca de 42% acima do realizado em 1981), envolvendo 28 poços pioneiros, assim como o levantamento de 17,4 mil km de linhas sísmicas em terra e no mar.

Foram registradas novas ocorrências de óleo e gás em áreas terrestres dos estados do Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Sergipe e Bahia, e em áreas marítimas nos estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Cerca de 65% dos investimentos foram efetuados em território nacional, sendo o restante realizado por subsidiária da PETROBRÁS em atividades de exploração e produção em Angola, Argélia, China, Guatemala, Líbia, Congo e Yemen do Sul. Na mesma área de atuação, foram concluídas negociações com a Índia e iniciados entendimentos com a Nicarágua.

No que tange à produção, registrou-se crescimento de 21,0% no caso do petróleo, com a média diária de 266,2 mil barris, e de 23% no caso do gás natural, cuja produção alcançou o nível de 3,1 bilhões de m³. Também as reservas de petróleo e gás natural apresentaram taxas apreciáveis de crescimento (14,1% e 12,5%, respectivamente), atingindo 271,2 bilhões de m³ e 67,8 bilhões de m³, no caso dos referidos produtos.

Durante o ano de 1982 foram assinados 23 novos contratos de risco, elevando para 125 o total de contratos desse tipo assi-

nados pela PETROBRÁS desde 1976. Com a realização de investimentos, no âmbito desses contratos, da ordem de US\$ 446 milhões em 1982, os investimentos globais das contratantes de risco totalizaram US\$ 1,3 bilhão.

Embora os trabalhos não tenham conduzido a novas descobertas comerciais de petróleo em 1982, tiveram prosseguimento os trabalhos de avaliação da descoberta efetuada pela PECTEN/CHEVRON/UNION OIL, em 1981, na Bahia.

O refino de petróleo atingiu a sessenta milhões de m³, cerca de 1% a menos que no ano anterior, o que é coerente com a redução da mesma ordem verificada no consumo dos derivados de petróleo, tendo a participação da matéria-prima nacional representado 22,6% do total processado, contra 16,9% em 1981.

Os trabalhos de otimização do refino desenvolvidos no período permitiram alcançar uma redução na produção de óleo combustível de 280 mil barris/dia para 240 mil barris/dia, representando uma economia anual de US\$ 211,5 milhões.

Com a implantação do III Pólo Petroquímico pela PETROQUISA, no Rio Grande do Sul, entraram em operação, no final do ano, a Central de Matérias-Primas da COPESUL, além das empresas POLISUL, POLIOLEFINAS e PPH. Ao longo do ano findo, o Pólo Baiano produziu 1,5 milhão de toneladas de petroquímicos, atendendo assim a 50% do mercado nacional e gerando uma economia de divisas da ordem de US\$ 1 bilhão no ano.

A inauguração, pela Petrobrás Fertilizantes (PETROFÉRTIL), de fábricas no Paraná e em Sergipe tornou o país auto-suficiente na produção de uréia. A PETROFÉRTIL, através de suas empresas controladas e coligadas, proporcionou uma economia bruta de divisas da ordem de US\$ 284 milhões em 1982.

2.3.3 *Energia elétrica*

Ao final de 1982, a produção de energia elétrica acusou crescimento de 7%, totalizando 152,2 bilhões kWh, dos quais apenas 7% de origem térmica. A produção a partir do carvão-vapor foi de 3,4 bilhões de kWh, sendo a produção a partir de derivados de petróleo limitada ao atendimento suplementar e a sistemas isolados, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa produção foi suficiente para atender à elevação de 6% verificada no consumo de energia elétrica, estando, ademais, associada a um acréscimo de 4,6% na capacidade geradora instala-

da, que passou de 37,0 milhões de kW, ao final de 1981, para 38,7 milhões de kW, em fins de 1982.

Encontram-se atualmente em construção, complementação ou ampliação usinas com capacidade total de 47,0 milhões de kW, dos quais 86,2% são de origem hidrelétrica. Destacam-se Itaipu, com 12,6 milhões de kW e Tucuruí (1ª etapa), com 3,96 milhões de kW. Dentre as usinas térmicas, merecem destaque as usinas nucleares de Angra I, com 626 mil kW, e Angra II e III, com 1,2 milhão de kW cada.

No que tange à expansão do sistema elétrico, o início de operação da linha de transmissão Ivaiporã-Itaberá-Tijuco Preto possibilitou, já no período de enchimento do reservatório de Itaipu, a transferência para a região Sudeste de grandes blocos de energia gerados no rio Iguaçu.

Os investimentos programados para 1982 no setor elétrico alcançaram a cifra de Cr\$ 1.022,9 bilhões, cabendo Cr\$ 448,6 bilhões ao Grupo ELETROBRÁS, Cr\$ 338,0 bilhões às empresas coligadas e Cr\$ 236,3 bilhões à Itaipu-Binacional.

A nível internacional, foi estabelecida a primeira interligação elétrica entre o Brasil e a Colômbia, nas cidades de Tabatinga e Leticia, prosseguindo os entendimentos para interligações futuras com a Argentina. A colaboração com os demais países da América Latina também foi efetivada com a participação de profissionais de nível superior procedentes de cinco países da América Latina em cursos realizados pela ELETROBRÁS. Essa empresa também prestou assistência técnica à sua congênere equatoriana, com vistas ao planejamento e implementação de ações de atividades voltadas para o aperfeiçoamento de pessoal técnico.

2.3.4 Itaipu Binacional

A Central Hidrelétrica de Itaipu resultou de compromissos firmados entre o Brasil e o Paraguai, constituindo-se em importante instrumento de cooperação binacional e de integração regional, além de ser fonte importante de atendimento ao mercado energético brasileiro.

No mês de outubro do ano passado foi realizado o fechamento do rio Paraná, em Itaipu, após sete anos de trabalho envolvendo a construção da barragem e a instalação de equipamentos hidromecânicos fabricados no Brasil e no Paraguai. Dessa operação resultou o enchimento do reservatório da cen-

tral hidrelétrica, cujo vertedouro passou a operar em caráter experimental até o começo do mês de novembro, quando, então, se iniciou a operação de forma regular, permitindo a normalização, de maneira definitiva, do fluxo das águas do rio Paraná e jusante de Itaipu.

Essa complexa operação hidrológica, planejada por equipe integrada por engenheiros da ELETROBRÁS, ANDE (Paraguai) e Itaipu Binacional, compreendeu a utilização de reservatórios de várias usinas hidrelétricas em território brasileiro a montante de Sete Quedas e localizadas no rio Iguaçu.

2.3.5 *Energia nuclear*

Durante o ano de 1982 a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) continuou a acompanhar os testes para entrada em operação e subida de potência da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (ANGRA I). A implementação de medidas de segurança das instalações nucleares ficou sob a responsabilidade da empresa Furnas, controlada pela ELETROBRÁS. Essas atividades envolveram o comissionamento de Angra I, além de medidas de licenciamento, segurança, aplicação de salvaguardas internacionais e o apoio ao programa de proteção desenvolvido pela Comissão de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (COPRON).

Prosseguiram as obras de construção de Angra II e do reator, sob fiscalização da CNEN, enquanto está sendo preparado o local para Angra III.

Com a finalidade de complementar o Programa de Recursos Humanos para o Setor Nuclear (PRONUCLEAR), o subprograma Educação do programa de Desenvolvimento de Competência na Área Nuclear aplicou em 1982 a quantia de Cr\$ 427,3 milhões em ensino, intercâmbio técnico-científico e apoio bibliográfico.

Esses recursos apoiaram o envolvimento de 125 alunos em programas de estudos a nível de doutorado, 429 a nível de mestrado, 85 em curso de introdução à engenharia nuclear, 46 em curso de tecnologia nuclear e 10 em curso sobre tecnologia de soldagem, além do treinamento em serviço na República Federal da Alemanha de 94 técnicos e a participação de 184 técnicos de nível médio em programas de formação em diversos institutos de pesquisa. A absorção de pessoal técnico pelas instituições e empresas da área nuclear com recursos do PRONUCLEAR alcan-

çou 195 pessoas, entre bolsistas e técnicos contratados, dos quais 18 com curso de doutoramento.

Ainda durante o ano de 1982, as atividades de pesquisa realizadas pelas Empresas Nucleares Brasileiras (NUCLEBRÁS) conduziram a um aumento de 35.190 toneladas nas reservas de urânio de Lagoa Real (Bahia) e Itataia (Ceará). Com isso o total das reservas elevou-se para 301.490 toneladas, correspondentes a cerca de 3,0 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo.

Dentre as atividades industriais conduzidas pela NUCLEBRÁS destacou-se a inauguração do complexo minero-industrial do planalto de Poços de Caldas, compreendendo a mina de urânio, a usina de produção de concentrado, a fábrica de ácido sulfúrico e instalações auxiliares, com capacidade nominal de 500 toneladas/ano de concentrado de urânio. Em 1982 foi produzido um total de 286 toneladas desse produto.

Também é digno de nota a inauguração da fábrica de elementos combustíveis em Resende, RJ, voltada para a produção de combustível nuclear destinado a reatores a água pressurizada e com uma capacidade nominal, na fase inicial de operação, de 100 toneladas/ano. A produção de 1982 envolveu a fabricação de 40 elementos combustíveis para a recarga de Angra I.

No que se refere às atividades de implantação da fábrica de componentes pesados pela Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP), cabe assinalar a conclusão da construção do terminal marítimo e do acesso rodoviário. A mesma empresa deu continuidade à fabricação do vaso de pressão da central nuclear de Atucha II (Argentina), do pressurizador de Angra III e do vaso de pressão e gerador de vapor de Iguape I, ao mesmo tempo em que iniciava a fabricação dos acumuladores e condensadores de Angra II.

2.3.6 Programa de Conservação de Energia do Setor Industrial (CONSERVE)

A finalidade deste programa, conduzido pela Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do Ministério da Indústria e do Comércio e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é conseguir reduzir o consumo industrial de óleo combustível, responsável por cerca de 85% do consumo total deste derivado de petróleo.

Em 1982 foram mobilizados recursos da ordem de Cr\$ 18 bilhões, sendo Cr\$ 17,46 bilhões destinados a modificações in-

dustriais, através do BNDES, e Cr\$ 540 milhões ao desenvolvimento tecnológico de processos e projetos pela STI.

No mesmo ano, o BNDES enquadrou 54 novos projetos de modificações industriais, totalizando 117 enquadramentos realizados desde a criação do Programa, em 1981.

Os contratos de financiamento celebrados envolveram 30 projetos, no montante de Cr\$ 7,1 bilhões (valores históricos), alguns já implantados e outros em execução, devendo apresentar economia de 577 mil toneladas de derivados de petróleo.

Ainda em 1982, teve continuidade a implementação dos Protocolos de Redução e Substituição do Consumo de Óleo Combustível nos setores de siderurgia, cimento, papel e celulose, firmados entre a iniciativa privada e o governo.

No setor siderúrgico obteve-se sensível melhoria no consumo de óleo combustível, que caiu de 64,7 Kg por tonelada de aço bruto em 1979 para 53,0 Kg. A indústria cimenteira reduziu o consumo de óleo combustível em cerca de 40%, passando a economizar anualmente US\$ 160 milhões, enquanto no setor de papel e celulose o consumo caiu 8,5% em relação a 1981, com economia de US\$ 60 milhões em divisas.

Com o objetivo de buscar a adequação do parque industrial brasileiro ao novo quadro energético, o MIC, através do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), está desenvolvendo estudo sobre máquinas e equipamentos para fontes alternativas de energia.

No âmbito do CONSERVE, a Secretaria de Tecnologia Industrial aprovou 17 projetos, totalizando desembolsos que se elevam a Cr\$ 327 milhões concentrados na prestação de serviços de extensão tecnológica integrada e nas atividades de desenvolvimento experimental.

Deu-se continuidade à implementação dos projetos de desenvolvimento experimental de longa maturação, de interesse específico dos segmentos de siderurgia, cimento, papel e celulose, enquanto a nível de assistência técnica direta foram contempladas as empresas dos setores têxtil, cimenteiro, alimentício, metal-mecânico, madeireiro, químico e petroquímico.

A assistência prestada mediante a extensão tecnológica identificou o potencial de economia anual de combustível de 162.207 toneladas equivalentes de petróleo, correspondentes a aproximadamente Cr\$ 10 bilhões. Para permitir o aproveitamento dessa potencialidade são previstos investimentos da or-

dem de Cr\$ 4 bilhões, o que evidencia a excelente taxa de retorno de capital em conservação de energia.

Cabe ressaltar, ainda, os trabalhos conjuntos da STI e do SENAI no desenvolvimento de ações na área de conservação de energia efetivados através do projeto unidade móvel para diagnóstico energético e treinamento de pessoal.

2.3.7 *Outros programas energéticos*

Na área de atuação da PETROBRÁS, foram produzidos 200 mil barris de óleo de xisto, com o início do processo de implantação de um módulo industrial que deverá produzir 1 milhão de barris/ano de óleo de xisto, além de 50 toneladas/dia de enxofre, a partir de 1985.

Foi iniciado programa de produção de carvão vegetal, sob a coordenação da refinaria de Manaus, para aproveitar a madeira proveniente dos desmatamentos autorizados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Para a substituição do óleo combustível está sendo implantado também na refinaria de Manaus um projeto de gaseificação do carvão vegetal. Projeto com características semelhantes, visando à gaseificação de casca de coco de babaçu, teve sua implantação iniciada na fábrica de asfalto de Fortaleza, com o mesmo objetivo de substituição do óleo combustível.

2.3.8 *Mineração*

O crescimento físico da produção extrativa mineral em 1982 foi da ordem de 8,3%, em função, principalmente, da expansão da extração de combustíveis minerais. A produção de petróleo em bruto, como já mencionado, elevou-se em 21,5% e a de gás natural em 22,5%, enquanto a extração de carvão de pedra em bruto se elevou 7,0% e a de carvão de pedra lavado 3,0%.

No tocante aos minerais metálicos, sobressaiu o incremento na produção de ouro, ao mesmo tempo em que produtos como os minérios de ferro e manganês apresentavam declínio de produção por conta da redução da demanda mundial.

Tomados em conjunto, os minerais não-metálicos apresentaram queda de produção, refletindo a redução das atividades industriais na área da construção civil.

Programa Grande Carajás (PGC)

Durante os dois primeiros anos de ação do Programa foram enquadrados 19 empreendimentos, entre projetos diretamente produtivos e atividades de apoio, que passaram a se beneficiar de incentivos fiscais.

Dentre os projetos em andamento destacou-se o empreendimento a cargo da Cia. Vale do Rio Doce — o Projeto Ferro Carajás, que visa à exploração das reservas de minério de ferro de alto teor proveniente de jazidas estimadas em 18 bilhões de toneladas e situadas na serra de Carajás. Este minério deverá ser explorado, estando o seu início previsto para 1985, com 15 milhões de toneladas/ano, crescendo para 25 milhões de t/ano em 1986 e para 35 milhões a partir de 1987, com geração de divisas da ordem de US\$ 700 milhões anuais.

O projeto consiste na instalação da mina de ferro na Serra de Carajás, no Pará; na construção do porto (Ponta da Madeira, para 270 mil tdw) de embarque do minério em São Luís do Maranhão e da ligação ferroviária entre a mina e o porto, com uma extensão de 890 Km. Ao findar o ano de 1982, os percentuais de avanço físico foram da ordem de 44%, 29% e 44%, respectivamente. No cômputo global registrou-se um avanço de 43,4%, ligeiramente acima do previsto. O progresso realizado até o presente confirma o otimismo acerca do início das operações em 1985.

No decorrer de 1982 foram assinados todos os contratos de financiamento externo no total de US\$ 1,8 bilhão, incluindo o do Banco Mundial no valor de US\$ 304,5 milhões e elevando para US\$ 2,8 bilhões o total de empréstimos internos e externos contratados. Os investimentos fixos realizados até 1982, inclusive, alcançaram o montante de US\$ 1,3 bilhão, sendo que o desembolso no ano findo somou aproximadamente 50% deste total.

Quanto ao porto, foram concluídos os molhes de abrigo norte e sul e contratadas as obras civis do virador de vagões até a estação de transferência para embarque. Também a pavimentação da rodovia ligando Marabá à Serra Norte, numa extensão de 200 Km, teve sua obra concluída, assim como a instalação da linha de transmissão de 230 KV entre as mesmas cidades. Tiveram continuidade as obras de infra-estrutura ferroviária, que alcançou um total acumulado de 90% de realização. O comprimento total acumulado de pontes e viadutos é de 8.559 Km, sem considerar a ponte sobre o rio Tocantins, representando um

índice de realização de 97%. Essa ponte, numa extensão de 2.330 m, está concluída em 60%.

Outras obras incluem a conclusão dos serviços de destocamento e limpeza e o prosseguimento das obras de infraestrutura e redes aéreas, no Núcleo de Carajás; a conclusão da construção de 24 casas do Núcleo de Imperatriz e de 23 casas no Núcleo de Santa Inês.

Cerca de 26 mil pessoas estão atualmente envolvida nas obras do projeto, estando prevista a geração de 6 mil empregos permanentes.

Merece menção, ainda, o início das operações aéreas com vôos regulares fazendo conexões de Carajás com Marabá, Belém, São Luís e Brasília.

Outro empreendimento que apresentou marcante desenvolvimento foi o Projeto Alumar, cujo objetivo é a produção de alumina e alumínio em São Luís do Maranhão e cujos titulares são a Alcoa Alumínio S.A. e a Billiton Metais S.A. Desenvolvendo-se de acordo com os cronogramas previstos, estima-se que o início das operações dar-se-á em meados de 1984. As empresas consorciadas investirão um total de 1.500 milhões de dólares no projeto, que até o presente tem aplicado um terço daquele montante. As obras em andamento, que podem ser divididas em 3 partes (Refinaria, Redução e Porto), encontram-se em fase de conclusão de subestrutura no que se refere à redução e refinaria, estando as obras do porto em fase de dragagem.

Os projetos Albrás e Alunorte, cujo objetivo é a produção de alumina e alumínio, tiveram seqüência durante o ano de 1982, tendo como fatos marcantes a continuação das negociações com os parceiros do exterior para definir pontos básicos dos projetos, enquanto que do lado brasileiro o governo deu prosseguimento às obras de infra-estrutura necessária à produção e comercialização dos bens a serem produzidos.

Com relação ao transporte fluvial, é de se mencionar ainda o início da construção das Eclusas de Tucuruí; o que permitirá, no futuro, a navegação ao longo do Rio Araguaia e do Lago de Tucuruí. Quanto ao sistema portuário, estão em andamento os trabalhos de ampliação e reaparelhamento do Porto de Itaquí, em São Luís, obras essas a cargo da Portobrás.

O Projeto Tucumã voltado à colonização, a cargo da Construtora Andrade Gutierrez, também registrou significativo pro-

gresso, tendo iniciado o assentamento de 30 famílias de colonos e plantado a primeira safra de milho e arroz. O núcleo urbano também passou por considerável desenvolvimento, já tendo sido dotado de significativas melhorias como telefone, agências dos correios, hospital e salas de cirurgia, escola, linha de ônibus intermunicipal, lojas, etc., tudo para atender população de cerca de 2.000 habitantes.

O Projeto Tucuruí, cuja titular é a Capemi e que visa à exploração da madeira existente na região onde se formará o lago da UHE de Tucuruí, já está oferecendo seus produtos, tanto internamente como no mercado internacional.

Em 1982 a Cia. Vale do Rio Doce desenvolveu amplo programa de pesquisa, compreendendo o minério de ferro, com o apoio às atividades de lavra em Minas Gerais, o detalhamento e reavaliação de jazidas para futura lavra em Minas Gerais e Carajás e a pesquisa de novas jazidas em Minas Gerais; minerais não-ferrosos, com a pesquisa de depósitos de cobre na região de Carajás e a de depósitos de bauxita na região de Paragominas (Pará) e junto ao eixo da ferrovia Carajás — São Luís.

Também foram estudados o minério de ouro, com a pesquisa de depósitos em Serra Pelada (Pará), Andorinhas — Graçaú (Pará), Aracy (Bahia) e norte de Goiás; minério de titânio, com a implantação de uma usina piloto para concentração do anatásio em Tapira (Minas Gerais), que deverá operar a partir do 1.º trimestre de 1983; o minério de manganês, com pesquisa tecnológica e metalúrgica do minério da jazida do Azul (Serra do Carajás), visando ao seu emprego na produção de ferro-ligas e fabricação de pilhas; minerais não metálicos, com a pesquisa de calcário na região de influência de Carajás, para emprego em futuros projetos metalúrgicos e agropecuários; minério de cobre, com a realização de estudo de pré-viabilidade da jazida Salobo 3A e o projetamento de uma usina piloto, a ser construída junto à mesma.

Na área de pesquisas e prospecções minerais, destacaram-se as seguintes realizações a cargo da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM):

— perfuração de 60 (sessenta) poços para captação de água subterrânea nas regiões Norte e Nordeste, objetivando minimizar as carências hídricas de pequenas localidades e servir de suporte hídrico a projetos agropecuários;

— intensificação das pesquisas de ouro mediante a execução de 26 projetos em bacias hidrográficas de vários pontos do País, com investimentos calculados em Cr\$ 480 milhões, que permitiram definir reservas estimadas em 630 toneladas de ouro;

— delimitadas três áreas de turfa nos arredores do Distrito federal, com 2,6 milhões de toneladas de turfa energética e 5,2 milhões de toneladas de turfa para uso como fertilizante. Na faixa costeira dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, foram prospectadas 63 turfeiras com reservas de 20 milhões de turfa energética, equivalentes a 7,6 milhões de óleo combustível e 40 milhões de toneladas de turfa para fins agrícolas. No estado do Rio de Janeiro foram delimitadas duas turfeiras, com uma reserva global de 4,9 milhões de toneladas de óleo combustível. Finalmente, foi estimada uma reserva de 35,5 milhões de toneladas de turfa equivalente a 6,4 milhões de toneladas de óleo combustível; e

— no que tange ao carvão mineral, delimitada uma reserva de 360 milhões de toneladas em áreas passíveis de mineração a céu aberto e estimada uma reserva de 308 milhões de toneladas para lavra subterrânea no Bloco Sul de Candiota (RS); em Capão da Várzea (RS) foi confirmada a existência de duas jazidas, totalizando uma reserva de 260 milhões de toneladas, a profundidades em torno de 200 metros; no âmbito do projeto Iruí — Butiá (RS), também foram identificadas novas jazidas, com reservas ainda sendo medidas; finalmente, na área do projeto Sapopema (PR), foi estimada uma reserva da ordem de 45 milhões de toneladas, a uma profundidade média de 450 metros.

Dentre as atividades desenvolvidas no exterior, ainda pela CPRM, cabe mencionar a prestação de serviços de geologia e assistência técnica ao governo da Líbia, a conclusão da primeira fase do projeto de pesquisa de carvão em Moçambique e a elaboração de estudos para a reativação da mina aurífera de El Topacio, na Nicarágua, mediante concorrência internacional. Também foram executados serviços de sondagens no Paraguai, tendo sido concluídos 20.000 metros de perfuração, bem como prestada assessoria técnica em pesquisa de água subterrânea no chaco paraguaio utilizando métodos geofísicos. Foi feita, ademais, entrega de relatório final do projeto de levantamento de uma área de 47.000 Km² na Somália, em co-empresada com outras empresas privadas usando métodos aerogeofísicos.

Os trabalhos de mapeamento integrado empreendidos pelo Projeto RADAMBRASIL apresentaram, em 1982, os seguintes resultados:

— na região Norte, foi feita a identificação de unidades geológicas no Território Federal do Amapá, semelhantes à província mineral de Carajás, abrindo grandes possibilidades para o ouro, o cobre, o manganês, o cromo, o níquel, a platina e outros minerais;

— na região Nordeste foi estimado um acréscimo de 9 milhões de toneladas de minério de manganês às reservas conhecidas no Ceará; indicada uma reserva de 91 bilhões de toneladas de calcáreo de alto grau de pureza na Bacia Potiguar e 14 bilhões de toneladas de rocha-minério de natureza magnésiana; revelada uma área altamente promissora em minerais na Serra Negra de Nova Olinda (PB); revelado, por estudos hidrológicos, um potencial estimado de 60 bilhões de m³ de água/ano, disponível, em áreas de abrangência dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; também foram indicadas áreas com alta probabilidade de sucesso na pesquisa de ouro na porção meridional e ocidental de Seridó — Cachoeirinha, compreendidas nos estados de Pernambuco e Paraíba; identificadas áreas potencialmente promissoras para novos fazimentos de scheelita e diatomito no Rio Grande do Norte; e identificadas cerca de 2,4 milhões de hectares favoráveis ao desenvolvimento de agricultura intensiva, racional e produtiva com irrigação e sob sistema de manejo adequado. Somente na Chapada de Apodi, no limite dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, aproximadamente 600 mil hectares seriam aproveitáveis com técnicas apropriadas para agricultura e pecuária.

2.4 POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA

As políticas fiscal e monetária visaram, em 1982, a manter os investimentos prioritários do governo e a propiciar maior volume de recursos financeiros ao setor privado, com vistas à reativação da atividade produtiva e do emprego sem, contudo, perder de vista a necessidade de solucionar a crise do setor externo e desacelerar gradualmente o ritmo inflacionário.

Com vistas a solucionar a crise do setor externo, mantiveram-se os estímulos às exportações e à captação de recursos externos, através de benefícios fiscais e creditícios. Por outro lado, a importação foi desestimulada por meio de tributos mais elevados e de limite às importações efetuadas pelo setor público.

O combate à inflação se fez através de políticas orçamentária e monetária apropriadas, utilizando-se principalmente o controle dos gastos públicos e dos principais fatores responsáveis pela expansão monetária excessiva.

Durante todo o ano, o Governo manteve-se atento à execução tanto do orçamento da União quanto do orçamento monetário e das empresas estatais, procurando corrigir os desvios surgidos, manipulando de forma flexível os instrumentos fiscais e monetários.

A execução orçamentária do Tesouro Nacional processou-se com eficiência e flexibilidade, visto haver contado com volume relativamente maior de recursos livres oriundos das reservas de contenção e de contingência e do excesso de arrecadação. Desse modo, o governo pôde alocar recursos adicionais para as suas prioridades e transferir um volume considerável de receita orçamentária às autoridades monetárias e às empresas estatais contribuindo, desse modo, para melhorar o desempenho da política financeira em sua concepção mais abrangente.

A execução do orçamento monetário apresentou resultados satisfatórios, em que pese a piora relativa de alguns indicadores. A base monetária, ao se expandir mais de 80% em 1982, situou-se acima da expansão do ano anterior. Porém, os meios de pagamento, no conceito M_1 , ao passarem de uma expansão de 75% em 1981 para 69% em 1982, revelaram a preocupação das autoridades em conter a oferta monetária e, conseqüentemente, desacelerar o ritmo inflacionário.

O crescimento da base monetária acima das previsões decorreu da necessidade de se prover recursos adicionais às atividades prioritárias, como agricultura, exportação e PROÁLCOOL, além de alguns subsídios diretos ao abastecimento, ainda a cargo das autoridades monetárias.

Contudo, para se evitar que os efeitos da expansão da base monetária se propagassem integralmente sobre o nível dos preços, aumentou-se o depósito compulsório dos bancos comerciais, reduzindo-se, assim, o multiplicador da base monetária e, portanto, a expansão da oferta monetária. Ao mesmo tempo, foram impostos limites quantitativos aos empréstimos dos bancos comerciais.

A destinação de recursos financeiros para áreas prioritárias efetuou-se por meio da política financeira, ampliando-se o volume de crédito e a totalização de recursos orçamentários para os setores agrícola, exportador e energético, bem como para os setores sociais mais carentes de meios.

A atribuição de recursos aos setores prioritários ainda contou com os investimentos das empresas estatais da ordem de Cr\$ 3.120 bilhões em 1982, ou seja, um incremento de 114% em relação ao ano anterior. Esse crescimento decorreu basicamente da necessidade de manter o ritmo de expansão no setor energético e exportador e de dar continuidade a projetos em andamento em outros setores.

Como resultado da utilização integrada de todos esses instrumentos de política financeira, o déficit do governo federal no conceito consolidado — englobando o orçamento da União, orçamento monetário e orçamento das empresas estatais — manteve-se, em 1982, nos mesmos níveis do ano anterior, ou seja, cerca de 6% do PIB.

Para 1983, a meta de se reduzir esse déficit próximo de 3,5% do PIB faz parte de um programa econômico mais abrangente, incluindo estabilização interna e reequilíbrio do balanço

de pagamentos, com o menor sacrifício possível para o setor privado da economia.

Esse ajuste econômico, que se estenderá por um período de três anos, exigirá política financeira mais austera e integrada às demais políticas, especialmente à política do setor externo.

2.4.1 Política fiscal

A política fiscal para 1982 foi definida em consonância com a contenção rigorosa dos dispêndios sem, contudo, prejudicar a adjudicação de recursos às prioridades básicas do governo.

No tocante à contribuição à política monetária, aperfeiçoou-se o mecanismo de integração do orçamento fiscal com o monetário, sendo que em 1982 Cr\$ 637 bilhões de recursos tributários foram transferidos ao Banco Central e ao Banco do Brasil para a cobertura de gastos com subsídios ao abastecimento, estímulos às exportações e à captação de recursos externos e com os encargos da dívida pública interna federal.

Os instrumentos da política fiscal foram também utilizados com o intuito de solucionar os problemas do setor externo. A busca do equilíbrio do balanço de pagamentos exigiu medidas de estímulo às exportações e à captação de recursos externos e de contenção às importações.

Para estimular as exportações, estendeu-se até abril de 1985 a vigência do crédito-prêmio do IPI; para estimular a captação de recursos externos, permaneceram as reduções do imposto de renda na remessa de juros e as isenções do IOF nos empréstimos efetuados com recursos externos; para desestimular as importações, as alíquotas do imposto de importação para um grande número de produtos foram mantidas em níveis elevados, o IOF nas importações de bens e serviços permaneceu em vigor e as importações das empresas estatais foram rigorosamente controladas; e para disciplinar a saída de divisas do País estendeu-se a incidência do IOF às aquisições de câmbio para viagens ao exterior.

Na área social destacou-se a criação, pelo Decreto-lei nº 1.940, de 25.05.82 do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL), destinado a dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter assistencial relacionados com alimentação, saúde, educação, habitação popular e amparo ao pequeno agricultor. Para custear o FINSOCIAL foi instituída uma contribui-

ção de 0,5% sobre a receita bruta das empresas públicas e privadas que realizam venda de mercadorias, bem como das instituições financeiras e das sociedades seguradoras. Este fundo poderá ainda contar com recursos de dotações orçamentárias da União, retornos de aplicações e outros recursos de origem interna ou externa, compreendendo repasses e financiamentos.

Ainda na área social, duas medidas relevantes foram implementadas. A primeira, que beneficiou os mutuários de menor renda do Sistema Financeiro de Habitação, elevou os limites de ressarcimento de parte das prestações mensais referentes à casa própria. A segunda isentou do IPI as aquisições de carro a álcool para fins de serviços de táxi, beneficiando o profissional de menor capacidade econômica, além da contribuição à política de substituição de derivados de petróleo.

A equidade fiscal foi aperfeiçoada através de modificações no imposto de renda. As distorções quanto a devoluções e pagamentos parcelados do imposto de renda foram corrigidas pelo Decreto-lei nº 1.968, de 23.11.82, que instituiu a correção monetária tanto para os casos de restituição como para os casos de parcelamento do imposto a pagar. Os abatimentos relativos a aluguéis e juros de financiamento da casa própria, permitidos para 1983, foram elevados em 150% relativamente aos valores vigentes no exercício de 1982.

Os setores prioritários da economia foram estimulados através de isenções do IPI e do imposto de importação. Assim, as importações de equipamentos para as atividades de pesquisa da PETROBRAS, para Itaipu, Furnas e Eletrosul, para a construção naval e para a fabricação de locomotivas elétricas foram beneficiadas através de isenção desses dois tributos.

A programação orçamentária, que estimou a receita e fixou a despesa do Tesouro Nacional em Cr\$ 4.000 bilhões para o exercício de 1982, foi mais flexível que nos anos anteriores. Esta flexibilidade, decorrente da eliminação de grande parte das vinculações de receita, permitiu que um volume maior de recursos fosse destinado à reserva de contingência. Com isso aumentou-se o grau de controle da despesa e a liberação de receita para os programas prioritários e de emergência pôde ser efetuada com eficiência.

Outro mecanismo de controle orçamentário foi a reserva de contenção constituída de 12% da despesa fixada no orçamento da União, à conta de recursos do Tesouro Nacional, excluindo-se as dotações prioritárias. De acordo com a determinação ori-

ginal, o montante de Cr\$ 75 bilhões oriundos dessa reserva foi utilizado exclusivamente para atender às despesas decorrentes do reajuste salarial dos servidores públicos civis e militares da União.

Como resultado das medidas tomadas na área fiscal, em 1982, o exercício fiscal apresentou receita de Cr\$ 4.618 bilhões e despesa efetiva de Cr\$ 4.611 bilhões, resultando superávit de caixa de Cr\$ 7 bilhões.

O desempenho da receita se deveu basicamente ao comportamento dos três principais tributos — imposto de renda, IPT e IOF — e de «outras receitas», que em conjunto representaram mais de 83% da receita total em 1982.

O imposto de renda, com uma arrecadação líquida de Cr\$ 1.354 bilhões e uma participação de 29,3% na receita total, continuou sendo a principal fonte de recursos tributários da União. Relativamente a 1981, acusou uma expansão de 112%. O IPT, com uma arrecadação líquida de Cr\$ 990 bilhões e uma participação de 21,4% registrou incremento de 98%. A arrecadação do IOF alcançou Cr\$ 517 bilhões, com uma participação de 11,2% e um crescimento de 94%. A rubrica «outras receitas», onde estão incluídas as diversas cotas de contribuição, apresentou uma arrecadação de Cr\$ 988 bilhões, com participação de 21% e incremento de 133%.

No tocante à despesa, verificou-se que a desvinculação de receita, implementada nos últimos exercícios, proporcionou maior flexibilidade aos gastos do Tesouro. Assim, enquanto em 1981 o volume de recursos vinculados representava 33% da despesa total, esta participação caiu para 26% em 1982. Conseqüentemente, as cotas de despesa, que representam os gastos efetuados com recursos livres ou ordinários, passaram de 67% para 74%.

Outro instrumento utilizado pelo governo para reativar a atividade econômica, realocando os investimentos para os setores prioritários, foi o orçamento das empresas estatais. Em 1982 essas empresas investiram Cr\$ 3.120 bilhões, representando um incremento de 114% em relação ao ano anterior.

Quase a metade desses investimentos foi efetuada por empresas do setor energético, destacando-se o grupo PETROBRÁS com Cr\$ 740 bilhões, o grupo ELETROBRÁS com Cr\$ 449 bilhões e Itaipu com Cr\$ 240 bilhões. Em seguida vêm o grupo SIDERBRÁS com Cr\$ 392 bilhões e a TELEBRÁS com Cr\$ 270 bilhões.

A necessidade de manter os investimentos nos programas de substituição de importações foi a causa básica do aumento no setor energético. Nos setores siderúrgicos e de transportes, decorreu da exigência técnica de continuar obras em execução.

No financiamento desses investimentos, bem como na complementação dos recursos correntes de outras empresas, sobretudo do setor de transportes e da previdência social, as transferências do Tesouro Nacional da ordem de Cr\$ 1.904 bilhões tiveram papel relevante.

2.4.2 *Política monetária*

A execução da política monetária, em 1982, foi orientada no sentido de evitar problemas de liquidez na economia, porém com a austeridade necessária a impedir a aceleração do processo inflacionário. Garantiu-se, por outro lado, o imprescindível suporte financeiro às atividades consideradas prioritárias para o ajustamento do balanço de pagamento e o abastecimento interno, tais como exportações, energia e agricultura.

Com vistas a assegurar resultados satisfatórios em 1982 e criar bases mais favoráveis para a viabilização do programa monetário de 1983, o Governo adotou uma série de medidas de política monetária que propiciaram a redução da taxa anual de expansão da oferta monetária de 75% em 1981 para 69% em 1982:

- aperfeiçoamento do mecanismo de limitação quantitativa do crédito para as instituições financeiras, acrescentando o critério de diversificação, para os bancos comerciais, de acordo com seu tamanho e a condição de operar ou não em câmbio;
- os depósitos compulsórios foram revigorados como instrumento de política monetária pela elevação do seu limite global até 60% dos depósitos em geral. Assim, foi efetivamente elevada de 35% para 45%, pelo Conselho Monetário Nacional, a taxa de depósitos compulsórios sobre os depósitos à vista dos bancos comerciais e instituída uma taxa de 5% sobre os depósitos a prazo dos bancos comerciais, de investimento e de desenvolvimento;
- reforço de captação de recursos para o Tesouro Nacional, com a elevação de 16% para 20% dos saldos de depósitos de poupança da Caixa Econômica Federal e de 70% para 80% dos depósitos do Fundo de Assistência a

liquidez do BNH para aplicação obrigatória em títulos públicos federais;

- aumento da captação de recursos não-monetários pelo Banco do Brasil, via depósitos a prazo fixo;
- controle mais efetivo dos empréstimos e repasses das autoridades monetárias (Banco do Brasil e Banco Central);
- maior engajamento dos bancos comerciais e de investimento no crédito rural, com vistas a diminuir a participação das autoridades monetárias no financiamento à agricultura, reduzindo as pressões sobre as emissões de moeda e a dependência do setor em relação ao crédito das instituições oficiais;
- continuidade da política de proteção aos pequenos produtores nos programas de crédito rural subsidiado das autoridades monetárias, fazendo incidir as reduções nos empréstimos aos médios e grandes agricultores, que passaram a financiar-se em maior escala no sistema bancário privado;
- continuidade da política de redução dos subsídios diretos ao consumo de certos produtos, tais como trigo e açúcar, mediante maior realismo no reajuste dos respectivos preços a nível de consumidor;
- continuidade do esforço de aperfeiçoamento institucional na sistemática de transferência de recursos do orçamento da União para o orçamento monetário, dentro do esquema de integração desses dois orçamentos.

Em consequência dessas medidas, foi possível manter o crescimento dos grandes agregados da política monetária em ritmo compatível com os objetivos traçados pelo governo. Com efeito, a firme execução da política monetária e creditícia permitiu que o crédito do sistema bancário evoluísse 91,6% em 1982, nível inferior ao registrado no índice geral de preços (99,7%). Por seu turno, o incremento dos meios de pagamento (69%) situou-se abaixo daquele observado nos empréstimos do sistema bancário, enquanto que a base monetária permaneceu acima de 80%.

A diferença entre os ritmos de expansão da base monetária e dos meios de pagamento é explicada pelo declínio observado no multiplicador monetário, cuja tendência de queda se acentuou com os primeiros efeitos da elevação das taxas dos recolhi-

mentos compulsórios incidentes sobre os depósitos à vista nos bancos comerciais.

Do lado dos desembolsos, os empréstimos do Banco do Brasil, os repasses e refinanciamentos do Banco Central, as aquisições de produtos amparados pela política de preços mínimos, as operações de comercialização do trigo, e os dispêndios relacionados com o açúcar (aquisições e subsídios de equalização) constituíram-se nas principais fontes de pressão expansionista sobre a base monetária.

Em 1982, o saldo dos empréstimos do Banco do Brasil cresceu Cr\$ 1.413 bilhões (67,9%), dos quais Cr\$ 795 bilhões destinados ao setor rural, Cr\$ 200 bilhões ao setor exportador, Cr\$ 351 bilhões ao comércio e indústria e Cr\$ 67 bilhões ao PROÁLCOOL.

Os créditos totais concedidos pelo Banco Central cresceram Cr\$ 471 bilhões em 1982, dos quais Cr\$ 231 bilhões destinaram-se a refinanciamentos à produção e comercialização de manufaturados exportáveis e Cr\$ 156 bilhões a repasses com recursos de fundos e programas, dentre os quais Cr\$ 32 bilhões do PROÁLCOOL.

Ao longo do ano de 1982, os créditos das autoridades monetárias direcionados à comercialização de produtos agrícolas absorveram Cr\$ 442 bilhões de recursos e se constituíram num dos principais fatores de pressão sobre a base monetária. Daquele total, Cr\$ 182 bilhões foram aplicados nas operações da política de preços mínimos (AGF), Cr\$ 165 bilhões na comercialização do trigo e Cr\$ 95 bilhões nas operações com o açúcar — aquisição para exportação e equalização de custos.

É importante assinalar ainda que o comportamento satisfatório da política monetária e creditícia foi alcançado não obstante o fato de as autoridades monetárias terem de atender a pressões conjunturais não previstas na programação original do orçamento monetário. Entre outras, houve a necessidade de aportar recursos adicionais para as seguintes finalidades:

- dispêndio para formação de estoques reguladores (carne, leite e arroz, entre outros) e aquisições de produtos agrícolas pela Comissão de Financiamento da Produção (feijão, milho, etc.);
- sustentação da política do açúcar (gravosidade nas exportações e equalização interna de preços);

- compras de café aos preços de garantia, a cargo do Instituto Brasileiro do Café; e
- aporte de recursos adicionais ao PROALCOOL e ao custeio agrícola.

2.4.3 Política creditícia

As diretrizes da política de crédito em 1982, a exemplo de anos anteriores, foram voltadas para atender às necessidades básicas de recursos dos setores prioritários: exportador, agrícola e energético, sem prejuízo do controle da política monetária.

Os critérios que balizaram a política de crédito no ano de 1981 foram mantidos, ressaltando-se a importância do controle da oferta global do crédito e sua distribuição segundo as prioridades governamentais; além da manutenção da política de redução dos subsídios, procurou-se favorecer a captação de empréstimos externos.

A política de crédito rural orientou-se ao aumento da produção de alimentos essenciais e à geração de excedentes exportáveis. Nesse sentido foram adotadas, em 1982, as seguintes providências:

- manutenção da política de taxas de juros subsidiadas utilizadas em todas as modalidades de crédito agrícola, diminuindo, no entanto, o limite de financiamento para os grandes e médios produtores nas operações de custeio, investimentos e pré-comercialização. Procurou-se assim exigir maior aplicação de recursos próprios nos projetos, liberando maior parcela das disponibilidades de recursos oficiais para os produtores de pequeno porte;
- manutenção da política de preços mínimos compensadores, com correção de seus valores na proporção da variação do índice nacional de preços ao consumidor entre o período de fixação e o mês inicial de colheita dos produtos considerados;
- agilização e simplificação das liberações de créditos de custeio de lavouras amparadas por Valores Básicos de Custeio (VBC) da safra 1982/83. Assim, o pequeno agricultor ficou liberado da formalização de proposta e da apresentação de planos ou propostas ao solicitar os créditos. Da mesma forma, as instituições financeiras passaram a promover a lavratura e assinatura dos documentos com maior brevidade; e
- ampliação da disponibilidade de crédito ao setor agrícola, correspondente a 10% e 5%, respectivamente, do total das

operações de crédito sujeitos ao limite de expansão dos bancos comerciais e de investimento. Através desta diretriz os bancos comerciais, além dos 25% dos depósitos à vista, passaram a destinar parcelas consideráveis de recursos ao setor agrícola.

Para 1983, novo e importante passo foi dado no sentido da redução dos subsídios diretos (principalmente trigo e açúcar) e indiretos. De maneira geral, o custo dos créditos do Banco do Brasil e Banco Central terá como referência as variações do índice nacional de preços ao consumidor (70% da variação desse índice mais juros de 5% a.a.), à exceção dos refinanciamentos a manufaturados exportáveis, cujas taxas de juros foram mantidas. Além disso, foram novamente reduzidas as parcelas do crédito rural subsidiado (40% ao crédito para grandes produtores, 60% para médios e 90% para pequenos) no caso de operações de custeio e pré-comercialização. Paralelamente, foram aumentadas as exigibilidades de aplicação dos bancos comerciais e bancos de investimento do setor rural. No primeiro caso essa exigibilidade passou de 45% das aplicações e, para os bancos de investimento, de 5% para 10%, excluindo-se do total de aplicações para efeito de cálculos as operações amparadas por repasses, refinanciamentos ou recursos externos.

As operações realizadas pelas autoridades monetárias junto ao setor rural alcançaram o fluxo líquido de Cr\$ 845 bilhões, o que representou um incremento de 69,0% em relação ao saldo registrado em 1981.

As operações de custeio agrícola do Banco do Brasil indicaram em dezembro saldo de Cr\$ 963 bilhões, com incremento de 95,8% durante 1982. Esse comportamento resultou da prioridade concedida aos financiamentos destinados ao plantio, tratos culturais e colheita.

Com vistas a assegurar regularidade no abastecimento de produtos básicos de consumo — carne, leite em pó, arroz, etc., foram aplicados pelas autoridades monetárias, ao longo de 1982, recursos da ordem de Cr\$ 31 bilhões.

Dentro do programa governamental de fortalecimento das atividades rurais e de solução racional dos problemas ligados à estrutura e ao funcionamento do sistema de comercialização de produtos agrícolas insere-se a política de garantia de preços mínimos, que funciona como mecanismo regulador de preços e estimulador da produção.

Para atender às necessidades desses programas, as autoridades monetárias aplicaram recursos líquidos da ordem de Cr\$ 294 bilhões, elevando o saldo dos seus financiamentos nessa área de Cr\$ 133 bilhões em 1981 para 427 bilhões ao final de 1982, o que representou um acréscimo de 221,0%. Ao mesmo tempo, a rede bancária privada preencheu as necessidades complementares do programa através de maior participação dos empréstimos EGF no conjunto das suas aplicações obrigatórias em crédito rural.

Com relação à política de preços para o trigo, adotada pelo governo federal a partir de 1980, os reflexos foram bastante significativos em termos de reajuste do mercado. O consumo caiu em cerca de um milhão de toneladas entre 1980 e 1982. O saldo dos recursos alocados no financiamento do produto atingiu Cr\$ 300 bilhões em 1982, representando um aumento 88,4% em relação ao ano anterior.

Os financiamentos para «warrantagem» de açúcar e álcool e compras para exportação de açúcar demandaram recursos adicionais em 1982, estimados em Cr\$ 135 bilhões, exclusive os financiamentos à produção industrial que são atendidos com recursos normais do Banco do Brasil.

Além disso, a interiorização da rede de agências, a instalação de postos avançados de crédito rural e de unidades de recebimento de proposta, constituíram fatores relevantes para ampliar a assistência financeira à agropecuária, funcionando, ademais, como importantes instrumentos de democratização do crédito, por facilitar o acesso dos pequenos e médios produtores às fontes de financiamento.

O balanço das mudanças introduzidas na política de crédito rural apresentou resultados satisfatórios, de acordo com os seguintes indicadores de desempenho:

- a oferta de financiamento acompanhou as necessidades setoriais de custeio agrícola;

- o perfil da origem dos recursos alterou-se, com participação maior de fontes não oficiais;

- as instituições financeiras ajustaram-se aos procedimentos estabelecidos com agilidade e eficiência; e

- face à redução dos subsídios creditícios às médias e grandes propriedades rurais, o emprego de recursos passou a efetuar-se com maior racionalidade.

A política de crédito às exportações orientou-se principalmente para o estímulo aos manufaturados e semimanufaturados. Nesse sentido, o Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX) registrou, ao final de 1982, o saldo de Cr\$ 711 bilhões, contra Cr\$ 340 bilhões no exercício anterior, ou seja, um incremento da ordem de 109,1%. Os financiamentos destinados à produção e comercialização de manufaturados exportáveis atingiram o saldo de Cr\$ 525 bilhões, com crescimento de 101,3% no ano. Outras operações ligadas ao setor exportador (Cacex, Camio, Proex e DL. 1416/75) registraram fluxo líquido de Cr\$ 65 bilhões.

No financiamento ao setor energético destacaram-se as aplicações de Cr\$ 108 bilhões realizadas pelo Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL). Estas aplicações propiciaram investimentos em projetos industriais no valor de Cr\$ 84 bilhões e em projetos rurais de Cr\$ 24 bilhões. O ritmo de execução do programa traduziu-se em adequada compatibilização entre a produção de álcool e a expansão do mercado consumidor.

Consolidando sua posição de banco social, a Caixa Econômica Federal atuou em programas que objetivaram o atendimento às faixas populacionais de baixa renda, através de financiamento às cooperativas habitacionais e como agente de programas especiais.

Os financiamentos concedidos pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), administrado pela Caixa Econômica Federal, desde o seu início até outubro de 1982 atingiram a Cr\$ 49 bilhões. Nesse período, o FAS propiciou a construção de 23.993 salas de aula, 39.975 leitos hospitalares e 4.561 enfermarias. Além disso, beneficiou entidades sindicais na aquisição e construção de 227.807 m².

As aplicações do FAS nos centros sociais urbanos beneficiaram desde 1975 a uma população de cerca de 7 milhões de pessoas. No ano de 1982, de janeiro a novembro foram inaugurados 52 centros sociais urbanos, totalizando 359 unidades em funcionamento no país.

Na área de infra-estrutura habitacional o FAS aprovou 1.143 projetos, no montante de Cr\$ 15 bilhões, obtendo-se: 256.202 m² de calçamento, 35.300 m² de asfaltamento, 935.230 m² de guias e meios-fios, 1.080.192 metros de redes de abastecimento d'água, 407.847 metros de redes de esgoto, 3.983.236 metros de drenagem, 392 equipamentos para coleta e tratamen-

to de lixo e 8.214 m² de área construída para lavanderias públicas.

O programa de crédito educativo com recursos do FAS, desde seu início em 1976, até setembro de 1982 firmou 641.738 contratos, beneficiando 543.484 estudantes. Estima-se que, até dezembro de 1982, o programa terá atingido um saldo de aplicações de Cr\$ 38 bilhões.

A construção de módulos esportivos, até novembro de 1982, contou com 342 módulos aprovados, no montante de Cr\$ 0,7 bilhão, beneficiando cerca de 2,7 milhões de pessoas. Naquele período foi aprovada a instalação de 49 unidades no interior do país, no montante de Cr\$ 0,164 bilhão.

A Caixa Econômica Federal financiou, em apenas três meses (agosto — setembro — outubro de 1982), 7.161 táxis no montante superior à Cr\$ 4 bilhões, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.944/82 que estabeleceu condições especiais para aquisição de veículos novos, movidos a álcool, para motoristas de praça. De acordo com este decreto, estas operações estão isentas do IPI e ICM, além da concessão de abatimento de 5% pelos fabricantes, o que reduziu o preço de venda do veículo em 45%. O financiamento da CEF atinge até 80% do preço do veículo, com prazo para pagamento de 24 meses. Até dezembro estima-se ter sido atingida a meta de financiar 8.500 táxis, com montante aproximado de Cr\$ 5,2 bilhão.

A Caixa Econômica Federal, por seu turno, vem destinando apoio crescente a essas empresas, através do PAMICRO e do programa de financiamento ao capital de giro, com aplicações da ordem de Cr\$ 125 bilhões, beneficiando cerca de 107.129 micros, pequenas e médias empresas no período de 1974 a outubro de 1982.

2.4.4 Política de mercado de capitais

No ano de 1982 foram tomadas diversas medidas visando ao aperfeiçoamento e à ampliação do mercado de títulos públicos federais com vistas a remover distorções derivadas da conjuntura inflacionária e da situação desfavorável das contas externas. Dentre elas destacam-se:

— disciplinamento dos compromissos de recompra ou compra e de revenda ou venda no mercado secundário de títulos públicos com vistas a adequar aquelas normas ao crescimento do mercado, ampliando o elenco de operações permitidas e o número de instituições participantes;

— inclusão dos bancos de desenvolvimento, caixas econômicas estaduais e as cooperativas de crédito entre as instituições autorizadas a efetuar «operações a preços fixos». Anteriormente este tipo de operações só podia ser realizada entre bancos comerciais, bancos de investimento, corretoras e distribuidoras, devidamente habilitadas, ou entre tais instituições e as financeiras ou as sociedades de crédito imobiliário;

— inclusão de dispositivos que permitiram às sociedades corretoras e distribuidoras não habilitadas a intermediar «operações a preços fixos», direta e simultaneamente, assumindo compromissos de revenda com as instituições habilitadas a operarem «a preços fixos» no mercado de títulos de renda fixa;

— ampliação da participação das letras do tesouro nacional, obrigações reajustáveis do tesouro nacional e títulos da dívida pública dos estados, nas reservas técnicas das entidades de previdência privada, reservas não comprometidas de acordo com os critérios fixados pelo Conselho de Previdência Complementar;

— criação do «trimestre móvel», acabando com a obrigatoriedade de o depositante de caderneta de poupança efetivar seus depósitos apenas no primeiro dia útil de cada mês para ter assegurado o recebimento dos rendimentos relativos a cada período. A partir de janeiro/83 o depositante irá determinar — por sua livre escolha — a data que lhe for mais conveniente para realizar os seus depósitos, facilitando, sobremaneira, a administração de seus recursos. Em outra resolução o BACEN instituiu uma modalidade de «poupança progressiva», cujo depósito inicial mínimo é de 500 e máximo de 5.000 UPC. Os depósitos mensais deverão ser múltiplos de 100 UPC e os rendimentos serão também progressivos em função dos prazos de permanência dos recursos;

— redução da base de cálculo do imposto de renda incidente sobre a remuneração proveniente das letras de câmbio, com aceite das financeiras;

— determinação para que os rendimentos de títulos de renda fixa e de depósitos a prazo sem emissão de certificado pagos aos fundos de condomínio paguem o imposto de renda na fonte, de acordo com a legislação aplicável às pessoas físicas. A medida visa a dar maior flexibilidade às aplicações dos Fundos, uma vez que pela legislação precedente só obtinham isenção do imposto os rendimentos originados de carteira com 60% do patrimônio aplicado em ações ou debêntures conversíveis;

— isenção do imposto de renda para os rendimentos de debêntures de emissão pública e para os dividendos auferidos pelos Fundos, assim como as bonificações e outros interesses distribuídos a pessoas físicas na forma de dinheiro, de reinvestimento ou de valorização de quotas; e

— definição como companhia aberta, para fins do imposto de renda, àquela cujas ações sejam negociadas em bolsas ou no mercado de balcão, restringido assim o conceito que consta do art. 22 da Lei nº 6.385, de 07.12.67, que dava margem a distorções.

Do realismo da correção monetária e da descompressão das taxas ativas de juros resultou movimento semelhante nas taxas de captação, favorecendo sobremaneira a colocação de obrigações reajustáveis do tesouro nacional, as emissões de títulos privados e a captação de recursos através de depósitos de poupança. Esses últimos tiveram destaque no ano, transformando-se no principal ativo financeiro.

Recursos da ordem de Cr\$ 669 bilhões foram carreados para capitalização das empresas, especialmente através da colocação de debêntures. A exemplo do que já ocorrera nos anos de 1980/81, essa modalidade de captação voltou a constituir importante alternativa de financiamento para as empresas.

Em termos de mercado acionário, destacam-se o grande dinamismo com que se expandiu o mercado futuro de ações, responsável, juntamente com o mercado de opções, por aproximadamente 60% do volume de negociações verificadas nas principais bolsas de valores do país.

Esse dado, por si só, já é suficiente para justificar a especial atenção dedicada pela Comissão de Valores Mobiliários a esse segmento do mercado de ações. A CVM não apenas tentou resguardar a situação financeira das sociedades corretoras, responsáveis pelo desempenho das bolsas de valores, mas também, e principalmente, sanar um dos maiores problemas verificados no mercado futuro — a excessiva concentração de negócios em mãos de terminados comitentes — mediante a fixação de limites operacionais.

Os dados relativos ao mercado secundário de ações revelam um crescimento nominal aproximado de 110% no valor global de transações nas bolsas de valores, apresentando um total de Cr\$ 1.031 bilhões de negociações até novembro, contra Cr\$ 490 bilhões até o mesmo mês de 1981.

Com relação ao mercado primário, estimativas existentes demonstram haver sido carreado para a capitalização das empresas cerca de Cr\$ 400 bilhões.

No que diz respeito ao aperfeiçoamento da estrutura de mercado de bolsa, vale ressaltar, logo no início do ano de 1982, a Resolução CMN nº 723, originada de proposta conjunta CVM/BACEN. Essa resolução se constituiu em importante passo para o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários na medida em que ofereceu melhores condições para o ingresso de sociedades corretoras de outras praças aos pregões das bolsas de valores, através da dispensa, dentro de determinadas condições, da obrigatoriedade de aquisição de título patrimonial.

Em agosto de 1982, dado o crescente interesse pelas debêntures, que ameaçava sua descaracterização como um mero instrumento de empréstimo financeiro, o Conselho Monetário Nacional (CMN), sujeitou à prévia anuência da CVM as emissões de debêntures, por qualquer companhia, fossem elas para subscrição pública ou não. Esta providência, além de permitir o exame das características de cada emissão, tornou possível o seu eficaz controle estatístico, ensejando ainda a correta avaliação do uso daquele título como alternativa válida de financiamento das empresas.

O final do ano trouxe ainda, como já se salientou anteriormente, importantes medidas favoráveis ao mercado de ações. Na primeira delas foi determinado que os rendimentos pagos pelas sociedades de investimento — criadas pelo Decreto-lei nº 1.401 com a finalidade de captar capitais externos para aplicação no mercado brasileiro de ações — tivessem seu tratamento fiscal modificado com o intuito de tornar mais eficaz aquele instrumento de captação de poupança externa de risco.

Finalmente, o Decreto-lei nº 1.994, de 29.12.82, veio criar novos incentivos à capitalização das empresas privadas nacionais ao instituir, dentro de certos limites, um crédito financeiro às pessoas jurídicas que, domiciliadas no Brasil, aumentem seu capital social com o ingresso de novos recursos financeiros ou, ainda, até a data de 31.12.83, convertam em capital social o principal ou juros de empréstimos diretos em moeda estrangeira ou financiamentos para importação de bens ou serviços.

2.4.5 Política de seguros

O fortalecimento do setor de seguros constitui preocupação constante do governo, mormente em uma conjuntura em que a crise gerada no exterior se reflete de forma aguda na economia nacional.

Com efeito, a política de seguros executada em 1982 elegeu como prioridade a neutralização dos efeitos perversos provocados pelas tensões inflacionárias sobre o desempenho do mercado segurador nacional.

Dentro do quadro atual, pode-se afirmar que esse objetivo foi alcançado uma vez que, apesar dos óbices enfrentados a atividade apresentou resultados satisfatórios, superiores, mesmo, aos do biênio anterior. Assim é que o faturamento de prêmios ascendeu, aproximadamente, a Cr\$ 433 bilhões, acusando um incremento de 98,6% sobre o ano anterior.

Vale assinalar que os seguros de maior significado social, como o seguro de vida e de acidentes pessoais, tiveram desempenhos ainda mais relevantes, apresentando taxas de expansão de 106% e 102%, respectivamente. O seguro-saúde, de implantação mais recente, cresceu 295%.

Quanto ao desempenho das sociedades seguradoras verifica-se que o patrimônio líquido e as provisões técnicas — indicadores relevantes do grau de solvência dessas instituições — continuaram revalendo boa progressão, alcançando, em conjunto, cerca de Cr\$ 528 bilhões, montante equivalente a 122% da receita gerada pelas operações de seguros, contra 107% em 1981.

O Instituto de Resseguros do Brasil-IRB somou Cr\$ 167,2 bilhões de aplicações ao final de 1982, influenciando no aumento da capacidade de inversão do sistema segurador que alcançou o montante de Cr\$ 700 bilhões de aplicações.

Tais valores, além de espelharem o elevado grau de solidez desse segmento do mercado financeiro, mostram a crescente importância de que se reveste, em virtude da sua elevada capacidade de captação de poupanças e investimento em proveito do desenvolvimento do país.

Sob o aspecto normativo, vale ressaltar o trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados — CNSP que, em 1982, baixou diversas instruções voltadas para o aperfeiçoamento tanto das atividades ligadas à área de seguros, co-

mo da previdência privada aberta, cujo sistema já se encontra quase totalmente ajustado aos ditames da Lei n.º 6.435/77.

O Instituto de Resseguros do Brasil, cujo capital foi elevado de Cr\$ 12 bilhões para Cr\$ 25 bilhões, mediante aproveitamento de reservas, continuou exercendo sua função de órgão regulador do mercado, atuando no sentido de otimizar a retenção de negócios dentro do país gerando receita da ordem de Cr\$ 105,1 bilhões em prêmios de resseguros. Isto representou um incremento de 92,9% sobre o ano anterior. Desse montante, Cr\$ 45,1 bilhões retornaram ao mercado sob a forma de retrocessão, Cr\$ 40,5 bilhões corresponderam a retenções efetuadas pelo próprio IRB, e apenas Cr\$ 19,5 bilhões corresponderam aos prêmios de riscos transferidos ao mercado internacional, através de resseguros passivos, destinados a cobrir excedentes da capacidade de retenção do mercado interno.

No que concerne à captação externa de negócios, a persistência de resultados desfavoráveis obtidos pelo escritório mantido pelo IRB em Londres levou aquele instituto a adotar uma política de gradativa e substancial redução de seus negócios no exterior, até que, em meados de dezembro de 1982, foi suspenso o fluxo de novas operações. Isso permitirá fôlego para uma reavaliação de mercado internacional de resseguros, bem como o prosseguimento de estudos de viabilidade e conveniência da implantação em Londres de empresas controladas por capitais brasileiros, a exemplo do que já ocorre em relação a Nova Iorque.

2.5 COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

Registrou-se em 1982, como nos dois anos anteriores, desempenho fraco da economia mundial e, por conseqüência, estagnação do comércio internacional.

A crise atual, desencadeada a partir da segunda elevação acentuada do preço do petróleo, tem sido o resultado das políticas de estabilização adotadas pelos países industrializados. A exemplo do ocorrido após o primeiro choque do petróleo, estes países adotaram políticas restritivas no intuito de contrabalançar os efeitos adversos da deterioração de suas balanças comerciais e das pressões inflacionárias.

O relativo sucesso na luta antiinflacionária, observado em 1982, só foi possível à custa de estagnação econômica e de generalizado desemprego. De fato, enquanto a taxa média anual de crescimento do produto interno bruto dos países da OCDE se situou em 4,2%, entre 1976 e 1979, caiu para 1,3% no biênio 1980-81, estimando-se em apenas 0,1% em 1982. Paralelamente, a taxa média de desemprego, que no quinquênio 1976-79 se situava em torno de 5,2%, elevou-se para 6,1% no biênio 1980-81, e para 8,5%, em média, em 1982. Existem atualmente 30 milhões de desempregados naqueles países, número esse que pode atingir 35 milhões ao final de 1983.

Por outro lado, na busca do reequilíbrio de suas contas externas, os países industrializados passaram a adotar práticas protecionistas que provocaram queda sensível da demanda mundial e conseqüente estagnação do comércio internacional. O sucesso de tais medidas refletiu-se no agravamento dos problemas para os países em desenvolvimento, que tiveram de arcar com o ônus inicial dos aumentos dos preços do petróleo e, a seguir, com a drástica redução dos preços de suas mercadorias exportadas em contraposição aos aumentos dos preços de suas importações essenciais.

Desta forma, os preços dos produtos básicos (exclusive petróleo) exportados pelos países em desenvolvimento, sofreram uma redução de 6,5% no biênio 1980-81 e de 15,0% em 1982. A partir do segundo semestre de 1980, observou-se uma contínua e drástica queda das cotações das «commodities» em geral nos mercados internacionais cujo índice, depois de atingir o nível de 143,7 em novembro de 1980, reduziu-se para 108,5 em novembro de 1981, caindo para 93,3 em novembro de 1982. A perda acumulada no período foi da ordem de 35,0%.

Embora o fenômeno possa, em parte, ser explicado pelo excesso de oferta de mercadorias, a maior responsabilidade da queda cabe à própria política de combate à inflação pela contração da liquidez internacional. A queda da demanda resultante da recessão mundial agiu paralelamente à redução de liquidez e à conseqüente alta das taxas de juros no sentido de reduzir os preços e quantidades demandadas dos produtos primários nos mercados internacionais. Em conseqüência, a deterioração das relações de troca dos países em desenvolvimento, que antes era um fenômeno esporádico, vem se agravando, assumindo caráter permanente.

A este conjunto de circunstâncias desfavoráveis vieram se juntar dois outros fatores de efeitos diretos bem mais negativos para as economias em desenvolvimento. De um lado, a alta acentuada das taxas de juros reais nos mercados financeiros internacionais e, de outro, a redução absoluta dos fluxos de capitais para as economias em desenvolvimento, notadamente em 1982.

Com efeito, as taxas básicas de juros praticadas nos mercados financeiros internacionais sofreram substancial elevação a partir do final de 1979, atingindo níveis recordes ao longo de 1981 e situando-se em níveis bem mais elevados que a taxa média de inflação desses países, especialmente dos Estados Unidos. Em 1982, muito embora as taxas de juros nominais tenham se reduzido em média 3 pontos percentuais em relação às de 1981, a taxa de juros real continuou praticamente no mesmo nível (aproximadamente 6,0%) dada a redução de igual magnitude observada na taxa de inflação. Levando-se em conta a queda dos preços dos produtos exportados neste período a taxa real de juros atinge valores ainda maiores.

Esta situação veio agravar ainda mais o desequilíbrio do balanço de pagamentos dos países em desenvolvimento, dados

os crescentes dispêndios com o atendimento dos encargos de suas dívidas externas.

Obviamente, numa primeira tentativa para resolver seus desequilíbrios externos, esses países passaram a concentrar esforços nas exportações, sacrificando outras prioridades. Este esforço, no entanto, apenas aliviou momentaneamente a situação precária de seus balanços de pagamentos, mas longe esteve de solucioná-la. A adoção de medidas paralelas, como o controle das importações, gerou um círculo vicioso de protecionismo, sempre seguido de retaliações da parte dos países industrializados. Isso só fez agudizar o problema pelo enfraquecimento do comércio internacional. Neste contexto, o equilíbrio do balanço de pagamentos, na maioria dos casos, apenas foi possível através de maior endividamento.

Se o ajustamento pelo endividamento obteve relativo sucesso após o primeiro choque do petróleo (1974-76), dada a abundância de recursos financeiros, a custos relativamente baixos, o mesmo não se pode dizer da crise atual.

De fato, o prolongamento inesperado da recessão nos Estados Unidos e na Europa Ocidental tem provocado nestes países uma forte demanda por crédito para complementar os baixos fluxos de caixa decorrentes da continuada redução das vendas e para financiar os déficits do setor público. Como esta demanda por crédito vem coincidindo com políticas antiinflacionárias centradas em restrições monetárias, o resultado, facilmente previsível, foi o surgimento de uma crise de liquidez internacional que manteve as taxas de juros reais em níveis excepcionalmente elevados nos últimos três anos.

Para agravar ainda mais a situação dos países em desenvolvimento, observou-se, já a partir de 1981, forte redução do fluxo de capitais dos países industrializados. Enquanto em 1980 estes fluxos cresceram 10,0% em valor nominal, em 1981 o fluxo líquido aumentou apenas 2,0%, reduzindo-se em valor absoluto em 1982. Esta redução foi especialmente severa para os países da América Latina, cuja captação líquida de capitais, segundo se estima, reduziu-se em cerca de 35,0%.

A contração dos fluxos de capitais é explicada não só pela menor disponibilidade de recursos financeiros, mas principalmente pela relutância dos bancos privados em aumentar seus empréstimos aos países já altamente endividados e com receitas de exportação se reduzindo.

Ocorre, no entanto, que a redução do valor das exportações dos países em desenvolvimento deveu-se unicamente à queda de preços verificada no período 1980-82, já que o volume cresceu cerca de 16,0% no período. Ironicamente, o esforço para compensar a queda de preços — via aumento das exportações — produziu um excesso de oferta de produtos básicos diante da incapacidade de absorção de novas importações pelos países industrializados em recessão — o que, por sua vez, provocou novas reduções de preços.

Assim, o tratamento da crise atual difere bastante do ocorrido na crise de 1974-76, quando o fluxo de capitais para os países em desenvolvimento cresceu bem mais que o volume de suas exportações, possibilitando a estes países superar a crise sem reduções drásticas do ritmo de suas atividades econômicas. Ao usar como indicador da capacidade de pagamento o valor das exportações nas circunstâncias anormais atuais, o sistema bancário internacional só concorreu para agravar os desequilíbrios externos dos países mais endividados.

Já em meados de 1982 podia-se observar todas as condições de um círculo vicioso que fatalmente conduziria, como conduziu, à crise de liquidez internacional. Em primeiro lugar, pela acentuada redução da demanda do resto do mundo — tanto pela recessão como pelo protecionismo generalizado, que impedia a absorção de maiores volumes de exportações dos países em desenvolvimento e provocava redução de seus preços. Em seguida, pelo crescimento substancial dos serviços da dívida, dadas as elevadas taxas de juros internacionais. Por fim, pela forte desaceleração dos fluxos de capitais.

O círculo vicioso da crise de liquidez teve o seu desfecho em setembro, quando os países da América Latina se viram na contingência de atrasar seus pagamentos externos. Este fato acarretou a paralisação quase total do fornecimento de novos empréstimos por parte das entidades financeiras.

Na esteira da crise, vários outros países se viram compelidos a solicitar assistência financeira do Fundo Monetário Internacional e sua intermediação junto aos bancos privados internacionais para o restabelecimento das linhas normais de crédito. Isto ocorreu mesmo no caso de países que, até aquele momento, vinham administrando com relativo sucesso seus desequilíbrios. A perda do grau de manobra dos países e o desdobramento da crise foi inevitável: se o valor de suas exportações se reduziu devido à recessão dos países industrializados e se os fluxos de ca-

pital se estancaram porque caiu o valor das exportações e se, ainda, como é o caso, o ajustamento não foi possível a curto prazo pela simples redução de suas importações, apenas lhes restou a alternativa de negociação de novas modalidades de crédito e de pagamento da dívida externa vincenda.

Este cenário de crise mundial afetou particularmente o Brasil em meados de setembro, após a reunião anual do Fundo Monetário Internacional e a crise do México. Registrou-se então a virtual paralisação dos fluxos de empréstimos ao Brasil, assim como aos demais países da América Latina. Mantivemos inalterado, no entanto, o cumprimento de nossas obrigações externas, do que resultou rápida redução de nossas reservas internacionais. Os ativos totais do país em moeda estrangeira se situaram em cerca de Cr\$ 4 bilhões ao final de setembro, enquanto os ativos líquidos, após a dedução das obrigações de curto prazo, se reduziram para pouco mais de US\$ 1 bilhão. Com o intuito de estancar esse processo providenciou-se imediatamente a substituição transitória da captação de recursos de longo prazo por operações de curto prazo, até que os mercados se normalizassem. Ao mesmo tempo procurou-se acelerar, de forma voluntária, o processo de ajustamento e promover a elaboração de uma estratégia de médio prazo voltada ao reequilíbrio das contas externas.

Assim, foram obtidos junto aos bancos estrangeiros US\$ 2,0 bilhões em empréstimos denominados «bridge loans». O tesouro norte-americano forneceu recursos no montante de US\$ 1,5 bilhão, em antecipação aos provenientes do FMI. O FMI liberou US\$ 0,5 bilhão da linha de financiamento compensatório, e com o Banco de Compensações Internacionais (B.I.S.) foi acordado um empréstimo de US\$ 1,2 bilhão para liberação em 1983.

Posteriormente, em início de dezembro, o governo apresentou ao Fundo Monetário Internacional sua estratégia econômica. Esse programa propiciará, a curto prazo, a redução do déficit em transações correntes e do ritmo inflacionário e, a médio prazo, promoverá a retomada do crescimento econômico em bases mais sólidas.

Como parte deste programa, o governo brasileiro solicitou acesso aos recursos financeiros do FMI no valor equivalente a 450% da quota do Brasil, ao amparo da primeira «tranche» de crédito e de um acordo ampliado por um período de três anos, além do empréstimo compensatório para quedas nas receitas de

exportações e do empréstimo para financiamento de estoques reguladores.

Após a aprovação do programa de ajuste pela missão técnica do FMI que aqui esteve em dezembro, da qual resultou posteriormente o envio a esse organismo de uma Carta de Intenções e de um Memorando Técnico de Entendimentos, foi apresentada pelo governo à comunidade financeira internacional uma proposta de retomada dos fluxos de empréstimos ao Brasil. Essa proposição compreendeu quatro pontos básicos, a saber:

i — obtenção de novos empréstimos em moeda, no valor de US\$ 4,4 bilhões;

ii — renovação dos empréstimos, no valor de US\$ 4,0 bilhões, vencíveis em 1983;

iii — manutenção das linhas de crédito de curto prazo, no valor de US\$ 8,8 bilhões, relacionadas com operações de comércio exterior;

iv — restabelecimento de linhas de crédito interbancário aos níveis de junho de 1982.

As reações favoráveis sentidas imediatamente após a apresentação dessa proposta permitiram consolidar a certeza da viabilidade de nossa estratégia econômica para os próximos anos.

2.5.1 Os resultados da balança comercial em 1982

As exportações globais totalizaram US\$ 20,2 bilhões em 1982, enquanto as importações atingiram US\$ 19,4 bilhões, com decréscimos de 13,4% e 12,2%, respectivamente, em relação aos resultados obtidos em 1981. O saldo da balança comercial em 1982 foi portanto de US\$ 775 milhões, expressivo se considerarmos o cenário de declínio dos preços internacionais de nossos produtos, o aumento das práticas protecionistas, as dificuldades vividas por importantes parceiros comerciais e a valorização do dólar norte-americano em relação às demais moedas conversíveis.

Os resultados do período janeiro a outubro de 1982, confrontados com os de idêntico período de 1981, destacaram a evolução favorável dos saldos comerciais com os Estados Unidos (US\$ 833 milhões em 1982 contra US\$ 262 milhões em 1981), Japão (US\$ 309 milhões em 1982 contra US\$ 19 milhões em 1981) e com países da Comunidade Econômica Europeia (US\$ 2,63 bilhões em 1982 contra 2,38 bilhões, em 1981).

Contrapôs-se a esses resultados positivos, contudo, a brusca deterioração das relações comerciais com os países da América Latina (déficit de US\$ 360 milhões em 1982 contra superávit de US\$ 863 milhões em 1981) e da Europa Oriental (superávit de US\$ 545 milhões em 1982 contra US\$ 1,25 bilhão em 1981), precisamente as áreas com maiores dificuldades em suas contas externas.

2.5.2 Exportações

No período de janeiro a novembro de 1982, a composição das exportações foi semelhante à de idêntico período de 1981. A participação dos produtos básicos no total exportado aumentou ligeiramente (40,9% em 1982; 39,1% em 1981), enquanto os produtos industrializados perderam posição relativa (57,8% em 1982; 59,9% em 1981).

Na categoria de produtos básicos, o maior valor coube às vendas de café em grão (US\$ 1,65 bilhão); seguindo-se, no rol dos principais produtos, o minério de ferro (US\$ 1,62 bilhão), o farelo de soja (US\$ 1,54 bilhão) e o fumo em folhas (US\$ 440 milhões).

Os produtos de maior destaque no conjunto dos manufaturados foram: material de transporte (US\$ 1,53 bilhão); caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos (US\$ 1,09 bilhão); produtos siderúrgicos manufaturados (US\$ 726 milhões); e suco de laranja (US\$ 507 milhões). No grupo dos semimanufaturados, destacaram-se: pasta química de madeira (US\$ 244 milhões), óleo de soja em bruto (US\$ 216 milhões) e manteiga de cacau (US\$ 113 milhões), dentre os principais.

Conquanto os preços de nossas exportações em 1982 tenham, como regra geral, evoluído desfavoravelmente, vale citar os prejuízos acarretados pela queda dos preços dos açúcares demerara, cristal e refinado (inferiores em 40,5%, 52,1% e 49,3%, respectivamente, aos preços médios do ano de 1981) e farelo de soja (preço médio em 1982 inferior em 13% ao de 1981).

Alguns produtos, não obstante a conjuntura desfavorável, se beneficiaram de acentuado crescimento relativo, a exemplo das chapas de ferro ou de aço (exportações de US\$ 328 milhões, superiores em 79,5% às de 1981) e dos óleos combustíveis de petróleo (vendas de US\$ 495 milhões, superiores em 67,1% as de 1981).

Quanto às medidas adotadas para incentivar as exportações, vale mencionar as seguintes:

- manutenção até 30.04.85 da alíquota de 11% do crédito prêmio do IPI às exportações (portaria MF nº 252, de 29.11.82);
- extensão do incentivo do crédito do IPI às empresas nacionais exportadoras de serviços (Portaria MF nº 195, de 10.09.82);
- redução nas tarifas de energia elétrica excedente para o aumento da produção industrial destinada à exportação (Portaria DNAEE nº 107, de 22.11.82);
- elevação substancial dos créditos destinados à exportação.

2.5.3 Importações

A redução das compras do exterior, inferiores em US\$ 2,7 bilhões às verificadas em 1981, resultou não só dos efeitos de crise mundial sobre o nível de atividade de alguns segmentos da economia, como também das medidas de contenção adotadas pelo governo em função do agravamento da crise. Influuiu também neste resultado os frutos de programas de substituição de importações, além do aumento da produção nacional de petróleo e dos programas de substituição e racionalização de energia. A redução absoluta de gasto mais significativa, no período janeiro/novembro de 1982, foi a relativa às importações de petróleo, inferiores em US\$ 1,04 bilhão às de 1981. Seguiram-se as diminuições nas compras de «caldeiras, máquinas; aparelhos mecânicos» (menos US\$ 524 milhões), de ferro fundido e aço e suas «manufaturas» (menos US\$ 264 milhões) e «cereais» (menos US\$ 227 milhões).

A importação de petróleo continuou respondendo pela maior parcela dos dispêndios. Com um montante de US\$ 9,6 bilhões em 1982, representou 49,3% do total das compras do exterior. Seguiram-se, no período de janeiro a novembro de 1982, as importações de bens de capital (US\$ 2,6 bilhões), de produtos químicos orgânicos e inorgânicos (US\$ 916 milhões), e de cereais (US\$ 781 milhões), dentre os itens mais representativos.

Entre as principais medidas adotadas em 1982 para conter e selecionar as importações, destacam-se as seguintes:

- fixação dos gastos externos do setor público direto no mesmo nível do ano anterior, à exceção das importações

do setor de informática e da Zona Franca de Manaus, que tiveram seus limites ampliados em relação ao exercício anterior;

- manutenção do imposto sobre operações financeiras nas importações de bens e serviços;
- elevação dos prazos mínimos para pagamento de importações de máquinas, equipamentos, veículos, navios, embarcações e aviões (Resolução 767, de 06.10.82, do Banco Central);
- redução em 18% dos limites globais das importações diretas das empresas públicas;
- redução em 15% das importações constantes dos projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), pela Comissão de Coordenação de Transporte Aéreo Civil (COTAC) e pela Secretaria Especial de Informática (SEI);
- limitação das importações de petróleo em 750.000 barris/dia.

2.5.4 *Transações correntes, entrada líquida de capitais e reservas internacionais*

O aumento acentuado do dispêndio líquido de juros, face à persistência de taxas elevadas nos mercados financeiros internacionais, constituiu o principal fator determinante do aumento do déficit de transações correntes em 1982.

O déficit da conta «serviços» se elevou a US\$ 15,3 bilhões contra US\$ 13,1 bilhões verificado em 1981, porém as despesas de juros (US\$ 10,8 bilhões em 1982 contra US\$ 9,2 bilhões em 1981) responderam por quase todo o acréscimo.

Em consequência do déficit de «serviços», o déficit em transações correntes foi de US\$ 14,5 bilhões.

O ingresso líquido de capitais foi de cerca de US\$ 6,0 bilhões. Não sendo suficiente para cobrir o déficit em transações correntes, acarretou perda de reservas internacionais de aproximadamente US\$ 3,5 bilhões.

2.5.5 *Política cambial e endividamento externo*

A política cambial em 1982 contribuiu decisivamente para o saldo da balança comercial, fazendo com que o Brasil tenha si-

do um dos poucos países não-exportadores de petróleo a obter tal resultado.

As desvalorizações foram aceleradas sem se descontar a inflação externa, de modo a beneficiar o exportador com aumentos reais de remuneração. Até o final de dezembro foram efetivadas 39 desvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar norte-americano, a um intervalo médio de 9,3 dias, com taxa acumulada média de 1,76% em cada reajuste. A desvalorização acumulada no ano foi idêntica à variação dos preços internos medidos pelo índice geral de preços (disponibilidade interna): 97,7%.

É de se notar, entretanto, que os efeitos favoráveis dessa política foram em parte prejudicadas pela valorização do dólar norte-americano em relação às moedas européias e japonesas, tendo o governo procurado compensar os exportadores brasileiros com a permanência dos incentivos fiscais e com maior expansão dos fluxos de financiamento a taxas de juros subsidiadas.

A dívida externa líquida de médio e longo prazos atingiu, em setembro de 1982, US\$ 66.833 milhões, apresentando um crescimento de 8,8% em relação ao final de 1981 (9,7%, de dezembro de 1980 a setembro de 1981).

Quanto à composição da dívida, verificou-se novamente uma acentuada elevação da participação dos empréstimos em moeda, (77,0% contra 73,2% em dezembro de 1981), com especial destaque para os empréstimos contratados através da Resolução n.º 63, cujo saldo, em setembro de 1982, passou a representar 24,2% da dívida total (21,9% em dezembro de 1981). Com relação aos financiamentos de importação, componentes da dívida com parcela elevada de outras moedas que não o dólar norte-americano, a posição em setembro (US\$ 12,4 bilhões) foi inferior à verificada em dezembro de 1981 (US\$ 12,9 bilhões). Este fato é explicado pela valorização do dólar, resultando na redução do saldo estabelecido nesta moeda quando calculado às taxas cambial da data da posição.

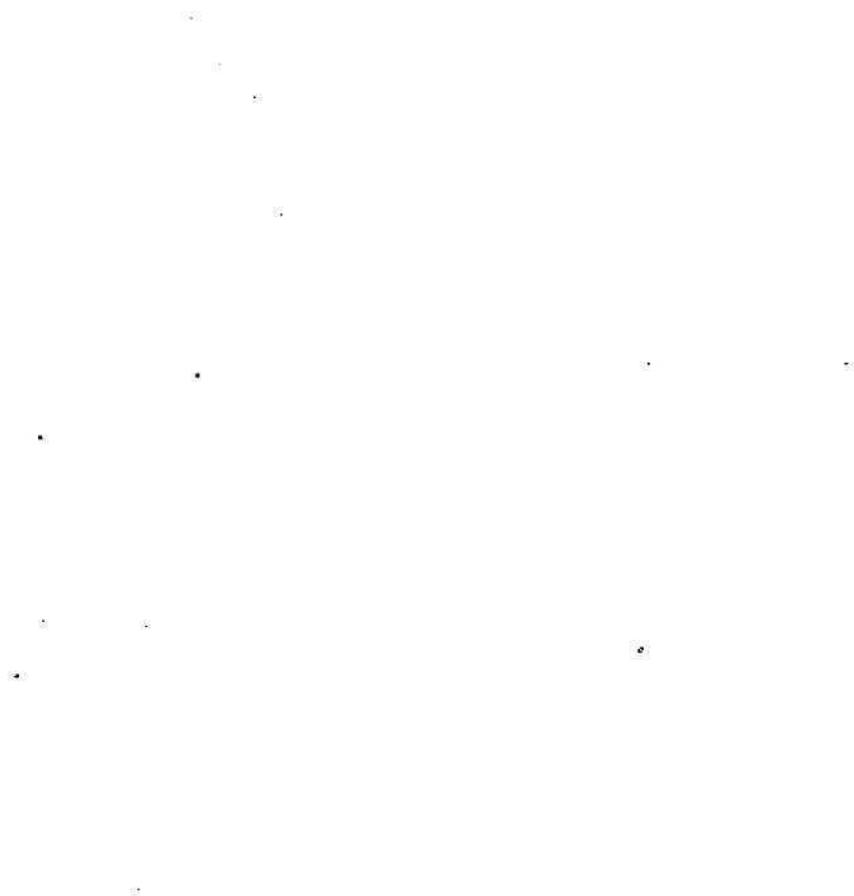
Os depósitos voluntários registrados em moeda estrangeira no Banco Central, amparados pela Resolução n.º 432, de 23.06.77 e Circular n.º 230, de 29.08.74, tiveram sua livre movimentação praticamente reestabelecida pela Resolução n.º 741, de 16.06.82, para os casos dos empréstimos externos obtidos através da Lei n.º 4.131 junto ao Banco Central a partir daquela da-

No que se refere especialmente aos empréstimos externos contratados através da Resolução nº 63, foram introduzidas algumas modificações em sua sistemática visando a estimular o repasse desses recursos internamente e, conseqüentemente, a contratação externa de novos empréstimos. A redução dos prazos mínimos nas operações internas de repasse, de 180 para 190 dias, foi estabelecida pela Resolução nº 710, de 04.12.81. A Circular nº 700, de 09.06.82, adicionalmente, permitiu a cobrança de encargos prefixados nas operações internas de repasse, exclusivamente quando realizados no prazo de 90 dias, devendo essas operações serem dirigidas, preferencialmente, a pequenas e médias empresas. Com essa prefixação ocorreu a eliminação da incerteza por parte do tomador final quanto ao custo do empréstimo externo.

Através da Circular nº 707, de 24.06.82, foi ampliado a opção aberta ao sistema bancário de destinação dos recursos captados no exterior e que não tenham sido repassados internamente. Essas instituições passaram a poder aplicar o equivalente em cruzeiros desses empréstimos também em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, além das anteriormente já admitidas aplicações em Letras do Tesouro Nacional — LTN ou de realização de depósitos no Banco Central.

A realização de repasses interbancários de recursos tomados no exterior via Resolução nº 63 foi permitida, por sua vez, pela Circular nº 708, de 24.06.82, estabelecendo o prazo mínimo de 90 dias para a sua efetivação. A intenção dessa medida foi permitir o maior acesso de bancos comerciais e de investimentos de menor porte.

Ao final de 1982, a dívida líquida de médio e longo prazos deverá totalizar US\$ 68,4 bilhões, inferior, portanto, à previsão inicial de US\$ 72,2 bilhões.



2.6 INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A ação governamental nos setores de indústria e comércio intensificou sua ação no sentido da obtenção de maior saldo nas contas externas do país, seja através do apoio às exportações ou redução das necessidades de importações.

O esforço no sentido de reduzir e substituir o consumo de óleo combustível vem apresentando bons resultados. Estima-se que em 1982 a indústria cimenteira reduziu em 40% seu consumo deste combustível, representando economia anual de US\$ 160 milhões, e o setor de papel e celulose economizou cerca de US\$ 60 milhões.

A vinda de turistas ao país tem sido fortemente incentivada pela atuação da Embratur no exterior, tendo resultado na entrada superior a 1.200 mil pessoas e uma receita estimada em US\$ 1,7 bilhão em 1982.

2.6.1 Apoio às exportações

A atuação do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) através de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação — BEFIEX, possibilitou, em 1982, a contratação de 96 novos Programas, que totalizam compromissos de exportação superiores a US\$ 35,6 bilhões e garantem saldo de divisas mínimo de US\$ 21,8 milhões até 1992. As compras de bens de capital no mercado interno, decorrentes dos respectivos projetos, elevam-se a US\$ 1,7 bilhão.

Os 227 Programas BEFIEX contratados assegurarão exportações mínimas de US\$ 70 bilhões, com cerca de US\$ 11 bilhões já realizadas, e saldo de divisas não inferior a US\$ 38,9 bilhões. Ressalte-se a crescente participação das empresas nacionais, que respondem por 64% do número total de Programas aprovados e 58% no saldo líquido dos compromissos de exportação.

No que se refere à Comissão de Incentivos à Exportação — CIEEX, que concentra sua atuação no estímulo à exportação de empresas de médio porte, foram aprovados 51 novos programas durante 1982, com compromissos adicionais de vendas ao exterior de US\$ 800 milhões. Registrou-se, portanto, aumento de 13% com relação a 1981 em termos de compromissos de exportação firmados e 20% do número de propostas aprovadas.

As exportações, via BEFIEEX, devem ultrapassar US\$ 2,5 bilhões FOB, compreendendo mais de 20% das vendas externas brasileiras de manufaturados em 1982.

Siderurgia e não-ferrosos

A balança comercial de produtos siderúrgicos, ferro-ligas e ferro-gusa espelhou o esforço realizado no período, em mercado mundial francamente vendedor, apresentando saldo positivo crescente, ao passar de US\$ 474 milhões em 1981 para US\$ 755 milhões em 1982. As importações decresceram 51,1%, representando dispêndio de divisas no valor de US\$ 286 milhões, enquanto as exportações totalizaram US\$ 1.041 milhões.

O setor de fundição exportou 68.000 toneladas de peças, com incremento de 10,3% em relação ao ano anterior e representando ingresso de divisas da ordem de US\$ 69 milhões. As exportações de produtos forjados atingiram 35 mil toneladas em 1982, no valor de US\$ 52 milhões, mantendo os níveis alcançados no ano anterior.

No que se refere aos não-ferrosos, ressalta-se a diminuição de 22% no déficit da sua balança comercial, em 1982, tendo as exportações, principalmente de estanho e produtos manufaturados de alumínio e cobre, alcançado US\$ 163 milhões.

As crescentes exportações de estanho, a expansão do parque exportador de manufaturados de cobre e a auto-suficiência em níquel e em zinco deverão permitir, em 1983, superávit na balança de não-ferrosos.

Borracha sintética

As exportações de borracha sintética, em 1982, atingiram 38.000 toneladas, gerando divisas da ordem de US\$ 26,9 milhões e apresentando incremento de cerca de 34% em relação ao volume exportado no período anterior.

O principal tipo exportado foi o estireno butadieno, representando mais de 90% do total comercializado, sendo essas ex-

portações dirigidas, principalmente, para países sul-americanos e europeus.

Sal

A Comissão Executiva do Sal autorizou operações de comércio externo que alcançaram o volume de 232,6 mil toneladas, destinadas aos Estados Unidos, Nigéria, Uruguai, Guiana, Iraque, Paraguai e Moçambique. Esse volume gerou divisas da ordem de US\$ 3,5 milhões, apresentando variação positiva de 16,1% sobre o ano anterior.

Barrilha e vidro

Em apoio ao setor exportador de vidros, principal consumidor de barrilha, a Campanha Nacional de Álcalis, juntamente com outros organismos governamentais, assegurou adequado fornecimento desse insumo, de modo a permitir a necessária competitividade do setor. Isto possibilitou a obtenção de pequeno superávit na balança comercial da indústria vidreira, que apresenta perspectiva favorável para os próximos anos.

Construção civil

Com referência ao mercado externo, diversas ações voltadas para a exportação de serviços de engenharia estão sendo adotadas, tendo o Congresso Nacional aprovado projeto de lei proposto pelo MIC para aprimoramento da legislação trabalhista, no que se refere a empregados contratados ou transferidos para o exterior. Tal medida suprirá lacuna na legislação social brasileira ao reduzir o ônus trabalhista das empresas exportadoras de serviços e aumentar sua competitividade no mercado internacional.

Apoio tecnológico

Como parte integrante do esforço exportador brasileiro destaca-se a participação do Instituto de Metrologia do INMETRO no campo de medidas, normalização e qualidade industrial, conferindo ao produto industrial brasileiro condições para redução de custos e melhoria de qualidade.

Nesse contexto, foi dada continuidade à construção do Laboratório Nacional de Metrologia, bem como iniciado o credenciamento de laboratórios de ensaios para a revisão de certificados, de acordo às normas brasileiras, e a concessão de licença para o uso da marca de conformidade a importantes instrumentos de controle de qualidade de produtos industriais.

No que se refere ao fomento tecnológico, a STI aplicou Cr\$ 61,8 milhões na contratação de 5 projetos no âmbito de seu programa «Adequação Tecnológica às Exigências Técnico-Econômicas do Mercado Internacional». A exemplo do ano anterior, o programa concentrou-se nas áreas de desenho industrial, controle de qualidade e aumento de produtividade, mantendo o apoio à capacitação técnica laboratorial de institutos tecnológicos com o objetivo de criar condições favoráveis à exportação de produtos industriais brasileiros.

Turismo

A EMBRATUR ampliou a sua atividade de promoção das potencialidades turísticas nacionais no exterior, tendo participado dos principais eventos internacionais visando a orientar os fluxos turísticos mundiais para o país e incentivar a captação de congressos internacionais e de «descontos especiais para viagens». Em 1982 foram realizados no Brasil cerca de 24 eventos dessa natureza, os quais devem ter gerado o equivalente a US\$ 64 milhões mediante o ingresso de aproximadamente 55 mil congressistas.

No sentido de fomentar a vinda de turistas ao Brasil, foram introduzidas tarifas aéreas promocionais, com destaque para o mercado americano, mediante vôos «charters», em nível altamente competitivo, assim como as tarifas «Ponto a Ponto» para algumas cidades européias. Neste particular, merece citação especial a ampliação da área de atuação do «BRAZIL-AIRPASS», que, a partir de outubro, passou a abranger, também, os países da América do Sul.

Essas ações da EMBRATUR concorreram para que o turismo receptivo brasileiro apresentasse desempenho favorável em 1982, apesar da crise econômica mundial. Assim, com previsão de entrada superior a 1,2 milhão de turistas estrangeiros em 1982, e de receita de US\$ 1,7 bilhão, o turismo ampliou a sua participação no total das receitas de divisas do país.

Promoção comercial

O Conselho de Desenvolvimento Comercial intensificou suas atividades de promoção comercial, notadamente no que diz respeito a feiras e exposições internas, em especial através do PAExpo — Programa de Apoio à Exportação de Produtos Manufaturados. Esse programa promoveu a vinda de cerca de 300 importadores selecionados para participar de 10 feiras setoriais, nas quais foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 61,5 mi-

lhões e resultaram em negócios previstos em 50 milhões de dólares.

O PAExpo conta com a participação de vários órgãos e entidades diretamente vinculados ao comércio exterior, do governo e da iniciativa privada, compondo o Centro de Apoio Técnico à Exportação. Este centro tem por finalidade prestar assistência técnica aos exportadores e compradores, especialmente na concretização de vendas ao exterior, sendo que, em 1982, achavam-se envolvidos 230 técnicos nesse trabalho.

2.6.2 *Substituição de importações*

Ao lado das medidas tendentes à dinamização das exportações o MIC vem dando ênfase à redução de importações mediante a identificação de áreas onde é possível, técnica e economicamente, buscar-se a produção adequada às necessidades internas em articulação com outros órgãos governamentais.

Com esse objetivo foram desenvolvidos diversos trabalhos no decorrer de 1982 visando à elaboração, a curto prazo, de listagem de produtos passíveis de exclusão da pauta de importações. Os trabalhos desenvolvidos concentraram-se principalmente nos segmentos de bens de capital, indústria química, siderurgia e não-ferrosos.

Assim, o CDI aprovou 89 projetos industriais em 1982, prevendo investimentos fixos de Cr\$ 218,3 bilhões e globais de Cr\$ 239,6 bilhões. Deste montante 239,6 bilhões. Deste montante, 73,2% destinam-se à produção e substituição de importações nas áreas química, petroquímica e farmacêutica, 12,6% nos ramos de produtos intermediários não-metálicos, cimento, papel e celulose, 7,4% nas indústrias automotivas e de seus componentes e 4,5% nas indústrias de bens de consumo.

Da mesma forma, salienta-se a aprovação de dois importantes projetos, objetivando a produção de dióxido de titânio com investimento total de Cr\$ 417 milhões, que permitirá o alcance, a médio prazo, da auto-suficiência e geração de excedentes exportáveis.

Tecnologia

A contribuição do Sistema de Tecnologia Industrial compreende a execução das atividades de regulação do fluxo de tecnologia, racionalização de seu uso, geração e adaptação de tecnologia industrial. A Secretaria de Tecnologia Industrial deu seu apoio a 9 projetos, no âmbito do programa «Desenvolvimento e

Difusão de Tecnologias Substitutivas de Importação», envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 320 milhões com concentração nas áreas farmacêuticas e de materiais considerados estratégicos, como o nióbio e o quartzo.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial, com a assessoria dos institutos de pesquisa e de órgãos governamentais envolvidos nos projetos empresariais e a cooperação técnica de associações empresariais de classe, tem procedido à avaliação de contratações externas de tecnologia através de grupo de trabalho, com destaque para os setores de bens de capital, químico e petroquímico. Tal procedimento tem permitido melhor seleção na transferência, além do controle financeiro da remessa de recursos para o exterior.

Nessa área, a implementação de ações de modernização administrativa permitiu a racionalização dos processos decisórios em Patentes, Marcas e Transferência de Tecnologia, reduzindo o tempo necessário a sua análise no limite dos três anos preconizados mundialmente em acordos internacionais, contra os sete anos gastos anteriormente.

Na área de normalização, a conclusão de 5 textos normativos de padronização de conectores de cobre, bem como o início de fabricação de fios e cabos em bitolas métricas, resultante do trabalho conjunto ABNT/INMETRO/SINDICEL — Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não-Ferrosos do Estado de São Paulo, conduzirão à significativa redução na importação de cobre.

Equipamentos médico-hospitalares

No setor de artigos e equipamentos odonto-médico-hospitalares, foi instituído Grupo de Trabalho Interministerial, sob a coordenação do CDI, visando ao estabelecimento de diretrizes de políticas para esse segmento industrial, que se compõe de aproximadamente 400 empresas fabricantes de 3.500 produtos com alto coeficiente de importações.

Papel e celulose

Foi elaborado o II Programa Nacional de Papel e Celulose — II PNPC, através da Comissão Executiva para Papel e Celulose, grupo interministerial que reúne os ministérios da área econômica. O II PNPC objetiva assegurar a auto-suficiência nacional em celulose e nos papéis de uso maciço, bem como elevar a participação brasileira, no mercado internacional de celulose,

em cerca de 80% até 1990, e, ainda, aumentar as exportações de papel de 329 mil t para 750 mil em 1990.

Peças para siderurgia

O CDI elaborou, juntamente com o setor siderúrgico, em especial a SIDERBRÁS, programa de trabalho no sentido de promover e incentivar a produção interna de matérias-primas e materiais de consumo sobressalentes importados para o setor siderúrgico.

Químico-farmacêutico

Estudo realizado pelo CDI identificou a importação de 2.000 insumos farmacêuticos, no valor de US\$ 375 milhões, contra exportações de US\$ 115 milhões, implicando déficit no balanço de divisas do setor de US\$ 260 milhões. Por outro lado, constatou-se que apenas 357 matérias-primas, representando 36,9% do valor total das importações do setor, constam na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais — RENAME, da Central de Medicamentos. Diante dessa situação, o CDI elaborou lista de corte de importação, limite de produtos farmacêuticos de cerca de US\$ 100 milhões, a qual está sendo avaliada por outros órgãos governamentais.

Defensivos agrícolas

A atividade do CDI no campo dos defensivos agrícolas em 1982 também foi dirigida no sentido de elevação da produção interna. Assim, foi apresentada aos órgãos competentes listagem abrangente de produtos que poderiam ter suas importações restringidas, tendo em vista, principalmente, o aspecto de similaridade no tocante ao uso. Esses cortes de importação poderão incrementar a produção interna de defensivos agrícolas sem maiores investimentos, pois cerca de 60% da capacidade instalada do setor encontra-se ociosa.

Não-ferrosos

Na área de não-ferrosos, o CONSIDER elaborou o «Programa Decenal de Não-Ferrosos» estabelecendo as linhas básicas da política setorial e de investimentos com vistas a tornar o País auto-suficiente em grande parte desses metais, na atual década, e possibilitar exportações de US\$ 1 bilhão anuais, a partir dos anos 90.

A entrada em operação do projeto VALESUL e a expansão da Companhia Brasileira de Alumínio, no ano de 1982, praticamente equilibraram a oferta e a demanda de alumínio, estando

previsto para 1983, com a expansão da ALCAN da Bahia, superávit acima de 100.000 toneladas, com estimativas de exportação de US\$ 173 milhões.

Em 1983, a balança comercial do setor deverá apresentar saldo positivo superior a US\$ 100 milhões, como reflexo do incremento das exportações de alumínio, da oferta interna de cobre produzido pela Caraíba Metais, que entrou em operação no final de 1982, e também do equilíbrio da demanda interna de zinco, chumbo e níquel.

Barrilha

O esforço desenvolvido pela Companhia de Alcalis possibilitou a redução do dispêndio de divisas com este item em cerca de 60%, no período 1980/82, passando de US\$ 24,4 milhões para US\$ 11,6 milhões. Sua produção de barrilha foi da ordem de 199.000 toneladas, praticamente atingindo a capacidade nominal (200.000 t).

Esse aumento da produção deveu-se aos investimentos realizados na ampliação e modernização da fábrica de Cabo Frio, no valor de Cr\$ 500 milhões, bem como à melhoria dos índices de produção, que atingiram os níveis de rendimentos industriais apresentados internacionalmente pelo setor.

Para assegurar o abastecimento do mercado interno a médio e longo prazos deu-se continuidade à pesquisa da trona (barrilha natural) e à implantação do projeto da ALCANORTE, em Macau, Rio Grande do Norte, cuja capacidade de produção, na sua primeira etapa, é de 200.000 t/ano. O projeto encontra-se com 41% do seu cronograma físico realizado, tendo tido seu início de operação previsto para 1986.

2.6.3 Apoio à política social

Dentro da ênfase dada pelo governo federal à solução das desigualdades regionais e sociais, o MIC ampliou sua atuação nos setores agrícola, industrial e comercial visando à criação de maior número de empregos, desburocratização e regulação das relações de consumo.

Assistência social

No setor canavieiro e alcooleiro, os programas de assistência social foram contemplados com recursos da ordem de Cr\$ 13,9 bilhões, voltados para a assistência médico-hospitalar, odontológica, educacional e habitacional, bem como para as

áreas de saneamento básico e higiene aos trabalhadores da lavoura canavieira.

No que se refere à geração de empregos e medidas de fixação do homem ao campo, a participação do PROÁLCOOL, durante a safra 1982/83, em andamento, já propicia a mobilização de cerca de 234.000 empregos, sendo 39.000 no setor industrial e 195.000 no setor agrícola.

Em 1982 a SUDHEVEA, em convênio com as Secretarias de Saúde dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, deu continuidade às atividades de assistência médico-odonto-sanitária através da manutenção de 200 minipostos de saúde e 8 unidades volantes nos principais rios da região, dotados de pessoal especialmente treinado. Na área de educação, também em convênio com as Secretarias de Educação e Cultura dos referidos estados, promoveu-se a manutenção de cerca de 500 salas de aula na região dos seringais, objetivando a escolarização a nível das quatro principais séries do 1º grau. Finalmente, o convênio SUDHEVEA/COBAL possibilitou a oferta de bens de consumo aos trabalhadores da região, a preços bastante acessíveis, através de postos localizados estrategicamente em municípios das áreas de produção.

A atividade heveícola proporciona, hoje, aproximadamente 100.000 empregos diretos, sendo 50% na atividade de extração de borracha e o restante na implantação de novos seringais. O PROBOR III, na sua fase de implantação, promoverá a geração de cerca de 125.000 novos empregos diretos.

Desburocratização e Descentralização Administrativa.

A implementação do Regime Sumário do Arquivamento no Registro do Comércio desburocratizou e agilizou o julgamento dos processos das firmas individuais de pequeno porte, permitindo que os atos de registro e baixa de empresas viessem a ocorrer em apenas 72 horas.

Medida de forte repercussão foi a recente integração dos atos de Registro do Comércio e do IAPAS, nas juntas comerciais, através do Decreto nº 87.430, resultando em grandes benefícios, especialmente para os pequenos empresários, cujos custos e exigências foram substancialmente reduzidos.

No sentido de aprimorar a prestação de serviços de natureza metrológica, delegou-se aos estados a execução das atividades de aferição e fiscalização, sendo firmados convênios específicos

com 10 deles envolvendo recursos de Cr\$ 5,1 bilhões, a serem aplicados em 1983.

Durante 1982 o MIC manteve, ainda, a prestação de cooperação técnica e financeira a projetos específicos, visando a atender necessidades peculiares aos sistemas estaduais de indústria e comércio, observadas a prioridade e a importância dos programas e projetos face às políticas econômicas federal e estadual. Foram aprovados 28 projetos, que absorveram Cr\$ 483,4 milhões, dos quais Cr\$ 267,4 milhões do MIC, em ações conjuntas com 16 estados.

2.7 INTERIOR E COORDENAÇÃO REGIONAL

2.7.1 *Desenvolvimento do Nordeste*

A política de desenvolvimento da região nordestina prosseguiu, em 1982, relacionada ao objetivo maior de redução das disparidades econômicas e qualidade de vida entre esta região e o restante do país e da eliminação dos bolsões de pobreza rural e urbana.

Uma série de medidas implementadas pelo governo federal direcionou-se aos múltiplos aspectos de um problema típico da região: o da captação e uso da água.

Em verdade, a estiagem que atingira a região nos três anos anteriores reduziu-se em intensidade e abrangência durante o primeiro semestre de 1982, permitindo a desativação dos programas emergenciais de emprego, as chamadas «frentes de trabalho».

No entanto, a permanência de áreas críticas em alguns «bolsões de seca» e o atraso das chuvas no final do ano ampliando essas áreas críticas, levaram à intensificação da ação governamental. Na solução deste constante problema regional, a SUDENE adotou nova estratégia, centrada na antecipação e aceleração de obras já programadas para essas áreas, visando a oferta de emprego e distribuição de água para consumo humano e animal.

Paralelamente aos planos emergenciais, prosseguiram no ano de 1982 os programas especiais de promoção de desenvolvimento regional voltados para o Nordeste co-geridos pela SUDENE: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste (POLONORDESTE), o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-árida do Nordeste (Projeto Sertanejo), o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, o Programa de Aproveitamento de Recursos

Hídricos do Nordeste e o Programa Especial de Apoio às Populações pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste.

Neste exercício de 1982, foram destinados 41,3 bilhões de cruzeiros para esses programas especiais, traduzindo um crescimento de 90,3%. Por outro lado, em operações de crédito foram contemplados projetos em que o volume de financiamento somou Cr\$ 17,3 bilhões.

No tocante ao POLONORDESTE, destacam-se na execução do Programa em 1982 os seguintes resultados:

- a) em atividades diretamente produtivas: prestação de assistência técnico-agronômica a cerca de 183 mil produtores;
- b) em infra-estrutura social: construção, reforma ou equipamento de 86 unidades escolares e de 30 unidades de saúde;
- c) em infra-estrutura econômica: construção de 649 km de estradas vicinais, visando melhorar o sistema de escoamento da produção.

No que se refere ao Projeto Sertanejo, foram aplicados 5,5 bilhões de cruzeiros de recursos de crédito rural na contratação de financiamentos subsidiados para projetos de investimentos. Além disso, como parte integrante do programa, foi prestada assistência técnica no campo da tecnologia agropecuária aos produtores da região, complementada por treinamento de mão-de-obra rural e assistência social nos campos de demonstração de programa.

Pelo Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste foram aprovados 6 novos projetos, dando continuidade aos objetivos de diversificação e interiorização do processo de industrialização do Nordeste com projetos utilizadores de produtos agrícolas da região.

Através do Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Nordeste, o governo federal construiu 40 km de adutoras e concluiu obras de perfuração e recuperação em 1.048 poços.

Além dessas obras continuaram sendo apoiadas a construção das grandes obras do Sertão (AL) e do Alto Sertões (SE), bem como as obras dos complexos de captação, reserva, adução e abastecimento de água de João Pessoa e Campina Grande (PB), e de Fortaleza, no Ceará.

O Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste, seguindo as mesmas orientações dos anos anteriores, concentrou-se basicamente no atendimento das necessidades mais urgentes da população de baixa renda, através do reforço à promoção do desenvolvimento social nas áreas de educação, saúde e habitação.

Por outro lado, o esforço de promoção do desenvolvimento das atividades produtivas no Nordeste continuou centrado na realização de investimentos privados, através do sistema de incentivos fiscais e financeiros que se consubstancia no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), administrado pela SUDENE. A receita arrecadada desse fundo, no exercício de 1982, foi superior a 75 bilhões de cruzeiros.

A SUDENE, aprovou, no exercício de 1982, 132 projetos, com previsão de investimentos totais da ordem de Cr\$ 232 bilhões. Após sua implantação, esses projetos deverão propiciar a criação de 160 mil novos empregos diretos e indiretos.

O Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), atuando como principal agente financeiro da política de desenvolvimento da região, prosseguiu, em 1982, na sua tríplice função de banco industrial e rural (crédito especializado a médio e longo prazos), banco comercial (crédito geral a curto prazo) e instituto de fomento (atividades supletivas de pesquisa e promoção). O saldo de suas aplicações globais atingiu, ao final do exercício, o montante de 540 bilhões de cruzeiros, o que significou um acréscimo de 107% sobre o ano de 1981.

O BNB financiou projetos industriais na região, contribuindo para a formação de capital fixo ou capital de trabalho permanente e em projetos de implantação e expansão de indústrias.

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) continuou, ao longo de 1982, com os trabalhos voltados ao estudo, implantação e operação de projetos de irrigação. Entre os projetos de irrigação em fase de implantação ou já colocados em operação, destacam-se os de Tourão e Mirorós (BA), Jaíba-Mocambinho e Gorutuba (MG) e Massangano (PE). Em termos acumulados a CODEVASF já operava ao final de 1982, uma área irrigada de 23,8 mil hectares. A área implantada para irrigação já atingiu 40 mil hectares, e atualmente estão com estudos concluídos para a implantação mais 173 mil hectares. Até o final de 1982, foram assentadas 3.823 famílias e gerados 10.530 empregos diretos nas áreas destes projetos em operação.

Durante o exercício, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em articulação com os órgãos de desenvolvimento regional e sub-regional, realizou diversos projetos nas áreas de irrigação, açudagem, recursos hídricos, engenharia rural e piscicultura, além de participar do atendimento de emergência, decorrente da seca. Entre as realizações desse órgão, em 1982, destacam-se a conclusão de 6 açudes, com capacidade total de 524 milhões de m³, perfuração de 33 poços públicos e 768 poços particulares, distribuição de 4,2 milhões de alevinos e obtenção de uma produção pesqueira de 18 mil toneladas. No que se refere aos perímetros irrigados que administra, o DNOCS atingiu em 1982, a uma superfície irrigada de 17 mil hectares, que somada a uma área de sequeiro de 23 mil hectares, perfaz uma área produtiva de 40 mil hectares, onde estão instaladas 3.825 famílias, das quais 1.826 já com os respectivos títulos de propriedade.

O Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) desenvolveu diversas obras de saneamento ambiental em áreas rurais em diversas bacias fluviais em 2 Estados (Sergipe e Bahia) e obras de controle de enchentes e recuperação de vales. Entre estas últimas destacam-se os serviços nos leitos dos rios Mearim (MA) e do Beberibe (PE) e o prosseguimento da construção da barragem do Pericumã (MA) e a erradicação de favelas em São Luís.

2.7.2 Desenvolvimento da Amazônia

A principal preocupação com referência ao desenvolvimento da Amazônia concentrou-se na gradativa ocupação e integração da área, permitindo a exploração racional de seus recursos naturais, principalmente nos setores agrícola, mineral e florestal e, ao mesmo tempo, na execução de políticas voltadas para a preservação de seu patrimônio natural.

Um dos grandes instrumentos de apoio ao desenvolvimento da região é representado pelos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, para os quais foram destinados, no exercício, 7,8 bilhões de cruzeiros, exclusive operações de crédito, em 1982.

Dentre esses programas, mais importante, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA) o mais importante recebeu Cr\$ 7,4 bilhões de recursos do governo federal para aplicação na área de jurisdição da SUDAM.

Os recursos totais concedidos, a título de crédito dentro do POLOAMAZÔNIA (Norte e Centro-Oeste), atingiram a 6 bilhões de cruzeiros.

Esses recursos foram distribuídos aos 11 pólos sob sua jurisdição (dos 16 que compõem o Programa), permitindo a realização de múltiplas obras e ações nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano, educação, energia, indústria, serviços, saúde, saneamento, recursos humanos, transportes e ciência e tecnologia.

Os outros programas especiais na região, o Programa de Recuperação Sócio-Econômica do Nordeste Paraense (PRONORPAR) e o Programa Especial de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura do Complexo de Alumínio (ALBRÁS/ALUNORTE), este hoje vinculado ao Programa Grande Carajás, tiveram suas metas cumpridas para este ano.

Em 1982, a SUDAM aprovou 90 novos projetos, correspondendo a um comprometimento total de 153 bilhões de cruzeiros. O Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) obteve, neste mesmo ano uma receita de mais de 31 bilhões de cruzeiros, contra 13,6 bilhões em 1981.

Por outro lado, o Banco da Amazônia S/A (BASA) continuou com sua missão de apoio ao desenvolvimento da região, suas aplicações globais que no final do ano atingiram 182,4 bilhões de cruzeiros, tiveram um crescimento de 126,9%.

A despeito das limitações impostas às suas importações, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) prosseguiu no esforço de consolidação industrial da área de Manaus, e no apoio ao desenvolvimento de outras áreas da Amazônia Ocidental. A SUDAM aprovou em 1982, 56 projetos industriais, que vão oferecer cerca de 10.700 novos empregos diretos. Da mesma forma, esse órgão apoiou com incentivos fiscais e financeiros 80 programas especiais de exportação, que deverão traduzir-se em exportações de 11 milhões de dólares, contra 2,0 milhões de importações, contribuindo para gerar superávit na balança de comércio exterior na área de influência da zona franca.

2.7.3 Desenvolvimento do Centro-Oeste

Da mesma forma dos últimos três anos a execução da política de desenvolvimento do Centro-Oeste concentrou-se no apoio à exploração das potencialidades agrícolas e pecuárias que são próprias da região.

Seguindo essas diretrizes, o governo federal prosseguiu, em 1982, sua atuação de estímulo ao desenvolvimento da região, visando principalmente a reforçar a infra-estrutura de transportes, energia e armazenagem, o aproveitamento do Pantanal Mato-grossense e o estímulo da agroindústria. Foi mantida ênfase especial às medidas de apoio aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, objetos de programas especiais, com apoio da área federal deu-se relevo às ações de desenvolvimento da área de cerrados e às relacionadas ao fortalecimento da Região Geoeconômica de Brasília.

O esforço governamental de aproveitamento das grandes potencialidades regionais baseia-se, em grande medida, na execução dos programas especiais de desenvolvimento regional: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o POLAMAZÔNIA, o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (PROMAT), o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul (PROSUL) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, através dos quais foram executados importantes projetos nos diversos setores econômicos da região. Estes programas receberam em 1982 recursos no montante total de 12,7 bilhões de cruzeiros, exclusive crédito. Para este último item foram alocados 1,2 bilhão de cruzeiros (excluído o POLAMAZÔNIA).

O POLAMAZÔNIA, abrangendo 5 pólos na área Centro-Oeste, completou, durante o exercício de 1982, obras no setor de infra-estrutura básica, principalmente em projetos de armazenagem e de transportes, e obras nas áreas de desenvolvimento urbano e social.

O POLOCENTRO, com recursos da ordem de 3,4 bilhões, em 1982, prosseguiu no esforço de expansão da fronteira agrícola, objetivando a ampliação da produção de alimentos para o mercado interno e a geração de excedentes exportáveis. Estes recursos destinaram-se aos setores de transportes, energia, pesquisa agrícola, assistência técnica e armazenamento, tanto no Centro-Oeste quanto na região de cerrados do Oeste de Minas Gerais.

De outro lado, os trabalhos de execução do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) foram efetivamente iniciados neste exercício. O programa destina-se a promover o desenvolvimento e a ocupação ordenada da região que compreende a área de influência da ligação rodoviária Cuiabá-Porto Velho, ou seja, o Oeste e o Noroeste de Mato Grosso e Rondônia. A região bene-

ficiada pelo POLONOROESTE possui uma superfície de 410 mil km², dos quais mais da metade são de aptidão agrícola boa ou regular, e oferece excelentes possibilidades para a expressiva expansão da produção agrícola, da produção extrativa vegetal e da pecuária bovina, reunindo condições para a fixação no meio rural de elevados contingentes populacionais.

Até 1985, o POLONOROESTE empreenderá a reconstrução e pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho; a construção e consolidação da rede de estradas vicinais da região; a implantação e consolidação de projetos integrados de colonização e assentamento dirigido; a execução de serviços de regularização fundiária; o apoio às atividades produtivas, através da pesquisa e experimentação agrícolas, assistência técnica e extensão rural, crédito, armazenamento e comercialização; e a preservação do sistema ecológico e o apoio às comunidades indígenas. No corrente exercício, o POLONOROESTE contou com recursos nacionais da ordem de Cr\$ 8,5 bilhões.

No tocante ao desenvolvimento de áreas urbanas do Centro-Oeste, o governo federal conduziu diretamente diversos projetos de forma a obter deles os melhores resultados no tocante à promoção e ordenação da urbanização. A esse respeito, vale salientar a execução do Programa Especial de Cidades de Porte Médio, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no qual está sendo atendida a cidade de Campo Grande.

Em 1982, deu-se prosseguimento aos estudos de elaboração do plano de desenvolvimento integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins (PRODIAT), trabalho realizado em conjunto com a Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo concluído o diagnóstico sócio-econômico da região.

Colaborando também com o desenvolvimento da região, o DNOS realizou trabalhos de saneamento ambiental em 5 cidades, bem como diversos trabalhos de saneamento em rios e córregos do Centro-Oeste, destacando-se o sistema de proteção contra as enchentes do rio Paraguai, em Porto Murtinho.

2.7.4 Ação regional do governo no Sul e Sudeste

A política de desenvolvimento conduzida na região sul continuou voltada para situações especiais enfrentadas por algumas sub-regiões específicas, quer para superar condições de seu atraso relativo, quer para facilitar sua adequação à expansão ou surgimento de setores dinâmicos.

A Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) prosseguiu, em 1982, seus trabalhos de administração de seus programas especiais de desenvolvimento regional, para os quais foram destinados recursos da ordem de 3,9 bilhões de cruzeiros. Entre esses programas destaca-se o da Lagoa Mirim, programa binacional através do qual a SUDESUL vem implementando vários projetos, visando o controle e operação, juntamente com o DNOS, da Barragem do Canal de São Gonçalo que impede a intrusão de águas oceânicas na Lagoa Mirim, assegura a irrigação de 120 mil ha e abastece de água a cidade e o porto de Rio Grande. Neste programa, destaca-se também a construção da barragem do Chasqueiro, já em fase adiantada. Outro programa especial é o de Controle da Erosão do Solo do Noroeste do Paraná, no qual foram realizadas obras de controle da erosão em 22 cidades, e de controle da erosão em várias áreas. O Programa Especial do Oeste do Paraná (PRODOPAR), destinado a propiciar condições à implantação da hidroelétrica de Itaipu e a minorar os efeitos dela decorrentes sobre as atividades econômicas da área, aplicou seus recursos na melhoria das condições de infra-estrutura de diversos municípios e na regularização fundiária.

Além desses trabalhos, a SUDESUL prosseguiu, no exercício de 1982, com o programa Litoral Sul de Santa Catarina, que objetiva desenvolver essa região através de um complexo industrial com base nos seus recursos minerais, principalmente carvão, fluorita e bauxita. Além das gestões para a implantação de unidades industriais do complexo carboquímico e siderúrgico de Imbituba, concentraram-se esforços no subprojeto Sombrio, destinado a proteger 15,2 mil hectares contra as enchentes e a recuperar 2,2 mil hectares de terras hoje inaproveitadas.

A ação do DNOS na Região Sul, em 1982, incluiu o prosseguimento do projeto Camaquã, que visa ampliar as áreas irrigadas para a produção de arroz no Rio Grande do Sul. Em termos de saneamento ambiental em áreas urbanas, o DNOS atendeu a 15 cidades. Em vários rios e córregos da região foi dado prosseguimento a obras de saneamento ambiental rural. Mas a maior presença do órgão nacional de saneamento na região deu-se na área do controle de enchentes e recuperação de vales, principalmente com o início das obras da segunda fase da barragem Norte, em Itajai e com obras de dragagem e endicamento do rio Tubarão, em Santa Catarina, bem como com o prosseguimento das obras de implantação dos pôlderes no vale do rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul.

A Secretaria Especial da Região Sudeste (SERSE), criada em agosto de 1979, tem como uma de suas principais atribuições a administração e execução do Programa Especial do Norte Fluminense (PRODENOR), para a qual, em 1982, foram alocados recursos da ordem de 924 milhões de cruzeiros, destinados principalmente a obras de saneamento e aproveitamento hidroagrícola. A SERSE também administra a execução do POLOCENTRO em Minas Gerais e apóia ainda o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste de Minas Gerais (PRODEVALE), que abrange a região mais pobre do Estado, incluindo os vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus, bem como o Programa de Desenvolvimento Microrregional do Norte do Estado do Espírito Santo. Para o PRODEVALE foram carreados, neste exercício, 400 milhões de cruzeiros de recursos federais, principalmente para obras e para ações de caráter social.

A ação do DNOS na Região Sudeste, em 1982, continuou centrado em obras de saneamento ambiental em áreas urbanas de 17 cidades, obras de saneamento ambiental em áreas rurais de diversas bacias de todos os Estados da Região, obras de controle de enchentes e recuperação de vales, principalmente na canalização, em galeria do concreto armado, do ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte. Incluiu ainda o prosseguimento da barragem do Juturnaiba (RJ), cuja conclusão permitirá resolver os problemas de abastecimento de água da chamada Região dos Lagos, que inclui Cabo Frio, Araruama, São Pedro da Aldeia e outras cidades turísticas. Mas a principal obra do DNOS na região Sudeste é o Projeto Rio, que faz parte do Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR), da qual foi realizada, em 1982, a segunda fase com trabalhos de drenagem e aterro hidráulico e mecânico.

2.7.5 Tópicos especiais de interesse social

Habitação e saneamento básico.

No transcorrer de 1982, o Banco Nacional da Habitação (BNH) concedeu 544 mil financiamentos, mais da metade dos quais dirigidos para áreas de interesse social beneficiando populações de baixa renda, aí incluídas as operações com recursos próprios das entidades do sistema de poupança e empréstimo.

Dentro do padrão seguido nos últimos anos, os novos conjuntos habitacionais financiados dispõem de infra-estrutura completa (água, luz, esgoto, vias de acesso), além de equipa-

mentos comunitários como escolas, áreas de lazer, centros sociais e postos de saúde.

Também a exemplo da política conduzida nos anos mais recentes, a maior parte desses financiamentos concedidos pelo BNH estão na faixa do PLANHAP (Plano Nacional da Habitação Popular), que é executado através das COHABS estaduais, beneficiando as famílias com renda até cinco salários mínimos. Os conjuntos habitacionais estão sendo construídos mediante articulação entre o BNH, os governos dos Estados e as prefeituras.

Outro programa de profundo alcance social tem sido o PROMORAR, visando à substituição de favelas (barracos, mocambos, palafitas), e destinado ao atendimento de famílias com renda de até três salários mínimos. Esse programa utiliza áreas de terreno cedidas pela União, estados e municípios, procurando reduzir os custos de construção. Vem sendo desenvolvido conjuntamente pelo DNOS (recuperação de áreas) e BNH (construção de casas), abrangendo tanto capitais quanto cidades do interior, inclusive populações do Nordeste atingidas pelas secas e das regiões ribeirinhas atingidas por inundações, como nos vales dos rio São Francisco e Tocantins. As operações aprovadas através do PROMORAR, atingiram até 1982 o valor total de 119 bilhões de cruzeiros, beneficiando cerca de 850 mil pessoas com novas moradias.

Paralelamente, em 1982, deu-se plena continuidade à construção nas áreas de outros programas do BNH, como o PROSINDI (trabalhadores sindicalizados) PRÔHEMP (Habitações para empresas) PROHASP (servidores públicos), Programa Institutos (entidades assistenciais), além dos programas de Lotes Urbanizados, de Complemento da Habitação e outros, além de se iniciar no decorrer do ano a institucionalização do Plano da Casa Rural (PLACAR), destinado à construção, melhoria ou obras complementares de habitações de pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Para atender o conjunto desses programas englobando o setor habitacional e a de desenvolvimento urbano, o Banco Nacional da Habitação (setor habitacional e desenvolvimento urbano) aplicou cerca de 910,1 bilhões de cruzeiros em 1982.

No campo do saneamento básico, e em consonância com as diretrizes do Ministério do Interior, foram integrados mais 12 municípios ao PLANASA, atingindo-se, ao final de 1982, 2.496 municípios com seus sistemas de abastecimento de água equa-

cionados ou resolvidos. Nesse campo, as aplicações efetuadas pelo BNH, durante o exercício de 1982, atingiram o montante de 164,2 bilhões de cruzeiros

Assistência e proteção do índio

Durante o ano de 1982, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) deu continuidade a seus programas de assistência à população indígena, bem como à sua reestruturação interna e à ampliação de sua articulação com outros órgãos federais, visando a melhorar seu desempenho. No âmbito da demarcação e regularização de terras, foram demarcadas 11 áreas indígenas com um total de 1,3 milhão de hectares, e regulariza áreas com um total de 271 mil hectares. Deu-se prosseguimento ao uso de sensoriamento remoto, através de satélites, para acompanhar a exploração e ocupação de áreas indígenas, a fim de evitar invasões e usos indevidos.

Além dessas, merecem destaque as atividades referentes à saúde, com a aplicação de 112 mil vacinas e a realização de 88 mil atendimentos médicos e odontológicos. No setor de habitação foram construídas 343 casas em diversas comunidades indígenas.

Integração do universitário ao processo de desenvolvimento regional e urbano.

A mobilização da juventude universitária com vistas à sua integração ao processo de desenvolvimento brasileiro a cargo da Fundação Projeto Rondon envolveu recursos da ordem de Cr\$ 2,7 bilhões em 1982. As diversas atividades desenvolvidas nos programas dessa entidade contaram com a participação de 152 mil universitários. Destacam-se as ações em áreas e projetos indicados pelo Ministério do Interior, em articulação com o Ministério da Educação e Cultura, notadamente, o trabalho realizado em articulação com o POLOAMAZÔNIA, objetivando o desenvolvimento social em áreas de pobreza acentuada, urbana e rural, projetos educacionais, desenvolvimento comunitário e o funcionamento e a consolidação dos 22 Campi Avançados. Foram mantidos 94 núcleos de ação comunitária e 4 Centros de Atuação Permanente.

Proteção do meio ambiente.

A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) prosseguiu, em 1982, seus trabalhos de controle da poluição, educação ambiental e preservação de ecossistemas.

O controle da poluição hídrica foi desenvolvido principalmente através dos comitês executivos de bacias hidrográficas, estando em operação os do Paraíba do Sul, Paranapanema, Guaíba, São Francisco, Iguaçu e Parnaíba. A SEMA vem igualmente trabalhando para controlar a poluição hídrica decorrente de águas residuárias das usinas de açúcar, destilarias de álcool e destilarias de bebidas alcoólicas, bem como a causada por derramamentos de óleo e por compostos bifenil policlorados e por metais pesados.

No exercício de 1982, a SEMA contou com recursos totais de Cr\$ 810 milhões, dos quais Cr\$ 582 milhões de recursos orçamentários ordinários da União.

Desenvolvimento urbano.

Através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano o Ministério do Interior iniciou, em 1982, um trabalho de Coordenação de ações setoriais nas nove Regiões Metropolitanas. Adicionalmente, foram iniciados os programas de apoio as Regiões Metropolitanas do Nordeste (Recife, Salvador e Fortaleza), com a colaboração do Banco Mundial. Com a mesma colaboração iniciaram-se as ações do Programa de Capitais e Cidades de Porte Médio, em 11 cidades ou aglomerados urbanos (Terezina-Timon, Petrolina-Juazeiro, Natal, Campina Grande, Montes Claros, Vitória, Juiz de Fora, São José do Rio Preto, Florianópolis, Pelotas e Campo Grande).

Migrações Internas

O Ministério do Interior prosseguiu, através das Superintendências de Desenvolvimento Regional e da SERSE, com a execução do Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas, efetuando coleta de informações (250 mil migrantes cadastrados em 197 unidades de coleta), e assistência aos migrantes carentes (398 mil atendimentos em 115 unidades de atendimento).

2.8 TRANSPORTES

2.8.1 Política setorial em 1982

A política seguida pelo Ministério dos Transportes pautou-se pelas diretrizes governamentais fixadas no III PND que preconizam:

- a máxima integração do sistema nacional dos transportes;
- a diversificação e ampliação das fontes energéticas;
- a poupança e racionalização do uso de combustíveis, especialmente o de derivados do petróleo.

Em consonância com o quadro global da economia e coerente com a estratégia de reequilíbrio financeiro perseguida pelo governo, foi dada ênfase especial à melhoria de níveis de produtividade operacional, à manutenção e restauração da infraestrutura existente, às medidas de conservação da energia, à busca de soluções de menor investimento inicial, ao desenvolvimento dos recursos humanos e à combinação de serviços modais ou multimodais de carga ou passageiros. Essas ações visam oferecer transporte compatível com a demanda exigida e com os níveis de serviços requeridos pelo país, porém com o mínimo possível de investimento global e de custos.

Como conseqüência da estratégia econômica adotada, coube ao Setor dos Transportes viabilizar os seguintes objetivos:

- i — atender às exportações, garantindo, tempestivamente, o transporte de mercadorias, a custos competitivos;
- ii — dar suporte aos projetos agrícolas, assegurando o provimento oportuno dos insumos e o escoamento da produção e, ainda, permitir a ocupação de novas áreas de expansão da fronteira agrícola;
- iii — assegurar o transporte para os programas de álcool e de carvão e, adicionalmente, reduzir o consumo de derivados do

petróleo nos transportes, seja pela utilização de fontes energéticas alternativas — álcool e eletricidade —, seja pelo desenvolvimento das modalidades mais eficazes energeticamente, particularmente através de programas de racionalização;

iv — dar especial atenção aos aspectos sociais dos transportes, principalmente em apoio às populações de baixa renda;

v — orientar os programas de investimentos e a execução orçamentária, de forma ajustada à estratégia de combate ao processo inflacionário.

Estas diretrizes superiores que, aliás, vêm sendo perseguidas pelo Ministério dos Transportes desde 1979, abrangeram um elenco de medidas que apresentou, em 1982, alguns resultados de relevo.

Assim, no que tange ao apoio às exportações, foram empreendidas ações no sentido de dar continuidade ao Programa de Corredores de Exportação e Abastecimento, envolvendo um amplo complexo de rodovias, ferrovias e terminais portuários. Também, a frota mercante foi ampliada em sua capacidade e aperfeiçoada em seus processos operacionais para atender à pauta de exportações e aumentar a participação da bandeira brasileira, seja na tonelage como nos fretes auferidos. Em 1982, apesar da situação adversa do comércio mundial, o transporte marítimo apresentou crescimento de 13,5% em tonelage e 1,6% em fretes, em relação aos resultados obtidos no ano de 1981.

O suporte à agricultura foi dado através da ampliação do sistema rodoviário, com a implantação do Programa Nacional de Rodovias Alimentadoras — AGROVIAS, e o prosseguimento do Programa de Estradas Vicinais para atender ao crescimento da área plantada e ao escoamento dos produtos do setor primário da economia.

Com relação ao consumo global de energia em transportes praticamente manteve-se, em 1982, os valores do ano anterior, da ordem de 24,6 milhões de TEP (toneladas equivalentes de petróleo). Observa-se, entretanto, uma gradativa substituição da gasolina pelo álcool nos transportes, em concordância com a política energética preconizada pelo Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis.

Assim, em cotejo com o ano de 1981, os consumos de gasolina e óleo combustível caíram de 5,0% e 15,1%, enquanto

aumentaram os de óleo diesel (6,0%), álcool (20%) e querosene (1,7%).

Com relação aos aspectos sociais dos transportes, foi levado a efeito um elenco de medidas no sentido de racionalizar o sistema visando a viabilizar os transportes coletivos urbanos. Com esse intuito foram aplicados recursos nos metrô do Rio de Janeiro e São Paulo e na execução de melhoramentos e modernização nos subúrbios dessas cidades, bem como na implementação de transporte ferroviário de massa nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Fortaleza. Buscou-se, prioritariamente, oferecer transporte coletivo seguro, eficiente e confiável, para o atendimento especialmente à população de baixa renda.

No mesmo sentido, desenvolveu-se um programa de pavimentação de áreas urbanas periféricas visando a prover acesso pavimentado aos núcleos habitacionais populares, bem como promoveu-se a implementação de corredores estruturais para os ônibus urbanos.

2.8.2 Principais resultados alcançados

2.8.2.1 Setor rodoviário

A principal preocupação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, voltou-se para a restauração e conservação das rodovias, onde foram aplicados, respectivamente, Cr\$ 32,5 bilhões e Cr\$ 21,6 bilhões.

No que se refere a obras, o DNER apresentou em 1982 um desempenho nitidamente superior ao do ano anterior, duplicando praticamente a sua produção física. Assim, enquanto em 1981 implantou-se 684 km e pavimentou-se 693 km de rodovias, em 1982 os resultados alcançaram respectivamente, 1.247 km de implantação e 1.241 km de pavimentação, com a entrega ao tráfego de importantes segmentos rodoviários de vital importância para a economia do país.

Entre as obras concluídas em 1982 destacam-se: o segmento Ibotirama-Barreiras, integrante da BR-020/242, que incurtiu em 780 km a ligação de Brasília a Salvador; e o trecho Santa Inês-Açailândia BR-222), no Maranhão, que diminuiu o trajeto entre São Luís e Brasília em 642 km.

Na Região Sul cumpre ressaltar, entre outras realizações: a duplicação do trecho Curitiba-Paranaguá, da BR-277, integrante do sistema do Corredor de Exportação e Abastecimento do Pa-

raná; e a conclusão do último trecho da ligação Santa Maria-Santiago, permitindo a conexão pavimentada até São Borja (BR-453), por onde se processa o escoamento da produção de grãos do oeste do Rio Grande do Sul.

Na Região Centro-Oeste, a entrega ao tráfego da BR-463, Dourados-Ponta Porã (128 km), garantiu o escoamento da produção regional para os centros consumidores, constituindo-se, também, em mais uma importante via de integração com o Paraguai. A seu turno, a pavimentação da rodovia Brasília-Unai (BR-251), com 67 km, assegurou o abastecimento do Distrito Federal de cereais e produtos pecuários gerados naquela área.

No Nordeste, entre outras obras, assumiram relevo especial: a inauguração dos trechos Sertânia-Ibimirim, da BR-110 (31 km) e Floresta-Entroncamento com a PE-460, com 54,7 km, unindo, respectivamente, o Vale do Moxotó e a área do Rio São Francisco, aos eixos principais da região; o trecho Areia Branca-Mossoró (BR-110) com 50 km; e, ainda, o acesso a Aracaju.

Na Região Sudeste salientaram-se: a duplicação do segmento Quitandinha-Bingerí, da BR-040, que completou a ligação Rio-Juiz de Fora com duas pistas; a duplicação do trecho Belo Horizonte-Trevo de Ouro Preto (BR-040), com 21,3 km; o novo traçado da BR-101, entre Fazenda dos 40-Maruí, com 44 km, interligando Macaé e Campos; e a pavimentação dos trechos Oliveira-São João Del Rei (BR-494), Abadia dos Dourados-Monte Carmelo e Araguari-Indianópolis.

Assume especial destaque o prosseguimento das obras da rodovia Cuiabá-Porto Velho, com cerca de 1.500 km de extensão, cuja conclusão prevista para 1984 proporcionará a expansão das fronteiras agrícolas de Mato Grosso e Rondônia e possibilitará a interligação com os países vizinhos: Bolívia, Perú, Venezuela e Guiana, constituindo-se em uma verdadeira espinha dorsal dos transportes amazônicos.

Implantou-se, em 1982, o Programa Nacional de Rodovias Alimentadoras — AGROVIAS, contemplando todas as regiões do país e destinado a possibilitar o rápido escoamento da produção agrícola para as rodovias troncais e, destas, para os grandes centros consumidores. Os recursos totais deste programa, comprometidos através de convênios realizados com os estados e territórios da federação, atingiram a Cr\$ 20,6 bilhões, sendo Cr\$ 15,2 bilhões de recursos federais e Cr\$ 5,4 bilhões de contrapartida estadual, e destinaram-se à implantação e/ou pavi-

mentação de 4.397 km de rodovias e à construção de 1.952 m de pontes. Das rodovias, 966 km são federais, 1.917 km estaduais e 1.514 km municipais. Em 1982 foram concluídos 1.323 km e iniciados 2.134 km de trechos rodoviários, com a aplicação de Cr\$ 7,8 bilhões dos recursos estabelecidos. O programa terá seqüência em 1983.

Foi dado prosseguimento às obras do Programa de Rodovias Vicinais, em convênio firmado pelo Ministério dos Transportes com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, dezenove órgãos rodoviários estaduais e o Banco Mundial. Em 1982, foram implantados 2.100 km de rodovias e pavimentados 290 km, com aplicação de recursos, no exercício, de Cr\$ 26,4 bilhões, dos quais Cr\$ 4,8 bilhões aportados pelo Ministério/DNER.

Finalmente, chegaram a bom termo em 1982, as negociações com a República Argentina para a construção da Ponte da Fraternidade sobre o Rio Iguaçu, devendo ser expedida a ordem de serviço para início das obras em princípios de 1983.

2.8.2.2 Setor ferroviário

Na movimentação de cargas, a Rede Ferroviária Federal S/A — RFFSA buscou consolidar sua posição de competitividade no mercado de transporte, através de um esforço acentuado na racionalização operacional e em obras consideradas prioritárias, além de continuar a construção da Ferrovia do Aço.

Assim, em que pese a retração observada nas cargas em geral, o montante de carga transportada, em toneladas, manteve-se praticamente inalterado, ou seja, 67,7 milhões de toneladas, em 1982, contra 67,8 milhões em 1981. Em toneladas-quilômetro-úteis, ocorreu, todavia, acréscimo de 2,8%, passando de 31,1 bilhões de tku em 1981, para 32,0 bilhões em 1982.

A RFFSA obteve aumento de receita própria superior em 101,5% à do ano de 1981. O efetivo do pessoal da Empresa decresceu de 2,8%, enquanto sua produtividade aumentou em 5,7%.

A adoção de medidas de racionalização das operações e a melhoria do sistema de manutenção e controle vem proporcionando economia expressiva de combustível. Assim, enquanto em 1981 a Empresa consumiu 430,0 milhões de litros de óleo diesel, este volume baixou para 396,0 milhões em 1982, ou seja, uma redução de consumo da ordem de 8%, ao tempo em que o rendimento de trabalho, em toneladas-quilômetro-úteis produzi-

das, cresceu 7,1%, de 184,7 tku por litro de óleo diesel em 1981 para 197,9 tku/litro em 1982.

Relativamente às obras concluídas em 1982, destacaram-se:

- A ligação Celso Bueno-Araguari, com 120 km de extensão, substituindo, com melhores características técnicas, 186 km da linha tronco Belo Horizonte-Brasília, em segmento inundado pela barragem da Emborcação, no Rio Paranaíba;
- Acesso e construção da pera ferroviária das instalações do Porto de Sepetiba (RJ), com 12 km de extensão;
- Acesso ao Porto de Itaqui (MA), com 17 km; e acesso ao Porto de Pirapora, no Rio São Francisco, com 9 km de extensão, obra indispensável à conjugação de transporte ferroviário com a navegação fluvial.

No que tange à Ferrovia do Aço, a Empresa prosseguiu com as obras de infra-estrutura que, ao final de 1982, apresentava 97% de sua terraplenagem concluída, com a movimentação de 142,74 milhões de m³ realizados. Já se encontram vazados 70 dos 72 túneis da ferrovia, que representam uma extensão de 51.282 m, e concluídos 87 dos 94 viadutos existentes que, globalmente, alcançam a 26.561 metros. Deste modo, acham-se plenamente liberados 300 km dos 319 km da plataforma final, prontos para receber o lançamento da via, cujo serviço será executado pelo 2º Batalhão Ferroviário, a partir de março de 1983.

2.8.2.3 Setor portuário

Conforme as diretrizes traçadas, a Empresa de Portos do Brasil S/A — PORTOBRÁS, deu ênfase especial ao Setor operacional, adotando medidas voltadas ao aumento da eficiência dos portos. Neste sentido destacaram-se: a maior participação dos Conselhos Especiais de Usuários na Administração dos portos; a implantação de um sistema de mala direta entre o usuário e o Ministério; e o prosseguimento do programa de desburocratização portuária, com a supressão de procedimentos que prejudicam a tramitação das mercadorias na área portuária.

Ainda objetivando a operação mais eficiente, foram executados serviços para melhoria das condições de acesso aos portos pela desobstrução e aprofundamento dos canais de acesso e das bacias de evolução, em particular nos portos de Belém, Fortaleza, Cabedelo, Paranaguá, São Francisco, Itajaí, Rio Grande e Porto Alegre, incluindo aí o canal da Lagoa dos Patos. Parale-

lamente, e dentro do programa de reaparelhamento dos portos, foram encomendados 96 novos guindastes, dos quais 50 — de maior capacidade — junto à República Democrática Alemã (RDA), e os demais adquiridos no mercado nacional.

Associado à política de economia de combustível, a Empresa desenvolveu um programa de «roll-on/roll-off» de modo a atender aos terminais de Cabedelo, Antonina, Capuaba, Salvador e Paranaguá. Em complemento, colocou em operação o terminal do Rio de Janeiro, com área de estacionamento destinada ao embarque de veículos para o exterior.

No tocante a obras portuárias concluídas em 1982, merece destacar:

- A primeira etapa do terminal de Sepetiba;
- O terminal para gasosos, no Porto de Aratu;
- O pier petrolífero de Mucuripe;
- O cais e armazém no Porto de Macapá;
- A recuperação do pavimento do flutuante do Porto de Manaus.

No que tange à navegação interior, deu-se continuidade à construção das eclusas de Tucuruí, no Rio Tocantins, e concluiu-se as obras civis das eclusas de Boa Esperança, no Rio Parnaíba, e as do Terminal de Charqueadas, para carvão, no Rio Jacuí.

Visando a ampliar a utilização das vias navegáveis, realizaram-se serviços de desobstrução e dragagem dos canais e furos próximos a Manaus e Abaetetuba, bem como nos rios Pindaré, Mearim, Caru e Grajaú, no Maranhão; e manutenção de balizamento e serviços de proteção à navegação, nos rios São Francisco e Jacuí.

2.8.2.4 Marinha mercante

Como reflexo da redução da atividade econômica nos países industrializados e a conseqüente retração do comércio mundial, durante o ano de 1982 o intercâmbio do Brasil com os demais países, realizado pela navegação de longo curso, apresentou declínio de 5,6%, totalizando 162,2 milhões de toneladas, das quais 108,7 milhões de cargas exportadas e 53,5 milhões de importações. Igualmente, houve um decréscimo nos fretes gerados, que passaram de US\$ 4,1 bilhões, em 1981, para US\$ 3,8 bilhões, ou seja, menos 7,3%.

A bandeira brasileira, representada por navios próprios e afretados, manteve o nível de sua participação no transporte marítimo, com 46,5% do total (46,0% em 1981). Na exportação, porém, obteve um resultado expressivo, ampliando sua participação em 13,5% na tonelagem e 1,6% nos fretes auferidos.

Na navegação de cabotagem, em comparação com 1981, houve incremento de 17,5% na tonelagem transportada (28,2 milhões em 1982 e 24,5 em 1981), e 163,2% no frete auferido, que alcançou Cr\$ 58,4 bilhões em 1982 (Cr\$ 22,2 bilhões, em 1981).

Também na navegação interior ocorreram aumentos, tanto na carga transportada, que passou de 5,07 milhões de toneladas, em 1981, para 5,55 milhões de toneladas em 1982 (9,4%), como no frete gerado, que elevou-se de 124,3%, passando de Cr\$ 6,6 bilhões, em 1981, para Cr\$ 14,7 bilhões, em 1982.

No que concerne à construção naval, procurou-se manter os estaleiros nacionais em operação, senão plena, pelo menos em nível satisfatório de atividade, dentro das possibilidades financeiras da Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAM.

Assim, em 1982 foram entregues 87 embarcações, no total de 715.508 TPB e 14.760 BHP⁽¹⁾, destas, 9 embarcações, perfazendo 284.841 TPB, foram exportadas.

Durante o ano foram contratadas, para construção nos estaleiros nacionais, 106 embarcações com um total de 425.739 TPB. Deste montante, 96 destinam-se ao mercado interno, sendo 78 embarcações com 199.604 TPB e 18 equivalentes a 18.234 BHP. As restantes 10 embarcações, perfazendo 226.135 TPB, se destinaram à exportação.

Com as entregas realizadas, a frota mercante brasileira atingiu, em 1982, a 1.368 embarcações (com 100 TPB e mais), com um total de 9.404.833 TPB, acusando um crescimento de 8,7% sobre o número de embarcações e 5,3% na tonelagem bruta.

2.8.2.5 Transportes urbanos

Em 1982 teve continuidade a ação que o Ministério dos Transportes, através da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU e da Rede Ferroviária S/A — RFFSA, vem realizando no setor de transportes coletivos urbanos, concentrando

seus investimentos nas modalidades metrô, trem metropolitano e ônibus.

Os recursos aplicados somaram Cr\$ 90,3 bilhões, sendo: Cr\$ 11,6 bilhões nos metrô do Rio de Janeiro e São Paulo; Cr\$ 55,6 bilhões nos trens de subúrbio do Rio de Janeiro, São Paulo; Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal e João Pessoa, Cr\$ 19,3 bilhões no sistema de transporte coletivo urbano de ônibus, sobretudo nas regiões metropolitanas, capitais dos estados, e aglomerados humanos com população igual ou superior a 400.000 habitantes. Além disso, foram ainda investidos Cr\$ 2,1 bilhões em transporte urbano hidroviário e Cr\$ 1,7 bilhão em estudos e projetos.

No que concerne ao número de passageiros transportados por dia, nos principais sistemas de transporte ferroviário urbano, cabe destacar:

Metrô do Rio de Janeiro	450.000
Metrô de São Paulo	1.230.000
Subúrbios do Rio de Janeiro	640.000
Subúrbios de São Paulo	700.000

Concluídas as obras da Linha 1 (12,7 km) e do trecho Estácio de Sá-Maracanã (3,5 km) da Linha 2, do Metrô do Rio de Janeiro, os trabalhos de construção prosseguiram entre Maranhão e Acari (19,8 km), que devem, nos próximos meses, entrar também em operação, elevando o total das linhas a 36,0 km. Enquanto isto, em São Paulo, estão em operação 24,5 km, sendo 17,2 km da Linha Norte-Sul e 7,3 km da Leste-Oeste.

Em Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, deu-se prosseguimento às obras de implantação da infra-estrutura dos respectivos trens metropolitanos, segundo os cronogramas estabelecidos.

Quanto aos ônibus, que respondem por cerca de 60% dos deslocamentos urbanos, o grande esforço, como nos anos anteriores, foi realizado na sua infra-estrutura viária, onde se aplicou, neste exercício, 55,4% dos dispêndios globais do setor. Com este procedimento foram criadas condições que propiciam a utilização de frotas de melhor qualidade, simultaneamente com a adoção de normas operacionais que, em conjunto, conduzirão à meta almejada de oferecer à população, sobretudo de baixa renda, transporte coletivo confiável, seguro, rápido, confortável e acessível aos seus rendimentos. Noutras palavras, deverão, a partir de agora, proliferar os bons resultados alcança-

dos em 1982, em alguns corredores de transporte urbano de ônibus localizados em Curitiba, no Recife, e em Porto Alegre onde, no Corredor da Avenida Bento Gonçalves, por exemplo, obteve-se, ao lado de uma sensível melhoria de qualidade no serviço prestado ao usuário, redução tarifária da ordem de 25%.

2.8.3 *Planejamento de transportes*

Cabe à Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT dar assessoramento e apoio direto ao Ministério dos Transportes, em particular nos assuntos relacionados com a integração operacional das diferentes modalidades.

Neste sentido, foram desenvolvidos os programas de acompanhamento dos Corredores de Exportação e estudos para a Comissão de Dispendio Energético em Transportes.

Em 1982 foi, também, prestada assessoria aos diversos órgãos modais, destacando-se: os estudos referentes ao Programa Global de Modernização da RFFSA; os estudos sobre construção naval, transporte hidroviário e marinha mercante, de interesse da SUNAMAM; e um estudo sobre navegação fluvial e hidrovias interiores, para a PORTOBRÁS.

Além dessas atividades de planejamento mereceu destaque a assistência técnica prestada ao Ministério da Indústria e Comércio no Programa do Alcool, e em projetos da área urbana e sistema rodoviário vicinal, do Distrito Federal, bem como trabalhos para o exterior citando-se como principais, o referente ao estudo das alternativas para escoamento da produção de carvão, em Moçambique; o estudo de transportes urbanos de Assunção; e, o projeto de interconexão ferroviária Brasil-Paraguai.

(1) A unidade BHP (Brake Horse Power) é utilizada para rebocadores e embarcações do gênero, que não são avaliadas em TPB.

2.9 COMUNICAÇÕES

2.9.1 *Política setorial*

A política do setor de comunicações em 1982 teve caráter eminentemente social com a intensificação de ações no sentido de se estender os serviços dos sistemas de telecomunicações, correios e radiodifusão a parcelas cada vez maiores da população.

As diretrizes para o setor em 1982 foram as seguintes:

Na área de telecomunicações públicas:

— intensificar a interiorização dos serviços com provimentos de sistemas acessíveis e compatíveis com o poder aquisitivo das comunidades a que se destinam;

— dar continuidade ao programa de popularização do telefone com o objetivo de permitir maior acesso ao serviço por parte das populações residentes nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos e, também, nas áreas rurais;

— buscar maior integração com outros setores de atividades visando à consecução de objetivos econômicos e sociais prioritários.

Na área dos correios:

— dar continuidade à política de extensão dos serviços postais e telegráficos a localidades no interior do país visando a estender a estas localidades o serviço de reembolso postal, como complemento à atividade comercial; o serviço de vale postais, como supridor da ausência de rede bancária; e o serviço telegráfico, que permite a pronta tramitação de mensagens de caráter urgente envolvendo áreas do interior do país.

Na área da radiodifusão:

— estender os serviços de radiodifusão a localidades ainda não contempladas, geralmente em regiões menos desenvolvidas;

— interiorizar o serviço de televisão no território nacional sem se descuidar da necessidade de preservação dos valores e características culturais regionais;

— levar a comunicação de massa a áreas consideradas sem interesse por parte da iniciativa privada;

— dar continuidade e ampliar a programação voltada para o apoio à população local e aos núcleos de colonização desenvolvidos na região amazônica.

Na área do desenvolvimento tecnológico e industrial da telecomunicação:

— fomentar a criação de um parque industrial eminentemente brasileiro e incentivar o desenvolvimento da tecnologia com vistas à redução dos recursos materiais importados e em benefício da autonomia nacional;

— apoiar o intercâmbio técnico com outros países, tanto da América Latina como da África, seja através de consultoria ou de intenso programa de cooperação técnica, trazendo benefícios, particularmente, ao setor de exportação de bens e serviços brasileiros.

2.9.2 Atividades e principais resultados alcançados pelo setor em 1982

Coerentes com os objetivos governamentais e seguindo as diretrizes estabelecidas, as principais atividades e resultados alcançados pelo setor de comunicações em 1982 foram os seguintes:

Na área de telecomunicações públicas:

— o programa de comunicações domésticas via satélite, que vinha se expandindo pela utilização de canais alugados à INTELSAT, recebeu impulso marcante pela contratação do satélite próprio que deverá entrar em operação em 1985;

— o Brasil passou a participar do consórcio INMARSAT que permite comunicação mais eficiente entre o território nacional e embarcações em qualquer oceano, além de assegurar maior segurança ao transporte marítimo;

— entrou em operação o cabo submarino ATLANTIS, ligando o Brasil à África e Europa e se constituindo em alternativa para as comunicações internacionais via satélite;

— foram desenvolvidos projetos conjuntos entre as áreas de comunicações e agricultura com vistas a facilitar, particular-

mente, a colocação de produtos agrícolas no mercado. Foi desenvolvido o «serviço diário de informação de mercado de produtos agrícolas»; foi criado o «telefone do produtor», da Comissão de Financiamento da Produção; e foram ampliados os serviços prestados em conjunto com a Bolsa de Mercadorias do Estado de São Paulo;

— foi criado, em conjunto com o setor saúde, o sistema de transmissão de eletrocardiograma por telefone, ainda em caráter experimental e de avaliação de sua aplicabilidade em nível nacional;

— foi ampliado, em conjunto o setor de previdência e assistência social, o número das centrais de marcação de consultas;

— foram instalados 953 mil novos telefones, alcançando-se o total de 9,0 milhões de aparelhos em operação, ou seja, 11,8% a mais que em 1981; todas as sedes municipais brasileiras além de mais de 2.528 outras localidades, encontram-se atendidas com serviço telefônico. O número de Municípios atendidos por DDD passou de 1.267 para 1.694 no período;

— o tráfego telefônico foi de 13,9 bilhões de chamadas, sendo de 11,8% o crescimento do tráfego local, 33,5% o do interurbano e 9,3% o do tráfego internacional;

— o total de terminais de telex em operação elevou-se para 70.583, com crescimento de 40,7% em relação a 1981.

Na área dos correios:

— foi lançado o programa de envio de documentos para órgãos públicos, por correspondência, em apoio ao Programa Nacional de Desburocratização e para maior comodidade da população;

— foi assinado convênio entre os setores de comunicações e de previdência e assistência social, favorecendo 20 mil beneficiários da previdência social, de 478 municípios brasileiros que não possuem agências bancárias e que passarão a receber seus benefícios (aposentadorias, pensões e auxílios diversos) através das agências postais;

— foi expandida a rede postal noturna, passando a interligar por via direta as cidades de Aracajú, Maceió, Teresina e São Luís;

— foi ampliado o serviço regular aéreo diurno, garantindo a entrega de carga postal no dia seguinte ao da postagem, em localidades do interior do Pará, inclusive Serra Pelada;

— o número de unidades de atendimento postal aumentou de 7.140 em 1981 para 7.213 em 1982, enquanto a quantidade de objetos postados, principal indicador da ação dos correios, foi de 3.855,9 milhões, crescendo 4% em comparação a 1981. A quantidade de vales postais cresceu de 2,5%, passando de 3,5 milhões em 1981 para 3,6 milhões em 1982.

— Na área da radiodifusão:

— foi ampliada, significativamente, a área atendida pelos serviços de radiodifusão com a criação de estações retransmissoras secundárias de TV — modalidade mais simples e menos onerosa de retransmissão de programas de televisão;

— foram adotadas medidas visando a facilitar o acesso das redes de televisão aos canais alugados à INTELSAT, permitindo, assim, maior interiorização da televisão no território nacional;

— foram implementadas emissoras de televisão e de FM em Sinop (MT), Alta Floresta (MT) e Fernando de Noronha, acompanhadas da instalação de estações terrenas de comunicações por satélite, permitindo a transmissão da programação em cadeia;

— as emissoras governamentais transmitiram um total de 165 mil horas de programação, sendo 105 mil horas dirigidas para a Amazônia.

Na área do desenvolvimento tecnológico e industrial da telecomunicação:

— foram adotadas medidas no intuito de desenvolver tecnologias avançadas que irão constituir-se nas bases de modernização dos sistemas de comunicações, assegurando-se a participação industrial brasileira no processo. Foram objeto de ações concretas nesta área os projetos de cabos de fibras ópticas, de circuitos integrados e de estação receptora de televisão via satélite;

— foram celebrados ajustes de cooperação com o Equador e Colômbia e estão em fase de negociação aqueles com a Venezuela, Angola e Moçambique;

— quanto à cooperação multilateral, foram realizados os Cursos de Redes e de Comunicações por Satélites e o Seminário de Gerentes, com a participação de Angola, Argentina, Colômbia, Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala, Guiné-Bissau e Nicarágua.

3. POLÍTICA SOCIAL



3.1 SALÁRIO, EMPREGO E POLÍTICAS TRABALHISTAS

Durante o ano de 1982 a política do governo federal na área de salário e emprego continuou basicamente centrada em dois importantes tópicos:

- assegurar, fortalecer e promover a institucionalização na negociação entre capital e trabalho; e
- ampliar as bases para a implementação da política de emprego.

3.1.1 *Salário*

A atual política salarial do governo federal continuou protegendo o salário do trabalhador dos efeitos da inflação através da correção automática e semestral do valor monetário dos salários.

As taxas de reajuste no decorrer de 1982, por faixas de salários, permitem constatar que a quase totalidade da população assalariada se beneficiou de reajustes acima da inflação — e isso se evidencia não somente quando se leva em conta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mas também os índices de custo de vida tanto do Rio quanto de São Paulo.

Os reajustes de salários com valor até 10 SM foram persistentemente mais elevados que as variações dos índices de custo de vida, o que significa que mais de 90% da força de trabalho abrangida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) se beneficiou com ganhos reais em sua remuneração (ver apêndice estatístico).

Constatou-se, no entanto, a persistência da realimentação inflacionária decorrente, dentre outros fatores, da atual sistemática de reajustes que vem propiciando a elevação dos salários

reais acima dos aumentos da produtividade. Assim é que no setor industrial, segundo dados da Fundação IBGE, no período janeiro-setembro de 1982 em relação a igual intervalo do ano anterior, a produtividade por pessoa ocupada se elevou em 7,0%, ao passo que o salário real médio cresceu 8,6% se se adotar como deflator o INPC e 9,8% adotando-se como deflator o implícito da produção industrial. Os dados da Fundação IBGE mostram também que, nos primeiros nove meses de 1982 em comparação com o mesmo período de 1981, a massa de salários pagos no setor industrial cresceu 98,6%, percentual superior ao aumento do valor da produção industrial que, nesse intervalo, cresceu 93,6%.

Essa realimentação decorre em parte da própria sistemática de correção salarial que procura conceder reajustes acima da variação do custo de vida de forma automática e independente de negociações e acréscimos adicionais por conta de melhorias de produtividade.

Com relação ao salário mínimo, ocorreram em 1982 reajustes nos meses de maio e novembro. A taxa de reajuste para o maior valor desse salário foi praticamente igual à variação do INPC utilizada nos reajustes salariais do mês (39,2% e 41,9%, respectivamente em maio e novembro de 1982). Para o menor valor do salário mínimo, o aumento foi de 10% acima da variação do INPC (43,0% e 46,0% nos dois reajustes, respectivamente). Comparando-se as taxas de reajustes desse salário com as variações dos principais índices de preços no período compreendido entre novembro de 1981 e novembro de 1982, observa-se o seguinte: o primeiro, o segundo e o terceiro níveis do SM foram reajustados em 97,6%, 103,3% e 108,9%, respectivamente, para uma variação de 95,3% do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna, de 94,5% para o INPC e de 96,4% e 89,0% para os Índices de Custo de Vida do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente.

Em decorrência desses reajustes, a relação entre o maior e o menor salário mínimo, que era de 1,585 em 1969 e de 1,301 em maio de 1980, reduziu-se para 1,159 por ocasião do reajuste de novembro de 1982.

3.1.2 *Emprego*

Ao final do ano, de acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Emprego da FIBGE; a taxa de desemprego nas principais regiões metropolitanas do país (Rio de Janeiro, São Paulo,

Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife) atingiu 4,7%, índice semelhante àquele ocorrido em 1980, ano em que a economia registrou uma das mais altas taxas de crescimento desde 1974.

Esse dado é tão mais significativo quando se observa a tendência declinante das taxas de desemprego, que em janeiro de 1982 se situava em 9,2%.

A nível de setores da economia as estatísticas do SINE/MTb mostram diferentes processos de absorção de mão de obra. Se de um lado, o índice de emprego decresceu na indústria (— 5,1% e —1,8% no Rio de Janeiro e São Paulo respectivamente, no período out-82/out-81) e na construção civil (—13,2% e —9,2% na mesma comparação anterior), de outro, no entanto, esse decréscimo foi contrabalançado pelo melhor desempenho dos setores Comércio (4,4% e —0,9 no Rio de Janeiro e São Paulo respectivamente, no período out-82/out-81) e Serviços (0,4% e 4,9% na mesma comparação anterior).

A despeito do recrudescimento das dificuldades econômicas enfrentadas a partir de 1981, com reflexos diretos no mercado de trabalho, pôde o Ministério do Trabalho dar continuidade à implementação de políticas voltadas à manutenção da prioridade social do governo, ao tempo em que, atento às alterações conjunturais na atividade econômica destinadas à redução da inflação e ao equilíbrio das contas externas, vem desenvolvendo programas e projetos destinados a minimizar os efeitos adversos enfrentados.

Assim, no decorrer do ano de 1982, seguindo a orientação de ampliar as bases para a política de emprego, mereceu especial ênfase a intensificação das ações de aparelhamento institucional e operacional requeridos pela referida política. Dentre outras, destacam-se as seguintes ações:

— ampliação e aperfeiçoamento do sistema de informações na área de emprego, através do Sistema Nacional de Emprego (SINE), com o intuito de identificar, prontamente, as modificações do mercado de trabalho com o objetivo de tornar mais ágil e eficaz a atuação do governo no Setor;

— atendimento de 1.220.000 trabalhadores no processo de intermediação, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho, representando um incremento, em relação ao ano anterior, da ordem de 32,3%. Desse total, estão incluídos 6.000 trabalhadores colocados no Programa Grande Carajás e 31.248 trabalhadores

reempregados após terem sido desligados dos seus empregos em função de crises setoriais.

Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato
— PNDA

As dificuldades da economia brasileira decorrente da crise mundial, com os conseqüentes efeitos negativos na geração de empregos, levou à necessidade do desenvolvimento de programas alternativos que atendam à força de trabalho localizada no setor informal. Trata-se de setor que gera ocupação a baixo custo; engloba as camadas de mais baixa renda da população; aproveita mão-de-obra independente de idade e qualificação; e requer insumos que, na sua quase totalidade, são produzidos domesticamente.

O PNDA tem permitido, a um só tempo, novas oportunidades de empregos, melhoria da renda familiar e geração de divisas através da exportação do artesanato brasileiro. Através da intensificação do apoio aos núcleos artesanais e cooperativas, bem como promovendo a comercialização da produção, O PNDA beneficiou 280.000 artesãos diretamente, e cerca de 1.000.000 de pessoas indiretamente.

Estes resultados foram possíveis com a instalação de centrais de comercialização (5) nos estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco, apoiando o comércio interno e externo. Foram realizadas 13 feiras em 1982 (1 nacional e 12 regionais) e as exportações de artesanato atingiram mais de US\$ 700.000.

Política de Formação de Mão de Obra

O Brasil tem convivido ultimamente com algumas situações em que a demanda por mão-de-obra pelo sistema produtivo é menor do que a oferta de mão-de-obra decorrente do crescimento da população que ingressa no mercado de trabalho.

Paradoxalmente, no entanto, ao mesmo tempo que as oportunidades de trabalho se contraem nos grandes centros urbanos — devido à retração de determinados segmentos da economia como o da produção de bens duráveis, por exemplo, as regiões interioranas, com seus projetos energéticos, agrícolas e agroindustriais —, chegam a experimentar taxas expressivas do nível de emprego, como aconteceu em 1982 nos estados do Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre, Maranhão, Piauí, e outros.

Como, muitas vezes, o problema do emprego é agravado pelo despreparo do trabalhador, resultando em eventual inadequação da mão-de-obra disponível às qualificações e oportunidades de emprego surgidas, a ação do governo através do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra (SNFMO) tem procurado harmonizar o mercado de trabalho, de modo a tornar a qualificação profissional afinada com o mercado de trabalho. O SNFMO (incluindo o SENAI e o SENAC) beneficiou em 1982 o expressivo número de 3.785.000 pessoas, através dos seguintes programas:

- treinamento para reemprego, que visa à reciclagem da mão-de-obra desempregada para reaproveitamento em subsectores econômicos com capacidade de absorção de trabalhadores;
- qualificação e/ou aperfeiçoamento de trabalhadores para os setores secundário e terciário da economia; e
- formação profissional executada em 1.594 empresas beneficiárias da Lei nº 6.297/75.

Merece especial menção a ação levada a efeito pelo Ministério do Trabalho, através do Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAR), com vistas à preparação de mão-de-obra demandada pelos diferenciados estágios do processo produtivo agrícola do país. Integrando-se às demais ações governamentais relacionadas com o apoio às atividades agropecuárias que visam à obtenção de resultados econômicos e sociais mais expressivos no setor, em 1982 o SENAR treinou 131.500 pequenos produtores e trabalhadores rurais em todo o território nacional mediante a mobilização de 85 bases operacionais e 31 unidades móveis de treinamento.

3.1.3 Políticas trabalhistas

As ações desenvolvidas nesta área pelo Ministério do Trabalho enfatizaram o aperfeiçoamento das relações trabalhistas e a obtenção de melhores níveis de bem-estar do trabalhador, nos diversos aspectos que implicam na elevação dos padrões de segurança ocupacional, acesso a bens e serviços, recursos e equipamentos sociais.

a) Relações Trabalhistas

O aperfeiçoamento das Relações do Trabalho é parte da política de participação social, constituindo-se em base para a construção de um modelo socialmente justo. A ênfase dada às negociações coletivas, manifestada de forma concreta através da

filosofia de ação adotada e da implantação do Sistema de Coleta de Dados, Análise e Acompanhamento das Negociações Coletivas do Trabalho (convênio MTb/FIPE), culminou com a criação, em 17 de dezembro de 1982, do Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho (IBRART), o qual visa, principalmente, à profissionalização da negociação, substituindo a improvisação pela competência técnica.

Rompendo com o modelo tutelar de relações do trabalho, o IBRART tem como filosofia de ação o princípio tripartite que assegura a participação de representantes dos trabalhadores, empregadores e do estado. Como proposição de ação, o IBRART deverá viabilizar a contínua análise da capacidade dos trabalhadores e das empresas de crescerem e se desenvolverem integralmente, estimulando a realização de estudos e de pesquisas que resultem propostas concretas de soluções.

b) Fiscalização

Em 1982 foi implantado o Sistema Nacional de Proteção ao Trabalho, inicialmente como projeto piloto no estado do Rio de Janeiro. A partir dos cadastros da RAIS e do CGC, tornou-se possível dirigir a inspeção do trabalho para fatores e riscos inerentes ao desempenho de cada categoria ocupacional. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, foram realizadas 74.836 fiscalizações, sobre um universo de 138.636 empresas. O sistema será expandido no início de 1983 às regiões metropolitanas de São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre.

A par do desenvolvimento deste projeto piloto, a fiscalização do Ministério do Trabalho na área urbana atingiu 309.419 empresas envolvendo 15.030.000 trabalhadores. Na zona rural foram fiscalizadas 38.596 empresas, abrangendo um universo de 690.000 trabalhadores rurais.

c) Segurança e Medicina do Trabalho

A preocupação do governo em atuar efetivamente no setor decorre dos evidentes benefícios que a redução dos índices de acidentes do trabalho traz para o trabalhador, para a empresa e para a economia nacional. A ação do Ministério do Trabalho tem contribuído significativamente para a redução desses índices. Em 1972, cerca de 18,4% da nossa força de trabalho acidentava-se; em 1981, tal percentual caiu para 4,9%; as estatísticas preliminares indicam que esse índice decresceu significativamente em 1982.

A Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho atingiu, em 1982, 500.000 trabalhadores em todo território nacional, bem como foram ampliadas as bases de preservação da saúde ocupacional através da reformulação de 29 normas regulamentadoras.

d) Promoção Social do Trabalhador.

Além das medidas voltadas para as necessidades mais imediatas do trabalhador, o governo federal, no âmbito do Ministério do Trabalho, vem desenvolvendo programas de apoio à classe trabalhadora nos campos da educação, alimentação, esporte e lazer.

O Programa de Alimentação do Trabalhador — PAT beneficiou 2.503.510 trabalhadores de baixa renda, vinculados a 6.338 empresas, através do fornecimento de alimentação sadia, contribuindo para a melhoria do estado nutricional do trabalhador brasileiro.

Através dos Sindicatos, o Serviço Especial de Bolsas de Estudo distribuiu 214.365 bolsas de estudo para o 1º grau e ensino técnico aos trabalhadores sindicalizados e seus dependentes.

Também como parte da política de promoção social, o Programa de Assistência Técnica e Financeira proporcionou benefícios diretos a trabalhadores vinculados a 188 sindicatos mediante a instalação de 28 ambulatórios médicos, 78 gabinetes odontológicos e melhoramentos de instalações físicas de entidades sindicais.



3.2 PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Ministério da Previdência e Assistência Social, em sua tarefa de aperfeiçoamento do sistema brasileiro de proteção social, empenhou-se, no decorrer de 1982, na implementação de um conjunto de medidas orientadas para o equilíbrio financeiro da Previdência Social.

O rápido crescimento do número de beneficiários do sistema, que representam hoje 105 milhões de pessoas, ou cerca de 87% da população brasileira; a vinculação da sistemática de reajuste dos benefícios à política salarial; as repercussões da conjuntura econômica sobre o nível de emprego; e, as pressões sobre a demanda de serviços sem fonte de custeio específica (assistência social) ou com dotação insuficiente (assistência médica) responderam, de um modo geral, pela situação deficitária ocorrida no exercício de 1981.

A elevação do teto de contribuição, de 15 para 20 salários mínimos, e a tributação dos bens supérfluos, autorizadas pela Lei nº 6.950, de 4 de novembro de 1981, demonstraram-se insuficientes para a cobertura do déficit estimado, o que exigiu a expedição dos decretos-leis nºs 1.910 e 1.911/81, aprovados pelo Congresso Nacional em 1981, majorando, o primeiro, as alíquotas da contribuição dos trabalhadores ativos e das empresas e restabelecendo a participação dos aposentados e dos pensionistas no custeio da Assistência médica, e autorizando, o segundo, a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN.

Essas medidas, conjugadas a outras iniciativas, como a racionalização de dispêndios e a eliminação de distorções no atendimento médico, permitiram que a receita do SINPAS atingisse Cr\$ 3,1 trilhões, superando em 11,4% aquela prevista no início do exercício, e que contribuiu para a retomada do equilíbrio do Sistema, em 1982. Tal comportamento da arrecadação assegurou a total cobertura das despesas com o pagamento de aposen-

tadorias, pensões, auxílios-doença e outros benefícios em dinheiro, bem como o atendimento às demandas nas áreas de assistência médica e social.

Consciente do elevado ônus que o aumento das alíquotas das contribuições previdenciárias representou para as atividades produtivas e, especialmente, para os trabalhadores, iniciou-se em 1982, a implantação de diretrizes e medidas administrativas visando a racionalização dos dispêndios e a melhoria da qualidade da assistência médica e social aos beneficiários do Sistema.

Neste contexto, foi iniciada a implantação dos programas de reorientação da assistência médica; de melhoria do atendimento ao público; e racionalização administrativa e de aperfeiçoamento da arrecadação. Este esforço adicional buscou assegurar maior racionalidade na administração dos recursos arrecadados dos contribuintes, de forma a evitar que a sociedade brasileira venha a ser onerada com novos encargos relativos à manutenção do sistema previdenciário.

Merece especial referência, entre as medidas colocadas em prática, o Plano de Reorientação da Assistência à Saúde no Âmbito da Previdência Social, proposto pelo CONASP e aprovado em 23.08.82. Este plano prevê a instituição de uma rede primária de atendimento ambulatorial como porta única de entrada do Sistema de Assistência Médica. Com sua adoção, espera-se que aproximadamente 80% dos casos sejam resolvidos a nível ambulatorial, sendo apenas cerca de 20% dos beneficiários dirigidos às clínicas ou serviços profissionais especializados ou encaminhados à internação hospitalar.

A efetiva implantação do Plano, iniciada em fins de 1982, exigiu a adoção de uma série de providências preliminares. A mais importante foi a Portaria Ministerial nº 3.046, de julho de 1982, que estabeleceu novos critérios para a celebração de convênios e contratos e para os credenciamentos, que só deverão ser feitos depois de verificada a ocupação da capacidade instalada ou potencial dos recursos assistenciais próprios do INAMPS, obedecida a seguinte ordem de preferência:

- a) convênios com órgãos governamentais de qualquer nível federativo;
- b) convênios ou contratos com entidades assistenciais sem fins lucrativos, mediante subsídios;

c) convênios com sindicatos, no que se refere aos trabalhadores filiados, ou com empresas, no tocante a seus próprios empregados; e

d) credenciamento ou contratação de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

A mesma Portaria estabeleceu parâmetros e indicadores adequados a países em vias de desenvolvimento, baseados em estudos de organismos internacionais de saúde e na experiência do próprio INAMPS, para o planejamento da cobertura assistencial.

Igualmente importante foi a Resolução nº 26, do Presidente do INAMPS, determinando que as internações hospitalares fossem efetuadas somente até o limite do número de leitos contratados nos hospitais privados, o que contribuiu para a racionalização dos dispêndios com essa modalidade de assistência.

Destaque-se, ainda, o esforço do Ministério, através da CIPLAN — comissão formada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social — na implantação de mecanismos de integração de ações na área de saúde. Essa integração já atingiu outros órgãos da administração federal presentes na área de saúde, como os Ministérios da Educação e Cultura e do Interior, devendo consolidar-se, onde for possível, com a adesão progressiva dos estados e municípios.

Com a reorientação proposta, pretende o Plano:

a) resolver, a nível ambulatorial, a grande maioria dos atendimentos;

b) promover a elevação da produtividade da rede governamental e privada, mediante a racionalização e controle dos encaminhamentos;

c) corrigir a tendência à realização de exames e internações dispensáveis, assim como ao uso excessivo e dispendioso de procedimentos de alta sofisticação tecnológica; e

d) aperfeiçoar o sistema de remuneração de serviços contratados, buscando harmonizar e proteger os interesses do INAMPS e dos prestadores de serviços.

A implantação do Plano elaborado pelo CONASP, com maior ênfase ao atendimento ambulatorial e melhor controle das modalidades mais onerosas de atendimento, levará à racionalização da prestação da assistência médica, com substancial redução dos custos operacionais e melhoria do atendimento dos usuários.

Quanto à racionalização administrativa dos serviços da Previdência Social, visando à melhoria do atendimento ao público, à redução de gastos e à agilização da máquina administrativa, devem ser ressaltadas, entre outras, as seguintes medidas:

a) inúmeros atos de delegação de competência, com a conseqüente descentralização das decisões no âmbito do Ministério e do SINPAS;

b) dispensa aos segurados da Declaração Semestral de Vida e Residência dos filhos menores de 14 anos, para fins de recebimento do salário-família;

c) dispensa da apresentação da Cópia Autenticada dos Registros Contábeis (CARC) relativas às contribuições à Previdência Social;

d) uniformização de formulário para informações sobre débitos previdenciários das empresas;

e) simplificação da matrícula de empresas perante a Previdência Social, com aceitação do registro na Junta Comercial;

f) extinção do Certificado de Regularidade de Situação (CRS) e do Certificado de Quitação (CQ), com a criação de um documento mais simples, e exigível em um menor número de casos, para a comprovação da inexistência de débito com o IAPAS; e

g) isenção de matrícula, perante a Previdência Social, para as construções residenciais unifamiliares, destinadas ao uso próprio, que não ultrapassem 70m² e nas quais não se utilize mão-de-obra assalariada.

Estas decisões permitiram a eliminação de milhões de documentos, com efetiva repercussão nas despesas do Sistema e nos encargos de empregados e empregadores.

No decorrer do exercício de 1982 foram também promovidas inúmeras modificações voltadas para o aperfeiçoamento do processo de arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições previdenciárias, o que foi possível pela integração e utilização mais racional do processamento de dados da DATAPREV.

Pela sua importância, no que diz respeito à administração econômico-financeira do Sistema, deve ser ressaltada a aprovação do II Plano de Custeio da Previdência Social, a vigorar no triênio 1983/85. O Plano tem como objetivo orientar a programação econômica das entidades do SINPAS, com vistas ao equilíbrio financeiro, tendo sido elaborado a partir de estudos

atuariais que levaram em conta a longa experiência do seguro social brasileiro e determinados parâmetros para a evolução da economia do País.

A ATUAÇÃO DAS ENTIDADES VINCULADAS

3.2.1 *Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)*

Incumbido da administração dos programas de previdência social urbana, rural, e do funcionário público federal, o INPS empenhou-se, no período, em contínuo esforço de melhoria qualitativa para a concessão de benefícios e atendimento aos segurados.

Em matéria de seguros sociais, o INPS concedeu, no exercício, 1,8 milhão de benefícios de pagamento único e 2,1 milhões de benefícios de prestação continuada, perfazendo um total de 3,9 milhões.

Ao final do exercício, os benefícios em manutenção correspondiam a 9,1 milhões, representados por aposentadorias, pensões, auxílios-doença e renda mensal vitalícia.

No campo da reabilitação profissional urbana, o INPS proporcionou mais de 4,7 milhões de atendimentos e reabilitou 10.584 trabalhadores.

No cumprimento dessas tarefas o Instituto despendeu em benefícios (gerais, acidentes de trabalho, e previdência social rural) o montante de Cr\$ 2,1 trilhões em 1982.

3.2.2 *Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS)*

Responsável pelos programas de assistência médica, odontológica, farmacêutica e hospitalar aos trabalhadores urbanos e rurais e seus dependentes, o INAMPS iniciou gigantesco esforço de racionalização no emprego dos recursos a sua disposição, através da implantação do Plano proposto pelo CONASP.

Foram efetivadas 205 milhões de consultas médicas e 199 milhões de serviços complementares, bem como 39 milhões de consultas odontológicas, 63 milhões de serviços dentários, e 13 milhões de internações hospitalares, perfazendo um total de aproximadamente 520 milhões de atendimentos em 1982.

Tendo como base o ano anterior, em números absolutos, a expansão das consultas médicas e odontológicas foi de 1,5% e dos exames complementares de 4,3%. As internações cresceram

em 1%, devendo ser ressaltado que as medidas de controle de internação e exames complementares só tiveram início, de fato, já ao final do período.

No exercício de 1982, o INAMPS efetuou dispêndios no valor de Cr\$ 731,4 bilhões com assistência médica aos beneficiários.

3.2.3 *Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA)*

No exercício de 1982, a LBA deu continuidade à prestação de assistência social à população carente, mediante extensa programação voltada para o atendimento às comunidades, independentemente de vinculação dos beneficiários ao SINPAS.

Desenvolveu um conjunto de programas, projetos e ações que beneficiaram mais de 20 milhões de pessoas, com a alocação de recursos da ordem de Cr\$ 32 bilhões.

Em programas de assistência social geral à família, em atendimento comunitário de serviço social e assistência social ao homem do campo, a LBA administrou os seguintes programas: Creches-casulo, Complementação Alimentar, Distribuição de Leite em Pó, Ações Básicas de Saúde, Educação para o Trabalho. Foram beneficiados por esses programas a quase totalidade dos Municípios brasileiros e os seguintes segmentos da população carente: menores de 0 a 6 anos, gestantes, nutrizes, idosos e outros em situação de pobreza absoluta ou de desemprego.

Em assistência social complementar concedeu auxílios e benefícios pessoais de caráter emergencial (cadeiras de rodas, próteses, etc.) a 950.000 pessoas.

O Programa Nacional do Voluntariado — PRONAV, mobilizando e motivando as comunidades, atendeu, em 1982, 3,1 milhões de pessoas, em 1.410 Municípios brasileiros, através de 564 Núcleos de Voluntariado, 3.209 Grupos de Voluntários e 90.100 Voluntários. É importante destacar que este programa vem sendo administrado pela LBA com investimento igual a zero, utilizando-se tão-somente o trabalho voluntário das comunidades voltadas para a promoção social das populações carentes.

Além desses programas, a entidade realiza seus objetivos também através de acordos e convênios com entidades privadas e públicas de assistência social, às quais a LBA repassa recursos, atuando somente na coordenação e supervisão dos programas.

3.2.4 *Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)*

A entidade tem sob sua responsabilidade a execução da política nacional de bem-estar do menor. Sua atuação dá-se, preferencialmente, de forma descentralizada, através de convênios com instituições públicas ou privadas. Mantém, ainda, unidades que ela mesma administra.

Em 1982, a FUNABEM aplicou recursos da ordem de Cr\$ 12 bilhões, assistiu menores, desenvolveu programas preventivos em famílias e firmou convênios de assistência técnica e cooperação financeira com entidades públicas e privadas.

3.2.5 *Central de Medicamentos (CEME)*

Voltada para a redução de custo de produção de medicamentos e sua distribuição gratuita através do INAMPS, das Secretarias de Saúde e de Hospitais especializados do Ministério da Saúde e do MEC, a CEME cobriu a grande maioria dos Municípios brasileiros com sua programação, tendo despendido, para tanto, Cr\$ 21,4 bilhões.

Os laboratórios farmacêuticos da rede oficial de produção participaram com um percentual de 60% das compras realizadas (Cr\$ 12,8 bilhões); a indústria farmacêutica privada compareceu com 37% (Cr\$ 7,9 bilhões), representando os restantes 3% a parcela de vacinas e medicamentos importados pela CEME, no valor de Cr\$ 645 milhões.

No controle da qualidade dos medicamentos distribuídos pelo Programa de Assistência Farmacêutica Governamental foram analisados, no período, 5.395 lotes de medicamentos, representando cerca de 60 mil testes físicos, químicos, biológicos e microbiológicos. Foram concluídos, junto ao Ministério da Saúde os registros de 483 produtos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais.

Em seu programa de pesquisa foi dada ênfase ao esforço de redução da dependência do país quanto à importação de matérias-primas químico-farmacêuticas. Essa programação, executada juntamente com a Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC e instituições interessadas, permitirá ao país economizar, no prazo máximo de 18 meses, cerca de 2,7 milhões de dólares em insumos importados.

Ressalte-se ainda, durante o ano, a atuação do órgão visando: a atualização da Relação Nacional de Medicamentos Essen-

ciais — RENAME; a adoção de medidas de incentivo ao estudo de plantas medicinais brasileiras; e a articulação com agentes de fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico para estabelecimento de cooperação mútua, de forma a consolidar e implantar uma política global para a indústria químico-farmacêutica brasileira.

Integram, ainda, a estrutura do SINPAS, os seguintes órgãos: o IAPAS, responsável pelas atividades-meio de arrecadação e gestão dos recursos financeiros do SINPAS, e a DATAPREV, responsável pela execução dos serviços de processamento de dados necessários às atividades do Sistema.

3.2.6 *Instituto Nacional de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS*

O IAPAS voltou-se, inteiramente, para o aperfeiçoamento e controle da arrecadação, que atingiu uma receita de cerca de Cr\$ 3,1 trilhões.

Coube ao IAPAS significativa contribuição para o equilíbrio financeiro do Sistema, devido à implementação de inúmeras medidas de racionalização da arrecadação e da administração financeira do SINPAS, que resultaram em substancial acréscimo de receitas, bem como na eliminação de despesas desnecessárias.

Durante o exercício o Instituto desenvolveu estudos visando a proposição de uma nova política imobiliária para o SINPAS, objetivando a utilização mais adequada do patrimônio constituído pelos imóveis pertencentes à Previdência Social.

3.2.7 *Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social — DATAPREV*

A DATAPREV continuou a operar sistemas anteriormente implantados e prosseguiu na montagem e implantação de programas de processamento de dados orientados para o aperfeiçoamento do controle da arrecadação e da concessão de benefícios, o que resultou em considerável redução de custos, a par da melhoria de serviços.

A empresa vem, ainda, desenvolvendo sistemas voltados para a agilização da concessão e pagamentos de benefícios pelo INPS, de forma que os mesmos possam ser concedidos no ato da solicitação, graças à ligação direta da rede de telex instalada em postos e agências da Previdência Social com seu computador instalado no Rio de Janeiro.

A DATAPREV iniciou, também, durante o ano um amplo processo de descentralização de suas atividades com a instalação de pólos de processamento em 10 estados, de forma a evitar o trânsito de uma imensa quantidade de papéis entre os vários pontos do país.

of

3.3 SAÚDE

No decorrer de 1982, as ações do governo na área da saúde desenvolveram-se, em articulação com o Ministério da Previdência e Assistência Social e os estados, no sentido de universalizar o acesso da população aos serviços básicos de saúde; desenvolver as ações de suplementação alimentar; combater as grandes endemias e reduzir a incidência das doenças transmissíveis evitáveis por imunizantes; aperfeiçoar o sistema de vigilância sanitária; disciplinar as ações referentes à coleta e utilização do sangue, e promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.

Contribuíram substancialmente para a promoção desses objetivos:

- a ampliação da capacidade instalada dos serviços básicos de saúde para atendimento direto às pessoas;
- a expansão dos serviços básicos de saneamento;
- o abastecimento de alimentos básicos em áreas de baixa renda, principalmente no Nordeste, implementando-se, ainda, os programas de aleitamento materno e o de combate às carências nutricionais específicas;
- as campanhas nacionais de controle da poliomielite e do sarampo;
- as ações de combate às grandes endemias;
- a montagem, aparelhamento e funcionamento do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS);
- o desenvolvimento da rede nacional de centros de hematologia e hemoterapia (HEMOCENTROS); e
- o incremento da produção de medicamentos.

A ação setorial desenvolveu-se nos seguintes campos: serviços básicos de saúde, serviços básicos de saneamento, alimentação e nutrição, controle das doenças transmissíveis, vigilância

sanitária, sangue e hemoderivados, assistência médico-hospitalar e ciência e tecnologia para a saúde.

3.3.1 *Serviços básicos de saúde*

Tendo como objetivo promover a extensão dos serviços básicos de saúde a toda a população, as atividades deste campo voltaram-se, principalmente, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, procurando racionalizar a oferta de serviços e a utilização dos recursos disponíveis. Nesse sentido, o ministério empreendeu uma ação direta, através da Fundação Serviços de Saúde Pública, e outra indireta, em articulação com as secretarias estaduais de saúde.

A ação direta, concentrada nas áreas de projetos de colonização e de assentamento de populações, nas de grandes investimentos federais, nas áreas rurais e onde predominam endemias, elevou a capacidade instalada da rede de serviços básicos de saúde em 54 unidades, entre postos e centros de saúde e unidades mistas, encontrando-se em fase de conclusão mais 48. Foram, ainda, ampliadas e reformadas outras 46 unidades.

A ação indireta, atuando com prioridade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incorporou à rede de serviços básicos de saúde 1.619 unidades reformou outras 704. Como resultado, a rede de serviços básicos de saúde foi ampliada para 11.717 unidades em 1982. Atualmente, apenas 310 municípios (7,7% do total) não dispõem de serviços de atenção médica e, destes, somente 208 estão desprovidos de serviços de saúde, abrangendo menos de 2 milhões de habitantes, ou seja, 1,5% da população.

No desenvolvimento de recursos humanos foram treinadas 9.067 pessoas, entre os níveis elementar, médio e superior. Com recursos próprios das secretarias de saúde, apoio supletivo do Ministério da Saúde — recursos financeiros, alimentos e medicamentos — e recursos do Ministério da Previdência e Assistência Social, viabilizou-se o funcionamento da rede de serviços nos estados.

As aplicações em 1982 totalizaram Cr\$ 9 bilhões, sendo Cr\$ 6,5 bilhões na ação direta e Cr\$ 2,5 bilhões na ação indireta.

3.3.2 *Serviços básicos de saneamento*

Integrado aos serviços básicos de saúde, procura melhorar as condições sanitárias das áreas de maior prevalência de endemias e de densidade de pobreza, atendendo, principalmente, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A ação se desdobrou em dois segmentos: a) *ação direta*, através da Fundação Serviços de Saúde Pública, cobre 700 localidades em mais de 330 municípios. Construiu 279 sistemas de abastecimento de água, aumentou 174 e 207 estão sendo ampliados; concluiu 4 sistemas de esgoto, ampliou 5 e iniciou a construção de 59; construiu, 120 mil melhorias domiciliares para o destino de dejetos e de abastecimento de água (banheiro, tanques de lavar roupa, filtros, etc.); b) *ação indireta*, através dos estados, sob coordenação ministerial, concluiu 555 sistemas de abastecimento de água e realizou 132 mil melhorias sanitárias domiciliares.

Em 1982, foram aplicados Cr\$ 3,7 bilhões, dos quais Cr\$ 2,5 bilhões na ação direta e Cr\$ 1,2 bilhões na ação indireta.

3.3.3 *Alimentação e nutrição*

Objetiva atender os grupos populacionais de baixa renda e biologicamente mais vulneráveis à desnutrição e às deficiências nutricionais, através da suplementação alimentar, quer pela distribuição gratuita do alimento, quer pela oferta de alimentos básicos a preços reduzidos. Visa, ainda, a apoiar o pequeno produtor de alimentos básicos, mediante a garantia de compra do excedente comercializável, fortalecendo o sistema cooperativista e a infra-estrutura oficial de comercialização. Implementou, ainda, os programas de aleitamento materno e de combate às carências nutricionais específicas.

Principais Ações:

a) distribuição gratuita de alimentos

Desenvolvida através do Programa de Nutrição em Saúde (PNS), a suplementação alimentar é feita no grupo composto por gestantes, nutrizas e crianças de 6 meses a 7 anos de idade, com prioridade para as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, esta última absorvendo 65% das disponibilidades. Foram atendidos 2.510.680 beneficiários e distribuídas 102.424 toneladas de alimentos ao custo de Cr\$ 11,4 bilhões, dos quais Cr\$ 4,3 bilhões provenientes do FINSOCIAL, que possibilitou, a partir de dezembro, aumentar o atendimento para 4 milhões de beneficiá-

rios. Na assistência ao pré-escolar foram atendidas 54 mil crianças e distribuídas 1.273 toneladas de alimentos em quatro estados;

b) oferta de alimentos a preços reduzidos

Procura suplementar a dieta das populações de baixa renda das zonas periféricas, em áreas metropolitanas e zonas rurais do Nordeste, mediante a comercialização de onze produtos básicos (leite, arroz, feijão, farinha de mandioca, óleo, fubá, ovos, macarrão, charque, peixe seco/salgado e açúcar). Utilizando a rede de pequeno comércio varejista e cooperativas de pequenos produtores, foram comercializadas 28.063 toneladas daqueles gêneros alimentícios. A partir de dezembro, o projeto foi ampliado com recursos do FINSOCIAL, objetivando elevar para 1,8 milhões o número de beneficiários;

c) estímulo ao pequeno produtor

Implantando na região Nordeste, este projeto utiliza o poder de compra gerado pelo programa de suplementação alimentar, garantindo mercado para os produtores de alimentos básicos através de um sistema integrado de aquisição e suprimento constituído, entre outros, pela COBAL, e por cooperativas de produtores e companhias estaduais de desenvolvimento agropecuário. Foram aplicados Cr\$ 1,1 bilhão e comercializadas 16,4 mil toneladas de gêneros alimentícios;

d) aleitamento materno

Visando à redução da morbi-mortalidade infantil, procura estimular o aleitamento materno. Foram aplicados nesse programa Cr\$ 15 milhões.

Além dessas atividades, desenvolveram-se diversas ações voltadas ao combate às carências nutricionais específicas, tais como a hipovitaminose «A», anemias ferroprivas, bócio endêmico e cárie dental.

3.3.4 *Controle de doenças transmissíveis*

Esta área apresenta duas linhas de atuação: ações executadas diretamente pelo Ministério e ações indiretas, através de apoio técnico-operacional às Secretarias de Saúde estaduais. Em função das características de cada conjunto de atividades, as ações estão agrupadas em quatro subáreas, a saber:

a) Controle das doenças evitáveis por imunizantes

Objetiva conferir proteção específica aos suscetíveis à poliomielite, ao sarampo, ao tétano, à difteria e a coqueluche.

Foram vacinadas 17,1 e 18 milhões de menores de quatro anos de idade, em dois dias de vacinação antipólio, correspondendo a mais de 90% da população-alvo estimada. Até novembro foram confirmados somente 26 casos de ocorrência de pólio no país, contra a média anual de 2.400 casos antes das campanhas, o que coloca o Brasil entre os países que atingiram os níveis de controle internacionalmente estabelecidos para a poliomielite. A ocorrência de casos de sarampo apresentou redução de 50% em relação à média dos últimos cinco anos, refletindo os resultados da intensificação das campanhas de vacinação. A interiorização do Programa Nacional de Controle da Tuberculose permitiu estender o atendimento a 2.754 município (69% dos municípios do país) que concentram 106 milhões de habitantes (87% da população brasileira). O tétano, a difteria e a coqueluche permaneceram sob controle.

b) Vigilância epidemiológica

Essencial ao desenvolvimento dos serviços básicos de saúde, opera através da implantação e efetivo funcionamento da rede nacional de laboratórios de saúde pública. Em 1982, foram credenciados cinco laboratórios nacionais de saúde pública em Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, e estabelecidos três centros nacionais de referência. Atualmente existem 1.258 laboratórios de saúde pública no país, sendo 26 de nível central, 92 de nível regional e 1.140 de nível local.

c) Controle das grandes endemias

Malária

Os objetivos do programa são a erradicação da malária a curto prazo na região situada fora da Amazônia legal e redução da incidência, a longo prazo, na Amazônia legal. Na área de erradicação a curto prazo, o programa apresentou significativos progressos na redução da incidência de casos. Na região de erradicação a longo prazo, obteve-se resultados favoráveis em Rondônia, em Mato Grosso, no Maranhão e no Acre. Entretanto, a situação no Pará, Amapá, Amazonas, Roraima e Goiás, revelou aumento da incidência de casos. Contudo, a taxa de crescimento global mostrou declínio em relação à dos anos anteriores.

Doença de Chagas

A campanha desenvolveu atividades em uma área de 1.861 mil km² que abriga 26.740 mil habitantes. Foram pesquisados 1.821.223 domicílios e borrifados 123.922. Como resultado, dos 1.044 municípios trabalhados, 277 ficaram livres de transmissão, significando aumento de 42% em relação a 1981.

Febre Amarela

O objetivo é reduzir a incidência da doença na sua forma silvestre, endêmica na região Amazônica e no Centro-Oeste, erradicar o transmissor da forma urbana e manter nula a incidência de febre amarela urbana. Até setembro deste ano foram aplicadas mais de 2,7 milhões de doses de vacina. Constatou-se a eliminação da infestação por *aedes aegyptis* no Rio Grande do Norte e, considerando-se os avanços obtidos, trabalha-se na eliminação também em Salvador, Foz do Iguaçu e Ponta Porã.

Esquistossomose

Visa a controlar o aparecimento de formas graves e reduzir a transmissão da doença. Foram realizados 1,4 milhões de exames laboratoriais para a descoberta de portadores da moléstia e tratadas 558 mil pessoas. Detectou-se ainda 23.764 criadouros de caramujos transmissores, dos quais 17.612 receberam tratamento com moluscidas.

d) Controle de outras endemias

Neste caso encontram-se a filariose, a leishmaniose, a peste e o tracoma, que por apresentarem menor abrangência geográfica, receberam atenção proporcional à significação médico-social.

3.3.5 Vigilância sanitária

Com o propósito de assegurar a qualidade e a eficácia dos produtos de interesse para a saúde e impedir a entrada, no país, de doenças transmissíveis e seus vetores, foram definidas as seguintes linhas de atuação:

— apoio técnico à ampliação da rede de laboratórios de referência e a articulação de laboratórios de saúde pública e outros laboratórios especializados;

— montagem, aparelhamento e funcionamento do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) como laboratório central do sistema de controle;

- coordenação efetiva dos laboratórios regionais credenciados para o controle de qualidade de alimentos;
- promoção de estudos, elaboração e atualização de normas técnicas e de padrões de identidade e qualidade de drogas, insumos químico farmacêuticos, medicamentos e alimentos;
- controle do emprego abusivo de drogas e medicamentos e na colaboração com outros órgãos públicos e privados na luta antitóxica; e
- implementação do Sistema de Informações Tóxico-Farmacológicas, através da implantação dos centros regionais nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraíba.

Em 1982, foram aplicados Cr\$ 1,37 bilhão.

3.3.6 *Sangue e hemoderivados*

Visando ao desenvolvimento das atividades hematológicas e hemoterápicas no país, o Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados (PRÓ-SANGUE) procura disciplinar a coleta e utilização do sangue bem como a produção e comercialização de seus componentes e derivados.

O PRÓ-SANGUE implanta uma rede nacional de centros de hematologia e hemoterapia (HEMOCENTROS), que se destinam a prestar assistência hematológica e hemoterápica às populações, coordenando e/ou centralizando em cada estado a coleta e distribuição do sangue, seus componentes e derivados.

Em 1982, foram concluídas as sedes dos Hemocentros do Pará, Maranhão e Bahia e ampliado o de Sergipe. Encontram-se em fase de implantação os do Amazonas, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Território do Amapá. Desenvolvem-se estudos para a produção de albumina e transplante de medula.

A programação de 1982 absorveu recursos da ordem de Cr\$ 579 milhões.

3.3.7 *Assistência médica e hospitalar*

Atividade desenvolvida através das unidades hospitalares e ambulatoriais do Ministério da Saúde, compreende cinco campos específicos de assistência: materno infantil, saúde mental, pneumologia sanitária, doenças crônico-degenerativas e reabilitação de incapacitados físicos.

Merece destaque nessa área, o convênio de cogestão entre os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, visando a plena utilização da capacidade instalada das unidades hospitalares do Ministério da Saúde, fortalecendo a ação integrada entre as duas pastas, e contribuindo para o desenvolvimento de esquemas de tratamento compatíveis com a tecnologia disponível.

Em 1982, os dispêndios com essa área foram da ordem de Cr\$ 13 bilhões.

3.3.8 *Ciência e tecnologia para a saúde*

A ação nesse setor volta-se basicamente para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a produção de imunobiológicos, fármacos e insumos.

Na área da pesquisa, a ação está vinculada ao diagnóstico e controle das doenças, destacando-se as grandes endemias, o ciclo materno-infantil e os relacionados à saúde ambiental e ocupacional.

Na área de desenvolvimento tecnológico, as atividades compreenderam: programa de desenvolvimento de tecnologias em insumos biológicos visando a produção e ao aperfeiçoamento de vacinas contra o sarampo, a poliomielite, a febre amarela e vacinas bacterianas; o programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de farmacos, com o objetivo de investigar processos de produção de matérias-primas farmacêuticas e de produtos defensivos, e o programa de desenvolvimento dos processos de produção, padronização, conservação e controle de qualidade de reagentes para diagnóstico laboratorial.

3.4 · EDUCAÇÃO E CULTURA

Em harmonia com a política social do governo, o Ministério da Educação e Cultura, em 1982, teve como principal eixo de sua atuação o desenvolvimento de uma estratégia articulada com as unidades da federação, voltada para o objetivo maior do acesso à educação básica das populações ainda não incorporadas ao sistema escolar, com prioridade para os extratos de baixa renda.

Com este propósito, vale destacar o esforço empreendido no sentido de incrementar os recursos setoriais, projetando-se o orçamento do MEC ao nível mais alto dos orçamentos ministeriais.

Por outro lado, a instituição do FINSOCIAL veio ao encontro das necessidades de implementação de recursos financeiros em programas que repercutem na melhoria do ensino básico, como o da alimentação escolar, elaborando-se um plano de trabalho iniciado em 1982 a ser ampliado no exercício de 1983.

Visando efetivar a ação integranda da União com Estados e Territórios, foi assinado o convênio anual, como forma de desburocratizar e racionalizar o repasse dos recursos federais destinados aos programas e projetos/atividades relativos à educação básica, nessas unidades.

Ao mesmo tempo, iniciativas diversas vêm sendo concretizadas com o objetivo de estabelecer ligações mais intensas e profundas entre a organização e dinâmica do ensino de 1º grau e as raízes culturais das comunidades de cada região, buscando-se novas alternativas educacionais enriquecidas com a contribuição dos valores locais.

Destaque internacional que merece registro foi a elevação de Olinda, pela UNESCO, à categoria de cidade-monumento mundial pelo que representa como patrimônio cultural da humanidade.

Paralelamente, consolida-se o processo de reestruturação organizacional do MEC, com vistas à implantação de um suporte mais adequado às diretrizes atuais.

3.4.1 Educação básica

Esta área — alicerce de todo o sistema educacional — compreende a educação pré-escolar, ensino de 1º e 2º graus, o regular e o supletivo. Nela foram aplicados, sob a forma de assistência técnica e financeira às unidades da Federação (estados, territórios e municípios) e mesmo de ações diretas visando ao fortalecimento das estruturas pedagógicas dessas unidades, recursos da ordem de 90 bilhões, 99 milhões e 284 mil cruzeiros (sendo: 64 bilhões, 584 milhões e 521 mil do Salário-Educação-Quota Federal; 10 bilhões, 716 milhões e 756 mil do Tesouro Ordinário; e 14 bilhões e 800 milhões do FINSOCIAL).

No setor pré-escolar e no 1º grau foram atendidas cerca de 19 milhões e 500 mil crianças, na faixa etária de 4 a 6 anos (pré-escolar) e de 7 a 14 anos (1º grau) das áreas urbanas e respectivas periferias, proporcionando-lhes assistência nos aspectos lúdico-pedagógicos, alimentar, médico-odontológico e laboratorial. Para esta mesma área foram produzidos e distribuídos 53 milhões de unidades de publicações e de material escolar, entregues a cerca de 20 milhões de alunos, das quais foram co-editados 13 milhões de livros didáticos para o núcleo-comum do ensino de 1º grau, distribuídos gratuitamente a 3 milhões de alunos. Material de ensino-aprendizagem, adequado à realidade local, beneficiou 1 milhão e 200 mil alunos, em 2.000 municípios carentes.

Ainda neste grau de ensino deve-se destacar a atuação do MEC em apoio às populações carentes, onde foram alcançadas as seguintes realizações:

- concessão e renovação, a alunos da 5ª à 8ª série do 1º grau, de 155 mil bolsas de estudo;

- alfabetização funcional, autodidatismo e profissionalização, visando desenvolver cultural e profissionalmente as suas comunidades;

- cursos de suplência para as 8ªs séries do 1º grau, beneficiando aproximadamente 5 milhões e 200 mil alunos, bem como de qualificação profissional, a nível de 1º grau, oferecidos a 102 mil alunos, e cursos de habilitação de professores leigos do ensino de 1º grau, proporcionando benefícios diretos a cerca de 1 milhão e 500 mil alunos;

— treinamento e formação de grupos de produção, inclusive para adolescentes e adultos fora da faixa etária regular, beneficiando diretamente 20 mil alunos, com o objetivo de operacionalizar a relação educação-emprego-renda;

— mobilização de comunidades para participação em ações básicas envolvendo aproximadamente 530 mil participantes, e implantação, em fase experimental, de escolas de produção, oferecidas a 5 mil pessoas envolvidas em atividades agrícolas.

No ensino de 2º grau destaca-se a reforma empreendida da Lei nº 5.692/71, aprovada pelo Congresso Nacional, no sentido de viabilizar a profissionalização nesse grau de ensino, por meio de sua adequada e progressiva implantação, onde necessário é possível.

A expansão e melhoria do ensino de 2º grau, abrangendo 874 unidades escolares da rede oficial dos estados e territórios, compreendeu a ampliação, recuperação, aquisição de equipamento, material didático-pedagógico e capacitação de 4.387 docentes e pessoal técnico-administrativo, beneficiando uma clientela de aproximadamente 1 milhão e 500 mil alunos. Foram também renovadas e concedidas bolsas de estudo a 185 mil alunos carentes.

Programas comunitários foram também empreendidos para beneficiar 300 professores, assim como 3 mil e 500 agricultores e pecuaristas das regiões de influência das escolas agrotécnicas.

3.4.2 Educação superior

Nesta área cabe destacar a realização de estudos para a reestruturação da universidade, a fim de compatibilizá-la com as exigências de seu desenvolvimento e com as necessidades educacionais do país, e a aprovação do II Plano Nacional de Pós-graduação que visa fomentar os cursos e reforçar sua infraestrutura.

Outra iniciativa relevante foi o envolvimento da universidade na formação de recursos humanos para o pré-escolar e ensino de 1º grau, como também sua integração com as secretarias estaduais e municipais de educação. Vale destacar ainda o apoio das universidades ao desenvolvimento regional, através de ações nos «Campi» avançados.

Como ação inovadora foi montado um sistema de informações sobre o mercado de trabalho e egressos do ensino superior, bem como o perfil dos Distritos Geoeducacionais, visando sub-

siar o processo de planejamento e decisão a nível da educação superior.

Para o desenvolvimento das atividades nesse grau de ensino, foram aplicados 267 bilhões de cruzeiros.

3.4.3 *Desenvolvimento cultural*

A área cultural teve três enfoques básicos em sua programação: integração entre educação básica e os referentes contextos culturais; produção e divulgação de bens culturais, sobretudo no campo da cultura popular; preservação e manutenção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Destaca-se aqui o estímulo à participação da comunidade no processo educacional, através de 20 programas, com levantamento e inventário das manifestações culturais locais a serem utilizados na elaboração e execução de planos curriculares em 20 Unidades da Federação. Foram treinadas 6.730 pessoas nas agências de ponta das áreas educacional e cultural em todo o território nacional.

Estudos e pesquisas vêm sendo realizados para a criação de um sistema referencial básico para facilitar a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. Além disso, fomentou-se o uso e estímulos à criação em atividades de teatro, de museus, casas históricas, cinema, música, literatura, fotografia e desportos através de 28 programas.

No campo da música brasileira, estimulou-se a expansão do mercado de trabalho e a divulgação de um repertório nacional de alto nível, propiciando informações e formação de novo público.

Em termos de preservação do patrimônio cultural brasileiro, foram restaurados 104 monumentos e núcleos históricos e realizados programas de microfilmagem de documentos, com assistência técnica a arquivos e museus regionais.

3.4.4 *Educação física e desporto*

A tônica das realizações nesta área incidiu no desenvolvimento de programas de conscientização e mobilização popular para a prática do esporte, a fim de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população.

Uma das principais ações foi a implementação do Sistema Desportivo Escolar, destinado às Unidades da Federação, para

a implantação dos clubes escolares — núcleos de promoção e estímulo à prática do esporte, e capacitação de 3.362 técnicos. Ao mesmo tempo, em articulação com suas unidades, implementou-se o programa Esporte para Todos, com a participação de cerca de 4 milhões de pessoas. Por outro lado, 32 confederações desportivas receberam apoio para promoção de competições, das quais participaram 33 mil atletas.

As aplicações nesta área totalizaram 6,5 bilhões de cruzeiros.

3.4.5 *Outros programas e atividades*

Informática

A execução do programa do processamento de dados compreendeu a dualização do Sistema Sisco, a instalação de novos equipamentos de computação, destinados a satisfazer as necessidades básicas do setor, assim como a formação de equipes mistas de técnicos visando à completa integração entre usuários e o serviço de processamento de dados.

Na área das informações estatísticas, prestou-se assistência técnica às Unidades Federadas, através de 26 núcleos de informações estatísticas e educacionais nos estados, territórios e Distrito Federal e capacitou-se pessoal técnico para atuação no sistema de estatísticas da educação.

Estudos e pesquisas

Incentivo e apoio foram dados a 46 grupos de pesquisa, localizados em 24 instituições de ensino e pesquisa do país, através de pesquisas realizadas e contratadas. Em 1982, o Sistema de Informações Bibliográficas de Educação, Cultura e Desporto (SIBE) foi sedimentado e implementou-se o Centro de Informações Bibliográficas e Documentárias de Educação, Cultura e Desporto (CIBEC), através do intercâmbio com cerca de 200 instituições produtoras e armazenadoras de informações, articulando-as entre si e com o núcleo central do SIBE/MEC.

Aplicações tecnológicas

A programação nesta área teve em vista o desenvolvimento técnico do sistema educacional como um todo.

Implementou-se o projeto «tipologia de espaço por natureza de curso», que objetiva prover as instituições de ensino, de padrões mínimos de espaço físico, equipamentos, mobiliário e materiais permanentes e de consumo, de sorte a atender às ca-

racterísticas de determinados cursos. Por outro lado, desenvolveu-se o projeto de transferência de tecnologia ótica que prevê a conquista de tecnologia de ponta no setor; com beneficiamento do quartzo no próprio país.

Foram investidos na área 6,8 bilhões de cruzeiros.

Cooperação internacional

Tendo em vista as prioridades da política educativo-cultural e a política externa brasileira, esta área concentrou esforços no campo da cooperação técnica internacional, ressaltando-se a implantação do acordo de cooperação técnica em matéria educacional, científica e cultural entre o Brasil e a UNESCO e implementação de 13 projetos, com a participação de organismos internacionais (OEA e UNESCO-PUD), e de 71 projetos com a França, República Federal da Alemanha, Canadá, Grã-Bretanha e Japão e destaca-se também o contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de 95 milhões de dólares, para apoiar a execução do programa de desenvolvimento das universidades federais e o contrato com o governo francês, no valor de 200 milhões de francos franceses, para aplicação em projetos de interesse cultural e no equipamento de hospitais universitários. Dinamizou-se ainda a cooperação prestada pelo Brasil a países latino-americanos e africanos.

Assistência ao educando

A ação coube principalmente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), compreendendo o atendimento a 19 milhões de crianças de pré-escolar e de 1º grau, distribuídas em 4.000 municípios, com a distribuição de 3 bilhões de refeições. Foram aplicados, com esta finalidade, recursos da ordem de Cr\$ 27 bilhões, provenientes do FNDE e do FINSOCIAL.

O programa de bolsas de estudos distribuiu 156 mil bolsas no ensino de 1º grau, no valor de Cr\$ 948 milhões; 148 mil bolsas no ensino de 2º grau, no valor de Cr\$ 2 bilhões e 38 mil bolsas de trabalho, no valor de Cr\$ 200 milhões.

No programa de residências estudantis foram beneficiadas 45 residências estudantis com recursos de Cr\$ 31 milhões.

Teleducação

As ações principais compreenderam a produção e utilização de 6.488 programas educativos de rádio e televisão em 8 Unidades da Federação, abrangendo treinamento de professores de 1º grau, leigos ou habilitados.

Treinou-se 2.800 professores para as zonas rurais e periferias urbanas e foram especializados 1.520 técnicos em tecnologias educacionais, utilizando a metodologia de tutoria à distância.

Cinematografia brasileira

O estímulo à produção cinematográfica brasileira efetivou-se através do estabelecimento de uma completa filmografia brasileira, desde a primeira produção, em 1888, até nossos dias, através de estudos sistemáticos, pesquisas sobre o cinema nacional, compilação e divulgação de textos fundamentais à reflexão sobre o cinema como atividade educativo-cultural. Foram produzidos 31 filmes de longa-metragem e 40 de curta metragem, com circulação em todo o território nacional.

O país participou de 51 festivais internacionais, obtendo 8 premiações, destacando-se o prêmio especial do júri do último festival de Cannes. Além disso, participou de mostras não-competitivas, inteiramente dedicadas à cinematografia brasileira, em vários países da América Latina, África, Europa e Canadá, assim como celebrou acordos para cooperação cultural de co-produção, como nos casos da Colômbia e Portugal, já afirmados.

Modernização administrativa

O processo de reorganização administrativa do setor teve continuidade com a aprovação da nova organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura, através do Decreto nº 87.062, de 29 de março de 1982. As ações decorrentes dessa providência permitiram a identificação dos caminhos e a adoção dos passos iniciais no rumo da plena execução da proposta organizacional, que dará à máquina administrativa maior agilidade, ampliando a capacidade e a qualidade de atendimento do setor.



3.5 DESBUROCRATIZAÇÃO

O programa objetiva simplificar e dinamizar a Administração Federal, reduzir a interferência do governo na atividade privada e facilitar o atendimento aos usuários do serviço público. Para tanto, racionalizou a exigência de documentos e revogou formalidades, que resultaram ainda em substancial economia de recursos financeiros para o país.

Dos atos baixados em 1982, merecem referência os seguintes:

- simplificação das exigências para a emissão de segunda via de documentos;
- utilização dos Correios para encaminhamento de requerimentos e documentos a órgãos e entidades;
- simplificação dos mecanismos e controles nas operações de exportação;
- delegação para a execução de programas na área da educação, através de correspondência epistolar entre as partes, nas transferências financeiras intra-governamentais;
- simplificação e agilização do processo de inventário (Lei nº 7.019, de 31.08.82);
- dispensa da exigência do preenchimento semestral da declaração de vida e residência dos filhos menores de quatorze anos para fins de manutenção de salário-família;
- simplificação do processo de matrícula das empresas na previdência social;
- melhoria do atendimento ao usuário do serviço público, através da afixação, em locais de fácil visualização, de cartazes ou outras formas de orientação, bem como informações por telefone ou pelos Correios;

— utilização da autenticação mecânica em substituição à assinatura nos comprovantes de rendimentos emitidos por fontes pagadoras;

— eliminação das frações do cruzeiro nas operações de natureza orçamentária, financeira e contábil (Decreto-lei nº 1.970, de 29.11.82);

— eliminação do uso das plaquetas (Lei nº 7.052, de 02.12.82);

— simplificação do sistema de baixa no Cadastro Geral de Contribuintes;

— extinção dos Certificados de Quitação e Regularidade de Situação e redução dos casos de exigência de prova de quitação para com a Previdência Social (Decreto-lei nº 1.958, de 09.09.82);

— dispensa de contribuição para a Previdência Social na construção residencial unifamiliar, de área não excedente de setenta metros quadrados, executada ou reformada sem mão-de-obra assalariada (Decreto-lei nº 1.976, de 20.12.82);

— ampliação até o equivalente a 4.000 ORTNs da isenção do imposto sobre a renda concedida às empresas de pequeno porte (Decreto-lei nº 1.972, de 30.11.82).

4. POLÍTICA EXTERNA



1982 foi excepcionalmente difícil para as relações internacionais como um todo; foi um ano que se caracterizou por crises que ligam, em perigosa simultaneidade, dificuldades políticas e problemas econômicos. Os cenários da crise política não pouparam qualquer região do globo: a instabilidade na América Central, a crise das Malvinas, o Oriente Médio e o drama libanês, os problemas africanos, como o da Namíbia, as tensões no eixo Leste-Oeste e o armamentismo. Em enumeração que certamente poderia continuar, sobrepõem-se graves desenvolvimentos nas áreas econômicas e financeira, que colocaram o mundo diante da instabilidade e da recessão.

A resposta brasileira aos desafios externos foi adequada ao interesse nacional. Uma das fontes da sólida confiança externa que o país adquiriu nasce do fato de que fala com uma só voz. Alarga-se a consciência de que a ação diplomática é complexa e exige de todos os órgãos públicos um sentido de cooperação e entrosamento.

A confiança nasce, também, da compatibilidade entre a atuação diplomática e as aspirações da sociedade brasileira. A cada dia que passa, amplia-se na sociedade o consenso que sustenta a ação externa do país. Do Congresso Nacional, de instituições variadas, da imprensa temos recebido inequívocos sinais de apoio e de estímulo, importantes para a execução de nosso trabalho político.

Em nossa vida nacional, demos passos extremamente importantes na direção da realização dos melhores ideais democráticos. Esta evolução interna tem fortalecido nossas posições no cenário internacional. A democracia dá o alento às opções e aos caminhos verdadeiramente nacionais.

Desse modo, a ampla confiabilidade internacional e o firme consenso nacional ensejavam, apesar da dureza das condições da atual situação mundial no ano que findou, mais uma impor-

tante etapa na consolidação do processo de afirmação política do Brasil na sociedade das nações.

Do ponto de vista global, o prosseguimento da confrontação entre o Leste e o Oeste em diversos cenários e sob diversas formas afeta as relações internacionais como um todo. A corrida armamentista, em particular a nuclear, ganha contornos ainda mais perigosos pela crescente sofisticação dos arsenais e pelo seu impacto negativo sobre a conjuntura recessiva da economia mundial, carente de investimentos produtivos. Impõe-se a reversão dessa situação através de esforços sérios e persistentes de negociação entre as principais potências do mundo, assim como nos foros multilaterais competentes.

As crises regionais revelaram-se não menos inquietantes. A tensão no Oriente Médio voltou a atingir níveis elevados com a invasão do Líbano, fator adicional de tragédia em cenário político extremamente complexo. O Brasil, fiel ao apoio, ao diálogo e à negociação como formas de resolução de disputas, espera que a situação no Oriente Médio se encaminhe para a obtenção de uma paz justa e duradoura, que contemple os direitos de todos os povos da área, inclusive o do povo palestino, e respeite o direito de todos os seus estados, inclusive o de Israel, a viverem em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Na África Meridional, 1982 marcou a persistência da ocupação da Namíbia, bem como de atos de agressão contra países da área que ascenderam à vida independente nas últimas décadas. Persiste a chaga do racismo e da discriminação racial, que constitui uma violação dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e é uma ofensa à consciência da humanidade e à do Brasil, em particular. Nosso país, unido à África por laços étnicos e culturais de profundidade histórica, pela proximidade geográfica e por crescentes laços de cooperação, não pode ficar indiferente a seus problemas e a seus destinos. Nossa diretriz de apoio à independência da Namíbia e aos esforços internacionais desenvolvidos nesse sentido, de condenação à prática institucionalizada do racismo e de aproximação com os países em desenvolvimento da África tem merecido compreensão e valorização no plano internacional. Coerente com nossos interesses nacionais, tal diretriz prosseguirá sem hesitações. Estamos empenhados em que sejam efetivamente superados os problemas e obstáculos referidos, que se antepõem ao prevalectimento da paz, da justiça e do desenvolvimento naquela região.

A América Latina viu-se afetada, no ano de 1982, pela persistência da instabilidade em algumas de suas áreas e pela eclosão do conflito das Ilhas Malvinas. A emergência de um clima de confrontação militar no âmbito do Atlântico Sul veio frustrar as aspirações de um encaminhamento político da questão. É conhecida a posição brasileira no que diz respeito aos direitos da Argentina sobre as Ilhas Malvinas e igualmente notória é a prioridade que atribuímos à solução pacífica de controvérsias internacionais. Fiel a tais princípios, a diplomacia brasileira tem assumido, nos foros internacionais competentes, a postura de defesa de negociações para o encaminhamento satisfatório da difícil questão das Malvinas.

Na área central de nosso Continente, prosseguem e até se multiplicam focos de tensão que trazem em sua esteira a radicalização, a luta fratricida e o impasse político. A crise tem raízes profundas e estruturais e sua resolução efetiva requer o melhor da cooperação internacional. A busca de solução de força e o envolvimento de disputas ideológicas estranhas ao interesse regional não produzem senão o agravamento das tensões. Consciente da complexidade da situação, o Brasil é favorável à não-intervenção nos assuntos próprios dos países, ao respeito às identidades nacionais e à cooperação, como instrumentos capazes de contribuir para a superação do clima de conflito que caracteriza hoje aquela região.

No âmbito do nosso relacionamento com os países desenvolvidos, o ano de 1982 foi portador de um adensamento de contatos e de um aprofundamento do exame de questões relevantes de interesse mútuo. Foram testemunhos dessa tendência os entendimentos profícuos que tiveram lugar por ocasião das visitas do Presidente da República aos Estados Unidos da América e Canadá, e das visitas ao Brasil de Chefes de Governo do Japão e dos Estados Unidos da América, que, assim como mandatários de países de outras regiões, como Antigua-Barbuda, Congo e Equador, estiveram no Brasil durante esse período.

A visita do Presidente Ronald Reagan ao Brasil contribuiu para dar continuidade e maior densidade aos nossos contatos com aquele país. O nosso relacionamento com os Estados Unidos da América caracteriza-se pela maturidade e pelo diálogo franco. Inevitável é reconhecer que dois países com a complexidade sócio-econômica exibida pelo Brasil e pelos Estados Unidos da América não podem manter um relacionamento isento de divergências localizadas. A compreensão da naturalidade des-

se fenômeno tem contribuído para a fluidez, a franqueza e a eficácia do diálogo que temos mantido com os Estados Unidos da América, e, ao mesmo tempo, tornado mais explícita a ampla faixa de interesses convergentes entre os dois países.

As relações com os países do Leste Europeu prosseguiram a trajetória de intensificação de contatos comerciais e de identificação de novos segmentos de complementaridade econômica entre o Brasil e essa região.

Com os países da Ásia, o Brasil procurou dar maior impulso a um relacionamento que já se delineia, no campo econômico-comercial, como altamente promissor, do que seriam exemplos reveladores as diversas áreas de cooperação já operacionalizadas com o Japão e o amplo potencial de intercâmbio visualizado com outros países, como a China e os Estados-membros da ASEAN.

No ano de 1982, registrou-se o agravamento da crise econômica internacional, cujas manifestações mais evidentes se situaram ao nível de uma crescente dificuldade das economias dos países em desenvolvimento de fazer face ao crescente endividamento externo. Essa deterioração da situação econômica do mundo em desenvolvimento não pode ser dissociada da conjuntura de recessão que se abate sobre a economia internacional no seu conjunto, nem dos temas mais amplos que afetam o relacionamento entre os países do Norte e os do Sul, tais como a questão energética, o problema do aporte de recursos financeiros ao mundo em desenvolvimento e a tendência ao protecionismo comercial por parte dos países desenvolvidos.

Esse quadro de adversidades generalizadas transpõe para um horizonte mais distante a materialização de algumas das aspirações mais legítimas da sociedade internacional, tais como a promoção do desenvolvimento e a justiça social em escala global. De forma mais contundente ainda, agravaram-se em 1982 as ameaças ao próprio funcionamento e estabilidade do sistema econômico internacional. Os riscos de severa depressão econômica mundial não podem ser integralmente afastados, por mais determinada que seja nossa disposição de olhar o futuro com otimismo e espírito construtivo.

Dentro dos limites de sua atuação, o Brasil procurou em 1982 contribuir para um melhor equacionamento de algumas questões internacionais. A ida do Senhor Presidente da República à sessão inaugural da Assembléia Geral das Nações Unidas inspirou-se também nesse propósito de participação do Brasil

nos amplos debates da atualidade. Em outros foros internacionais especializados, tais como o Fundo Monetário Internacional e o GATT, a presença brasileira tem-se igualmente orientado por aquele objetivo de participação e pela defesa dos legítimos interesses econômicos do Brasil.

Numa avaliação da atuação da diplomacia brasileira no último ano, não se pode negar-lhe coerência de propósitos e consistência conceitual. O próprio agravamento do quadro econômico internacional, infelizmente, terminou por emprestar maior vigor a algumas das teses tradicionalmente defendidas pelo Brasil. A atual tendência, que se desenha claramente, quanto à necessidade de um aporte mais sólido de recursos ao mundo em desenvolvimento por parte de organismos financeiros internacionais, como o FMI, vem validar com fatos algumas proposições há muito defendidas pelo Brasil. A crescente preocupação internacional quanto aos riscos implícitos na onda de protecionismo generalizado e a consciência do imperativo da ampliação de recursos financeiros para fontes alternativas de energia não deixam de constituir, tampouco, movimentos convergentes com algumas das posições brasileiras.

Paralelamente à diretriz de promover, entre os países desenvolvidos, uma maior consciência da necessidade de transformação de aspectos essenciais da estrutura da economia internacional, o Brasil tem procurado enfrentar de maneira realista os problemas econômicos de mais curto prazo. A política externa tem emprestado contribuição positiva e relevante para o adequado equacionamento de questões econômicas que diretamente afetam a vida da sociedade brasileira. A confiança e a credibilidade com que conta a diplomacia brasileira tem permitido um diálogo objetivo e eficaz no campo econômico para a defesa e a promoção dos interesses nacionais.

As atividades da diplomacia brasileira em 1982 se orientaram, portanto, a partir das grandes linhas acima delineadas. A política externa procurou refletir, na sua formulação, os princípios que tradicionalmente orientam a visão brasileira das relações internacionais. Na condição de país em desenvolvimento e de nação do Ocidente, o Brasil tem pautado a sua atuação externa por um conjunto de critérios que incluem a prevalência do diálogo e da tolerância. Dentro dessa orientação, a diplomacia brasileira empresta sua parcela de contribuição à defesa dos valores mais expressivos do ideário do Ocidente e às aspirações mais válidas do Terceiro Mundo.

4.1 América Latina

Em sua política para a América Latina, o Brasil prosseguiu em seus esforços no sentido de diversificar e aprofundar o excelente relacionamento alcançado com nossos vizinhos continentais nos anos anteriores. Sem nenhuma hipoteca que pudesse pesar sobre esse relacionamento, o Brasil conseguiu, num quadro de crise econômico-financeira que atingiu profundamente o Continente, agravado pelo impacto do conflito anglo-argentino na região, manter intenso e proveitoso diálogo político com seus parceiros latino-americanos e aprimorar as condições para o melhor desenvolvimento da cooperação internacional e do intercâmbio comercial na área.

Entre os acontecimentos mais relevantes no contexto das relações do Brasil com os países da sub-região da Bacia do Prata, valeria ressaltar a realização em Brasília, em dezembro, da XIII Reunião de Chanceleres dos países da Bacia do Prata. Esse encontro, que contou com a presença dos titulares das Pastas do Exterior da Argentina, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai, além do Brasil, país anfitrião, serviu não só para o tratamento de temas específicos do foro da Bacia do Prata, mas também para a realização, à margem dos trabalhos da Reunião, de proveitosas conversações a respeito de assuntos de interesse internacional, regional e bilateral.

No âmbito das relações bilaterais brasileiro-argentinas, salientam-se as visitas oficiais efetuadas ao Brasil por dois Chanceleres da Argentina, bem como a atuação do governo brasileiro face à crise das Malvinas e seus desdobramentos. Como seqüência desses acontecimentos, o Brasil assumiu a proteção dos interesses argentinos em Londres.

Visitou o Brasil, em agosto, o Ministro das Relações Exteriores do Chile. Em junho, o Almirante José Toríbio Merino, Comandante-em-Chefe da Armada do mesmo país, esteve no Brasil.

No tocante às relações com o Paraguai, cumpre destacar o encontro presidencial, realizado em novembro, por ocasião da conclusão da primeira etapa do enchimento do reservatório da hidrelétrica de Itaipu. Visitaram um e outro país importantes autoridades brasileiras e paraguaias, assinalando-se as viagens, ao Paraguai, dos Senhores Ministros da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e da Indústria e do Comércio do Brasil.

Com o Uruguai, as relações evoluíram dentro do tradicional espírito de amizade e cooperação.

As relações entre o Brasil e a Bolívia mantiveram-se em nível elevado, com o prosseguimento da cooperação entre os dois países em diversas áreas de interesse recíproco.

As relações entre o Brasil e a Colômbia se mantiveram amistosas e próximas. Alguns aspectos significativos do bom relacionamento entre os dois países foram o acordo alcançado durante a renegociação do Convênio Internacional do Café, o fornecimento de energia elétrica a Leticia pela ELETROBRÁS e a colaboração brasileira para eventual reformulação do serviço diplomático colombiano.

As relações entre o Brasil e o Equador receberam novo impulso com a visita oficial do Presidente Osvaldo Hurtado Larrea. Nessa ocasião foram assinados diversos instrumentos relativos a setores como serviços, comércio, ciência e tecnologia. O Tratado de Amizade e Cooperação estabelece um mecanismo permanente de consulta e cooperação em questões internacionais e em matérias de interesse comum. A regulamentação do Acordo de Intercâmbio Cultural e Científico, o Acordo Básico de Cooperação Técnica e o Convênio sobre Transportes Marítimos são outros frutos dos entendimentos bilaterais empreendidos.

O ano de 1982 mostrou-se como dos mais profícuos para as relações Brasil-Guiana, em razão da visita do Presidente Lynden Forbes Burnham ao Brasil e da visita do Chanceler brasileiro a Georgetown. Celebraram-se, nessas ocasiões, acordos em diferentes campos, entre os quais cumpre ressaltar o Acordo para construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu e o Tratado de Amizade e Cooperação Amazônica. Em Georgetown, o Ministro de Estado das Relações Exteriores visitou, ainda, a sede da Comunidade do Caribe (CARICOM), quando foi assinado Comunicado Conjunto.

As relações brasileiro-peruanas mantiveram o alto nível de entendimento alcançado nos últimos anos. O Secretário Geral das Relações Exteriores, dando seguimento à troca de visitas entre os dois países, esteve em Lima a convite de seu homólogo peruano. O Ministro dos Transportes e Comunicações do Peru, bem como diversas autoridades civis e militares peruanas visitaram o Brasil, mantendo contatos com autoridades brasileiras e meios empresariais. O I Encontro Brasileiro-Peruano de Coope-

ração Amazônica, realizado em Rio Branco, Acre, reiterou o interesse de ambos os países pelos assuntos Amazônicos.

Intensificaram-se, de maneira significativa, os contatos entre autoridades do Brasil e do Suriname. O Ministro das Relações Exteriores visitou oficialmente o Suriname, atendendo a convite que lhe havia sido formulado pelo Governo daquele País, e o Tenente-Coronel Desiré Bouterse, Comandante das Forças Armadas e Presidente do Conselho Político Nacional, visitou o Brasil a convite do Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. A II Reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname, em outubro, possibilitou o exame aprofundado das relações entre os dois países.

A continuação do diálogo profícuo e intenso sobre temas de interesse recíproco caracterizou as relações entre o Brasil e a Venezuela em 1982. Em fevereiro, o Ministro de Estado das Relações Exteriores visitou Caracas, tendo sido assinado, na ocasião, o Convênio sobre Transportes Fronteiriço de Carga. Em setembro, os Chanceleres dos dois países encontraram-se, no Rio de Janeiro.

México, América Central e Caribe

Com o México, prosseguiram, ao longo do ano, os contatos com vistas à implementação do Memorandum de Entendimento sobre Cooperação Econômica e Industrial, que prevê a realização de projetos relativos ao aproveitamento adequado do potencial de cooperação bilateral.

O Brasil continuou a acompanhar com atenção e interesse o desenvolvimento da situação política nos países centro-americanos, com os quais mantém, tradicionalmente, relações de amizade e cooperação. O governo brasileiro reiterou, diversas vezes, sua adesão ao princípio da não-ingerência nos assuntos internos e sua convicção de que os países da área devem, soberanamente, resolver seus problemas internos.

A política de aproximação com os países da região do Caribe teve prosseguimento. Cabe mencionar o estabelecimento de relações diplomáticas com Antígua e Barbuda, a visita do Ministro das Relações Exteriores a Trinidad e Tobago para a inauguração dos trabalhos da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Trinidad e Tobago e as visitas ao Brasil do Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda e dos Chanceleres das Bahamas e do Haiti.

4.2 *Estados Unidos da América e Canadá*

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos da América caracterizou-se pelo alto grau de intensidade e pelo elevado nível dos contatos mantidos.

Em maio, o Presidente da República realizou visita aos Estados Unidos da América, tendo recebido, em retribuição, a visita do Presidente dos Estados Unidos da América, em novembro. Em ambas as ocasiões foram fortalecidos os laços de amizade e ampliada a cooperação, em múltiplos setores, entre os dois países.

Em março, visitou o país o Secretário de Estado das Relações Exteriores do Canadá que foi recebido pelo Presidente da República e por altas autoridades brasileiras. Naquela oportunidade, foram abertos, pelos Chanceleres dos dois países, os trabalhos da IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Canadá, dedicada ao estudo de áreas de interesse bilateral. Em julho, o Presidente da República realizou visita ao Canadá, ocasião em que foi assinado um Memorandum de Entendimento que criou uma Comissão de Consultas para Assuntos Políticos, expressiva da relevância das relações entre o Brasil e o Canadá.

4.3 *África*

Consolidaram-se e ampliaram-se as relações do Brasil com os países do Continente Africano. Foram instaladas, no mês de maio, as Embaixadas em Lusaka, na República de Zâmbia, e em Iaundé, na República Unida dos Camarões.

O Brasil acompanhou os principais acontecimentos políticos na África Austral. Verificou-se uma crescente agressividade sul-africana que atingiu Angola, Moçambique, o Zimbábue e o Lesoto, ao mesmo tempo em que prosseguiram lentamente as negociações sobre a independência da Namíbia. Em diversas oportunidades, o governo brasileiro reiterou seu repúdio às agressões da África do Sul contra seus vizinhos e expressou seu interesse numa solução pacífica para o problema da independência da Namíbia.

Em relação a Angola, cabe registrar a visita ao Brasil, em fevereiro, do Ministro das Relações Exteriores. Realizou-se em Brasília, em julho, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Angola.

Realizaram-se, em Praia, em fevereiro, a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde e, em Maputo, em dezembro, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Moçambique.

Prosseguiram de forma positiva as relações de cooperação com a República Federal da Nigéria. Em abril, importante missão composta de onze parlamentares brasileiros representando o Senado Federal e a Câmara dos Deputados visitou aquele país, e, estiveram no Brasil importantes delegações nigerianas.

Em janeiro, visitaram o Brasil os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Cultura da República do Senegal e o Ministro das Finanças da Guiné Equatorial. O Primeiro Vice-Primeiro Ministro da República Gabonesa e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Togolesa visitaram o Brasil no mês de junho.

Em julho, o Presidente da República Popular do Congo, Coronel Denis Sassou Nguesso, visitou oficialmente o Brasil, acompanhado de seis Ministros do seu governo. Na oportunidade, foram assinados um Acordo Comercial e um Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica. Procedeu-se à troca dos instrumentos de ratificação do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, celebrado em 1981.

Visitaram, ainda, o Brasil em 1982, os Ministros congolezes dos Recursos Florestais, da Educação Nacional e do Comércio, o Comissário para o Planejamento da República do Zaire, o Ministro do Desenvolvimento Rural do Alto Volta, o Ministro das Minas e da Geologia da República Popular Revolucionária da Guiné, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Ruandesa, o Ministro do Equipamento da República Islâmica da Mauritânia e o Chefe do Estado Maior da Defesa da República de Gana.

No mês de julho, a corveta Imperial Marinheiro e a Fraga-ta União, da Marinha de Guerra, realizaram visitas de amizade a diversos portos africanos; a primeira, esteve em São Tomé, Libreville, Lagos e Lomé, e a segunda, em Dacar; O Navio-escola Custódio de Mello esteve em Praia. Ainda em julho, a Varig inaugurou sua linha para Moçambique, extensão do trecho já existente entre o Brasil e Angola.

A exemplo do que ocorrera em 1981, delegação do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra efetuou visita de estudos, no mês de julho, a Moçambique, Tanzânia, Zaire e Gabão.

4.4 Oriente Próximo

Com a Arábia Saudita, intensificaram-se os entendimentos políticos, bem como os de natureza financeira e comercial. O Brasil recebeu a visita de delegações conduzidas pelos Ministros do Planejamento e do Petróleo e Recursos Minerais, bem como do Governador de Petromin e do Presidente do Departamento dos Portos sauditas. Em junho, o ex-Presidente da República, Ernesto Geisel, chefiou missão especial às exéquias do Rei Khalid Bin Abdulaziz. Em outubro, o Ministro das Relações Exteriores manteve na Arábia Saudita conversações com o Rei Fahd, com o Príncipe Said, Ministro dos Negócios Estrangeiros, e com outras autoridades do Reino.

Visitou Argel Missão chefiada pelo Ministro da Fazenda.

Essa missão visitou também a Tunísia.

O Ministro da Indústria e do Comércio visitou oficialmente o Marrocos.

O Brasil recebeu a visita do Ministro do Petróleo da Líbia.

Em novembro realizou-se em Bagdá, a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque. O Brasil recebeu ainda a visita dos Ministros da Indústria e Minerais, da Educação e Pesquisa Científica e do Petróleo do Iraque e enviou a Bagdá missão especial conduzida pelo Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores. Ainda em 1982 inaugurou-se, no Rio de Janeiro, o Banco Iraquiano Brasileiro.

Visitou o Brasil o Ministro das Finanças de Bahrain.

O Brasil enviou ao Egito delegação conduzida pelo Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores.

Brasil e Irã trocaram delegações técnicas e comerciais.

4.5 Ásia e Oceania

Em março, o Ministro das Relações Exteriores realizou a primeira visita oficial de um Chanceler brasileiro à República Popular da China. Durante a visita, foi celebrado um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, já ratificado pelo lado chinês e aguardando, pelo lado brasileiro, aprovação do Congresso Nacional.

No que respeita às relações com a República Popular da China, cumpre destacar, ainda, a realização, em Brasília, no

mes de março, da II Reunião da Comissão Mista Comercial, bem como a visita do Vice-Ministro do Comércio Exterior.

Ainda no final de março, o Ministro das Relações Exteriores realizou visita oficial ao Japão. Foi recebido em audiência pelo Imperador Hirohito e realizou visitas de cortesia ao Príncipe Herdeiro e ao então Primeiro-Ministro Zenko Suzuki.

Por ocasião da visita oficial do Primeiro-Ministro japonês ao Brasil, em junho, o Presidente da República e o senhor Zenko Suzuki tiveram a oportunidade de trocar opiniões sobre a conjuntura internacional e sobre as relações entre os dois países. Ainda em Brasília, o Primeiro-Ministro Suzuki entrevistou-se com os Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal. Esteve também no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em julho, realizou-se, em Brasília, a III Reunião Intergovernamental de Cooperação Técnica Brasil-Japão.

O Príncipe Naruhito, filho do Príncipe Herdeiro, realizou viagem ao Brasil em outubro.

O Comando da Escola Superior de Guerra realizou, em setembro, visitas à China, Japão, Cingapura, Filipinas e Malásia.

Em 1º de setembro, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República Socialista da União da Birmânia. Em 17 do mesmo mês, foi criada a Embaixada do Brasil em Rangum, em caráter cumulativo com a Missão em Bangkok.

Em novembro, foi assinado Acordo de Comércio entre o Brasil e o Paquistão.

O Ministro da Agricultura da Indonésia visitou o Brasil em junho. Em julho, o Ministro para Produção de Alimentos da Indonésia avistou-se, em Brasília, com autoridades dos Ministérios da Agricultura e Relações Exteriores e visitou os estados de São Paulo e Paraná. No mês seguinte, esteve no Brasil o Ministro do Comércio e Cooperativas Indonésio.

Ainda no âmbito do relacionamento econômico e comercial com os países do Sudeste Asiático, destacam-se, em 1982, a inauguração da agência do Banco do Estado de São Paulo em Cingapura e a visita de missão comercial chefiada pelo Governador do Rio Grande do Sul às Filipinas, Malásia, Tailândia e Cingapura.

O Ministro da Indústria Primária da Austrália visitou o Brasil em junho.

4.6 *Europa Ocidental*

As relações do Brasil com os países da Europa Ocidental mantiveram o alto nível que as vinha caracterizando, como bem demonstra o alto nível dos expressivos contatos mantidos.

O Presidente da República Federal da Alemanha, Karl Carstens, acompanhado, entre outros, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, visitou oficialmente o Brasil em abril. A visita foi indicativa do excelente grau de cooperação alcançado em todos os campos do relacionamento teuto-brasileiro, possibilitando ampla troca de pontos-de-vista sobre temas da conjuntura internacional.

Também em abril esteve na República Federal da Alemanha, em caráter oficial, o Ministro das Minas e Energia. Em outubro, o Vice-Presidente da República manteve, em Bonn, contatos com altas autoridades e personalidades políticas alemãs.

Com Portugal, as relações foram particularmente profícuas. Disso é prova o grande número de contatos havidos entre autoridades de um e outro país. Do lado português, ressaltam as visitas ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, em março, e do Vice-Primeiro-Ministro da Defesa, em junho.

Significativas do interesse europeu em ampliar e aperfeiçoar o relacionamento geral com o Brasil e, conseqüentemente, com a América Latina, foram as visitas dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Itália, em agosto, e da Bélgica, em novembro.

O Ministro das Relações Exteriores, por seu turno, empreendeu visita oficial à Itália e à Áustria, e, no Vaticano, foi recebido em audiência especial pelo Santo Padre. Durante a visita à Itália, assinou o Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial, que substituiu o Acordo de Cooperação Econômica de 1956.

Ainda com a Áustria, registre-se a visita de caráter privado empreendida pelo Vice-Presidente da República, que se entrevistou com o Chefe de Estado e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros austríacos.

Foram numerosas as visitas de Ministros de Estado e altas autoridades econômicas brasileiras à França. Do lado francês, estiveram no Brasil os Ministros dos Correios e Telecomunicações, e da Defesa, além do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.

As relações com os Países Baixos intensificaram-se sobretudo, mormente no campo da cooperação econômica. O Vice-Presidente da República realizou visita aos Países Baixos em setembro.

Com a Espanha, merece destaque a visita ao Brasil do Ministro do Trabalho e Seguridade Social, que assinou com seu colega brasileiro Protocolo de Intenções nas áreas de cooperação técnica, formação profissional, relações do trabalho e intercâmbio de mão-de-obra.

O processo de intensificação das relações do Brasil com os Países Escandinavos teve prosseguimento. O Ministro da Economia e Orçamento da Suécia visitou o Brasil em julho. O Ministro brasileiro do Trabalho esteve em visita à Suécia e Noruega.

Com o Reino Unido, continuaram a expandir-se os vínculos de natureza econômico-financeira, sendo de ressaltar as visitas a Londres de diversas autoridades brasileiras da área econômica. No âmbito político, registrou-se a vinda ao Brasil, em agosto, do Senhor Cranley Onslow, um dos Vice-Ministros do Exterior da Grã-Bretanha.

O quadro institucional de nossas relações com a Europa Ocidental registra a realização de reuniões de Comissões Mistas de caráter econômico com a Noruega (IV Reunião, em Brasília), com a Dinamarca (III Reunião em Copenhague) e com a República Federal da Alemanha (IX Reunião, em Brasília).

4.7 Europa Oriental

O Brasil manteve, em 1982, relações corretas com os países socialistas da Europa Oriental, com ênfase nos aspectos econômicos e comerciais. Realizaram-se visitas de alto nível nos dois sentidos; em março, esteve no Brasil o Vice-Presidente do Conselho de Ministros da Hungria, o então Vice-Primeiro Ministro e Ministro do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica Internacional da Romênia, e o Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Estado e Presidente do Partido Agrário da Bulgária. Em retribuição à visita do dignitário húngaro, o Vice-Presidente da República esteve na Hungria em outubro.

Foram realizadas reuniões de Comissões Mistas com a RDA, a Bulgária, a URSS e a Hungria. Foi realizada, igualmente, reunião de consulta de Transportes Marítimos com a URSS.

Em virtude do agravamento da situação econômico-financeira internacional, tornaram-se mais difíceis as perspectivas de expansão do comércio do Brasil com os países da área, surgindo problemas de pagamento com alguns países. Com vistas a negociar a efetivação do pagamento, em 1982, de dívida acumulada com a Polônia, esteve em Varsóvia, em agosto, missão chefiada pelo Ministério das Relações Exteriores e integrada pelo Ministério da Fazenda, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, pelo Banco Central e pela CACEX; ao final dos entendimentos, foi assinado um protocolo que registrou os diversos itens objetos das conversações.

Durante o ano de 1982, entrou em vigor o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica com a URSS e foi realizada a I Reunião da Subcomissão de Ciência e Tecnologia com aquele país; por Acordo por troca de Notas, foi prorrogado por três anos o Acordo de Fornecimento de máquinas e equipamentos da URSS para o Brasil e de produtos brasileiros à URSS; foram iniciadas as negociações para a assinatura de Acordo para evitar a bitributação entre o Brasil e a Tchecoslováquia.

No âmbito da promoção comercial, paralelamente à tradicional participação brasileira em feiras internacionais de Leipzig, Brno, Budapeste e Plovdiv, foram realizadas mostras individuais em Moscou, Liubliana e Bucareste. Por outro lado, pela primeira vez, o Brasil participou, nessa área, de uma Feira Industrial (Brno) e de Informática (Plovdiv). Realizou-se, ainda, no Rio de Janeiro, em outubro, o II Seminário sobre Comércio com o Leste Europeu para empresários nacionais.

Finalmente, em novembro, foi designada missão especial do governo brasileiro às exéquias do Presidente da URSS, Leonid I Brejnev, realizadas em Moscou.

4.8 *Organismos Internacionais*

Nações Unidas

O Senhor Presidente da República abriu o Debate Geral da XXXVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Pela primeira vez, um Chefe de Estado brasileiro discursou na sede das Nações Unidas. Na oportunidade, fez extensa e profunda avaliação da crise por que passam as relações internacionais, particularmente as econômicas, e defendeu a implantação de uma nova ordem mundial.

O Brasil participou ativamente das atividades das Nações Unidas e esteve presente nas principais reuniões da Organiza-

ção. Citem-se a Questão da Palestina; Ocupação da Região do Golan; Desarmamento; Meio Ambiente; Entorpecentes; Direito Comercial Internacional; População; Direitos Humanos; Envelhecimento.

Durante a sessão de encerramento da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (III CONFDIRMAR) realizada na Jamaica, a convenção recebeu 119 assinaturas.

No âmbito latino-americano, compareceu à XV e XVI Sessões do Comitê Plenário da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

O Brasil foi reeleito para o Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Foi eleito para exercer mandato de 6 anos na Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL), para o Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) e para o Comitê Diretor da Organização Hidrográfica Internacional (OHI).

Tratado da Antártida

Com o objetivo de formulação de uma Política para Assuntos Antárticos (POLANTAR), foi criada a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e composta pelos ministérios e órgãos federais interessados.

Foi atribuída à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), do Ministério da Marinha, a tarefa de elaboração do projeto de Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Em 26 de dezembro, teve início a expedição antártica dos navios «Barão de Teffé» e «Professor W. Besnard», que realização, até o fim de fevereiro de 1983, pesquisas científicas na região e visitas a bases de outros países.

Organismos Internacionais Especiais

No que se refere aos organismos internacionais especializados, o Brasil se fez representar na 35ª Assembléia Mundial da Saúde; na 68ª Conferência Internacional do Trabalho; na 17ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); na 2ª Conferência das Nações Unidas sobre a Exploração e os Usos Pacíficos do Espaço Exterior e nas reuniões dos Conselhos destas Organizações.

O Brasil compareceu às Sessões do Conselho de Governadores do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

(FIDA); às reuniões do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS) e de seus órgãos subordinados; às sessões do Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar do Programa Mundial de Alimentos (PMA); às sessões dos Comitês do Programa Conjunto FAO/OMS do «Codex Alimentarius».

Participou, igualmente, da Reunião Mundial do Turismo; da 34ª Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia (CIB) e da 8ª Sessão Ministerial do Conselho Mundial de Alimentos (CMA).

O Brasil foi eleito para o Conselho Conjunto de Coordenação do Programa Especial de Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais (TDR) da OMS, bem como para a Junta Executiva do FIDA e foi reeleito para o Conselho de Administração da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e para a Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

A) Organização dos Estados Americanos

Por motivo da crise eclodida entre a República Argentina e o Reino Unido e por solicitação do governo argentino, foi convocada, em 20 de abril, com base no Artigo 12 do Tratado Internacional de Assistência Recíproca (TIAR), a XX Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, a fim de «considerar a grave situação criada no Atlântico Sul».

As duas sessões da Reunião de Consulta aprovaram três resoluções: a primeira, instou as Partes envolvidas no conflito a se absterem de atos que o agravassem e a apressarem gestões destinadas a solucioná-lo pacificamente e reconheceu os direitos soberanos da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, a segunda, condenou o ataque armado injustificado e desproporcionado do Reino Unido contra a Argentina; e a terceira, fez o mesmo quanto às sanções aplicadas contra o governo argentino pelos Estados Unidos da América e pelos membros da Comunidade Econômica Européia, exigindo-lhes imediata suspensão.

Em novembro, celebrou-se o XXI Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral, quando foram tratados temas e aprovadas iniciativas de importância para a cooperação hemisférica. A reunião, primeira celebrada após a crise no Atlântico Sul, serviu para um amplo intercâmbio de opiniões sobre o estado atual e as perspectivas futuras do Sistema Interamericano. Nesse contexto, concordou-se em acelerar a preparação do

Período Extraordinário de Sessões da Assembléia-Geral, agora convocado para o segundo trimestre de 1984, que deverá tratar da cooperação para o desenvolvimento.

No curso da XXI Conferência Sanitária Pan-Americana foi eleito o Doutor Carlyle Guerra de Macedo para as funções de Diretor-Geral da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), agência especializada da OEA.

B) Sistema Econômico Latino-Americano

Em agosto, celebrou-se a VIII Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, cuja Presidência coube ao Brasil. Dada a proximidade do término do conflito no Atlântico Sul, as discussões no Conselho relacionaram-se com os temas da segurança econômica da América Latina e do Caribe, devendo um grupo de peritos governamentais de alto nível encontrar-se, em breve, para analisar o assunto e propor ações concretas a serem examinadas pelo IX CLA. O Conselho aprovou igualmente o Programa Bienal de Ação Regional para as atividades do SELA em setores considerados prioritários.

No auge da crise no Atlântico Sul, por convocação do governo argentino, representantes governamentais de alto nível reuniram-se para apoiar aquele país-membro do SELA, através da constituição de um Comitê de Ação, e para condenar as sanções que haviam sido impostas à Argentina por vários países desenvolvidos.

Realizaram-se, em agosto e setembro, reuniões ordinária e extraordinária do Comitê de Ação para o Estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), em sua sede, a cidade do Rio de Janeiro.

C) Aladi

«No âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1982, o Brasil prosseguiu na renegociação, com os outros países-membros, dos acordos que recolhem as concessões outorgadas no período 1962/80, além de proceder, com os demais signatários, à adequação dos instrumentos firmados ao apoio das disposições da ALALC às novas modalidades de acordos previstas pelo Tratado de Montevidéu 1980».

4.9 *Temas econômicos*

Em meio à grave crise da ordem econômica global, o Brasil dirigiu seus esforços para a atuação em duas frentes principais:

a primeira, a busca incessante do incremento de sua presença no comércio mundial, inclusive através do desenvolvimento de novas modalidades de intercâmbio; a segunda, o reiterado questionamento da ordem econômica vigente, mediante ativa participação nos foros voltados para o estabelecimento de novas regras que venham substituir as atuais, estas já comprovadamente ineficazes como instrumento para a recuperação.

Política Comercial

A) Estados Unidos da América

Foram realizadas, no curso de 1982, duas sessões do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil/Estados Unidos da América, órgão de consulta bilateral criado no quadro do Memorandum de Entendimento de 1976.

Foi assinado no Rio de Janeiro um novo acordo têxtil entre o Brasil e os Estados Unidos da América, com vigência de três anos a partir de janeiro de 1982.

B) Europa Ocidental e Comunidade Econômica Européia

Foi renovado, por mais cinco anos, a partir de 1º de novembro, o Acordo Têxtil Brasil-Áustria.

Com a Comunidade Econômica Européia foi igualmente renovado o acordo têxtil bilateral, que vigorará de 1º de janeiro de 1983 a 31 de dezembro de 1986. Foi também assinado, em Bruxelas, o acordo siderúrgico relativo a 1982 e limitado exclusivamente a ferro-gusa, estabelecendo quotas no montante de 253.400t em nossas exportações do produto para o mercado comunitário.

C) *Organismos Internacionais*

Organização das Nações Unidas — ONU

Durante o ano de 1982, os países em desenvolvimento continuaram a empreender esforços com vistas a obter uma fórmula simples, aceitável pelo governo norte-americano e pelos países-membros da CEE, para o lançamento das negociações globais sobre cooperação econômica para o desenvolvimento. As propostas apresentadas, de cuja elaboração participou ativamente o Brasil, foram entretanto rejeitadas, persistindo o impasse sobre o assunto durante a XXXVII Assembléia Geral, encerrada em dezembro.

Foi aprovado pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas convocar uma sessão da comissão ampliada para tentar concluir os trabalhos de negociação do Código de Conduta para Empresas Transnacionais em 1983.

O Brasil participou de todas as reuniões de âmbito inter-regional realizadas em 1982 ao amparo do programa de Caracas sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (CEPD) e ofereceu-se como sede para a reunião sobre fontes novas e renováveis de energia, área em que o país, pelos avanços tecnológicos que já alcançou, muito tem a oferecer aos seus parceiros do sul.

GATT

A principal atividade brasileira como parte contratante do GATT, em 1982, foi a preparação e a participação na reunião ministerial do GATT. A delegação brasileira desempenhou um papel ativo em todo o processo preparatório da reunião e na elaboração da declaração final pela qual, após um diagnóstico da crise que afeta o comércio internacional, estipulou-se um programa de trabalho para os próximos dois anos, abrangendo os seguintes temas: salvaguardas, comércio dos países em desenvolvimento, solução de controvérsias, comércio de produtos agrícolas, produtos tropicais, restrições quantitativas, tarifas, análise dos acordos emanados das negociações multilaterais, ajustamento estrutural, comércio de produtos falsificados, exportações de produtos proibidos para consumo, créditos à exportação, têxteis, metais não-ferrosos, produtos de pesca, flutuações de taxas de câmbio e seus efeitos no comércio, preços duplos, regras de origem e serviços, este último a ser estudado tentativamente e sem comprometimento das posições nacionais quanto a caber ou não inseri-lo no GATT.

D) Produtos de Base

Durante 1982 o comércio internacional de produtos de base refletiu as incertezas da economia internacional. Os grandes países consumidores impuseram barreiras ao acesso de produtos de base originários dos países em desenvolvimento. Em consequência, persistiu a tendência declinante de preços, em que pese a tenacidade dos países produtores na defesa de suas exportações básicas, mediante a renegociação ou negociação de acordos ou a retenção de maiores estoques reguladores, entre outras medidas.

O governo brasileiro prestigiou as tentativas para recuperação dos preços, tanto no âmbito das organizações específicas criadas por acordos quanto em foros multilaterais. Neste terreno, salientam-se as negociações em curso na UNCTAD no contexto do Fundo Comum para Produtos de Base. Os principais produtos alvo dos esforços brasileiros foram café, açúcar, cacau, borracha, madeiras tropicais, pimenta do reino, trigo e algodão.

Política Financeira

No quadro do agravamento da liquidez internacional, em consequência, sobretudo, dos elevados níveis das taxas de juros nos mercados mundiais a afetar particularmente os países em desenvolvimento, o Ministério das Relações Exteriores apoiou, dentro de sua área de atribuições, o setor econômico-financeiro do governo, no sentido de aprofundar e agilizar a cooperação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento nos campos monetário, financeiro e fiscal.

No âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) / Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e Grupo do Caribe para Cooperação no Desenvolvimento Econômico (GCCDE), efetuaram-se gestões em nível de Chancelaria, com vistas a assegurar apoio ao aumento de capitalização e à dinamização dos esquemas operacionais desses organismos, em cujos processos de decisão se defendeu uma participação crescente dos países em desenvolvimento.

Quanto à cooperação bilateral, manteve-se constante a utilização do canal diplomático no trato de iniciativas visando tanto à captação de recursos externos, nas modalidades de empréstimos, créditos e investimentos, de que são ilustrativos os Protocolos Financeiros concluídos com a França e a República Federal da Alemanha, quanto à negociação de instrumentos de créditos à exportação e de ampliação da rede bancária brasileira no exterior, especialmente com países da América Latina, do Caribe e do Continente africano. Essa atuação estendeu-se também ao intercâmbio com os países do mundo árabe.

No que se refere à cooperação governamental para evitar a dupla tributação da renda e do capital e prevenir a evasão fiscal, verificaram-se a entrada em vigor da Convenção Brasil-Itália, a troca de instrumentos de ratificação da Convenção

Brasil-Argentina, bem como as novas etapas de negociação com Equador, Filipinas, Nigéria, Países Baixos, Paraguai, Reino Unido e Tchecoslováquia.

Energia

A) Energia nuclear

O evento de maior significado na área de energia nuclear foi a XXVI Seção da Assembléia Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, realizada nos dias 20 a 24 de setembro, em Viena.

Durante essa Sessão, foi renovada parte dos integrantes da Junta de Governadores da AIEA; o Brasil foi eleito para o biênio setembro 1982 — setembro 1984.

O Brasil participou da Conferência sobre Experiência em Energia Nuclear, realizada em Viena. O objetivo do encontro consistia em traçar um panorama das atividades no domínio nuclear nos últimos decênios.

Realizou-se, em Viena, a VI Reunião do Grupo de Peritos sobre a Administração Internacional do Combustível Irradiado.

O Grupo de Peritos sobre Armazenamento Internacional do Plutônio completou seus trabalhos. Trata-se de um domínio de grande importância para o programa nuclear do Brasil; pode-se assinalar, a esse respeito, que o Grupo de Peritos sempre foi presidido por diplomatas brasileiros.

Prosseguiram os trabalhos do Comitê sobre Garantia de Suprimento de Tecnologia, Materiais e Serviços Nucleares, que realizou sua V e sua VI Reuniões.

B) Petróleo

Em 1982, persistiu a situação de excesso de oferta de petróleo devido à significativa redução do consumo mundial. A decisão da Arábia Saudita de manter seu elevado teto de produção de cru e as divergências internas da OPEP têm repercutido sobre os preços do petróleo. No tocante ao Brasil, as medidas de conservação e substituição de petróleo por fontes alternativas de energia, bem como a estabilidade do preço desse produto e o considerável aumento da produção interna contribuíram para que a conta do petróleo fosse fechada em níveis inferiores aos previstos. De modo geral, tem-se procurado diversificar as fontes de suprimento e incrementar as atividades de prospecção no exterior. Durante o ano, o Itamaraty continuou a prestar apoio

às atividades do Ministério das Minas e Energia, Petrobrás e Braspetro.

C) Organização Latino-Americana de Energia — OLADE

No âmbito da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), o ano de 1982 foi marcado por uma série de reuniões, das quais o Brasil participou ativamente.

D) Fontes novas e renováveis de energia

Na área bilateral, o papel de vanguarda que assumiu o Brasil com relação às fontes novas e renováveis de energia e em especial à biomassa, continuou se evidenciando pelo crescente interesse internacional em conhecer a experiência nacional e pelo estabelecimento de laços de cooperação no campo energético com países em desenvolvimento mediante a assinatura de diversos Protocolos de Intenções com países em desenvolvimento (Guiana, Jamaica e Costa Rica).

Na área multilateral, merece registro a participação brasileira na Reunião do Comitê Interino para o Desenvolvimento e Utilização de Fontes Novas e Renováveis de Energia (FNRE). Visou a tratar da implementação do Programa de Ação de Nairobi (PAN) para o Desenvolvimento de FNRE aprovado pela Conferência de Nairobi (agosto de 1981) sobre o mesmo tema, da qual o Brasil participou ativamente.

Transportes

A) Transporte aéreo

Foram realizadas negociações aeronáuticas com os Estados Unidos da América, Moçambique e Panamá.

Foi iniciado serviço regular de transporte aéreo para Angola e Moçambique pela empresa brasileira de longo curso, que passou a ligar o Rio de Janeiro por vôos diretos a Luanda e Maputo.

B) Transporte marítimo

No setor de transporte marítimo, deu-se continuidade à política de defesa da bandeira brasileira e aumento da participação da marinha mercante nacional no transporte das cargas geradas pelo comércio exterior do Brasil.

Foram assinados dois acordos sobre transporte marítimo. Em Brasília, no dia 9 de fevereiro celebrou-se convênio com o

Equador para divisão de cargas e fretes e promoção do desenvolvimento das marinhas mercantes dos dois países. Em Sofia, a 19 de agosto, assinou-se acordo sobre navegação marítima comercial para facilitar a operação das frotas mercantes brasileiras e búlgara nos portos das partes contratantes.

Organização Marítima Internacional — IMO

O Brasil participou de todas as reuniões previstas no calendário das atividades da Organização Marítima Internacional — IMO. Em maio, em virtude da entrada em vigor das emendas de 1975 à Convenção da Organização, a então Organização Marítima Consultiva Intergovernamental — IMCO, passou a denominar-se Organização Marítima Internacional — IMO, sendo elevada à categoria de agência das Nações Unidas.

C) Transporte terrestre

O Brasil negociou com a Venezuela os termos de um convênio sobre transporte rodoviário internacional de carga e os textos de anexos contendo disposições relativas a seguros, aspectos organizacionais e operacionais, aduaneiros e migratórios.

Em nível multilateral, o Brasil participou da XII Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes dos Países do Cone Sul, encontro anual de titulares das pastas nacionais de Obras Públicas e Transportes do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, na qual foram examinados temas de interesse comum, ligados à integração física da parte meridional do Continente sul-americano.

Com a ratificação pelo Brasil do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre de 1977, esse instrumento passou a reger as relações do Brasil com os países vizinhos, no tocante a transporte terrestre, em substituição aos dispositivos do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre de 1966, que vinham até então sendo aplicados.

Comunicações

No setor de comunicações, o Brasil participou da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (UIT) que determinou as políticas gerais da União para a consecução de seus objetivos e introduziu emendas ao seu Acordo Constitutivo, de modo a incluir, entre esses objetivos, as atividades de assistência técnica. A Conferência aprovou a divisão da Convenção que instituiu a União em dois instru-

mentos: uma Constituição que conteria suas disposições básicas e uma Convenção que abrangeria outras disposições que, por definição, possam requerer revisão a intervalos periódicos.

Foi inaugurado o Sistema Atlantis, cabo submarino que passou a interligar a América do Sul à África e Europa, pelos Ministros das Comunicações do Brasil, do Senegal e de Portugal. A rota do Cabo Atlantis liga Recife a Dacar (Senegal) e a Lagos (Portugal).

Promoção Comercial

O Programa de Promoção Comercial no Exterior, com o objetivo de apoiar as iniciativas comerciais das empresas brasileiras, continuou estruturado em cinco áreas de atuação: informação comercial, feiras e turismo, organização e modernização, operações comerciais e estudos e pesquisas de mercado.

No campo da informação comercial, ampliou-se geográfica e qualitativamente o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (SPED), que agora abrange 75 terminais instalados em postos do Itamaraty no exterior. Com o apoio do CNPq e do Banco do Brasil, foram realizadas, com êxito significativo, duas séries de «Seminários sobre Tecnologia Brasileira para o Desenvolvimento», em países da África (Nigéria, Togo e Costa do Marfim) e Ásia (Tailândia, Malásia e China), iniciativa que contou com a participação direta do setor privado. Seu objetivo principal foi a divulgação da oferta brasileira de bens e serviços, caracterizada como cooperação entre países em desenvolvimento. Ampliou-se, ainda, para mais de 100 países, a distribuição da revista «Brasil Comércio e Indústria», editada em cinco idiomas (inglês, francês, espanhol, alemão e português). Consolidou-se no Brasil o Sistema de Informação Comercial Computorizada, com fascículos diários que divulgam aos exportadores brasileiros uma média de 4.500 oportunidades de negócios por mês, captadas pelos postos no exterior.

Na área de mostras e turismo, o Ministério das Relações Exteriores promoveu, em 1982, a participação de empresas brasileiras em 57 exposições de produtos manufaturados nos cinco continentes.

No campo da organização e modernização promoveu-se melhor integração de esforços entre o Itamaraty e o Banco do Brasil, com a assinatura do Convênio sobre Comércio, Desenvolvimento e Cooperação Internacional — CDCI. Com o objeti-

vo principal de continuar fornecendo à iniciativa privada profissionais de nível superior com especialização em comércio exterior, foi realizado o VI Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial (CITRE), com 21 participantes que estão cumprindo, atualmente, o período de estágio em postos situados predominantemente em países em desenvolvimento.

No âmbito das operações de promoção comercial deu-se prosseguimento ao programa de atividades destinado a prestar o apoio necessário às missões de exportadores brasileiros e às viagens de importadores estrangeiros ao Brasil. Ao mesmo tempo deu-se continuidade ao programa de apoio a objetivos comerciais específicos de empresas brasileiras no exterior. Destaque especial coube ainda ao acompanhamento de projetos que, pelo seu vulto, necessitam de tratamento político como é o caso de grandes obras de infraestrutura atribuídas a empreiteiras brasileiras em países em desenvolvimento.

No quadro dos estudos e pesquisas de mercado, deu-se continuidade à publicação da série «Como exportar», bem como à elaboração de diversos perfis econômico-comerciais, que serviram, por sua vez, de subsídios para visitas de missões oficiais brasileiras ou estrangeiras. Por fim, o Itamaraty, em convênio com o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), e se utilizando, a custo mínimo, de levantamentos estatísticos produzidos pelo ITC-UNCTAD/GATT, está implementando um programa de promoção comercial prioritária, que permitirá ao exportador brasileiro maximizar seu esforço de vendas no exterior, através da identificação dos mercados de maior potencial de crescimento para seus produtos.

4.10 *Cooperação científica, técnica e tecnológica*

Mantendo as linhas mestras da política exterior do Brasil, conformadas, de um lado, pelo interesse na implementação de projetos que promovam a transferência de tecnologia ao Brasil e, de outro, na ênfase nos programas de cooperação com países em desenvolvimento, principalmente os da América Latina e África, elaborou-se novo texto básico de «acordo de cooperação científica, técnica e tecnológica», com o objetivo de criar novas perspectivas para a cooperação com os países desenvolvidos e com os países em vias de desenvolvimento.

Em decorrência, a cooperação técnica brasileira se caracterizou pela negociação, em 1982, com instituições nacionais, de mecanismos conducentes à viabilização de tais objetivos e pela

consolidação de mecanismos operacionais já delineados em 1981. Nos setores de apoio financeiro e técnico-administrativo iniciou-se negociação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e com o sistema Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE). Nesta mesma ordem de idéias, foram iniciados entendimentos com organismos de cooperação para o desenvolvimento do sistema das Nações Unidas, visando à participação do Brasil como parceiro e, se fôr o caso, como cofinanciador de projetos de cooperação técnica específicos em terceiros países.

Procurou-se imprimir à cooperação com os países desenvolvidos um sentido efetivo de parceria, isto é, a seleção de projetos em que o interesse das partes (técnico-tecnológico e econômico-industrial) fosse intercomplementar e previamente identificado. Nesse contexto, paralelamente às atividades de tipo tradicional, o sistema internacional de cooperação técnica procurou introduzir projetos em que interesses econômicos e tecnológicos estivessem claramente definidos.

No tocante à cooperação técnica com os países em desenvolvimento da América Latina, da África, sobretudo com os países africanos de língua portuguesa, da Ásia e do Oriente Médio, baseia-se ela principalmente na formulação de projetos integrados, isto é, projetos em que os componentes básicos de treinamento, de consultoria e assessoria e de fornecimento de material e equipamento interajam harmonicamente. Tem-se estimulado a execução de projetos conjuntos que, ao promover o intercâmbio de experiências e induzir ao trabalho de parceria, objetivem o enriquecimento técnico e tecnológico das partes envolvidas, mediante, sobretudo, o fortalecimento de capacidade institucional. Paralelamente, continuaram a ser desenvolvidas as atividades específicas em atendimento à solicitação desses países (estágios de curta duração, treinamento desvinculado de projeto, visitas de observação, etc.).

No campo da cooperação científica e tecnológica, o ano de 1982 assinalou a consolidação do Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior (SISCTEX), que tem por objetivo a captação ordenada e sistemática de informações relevantes na área de Ciência e Tecnologia no exterior. Tiveram continuidade as negociações de Acordos de Cooperação Científica e Tecnológica com a Austrália, Bélgica, Costa do Marfim, Nigéria, Quênia, França, bem como acordos e ajustes de natureza científica assinados com a República Popular da

China, o Iraque, o Equador, a Itália, Portugal, Suriname e Guiana.

Na área de atividades das comissões mistas, merece destaque a realização, em agosto, em Munique, da XI Reunião da Comissão Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, quando foi passado em revista o estágio de implementação dos onze diferentes convênios setoriais em vigor. Convém ressaltar, ainda, as reuniões das comissões mistas Brasil-Canadá, Brasil-Dinamarca, Brasil-Noruega, Brasil-URSS, Brasil-Portugal, Brasil-Suriname e Brasil-França.

Com os Estados Unidos da América, foi convocado o «Grupo Brasil-EUA sobre cooperação científica». Vale ressaltar a realização, em Tóquio, em outubro, do III Simpósio Nipo-Brasileiro de Ciência e Tecnologia.

No campo da cooperação intelectual destacam-se os seguintes setores de atuação:

— cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

— programa de estudantes-convênio. Em 1982 participaram 1.121 estudantes, mantidos em estabelecimentos de ensino superior brasileiros, provenientes de 14 países da América Latina e 7 países africanos. Ademais, foram renovadas doze bolsas para o curso de pós-graduação de países da América Latina e África.

4.11 *Cooperação Cultural*

Na área de divulgação foi marcante a presença da cinematografia brasileira no exterior, com a participação em 48 festivais internacionais, nos quais o Brasil obteve 7 prêmios oficiais; a realização de 8 semanas de cinema brasileiro, sobretudo em países da América Latina e África bem como a negociação e assinatura de convênio de cooperação técnica entre a EMBRAFILME e o «National Film Board of Canada», o qual prevê a instalação de um Centro de Produção Audiovisual no Rio de Janeiro e o treinamento de recursos humanos.

Para suprir em parte as necessidades de material de divulgação no exterior, foram reimpressos 15.000 exemplares da versão francesa do livreto «Brésil, Aspects Géographiques», elaborado pela Embaixada do Brasil em Londres; remeteram-se 5.700 folhetos informativos em espanhol aos postos da América Central e Caribe bem como 1.450 unidades ao todo dos audiovisi-

suais «Economia», «Raízes» e «Turismo», produzidos pelo Itamaraty, às Embaixadas e Consulados Brasileiros.

No que concerne à área de Difusão Cultural, apesar das restrições de ordem orçamentária, o Itamaraty buscou apoiar aquelas iniciativas cuja demanda não permite solução de continuidade. Dentre elas, salientem-se as edições das revistas «Cultura Brasileira» e «Brasil Cultura» — elaboradas respectivamente pelas Embaixadas em Madri e Buenos Aires — e o programa editorial da Embaixada do Brasil em Lima.

5. POLÍTICA INTERNA E SEGURANÇA



5.1 JUSTIÇA E POLÍTICA INTERNA

5.1.1 *Coordenação política.*

O ano de 1982 caracterizou-se por intensa atividade política.

As eleições diretas para os cargos de senador, deputado federal, governador, deputado estadual, prefeito e vereador exigiram a elaboração de instrumentos jurídico-institucionais que aperfeiçoaram o processo democrático, objetivo prioritário do governo.

Elevou-se para quatrocentos e setenta e nove o limite de deputados federais. Introduziu-se na Constituição o voto distrital misto, majoritário e proporcional, para a eleição de deputados federais e estaduais. E alteraram-se os prazos de inelegibilidade dos ministros de estado, governadores, prefeitos, secretários de estado, presidentes, diretores e superintendentes de órgãos da administração pública e de fundações.

No campo da legislação interna, admitiu-se o reordenamento partidário, deixando o parlamentar de perder o mandato por filiar-se a outro partido, diverso do resultante de fusão ou incorporação. Além da eliminação do voto só de legenda no Código Eleitoral, regulou-se a utilização do processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais, disciplinou-se a reserva de uma série de números para os partidos políticos nas eleições realizadas pelo sistema proporcional e fortaleceu-se o sistema partidário, mediante introdução do voto vinculado para escolha de candidatos a todos os cargos nas eleições de 1982. Adotou-se, ainda, novo modelo de cédula oficial.

Em ação articulada do Ministério Público Federal e do Departamento de Polícia Federal com os governos estaduais, esteve o Ministério da Justiça empenhado em garantir a livre manifestação de vontade do eleitor, o que ocorreu com absoluta se-

gurança e tranqüilidade, ressalvados casos esporádicos de violência ou de arbítrio.

Ainda no campo político-institucional, o governo apresentou ao Congresso Nacional emenda constitucional destinada a assegurar ao Poder Legislativo o pleno exercício das suas prerrogativas constitucionais. Ao mesmo tempo que se ampliou a garantia de inviolabilidade dos parlamentares, minimizaram-se as hipóteses de aprovação automática de projetos de lei e de decretos-leis do Poder Executivo.

5.1.2 *Ordem jurídica e direitos políticos*

No decurso de 1982, o Ministério da Justiça promoveu a elaboração de vários anteprojetos de lei no quadro da ordem jurídica e dos direitos políticos.

Entre eles vale mencionar os que dispõem sobre filiação partidária no caso de incorporação de partidos políticos, a extinção das plaquetas de veículos automotores, o serviço de segurança para as instituições financeiras, a figura da desapropriação, e nova Lei de Falências e alterações na legislação eleitoral.

O Ministério da Justiça colaborou no anteprojeto de Arbitragem, em fase de conclusão, no de medidas desburocratizantes do Código de Processo Civil, em andamento, e no que institui o Juizado de Pequenas Causas, entre outros, e prestou assessoramento à Comissão Especial do Código Civil, na Câmara dos Deputados.

Além de emitir pareceres sobre anteprojetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, todos de interesse do Ministério da Justiça, este se fez representar em vários grupos de trabalho, como o que cuida, em fase final, da elaboração da nova Consolidação das Leis do Trabalho.

No que respeita às atividades específicas do Ministério da Justiça em função da Lei nº 6.815/80 e respectivo Regulamento, foram processadas e examinadas todas as matérias concernentes à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, concessão de vistos permanentes, prorrogações e regime jurídico do estrangeiro.

Foram concedidas cerca de 10 mil naturalizações, aspecto da maior relevância do ponto de vista do desenvolvimento agrícola e industrial, com a conseqüente integração dos imigrantes mais qualificados.

Vale assinalar o reconhecimento da igualdade de direitos dos portugueses, a perda da nacionalidade brasileira, a prestação de serviços a governos estrangeiros e o registro civil de estrangeiros, cujo trato envolveu a expressiva cifra de 9.892 processos.

Os processos de permanência e prorrogação de vistos elevaram-se a 4.785, ao mesmo tempo que foram deferidos 40 pedidos de asilo político.

Em virtude de decisão ministerial de 13 de outubro de 1982, assegurou-se aos estrangeiros em situação irregular, ou considerados inexpulsáveis por motivo de matrimônio com cônjuge brasileiro, ou que possuam filhos brasileiros sob sua dependência econômica, o direito de postular a obtenção do visto permanente.

5.1.3 *Segurança interna*

O Ministério da Justiça deu prosseguimento, no ano de 1982, à sua missão de assegurar o aprimoramento do sistema brasileiro de Segurança Pública.

Assim, foram criadas no âmbito do Departamento de Polícia Federal quatro unidades operacionais nas localidades de Marco BV-8 e Bonfim, no território de Roraima, Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, e São Geraldo do Araguaia, no Estado do Pará.

Entre outras medidas no tocante a instalações físicas, cumpre mencionar a construção do edifício-sede da Superintendência Regional do DPF no estado de Minas Gerais, a reforma do Serviço de Criminalística e do restaurante do edifício-sede da Superintendência Regional do DPF no Estado do Rio de Janeiro e a reforma da cobertura e instalação da Divisão de Polícia Federal em Santos, SP.

A Academia Nacional de Polícia realizou nove cursos de formação de delegados, técnicos, escrivães, agentes de polícia, especialistas na luta contra os entorpecentes e instrutores de armamento e tiro, com 576 concluintes, tendo realizado concurso público para os cargos de escrivão e agente de polícia federal.

No setor judiciário, foram instaurados 8.045 inquéritos policiais nas cinco regiões do país, com 8.483 indiciados.

Em matéria de segurança pública, tratou o Ministério da Justiça de formalizar as recomendações contidas no relatório conclusivo do grupo de trabalho constituído em 1981 com re-

presentantes da Justiça e do Exército a fim de analisar o sistema policial brasileiro e sugerir a melhor maneira de adequá-lo à realidade nacional e de proceder ao entrosamento entre a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Novo grupo de trabalho integrado por técnicos do Ministério da Justiça e por delegados de polícia de várias Unidades da Federação elaborou textos de proposta de emenda à Constituição e de anteprojeto de Lei Complementar voltada para a melhoria dos serviços policiais no país.

Na proposta de emenda à Constituição incluiu-se entre as competências da União a de legislar sobre normas gerais de segurança pública, com previsão de um Sistema de Segurança Pública em cada Unidade da Federação, coordenado pela Secretaria de Segurança Pública e integrado pelas Polícias Civil e Militar.

O anteprojeto de Lei Complementar procura configurar a Polícia Civil, organizada em carreiras, como um sistema aberto, com ênfase nos serviços de comunicação social e de integração da polícia com a comunidade.

Outro evento digno de nota foi a realização, em junho de 1982, do II Encontro Nacional dos Secretários de Segurança Pública e Comandantes das Polícias Militares, em Brasília, com a finalidade de promover o intercâmbio de informações e de idéias sobre a real situação da segurança pública no país. A partir daí, os governos estaduais têm empreendido esforços no sentido de tornar mais efetiva a prevenção da criminalidade e da violência e reforçar os meios de combatê-los. Esse esforço compreendeu a elevação do nível de recrutamento e formação de recursos humanos e a intensificação dos investimentos nas instalações e equipamentos destinados à modernização técnico-profissional das operações de polícia.

O Ministério da Justiça comprometeu-se a, na medida de suas possibilidades, contribuir no sentido de preencher as lacunas e contornar as deficiências que, em grau variável, afetam o funcionamento das polícias civis em todo o Brasil.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica desincumbiu-se satisfatoriamente das tarefas que lhe foram cometidas pela Lei nº 4.137/62, no quadro da apuração e repressão dos abusos do poder econômico. Realizaram-se 108 sessões ordinárias, em função das quais foram exarados 40 pareceres em processos comuns e 32 pronunciamentos em processos administrativos, com vistas à correção de irregularidades.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana realizou seis reuniões em 1982, durante as quais teve oportunidade de relatar numerosos processos em torno de acusações e denúncias de desrespeito ou ameaça aos direitos do homem. Graças à obtenção de esclarecimentos junto às autoridades competentes de todos os níveis, como mediador entre os diversos segmentos da sociedade civil e do poder público, o referido Conselho cooperou decididamente para eliminar áreas de atrito e proteger os direitos da pessoa humana.

O Conselho Superior de Censura, tendo como pano de fundo a legislação censória ao lado da sensibilidade social em evolução no tocante aos seus costumes e ao decoro público, foi chamado a apreciar, em grau de recurso, obras capituladas como de diversão pública sobre as quais já se havia pronunciado restritivamente o órgão de censura. Realizaram-se durante o ano 12 reuniões ordinárias e seis extraordinárias. Dada a composição do Conselho, representativa dos diversos segmentos da sociedade, pode dizer-se que ele desempenhou satisfatoriamente a sua difícil missão no exercício de 1982.

No que respeita ao trânsito, o Ministério da Justiça, por intermédio do Conselho e do Departamento Nacional de Trânsito, deu atenção prioritária aos setores de formação e controle dos condutores, de educação para o trânsito nas escolas, de pesquisas sobre segurança de trânsito e implantação de projetos para melhorar o tráfego em cidades brasileiras, bem como a estudos ligados à formulação de diretrizes para a implantação de sistemas de controle da frota de veículos e para a adoção de medidas destinadas a prevenir e reprimir o roubo de veículos e cargas.

Em decorrência dessa preocupação, destacaram-se entre as numerosas atividades desenvolvidas na área a formulação de projeto técnico e a produção de material didático para ministração de noções de segurança de trânsito nas escolas de 2º grau da rede oficial, com extensão progressiva à rede particular (continuação do projeto já implantado em 1981 nas escolas de 1º grau); a elaboração e publicação do Manual de Sinalização Vertical de Trânsito, segundo padronização já implantada em todo o País; a elaboração do Manual de Sinalização Horizontal de Trânsito, pendente de aprovação final; a elaboração do Manual de Identificação, Análise e Tratamento de Pontos Negros (locais com índice elevado de acidentes); ao projeto destinado a aumen-

tar a capacidade de segurança das vidas e à formação de pessoal especializado para combater o roubo de veículos e cargas.

Administração penitenciária

Após a realização, em setembro de 1981, do memorável I Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional de Política Penitenciária e o Departamento Penitenciário Federal tomaram novos rumos no estudo e na implementação intensificada de seus programas de atividades.

Preliminarmente, vale citar a elaboração dos anteprojetos dos novos Códigos Penal e Processual Penal, bem como da lei de Execução Penal, já encaminhados à consideração superior.

O Conselho Nacional de Política Penitenciária baixou diversas Resoluções, destacando-se as que se referem às Regras Mínimas da Execução Penal, de âmbito nacional, ao amparo do trabalho no sistema prisional e à coibição de rebeliões e atos de violência nos estabelecimentos do Sistema Penitenciário Nacional.

Foram realizadas inspeções em diversos estados e territórios a fim de levantar a realidade atual do Sistema Penitenciário Nacional, com vistas à adoção de providências capazes de contribuir para o seu melhoramento.

Mediante convênios com as Unidades da Federação, o Departamento Penitenciário federal empenhou recursos no valor de cerca de 623 milhões de cruzeiros no prosseguimento à implantação de moderno sistema penitenciário, constituído de estabelecimentos edificados segundo os preceitos das Recomendações Básicas para uma Programação Penitenciária, editadas pelo Ministério da Justiça. Tais estabelecimentos serão equipados de acordo com critérios voltados para o tratamento penitenciário, que inclui instrução e aperfeiçoamento do preso em função das peculiaridades da oferta de trabalho na região, para facilitar-lhe a reintegração social.

5.1.4 Ministério Público

A atuação da Procuradoria Geral da República no exercício de 1982 caracterizou-se pela entrada de 3.215 processos, dos quais 2.978 foram restituídos ao Supremo Tribunal Federal com manifestação técnica do Ministério Público Federal.

Junto ao Tribunal Superior Eleitoral o Ministério Público Federal teve desempenho marcante sobretudo em face das elei-

ções de 15 de novembro. Foram recebidos 492 processos e proferidos 506 pareceres.

A Subprocuradoria Geral da República, que atua junto ao Tribunal Federal de Recursos, lida principalmente com as causas de interesse patrimonial da União, tendo recebido 18.578 processos e restituído 14.680.

As Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal participaram expressivamente na movimentação de feitos judiciais e execuções fiscais, estas voltadas para a arrecadação da Dívida Ativa da União. No exercício de 1982, esse trabalho importou em 136.204 feitos judiciais no valor de cerca de seis bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros.

No plano administrativo, operou-se a modernização do Ministério Público Federal, com a criação do seu Conselho Superior, da sua Corregedoria Geral e do Colégio de Procuradores da República.

Foi homologado o V Concurso Público para Procurador da República de 2ª Categoria, com 57 nomeados, e ante a insuficiência do número de habilitados programou-se a abertura de novo concurso público destinado ao preenchimento de 27 vagas remanescentes em diversos estados.

Com a mudança da Procuradoria Geral da República para sua nova sede, instalou-se ali a primeira biblioteca do órgão.

Especial atenção foi dada, no exercício, ao problema da instalação física da Procuradoria Geral na maioria dos estados.

Pelo Decreto nº 87.740/82, foi criada a Procuradoria Geral da República no Estado de Rondônia, a cuja frente já se encontra um membro do Ministério estadual.

Diversas providências foram adotadas no sentido de atualizar o quadro de pessoal da Procuradoria Geral da República nas diferentes categorias funcionais, achando-se em fase de estudos a alteração do Regimento Interno do órgão.

Foi expressivo o desempenho do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho, tendo havido 12.392 pronunciamentos, com a média de 1.377 processos por Procurador. No plano administrativo ressalta-se a organização definitiva das novas Procuradorias Regionais criadas em 1981, bem como a realização de concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Trabalho, o primeiro desde a fundação do órgão há 41 anos. Registre-se igualmente a proposta de criação do Conselho Supe-

rior, da Corregedoria Geral e do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Trabalho.

A atuação do Ministério Público Militar desenvolveu-se com regularidade e eficiência, tanto no plano judiciário quanto na administração interna, expressando-se nesta por medidas práticas de valorização humana e profissional. No que se refere às atividades judiciárias, houve 474 pareceres emitidos em processos penais militares e 63 no contexto da Lei de Segurança Nacional.

O Ministério Público do Distrito Federal e dos territórios realizou visitas correccionais a todas as Comarcas dos territórios do Amapá e Roraima. Na Procuradoria Geral foram exarados 532 pareceres, enquanto as Subprocuradorias registraram 773 apelações cíveis e 539 apelações criminais. Foi concluído o anteprojeto de Lei Orgânica do Ministério Público do Distrito Federal e dos territórios, estando em elaboração, em decorrência desse anteprojeto, o da nova estrutura administrativa do órgão.

5.1.5 *Outros campos de atividade*

Fundação Petrônio Portella

Dando prosseguimento às suas atividades, no tocante à feitura de compilações atualizadas da legislação em vigor, a Fundação reeditou, em convênio com a Ordem dos Advogados, três volumes sobre Locação e Arrendamento de Imóveis, Sucessões e Títulos de Crédito, editou dois volumes em torno de Eleições e Partidos e Legislação de Trânsito, concluiu compilação em três volumes sobre Relações de Consumo, a ser editados em convênio com o Conselho de Desenvolvimento Social do Ministério da Indústria e do Comércio, e ultima a elaboração de volumes referentes a Estrangeiros, Família, Legislação Agrária, Comércio Exterior, Imposto Territorial Rural e Correção Monetária.

Com a conclusão de curso de ensino à distância sobre o Poder Legislativo, a Fundação iniciou outro sobre Direito Agrário, já tendo editado cinco dos nove fascículos que o integram. Dentro do mesmo programa, prepara cursos sobre Tributos e Municípios, Teoria do Estado e Direito Romano, e Informática Jurídica.

Finalmente, em convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, a Fundação dedicou-se ao exame e estudo da matéria relacionada com a temática urbana.

Luta antitóxica

Continuou intensa a atuação do Conselho Federal de Entorpecentes. No âmbito do Acordo Sul-Americano, especialmente no de suas Comissões Técnicas, tem havido constante troca de informações e experiências com o objetivo de reprimir e punir o tráfico internacional na América do Sul.

Internamente, a política do Conselho desenvolveu-se em três faixas: prevenção, fiscalização e repressão. No tocante à prevenção, deu-se continuidade, em 1982, ao apoio do Ministério da Justiça ao Programa Educativo para 1º e 2º graus elaborado pelo Serviço de Educação em Saúde do Ministério da Saúde e aprovado pela Câmara Técnica de Entorpecentes e Tóxicos (MS) e pelo Conselho Federal de Educação, o qual foi posto em prática especialmente nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Como extensão desse Programa foram estabelecidos contactos com o Ministério do Exército a fim de adaptá-lo às escolas militares. Ainda na área da prevenção, foram realizados entendimentos entre o Conselho Federal de Entorpecentes e a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal com vistas ao estabelecimento de critérios para análise de textos no quadro dos espetáculos e diversões públicas. Na área de fiscalização, foram adotadas providências tendentes a proibir a produção e comercialização de substâncias e medicamentos com risco de dependência física ou psíquica, controlando-se ao mesmo tempo a venda de psicotrópicos nas farmácias. Registre-se, por igual, a prioridade conferida à fiscalização de bagagens, com o treinamento e especialização de agentes em decorrência de dois Encontros Internacionais realizados em Washington e Costa Rica. Em matéria de repressão, houve grande progresso na apreensão e eliminação de substâncias entorpecentes e assemelhadas, em ação conjunta com países limítrofes.

Paralelamente, estão sendo criadas Varas de Tóxicos em todo o país.

Área social

Integrante do Conselho de Desenvolvimento Social, empenhou-se o Ministério da Justiça, como no exercício anterior, em investir na Segurança Pública, que o III Plano Nacional de Desenvolvimento incluiu na área social. Essa intermediação importou na transferência de cerca de 23 bilhões de cruzeiros do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social às Unidades da Federação, destinados a projetos de melhoria dos serviços de segurança pública e do sistema penitenciário.

Arquivo, documentação e publicação de atos oficiais

Foi constituído grupo de trabalho que procedeu ao levantamento dos problemas de arquivo no país, oferecendo sugestões de natureza legislativa e administrativa para a política arquivística em âmbito nacional. Anteprojeto de lei oriundo das conclusões desse grupo foi encaminhado às autoridades superiores.

Em 1982 o problema da instalação adequada do Arquivo Nacional foi solucionado mediante cessão, a este, do complexo arquitetônico antes ocupado pela Casa da Moeda.

O Arquivo Nacional promoveu, com Apoio da UNESCO e do CNPq, um Seminário Latino-Americano sobre Arquivos Nacionais, dele participando representantes de arquivos nacionais da América Latina, do Conselho Internacional de Arquivos, da UNESCO e da Associação Latino-Americana de Arquivos.

Deu-se continuidade ao Projeto de Modernização Administrativo-Institucional do Arquivo Nacional, com ênfase na implantação do Sistema Nacional de Arquivo.

O Departamento de Imprensa Nacional logrou maior flexibilidade financeira, administrativa e técnica, intensificando a arrecadação, que em 1982 se elevou a cerca de um bilhão de cruzeiros. Isso permitiu a expansão e melhoramento do parque gráfico do órgão.

Cumprir mencionar, igualmente, a criação do Museu da Imprensa, fonte de pesquisa tecnológica que vem despertando interesse histórico e cultural.

A Empresa Brasileira de Notícias (vinculada ao Ministério da Justiça) ampliou consideravelmente os serviços noticiosos que distribui diariamente aos jornais, rádios, televisões e agências de notícias em todo o país e a missões diplomáticas no exterior, por intermédio do Itamaraty. A Editoria Internacional da EBN deu apoio à atividade das oito agências estrangeiras com representação em Brasília.

O programa radiofônico «Voz do Brasil» continuou objeto de melhoria no conteúdo e na qualidade de transmissão.

Mediante reestruturação e racionalização administrativa do órgão, obteve-se sensível redução dos seus custos operacionais.

5.2 FORÇAS ARMADAS

5.2.1 *Estado-Maior das Forças Armadas*

As ações desenvolvidas pelo Estado-Maior das Forças Armadas, em 1982, buscaram, fundamentalmente, dar continuidade aos estudos para a fixação da política, da estratégia e da doutrina militares, mediante a elaboração e coordenação de planos e programas decorrentes das atividades comuns às Forças Armadas.

Ao Conselho de Chefes de Estado-Maior foram submetidos assuntos de mais alta relevância, voltados para o planejamento militar combinado, mobilização, pesquisa, tecnologia, informática e legislação comum às Forças.

Entre as atividades e os trabalhos mais importantes realizados destacam-se:

I — revisão e atualização da Lei de Pensões Militares, da Lei de Retribuição no Exterior e dos dispositivos legais relacionados com a remuneração dos militares;

II — atualização dos valores dos fatores de curso de atendimento médico-hospitalar do militar;

III — qualificação da participação das despesas militares em comparação com o PIB e o orçamento da União;

IV — reformulação do regulamento do EMFA pelo Decreto nº 87.737, de 20 de outubro de 1982 visando adaptá-lo à estrutura militar de guerra;

V — elaboração do anteprojeto de lei que dispõe sobre o funcionamento de curso de formação ou de adaptação de oficiais médicos, dentistas e farmacêuticos das Forças Armadas que resultou na Lei nº 7.020, de 1 de setembro de 1982;

VI — formalização de um sistema de processamento de dados de informações econômicas da alimentação militar;

VII — elaboração de normas visando à revisão das instruções para aplicação das tabelas de etapas e respectivos complementos das rações comuns e dos quantitativos das rações operacionais das Forças Armadas;

VIII — aprovação do projeto de «Ração Glacial», em caráter experimental, para uso nas expedições científicas brasileiras na Antártida;

IX — elaboração do projeto de «Política Militar Brasileira»;

X — elaboração do projeto do Manual de Doutrina Militar Brasileira;

XI — revisão do manual de planejamento;

XII — realização do manual de operações combinadas e conjuntas;

XIII — elaboração do manual de defesa territorial;

XIV — elaboração do plano de mobilização militar;

XV — conclusão dos anteprojetos do manual de transportes para as Forças Armadas e do manual de logística militar para uso das Forças Armadas;

XVI — levantamento das fontes de suprimento comuns às forças singulares, para fins estatísticos e de mobilização;

XVII — iniciação dos estudos para o estabelecimento da doutrina de emprego e a utilização pelas Forças Armadas do Sistema Brasileiro de Telecomunicações, por satélite;

XVIII — conclusão dos estudos referentes ao desenvolvimento de um radar de vigilância para emprego das três Forças, baseado na tecnologia dos radares meteorológicos e de vigilância do CTA; e

XIX — iniciação do programa para o desenvolvimento de mísseis-táticos, para emprego nas diferentes forças singulares.

A Comissão Permanente de Catalogação de Material concluiu os estudos que permitiram a criação do projeto sistêmico

relacionado ao desenvolvimento dos trabalhos da Comissão e do Sistema Militar de Catalogação SISMICAT.

A Comissão do Serviço Militar empenhou-se, por meio de intensa publicidade, em informar ao brasileiro quanto ao dever cívico de cumprimento das obrigações previstas na legislação do serviço militar, agilizando, concomitantemente, a entrega dos respectivos certificados, através da utilização do processamento automático de dados das forças singulares.

A Comissão Desportiva Militar do Brasil, visando à difusão do esporte, na busca constante do aprimoramento físico da comunidade militar, organizou e dirigiu, em todo território nacional competições entre as Forças Armadas, participando, inclusive, de campeonatos mundiais no âmbito do Conselho Internacional do Desporto Militar.

O Hospital das Forças Armadas, órgão autônomo diretamente subordinado ao EMFA, emprestou efetiva colaboração ao desenvolvimento social, através do intenso atendimento médico-hospitalar aos militares e seus dependentes, dando, inclusive, especial apoio às organizações do setor saúde sediadas na capital federal, especificamente no campo da medicina especializada.

O objetivo da reformulação dos equipamentos médico-hospitalares foi favorecido pelo convênio celebrado com a FINEP, propiciando a aquisição-financiada pelo governo francês, dos materiais necessários à melhoria do padrão de atendimento.

A Escola Superior de Guerra, órgão autônomo diretamente subordinado ao Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças-Armadas, no desempenho da importante tarefa de desenvolver e consolidar os conhecimentos de civis e militares, para o exercício de funções de assessoramento de alto-nível, de direção e de planejamento da política nacional de segurança e de desenvolvimento, ministrou os cursos: superior de guerra, de estado-maior e comando das Forças Armadas, de atualização da Escola Superior de Guerra e ciclos de extensão.

O apoio dado à Associação dos diplomados da Escola Superior de Guerra permitiu a difusão, aos setores dirigentes do país, de conhecimentos atualizados, mediante ciclos de estudos, na maioria dos estados.

5.2.2 *Ministério do Exército*

No decorrer do ano de 1982, apesar de persistirem as limitações orçamentárias de anos anteriores, o Exército conseguiu

contornar as dificuldades conjunturais e manter elevado seu nível de operacionalidade. Através de adequada definição de prioridades, os objetivos propostos foram atingidos, com especial ênfase nos setores de adiestramento, reaparelhamento e assistência social.

A) No contexto da *organização operacional* foram implantados: a Secretaria de Economia e Finanças; o Centro de Pagamento do Exército, em Brasília; os parques regionais de manutenção das 2ª, 3ª, 5ª, 8ª e 9ª Regiões Militares.

Foram criados: o 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, em Boa Vista/RR e a 15ª Companhia de Engenharia de Combate (núcleo), em Palmas/PR.

Tiveram transferida sua sede: o 1º Batalhão de Engenharia de Construção, de São Gabriel da Cachoeira/AM para Caicó/RN; o 33º Batalhão de Infantaria Motorizado, de Jaguarão/RS para Cascavel/PR; o 1º Esquadrão do 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado, de Dom Pedrito/RS para Jaguarão/RS.

Foram, também, concluídos os estudos para a reorganização das regiões militares, de forma a permitir rápida evolução da sistemática de apoio logístico para atendimento a necessidades de guerra, mediante pequenas transformações.

B) O Exército deu seguimento à modernização do seu *equipamento* e melhoramento dos níveis de armamento e munição.

O objetivo perseguido, buscando a progressiva auto-suficiência no setor de material bélico, foi o de reduzir, ao mínimo possível, as importações, fazendo com que as encomendas recaíssem, na sua maioria, na indústria nacional, propiciando, além da economia de divisas, o estímulo à pesquisa e o correspondente desenvolvimento tecnológico.

Neste setor, cumpre ressaltar:

- a repotencialização de blindados;
- a aquisição de canhões antiaéreos, com previsão de futura fabricação no país;
- a produção de detetores de minas metálicas;
- o desenvolvimento dos protótipos do lança-chamas e o do capacete de fibra balística;
- a nacionalização de todo o material de saúde de campanha das Unidades;

- a instalação de novos equipamentos nos Centros de Processamento de Dados.

C) Sendo o *adestramento* um dos pilares em que se apóia a operacionalidade, o Exército, coerentemente, sempre conferiu a mais alta prioridade à instrução dos quadros e da tropa.

O ano de 1982 foi marcado por importantes exercícios de campanha, realizados nos exércitos e comandos de área, envolvendo todas as armas e serviços e, muitas vezes, contando com a cooperação da Marinha e da Força Aérea.

Complementarmente, foi dado prosseguimento à elaboração de novos programas de adestramento, de manuais técnicos e de campanha e de meios auxiliares de instrução. Foram construídos estandes de tiro, pistas de treinamento e quadras de esportes.

D) As atividades relacionadas com o *desenvolvimento científico e tecnológico* receberam grande impulso.

O Plano de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército estabelece cerca de 50 projetos de desenvolvimento experimental referentes a material de emprego militar. A ênfase desse plano recai nas áreas de mísseis e foguetes, armamentos e blindados.

Cumprе ressaltar o crescente interesse de indústrias nacionais em particular do desenvolvimento dos projetos do Exército e lançar-se no campo da produção de material bélico de elevada rentabilidade no mercado internacional.

Foi dado seguimento aos trabalhos objetivando a conversão e adaptação de equipamentos e motores para o uso de combustíveis alternativos.

No setor de ensino, o Exército, por intermédio do Instituto Militar de Engenharia, cooperou, significativamente, com o desenvolvimento da tecnologia nacional, através da formação de engenheiros de diversas especialidades.

Prosseguiram, na Amazônia, as pesquisas realizadas por Unidades de Engenharia de Construção sobre a pavimentação asfáltica, utilizando novas técnicas e testando materiais para substituir os tradicionalmente empregados, mas inexistentes em determinadas regiões daquela área.

Buscou, também o Exército aprimorar as técnicas cartográficas e o processo de mapeamento. Cooperou com o Observatório Nacional na determinação das redes gravimétrica e magnéti-

ca é com a Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul e com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais para o aproveitamento das Imagens Landsat, visando à elaboração de cartas militares.

A Indústria de Material Bélico (IMBEL) desenvolveu importantes projetos, dos quais merece destaque a fabricação, em escala piloto, de aditivo químico destinado a possibilitar o emprego do álcool etílico em substituição ao óleo diesel e a pesquisa de novos propelentes para foguetes.

E) As atividades ligadas à segurança nacional, por suas características, contribuem, direta ou indiretamente, para o processo de *desenvolvimento econômico*. Assim, o Exército, em 1982, dentro desse enfoque, prestou significativa colaboração.

A política de maximização dos índices de nacionalização do material bélico criou condições para o desenvolvimento de uma tecnologia autóctone e tem gerado um considerável número de empregos em diversas regiões.

A construção e conservação de rodovias e ferrovias, a cargo dos batalhões de engenharia de construção e batalhões ferroviários, mediante convênios com órgãos públicos, têm contribuído para a progressiva integração de áreas carentes aos centros mais desenvolvidos do país, merecendo ser ressaltados:

- conclusão da pavimentação e melhoramento da BR-020/242 (Formosa — Barreiras/BA) e da BR-242 (Barreiras/BA — Ibotirama/BA), perfazendo um total de 170 km, possibilitando a ligação da Capital Federal aos Estados do Nordeste;
- manutenção das condições de tráfego em eixos rodoviários na região amazônica, especialmente ao longo das rodovias BR- 163 (Cuiabá — Santarém) e BR-174 (Cuiabá — Porto Velho — Rio Branco);
- trabalhos de implantação e conservação em mais de 5.000 km de estradas nas regiões Norte e Nordeste;
- implantação de 10,5 km da EF-277 (Guarapuava/PR — Goioxim/PR) e o lançamento de 120 km de superestrutura da EF-045 (Celso Bueno/MG — Araguari/MG);
- restauração de 444 km da EF-116 (General Luz/PR — Ponta Grossa/PR) e da EF-290 (Canoas/RS — Santa Maria/RS).

F) A *assistência social*, em todos os seus aspectos, prestada pelo Exército aos militares integrantes do seu efetivo, funcionários civis e dependentes, por si só, representaria apreciável contribuição ao desenvolvimento social do país.

A prestação do serviço militar inicial proporciona, anualmente, a milhares de jovens, uma elevada consciência dos direitos e deveres do cidadão, com reflexos positivos na formação da comunidade nacional. Paralelamente, em decorrência de convênio com o Ministério do Trabalho, visando à qualificação da mão-de-obra, é oferecida a grande número de conscritos a oportunidade de aprimorar a sua aptidão profissional, ampliando, por ocasião do licenciamento, as perspectivas de melhores empregos e capacitando o reservista a se intergrar no desenvolvimento do país.

Foi implantado, de forma definitiva, o Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército e seus Dependentes (SAMMED), com a contratação e credenciamento de novas organizações privadas de saúde e a continuação de convênios celebrados com o INAMPS e outros órgãos de saúde federais e estaduais.

A Ação Cívico-Social (ACISO), desenvolvida por organizações militares em todo o território nacional, tem proporcionado às populações carentes a assistência e orientação em diversos setores, procurando, principalmente, estimular a participação comunitária. Importante e de grande repercussão é o socorro prestado pelo Exército às regiões atingidas por calamidades públicas.

Em virtude do êxito alcançado em anos anteriores, teve continuidade a realização de colônias de férias, propiciando a milhares de crianças um ambiente de convívio sadio e um maior conhecimento do que é o Exército e seu papel na comunidade.

Prosseguiu, na região amazônica, a programação elaborada no sentido de fixar os núcleos populacionais que vivem nas áreas de influência das unidades de fronteira, mediante a prestação da necessária assistência em educação, saúde e saneamento básico.

Deve ser assinalado o apoio prestado ao INCRA, por intermédio dos batalhões de engenharia de construção, possibilitando a ocupação ordenada da terra ao longo das estradas em implantação, impedindo o agravamento de tensões sociais.

Obras de engenharia de pequeno porte, tais como estradas vicinais, pavimentação de vias públicas, perfuração de poços artesianos e pequenas barragens foram executadas na região amazônica e no nordeste, em convênio com o INCRA e a SUDENE, contemplando as populações carentes com elevados benefícios sociais.

A execução do Plano de Dinamização da Cartografia gerou empregos e proporcionou novos meios para planejamento urbano e rural, possibilitando a conclusão do mapeamento, na escala 1:10.000, de 48 cidades da região nordeste.

Ainda no setor cartográfico, tiveram prosseguimento os trabalhos de fiscalização, em apoio ao Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), levantamentos topográficos para a Companhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco (CODEVASF) e demarcação de terras indígenas para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

5.2.3. *Ministério da Marinha*

Não obstante as limitações orçamentárias impostas em face de uma conjuntura econômica restrita, os resultados alcançados pela Marinha foram positivos.

As prioridades estabelecidas para a execução de diversas ações resultaram numa aplicação otimizada dos recursos, visando principalmente ao atendimento das obrigações constitucionais ligadas às atividades operativas oceânicas e ao resguardo de nosso imenso patrimônio marítimo.

Esforço considerável foi desenvolvido no sentido de assegurar, através da realização da I Expedição Brasileira à Antártida, a presença nacional na região polar, ainda no verão 82/83. Tal fato contribuirá, de forma marcante, para que os cientistas do país ampliem seus conhecimentos técnicos e científicos sobre a Antártida, um dos elementos essenciais de sustentação às nossas aspirações de compartilhamento naquele continente.

Uma série de operações e exercícios de grande e médio porte, tanto nacionais quanto internacionais, regionais ou interforças, foi realizada, buscando-se sempre elevar o grau de adiestramento e prontidão das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais. As operações de maior destaque em 1982 foram as seguintes:

— DRAGÃO XVIII — operação anfíbia realizada na costa brasileira;

— FRATERO IV — exercícios diversos com a participação da Marinha Argentina;

— COAMAS 82 — com a participação conjunta da Argentina, Estados Unidos da América, Paraguai e Uruguai, envolvendo o controle naval de tráfego marítimo;

— IAWG 82 — operação que envolveu os estados-maiores das marinhas americanas;

— INTERFORÇAS 82 — com a participação de estados-maiores da Marinha, Exército e Aeronáutica;

— OPERATLAN 82 — restrita aos estados-maiores navais brasileiros;

— ÁFRICA 82 — presença de navios brasileiros em áreas da costa ocidental africana;

— NINFA IX — com a participação de forças brasileiras e paraguaias;

— EXPANDED-SEA — exercício interamericano de controle naval de tráfego marítimo; e

— OCEANEX 82 — exercícios diversos realizados pelos navios da Esquadra em águas brasileiras.

É digno de registro o extraordinário desempenho obtido pelo veleiro oceânico de instrução «Cisne Branco», durante a terceira viagem transoceânica.

A) A nacionalização do material e especificamente de *equipamentos* é meta que vem sendo perseguida com ênfase pela administração naval. Assim, o Programa de Reparelhamento da Marinha compatibiliza as necessidades do Poder Naval com a efetividade dos recursos disponíveis, ordenando os objetivos a alcançar e considerando aceitável, sempre que possível, certos decréscimos na capacidade operativa e na sofisticação técnica em benefício de tecnologia e projetos brasileiros.

Registrem-se as incorporações do Navio de Apoio Oceanográfico «BARÃO DE TEFFÉ», do Navio Balizador «COMANDANTE VARELLA» e dos Rebocadores de Porto «TENENTE MAGALHÃES» e «CABO SCHRAMM»; a ativação de duas agências flutuantes nas Capitânicas dos Portos do Pará e do Amazonas; a aquisição de quatro helicópteros de grande porte, para emprego na guerra anti-submarino; a desincorporação de dois contratorpedeiros e dois navios-auxiliares, por terem atingido o limite de vida operativa.

A manutenção do processo de modernização administrativa caracterizou-se pela implementação de importantes reestruturações, entre as quais distinguem-se as extinções da Força de Apoio Logístico e da Força de Transporte da Marinha, bem como a criação da Força de Apoio e do Centro de Armas da Marinha.

A Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), criada como empresa pública vinculada ao Ministério da Marinha, representa, sem dúvidas, o ponto exponencial de um complexo desburocratizante que veio proporcionar à Marinha as melhores condições para acelerar a nacionalização de seu material.

São dignas de realce, pela importância social e operativa que encerram, as seguintes realizações:

- construção da nova Odontoclínica Central da Marinha;
- construção do novo Laboratório Farmacêutico da Marinha;
- construção de novo aquartelamento para o Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro; e
- modernização e expansão funcional do grande Centro de Processamento de Dados da Diretoria de Finanças da Marinha.

B) *Desenvolvimento Científico e Tecnológico*, — a ampliação de conhecimentos e do domínio de novas tecnologias obtidos são confirmados pelo sucesso alcançado pela execução de inúmeros projetos componentes do Plano Setorial de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha. A contribuição da Marinha para o enriquecimento da cultura científica do país fez-se sentir nas áreas de construção naval, eletrônica, telecomunicações, engenharia mecânica, acústica submarina, oceanografia, bioquímica, biologia marinha, tecnologia de alimentos do mar, magnetismo, energia, atividades espaciais e análise de sistemas.

O Instituto de Pesquisas da Marinha manteve continuidade de trabalho em vários projetos que atendem às necessidades militares e às do parque industrial brasileiro, tais como: domínio de técnicas e métodos voltados para a utilização da acústica submarina; processos de obtenção de alimentos e medicamentos a partir de recursos do mar, apoiando-se na biologia marinha, oceanografia física e química; desenvolvimento de foguetes anti-submarino, alvos aéreos teledirigidos e propelentes sólidos; e ensaios sobre a utilização do raio laser em equipamentos navais.

A Diretoria de Armamento e Comunicações da Marinha envidou esforços na complementação de diversos programas essenciais, entre os quais sobressaem: o receptor para navegação por satélite, os simuladores táticos e a fabricação de munição. O desenvolvimento de equipamentos próprios para a guerra eletrônica vem sendo conduzido com especial interesse, face ao seu aspecto pioneiro.

Na Diretoria de Engenharia Naval e no Escritório de Construção Naval em São Paulo os trabalhos foram conduzidos no sentido de prontificar os planos das novas corvetas e dos submarinos a serem construídos no país, de atender às necessidades de aprimoramento na tecnologia de salvamento de pessoal e material submarinos e de modernizar as técnicas da engenharia de construção.

O Centro de Análise de Sistemas Navais muito contribuiu para a sedimentação definitiva de uma metodologia nacional aplicada à análise de sistemas; destacou-se, pela sua magnitude, o desenvolvimento de estudos para otimizar o sistema de apoio da Marinha.

Os navios e recursos humanos da Diretoria de Hidrografia e Navegação foram intensamente mobilizados no sentido de garantir a continuidade de pesquisas nos campos de oceanografia física e química, geologia e geofísica. Ao permanente e essencial trabalho de atualização de cartas náuticas, de observações e disseminação de informações meteorológicas somou-se o esforço inédito para apoiar a I Expedição Brasileira à Antártida.

A Escola de Guerra Naval e o Instituto de Processamento de Dados e Informática da Marinha uniram-se em esforço direcionado a fim de desenvolver e implantar o Centro de Jogos de Guerra, primeiro do gênero no país e que possibilitará, também, o exercício de simulações administrativas.

C) Contribuição para o Desenvolvimento Econômico do País — A Marinha contribuiu para estimular o desenvolvimento tecnológico industrial brasileiro ao manter ativa a força de trabalho em vários estaleiros e em diversas empresas responsáveis pela fabricação e manutenção de sistemas e equipamentos navais.

A participação efetiva nesse esforço foi representada por contratos de construção, em estaleiros civis, de três navios balizadores, três embarcações para agências flutuantes de capitania dos portos e um batelão para recolhimento de torpedos. Diver-

sas encomendas de munições, máquinas, equipamentos e serviços especializados foram feitas ao mercado interno.

O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, ao manter sob sua responsabilidade a execução de uma parcela do Programa de Reparilhamento da Marinha, produziu efeito positivo sobre o nível de ocupação de mão-de-obra especializada e proporcionou um contínuo aperfeiçoamento a um grande número de operários e técnicos.

As tarefas básicas que visam à manutenção da segurança à navegação e que têm como beneficiários diretos a marinha mercante, os pescadores e o setor marítimo da Petrobrás foram conduzidas com resultados compensadores. Registrem-se a instalação de sinais náuticos; a divulgação de avisos aos navegantes e de boletins meteorológicos; a atualização de cartas náuticas e os serviços de busca e salvamento. É de ressaltar, pela sua importância regional, com fortes reflexos sobre as atividades do comércio internacional, a implantação do Núcleo de Sinalização Náutica em Santana, na foz do rio Amazonas.

Os serviços de docagens e reparos em navios e embarcações, prestados pelas bases navais, contribuíram para a manutenção em atividade contínua desses valiosos vetores de riquezas. Uma realização de destaque, nesse setor, foi a transferência para Manaus de um dique flutuante, o que veio suprir uma deficiência regional há muito sentida.

A aprovação do Regulamento para o Tráfego Marítimo, revisado e atualizado em 1982, e o desenvolvimento de um sistema computarizado para agilizar as ações inerentes ao Controle Naval do Tráfego Marítimo, são dois eventos que se exponenciam por suas repercussões sobre as atividades do comércio marítimo e da segurança da navegação.

Mais de 80 missões de patrulha foram efetuadas em atendimento às necessidades de preservar os interesses nacionais sobre os recursos do mar territorial e da plataforma continental, bem como para auxiliar no combate à poluição, ao contrabando e ao descaminho. Manteve-se elevado índice de atuação por parte dos serviços de polícia naval das capitânicas dos portos.

D) *Colaboração com o Desenvolvimento Social do País* — A presença da Marinha na Amazônia, ao longo do rio Paraguai e em alguns pontos de difícil acesso no litoral, já constitui uma tradição e uma renovada esperança para aqueles que recebem tratamento médico-odontológico e orientação jurídica e social prestados pelas equipes que executam as missões de apoio às

populações ribeirinhas. Cerca de 25 missões de assistência consignaram um atendimento a mais de 30.000 pessoas carentes.

A construção, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, de dois navios de assistência hospitalar para a Amazônia é um marco na integração de esforços entre o Ministério da Marinha e o Ministério da Saúde, no sentido de aprimorar e ampliar o atendimento ao contingente populacional menos favorecido daquela região.

O setor de educação foi amplamente beneficiado pelas atenções da administração naval. Diversos estabelecimentos de ensino, de pesquisa e de formação técnico-profissional, entre os quais destacam-se o Instituto de Pesquisas da Marinha, o Centro de Análise de Sistemas Navais, a Diretoria de Hidrografia e Navegação, os Centros de Instrução «Almirante Graça Aranha» e «Almirante Braz de Aguiar», a Escola Técnica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o Curso de Aperfeiçoamento de Intendência, foram responsáveis por cursos, estágios e seminários que contribuíram para o adequado preparo de milhares de militares e civis, engenheiros, biólogos, portuários, pescadores, analistas, auditores, administradores e tantos outros profissionais.

Manteve-se atividade contínua em busca de padrões sociais que integrassem, cada vez mais, militares e civis da Marinha ao complexo da sociedade brasileira. Assim, procurou-se fomentar estímulos justos e essenciais ao homem através da ampliação da assistência médico-odontológica e previdenciária, de extenso programa habitacional, da instituição de prêmios à dedicação e ao esforço individual, de maneira a se obter o melhor desempenho de cada um e a proporcionar a satisfação pessoal desejada.

O setor de saúde da Marinha foi responsável pela assistência oferecida a uma população heterogênea, de militares da ativa, inativos, pensionistas, civis e seus dependentes, e que totalizou um número superior a 800.000 consultas. Foram estabelecidos convênios regionais entre estabelecimentos hospitalares da Marinha e o INAMPS; foi inaugurada a Unidade Integrada de Saúde Mental, anexa ao Hospital Naval Marcílio Dias; procedeu-se a uma reforma expressiva no Hospital Naval de Natal e iniciou-se a implantação de uma unidade ambulatorial em Rio Grande.

A Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha, funcionando como agente financeiro do BNH, prosseguiu com seu programa de construções, tendo entregue em 82 um total de 4.056 unidades residenciais, às quais

somam-se 5 escolas inauguradas e integradas aos núcleos habitacionais.

Grande número de doações, empréstimos, bolsas de estudos, assistência jurídica, recreativa, desportiva, religiosa e previdenciária foi a resultante de ações concretas efetivadas pelos núcleos distritais de assistência social e que representaram o empenho aplicado pela Marinha ao amparo social de seu pessoal civil e militar. A reorganização do serviço de assistência religiosa da Marinha e a ampliação e modernização da «Casa do Marinheiro», em várias sedes distritais, contribuíram para melhorar o atendimento social.

O apoio às pesquisas arqueológicas submarinas, a implantação de três bibliotecas rotativas e a inauguração do Navio-Museu «Bauru» foram fatos que ressaltaram a participação no desenvolvimento sócio-cultural do país.

Cabe citar, por fim, o valoroso e profícuo trabalho desenvolvido pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, quer no planejamento da I Expedição Brasileira à Antártida, quer na supervisão do I Plano Setorial para os Recursos do Mar.

5.2.4 *Ministério da Aeronáutica*

O Ministério da Aeronáutica, no ano de 1982, continuou perseguindo os objetivos de:

- a) atualização da organização, do aparelhamento e do adestramento da Força Aérea, para o cumprimento de sua missão constitucional;
- b) desenvolvimento e controle da Aviação Civil e a coordenação de sua atividade, de modo a satisfazer as necessidades econômicas, sociais e políticas nacionais, com sua eventual mobilização assegurada;
- c) desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica do país;
- d) nacionalização da produção dos meios, incentivando a indústria, particularmente do armamento aéreo e seus componentes;
- e) difusão da mentalidade aeroespacial;
- f) contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país;
- g) operação do Correio Aéreo Nacional, prioritariamente, nas áreas geoeconômicas menos favorecidas e nas regiões de fronteira; e

h) estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico relacionados com as atividades aeroespaciais.

Todos esses objetivos, de uma ou outra maneira, foram alcançados ou impulsionados dentro do espírito de que o fortalecimento do poder nacional é a meta e a integração do pensamento militar o caminho a seguir.

A) Aviação militar

Foi aperfeiçoada a formação operacional dos jovens oficiais aviadores egressos da Academia da Força Aérea, através de uma acurada orientação profissional, do aumento da atividade aérea e de uma maior assimilação do emprego do avião como plataforma de armas. Resultante de uma série de medidas adotadas, foi diminuindo o tempo de preparo das equipagens do voo, a fim de que sejam consideradas aptas para entrar em combate.

Considerando a importância crucial que as comunicações e o controle de aeronaves representam para o engajamento de uma Força Aérea em operações de guerra, foi criado um grupo de comunicações e controle, o qual propiciará a formação da doutrina de emprego desse complexo.

A necessidade de um conhecimento mútuo entre as Forças Armadas e de um aprimoramento da doutrina militar, foi atendida através da realização de exercícios combinados ou conjuntos com as demais forças singulares.

Testou-se a capacidade da Força em aplicar suas características vitais — a flexibilidade e a mobilidade. Especialmente, quanto à mobilidade, todas as unidades aéreas de combate realizaram, durante 1982, exercícios fora de suas sedes, operando isoladas ou em conjunto, permitindo assim, avaliações da capacidade de ações de pronta resposta.

De outra forma, e de grande importância, experimentou-se a aptidão da Força Aérea em produzir missões independentes, quando evidenciou sua defesa aérea contra ataques realizados por Unidades Táticas.

Desta maneira, consciente da missão de preparar e empregar a aviação militar com adequação, presteza e eficiência, pôde o Ministério da Aeronáutica progredir na dimensão de tornar o vetor bélico do poder aeroespacial a realidade, no ser: a essência constitucional da nossa organização.

B) Aviação civil

Usando todos os recursos disponíveis, efetivou-se um levantamento primário que permitiu conhecer a existência e dados referenciais de campos de pouso existentes em nosso território, visando, num segundo passo, proceder ao registro desses aeródromos. Assim, os aeródromos conhecidos até dezembro de 1981, foram aumentados em 33% graças ao cadastramento de 1982. Foi também desenvolvido um trabalho de registro e controle dos heliportos em plataformas de prospecção e navios.

Com a entrada em funcionamento do Sistema Integrado de Controle e Fiscalização da Aviação Civil (SICONFAC), em 1 de janeiro de 1982, passou-se a exercer real controle e acompanhamento do sobrevôo e permanência de aeronaves estrangeiras em território nacional. Ainda em função do SICONFAC, foi obtida uma aceleração e acuracidade na aplicação das multas por infração ao Código Brasileiro do Ar. O tempo decorrido entre a infração cometida, em qualquer ponto do país, e a aplicação da multa foi diminuído de 120 (cento e vinte) para 15 (quinze) dias.

A Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), além dos estudos e pareceres emitidos sobre os assuntos de sua competência, levou a efeito, no ano de 1982, 9 (nove) reuniões de consultas aeronáuticas, com os seguintes países: Angola, Chile, Estados Unidos (duas), França, Moçambique, Panamá, Paraguai e Portugal.

Diante da situação difícil que atravessa o transporte aéreo internacional, os governos têm procurado restringir a concessão de direitos de tráfego. O Brasil tem adotado uma política criteriosa, contrabalançando as restrições sofridas com medidas adequadas à proteção do tráfego de bandeira nacional. Nas relações bilaterais, cabe ressaltar a expiração, no ano de 1982, da vigência do acordo sobre transporte aéreo entre o Brasil e os Estados Unidos da América, que havia sido denunciado pelo nosso país, em 1981, e a continuidade das relações aeronáuticas entre os dois países, mediante a assinatura de um «memorandum» de entendimentos, no qual aquela Nação aceitou as teses brasileiras de predeterminação de capacidade e dupla aprovação de tarifas. Por outro lado, o Brasil aceitou a operação de três empresas americanas de transporte aéreo regular de passageiros, no mercado local, sendo que, na prática, continuam operando duas, pois a terceira deixou de fazê-lo e não poderá ser substituída por outra empresa, conforme previsto no entendimento ci-

tado. Outro fato importante foi o estabelecimento de bases legais e operacionais para o tráfego aéreo entre o Brasil, Angola e Moçambique, que deverá concorrer para o estreitamento dos vínculos diplomáticos e relações econômicas e comerciais com esses países.

No âmbito da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), e tendo a CERNAL como coordenadora, foi intensa a participação de diversos Órgãos do Ministério da Aeronáutica em conferências, painéis, seminários, etc., cumprindo destacar o desempenho eficiente da delegação brasileira, junto ao conselho daquela Organização.

Na Comissão Latino Americana de Aviação Civil (CLAC), foram realizadas várias reuniões, entre elas a primeira reunião do grupo de peritos em questões jurídicas e a assembléia geral da Comissão, na qual o Brasil foi eleito 1º-Vice-Presidente, devendo nosso país ser a sede da próxima assembléia, quando será eleito para a presidência da mesma.

C) Indústria aeroespacial

A Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (EMBRAER) é uma indústria que já apresenta nitido perfil de consolidação, em um setor particularmente difícil, dentro do aspecto produtivo nacional.

Aproximadamente 1.000 novos empregados, dentre eles técnicos altamente qualificados, foram contratados nos recentes meses, estando o efetivo humano da empresa estabilizado hoje em 6.600 empregados.

Avançados recursos — tais como desenho e fabricação auxiliados por computador, máquinas de controle numérico, usinagem química, colagem metal-metal, estruturas em materiais compostos, apenas para mencionar alguns — estão sendo amplamente explorados pela EMBRAER, para acelerar o desenvolvimento e produção dos programas em andamento e os previstos para o amanhã.

Alguns fatos marcantes, ocorridos no ano findo, servem como amostragem do êxito alcançado pela empresa, apesar das dificuldades que atravessa a economia nacional e que, como não podia deixar de ser, atingiram também a EMBRAER.

Coube ao Ministro da Aeronáutica presidir a cerimônia de entrega do 400º Avião BANDEIRANTE construído, já destinado à empresa aérea regional SOUTHEASTERN AIRLINES, dos Estados Unidos. Esse bimotor brasileiro já foi comprado por empresas

aéreas regionais de mais de 20 (vinte) países. Acima de 190 deles voam hoje no exterior, transportando passageiros nos cinco continentes. Desde o início de sua operação comercial, em 1973, os aviões BANDEIRANTE, pertencentes às empresas aéreas regionais brasileiras, já transportaram mais de dois milhões de passageiros, atendendo a duzentas cidades em todo o país. No dia 12 de março de 1982, quando voava de Tampa para Palm Beach International, na Flórida, um avião BANDEIRANTE, pertencente à empresa regional DOLPHIN AIRWAYS, dos Estados Unidos, completou a milionéssima hora voada por aviões desse tipo, em todo o mundo.

Bimotor executivo pressurizado, para seis/sete passageiros, o EMB-121 XINGU é empregado tanto por operadores civis quanto militares no Brasil, Bélgica, Colômbia, França e Grã-Bretanha. Nada menos que 10 (dez) aeronaves XINGU de um total de 41 (quarenta e uma) unidades encomendadas, já se encontram em operação na Força Aérea e Marinha da França.

Para atender aos três grandes programas em andamento no seu parque industrial, em São José dos Campos, e que compreendem o bimotor turboélice pressurizado BRASÍLIA; a aeronave de treinamento militar avançado TUCANO; e o caça-tático AMX, em desenvolvimento conjunto com a Itália, encontra-se a EMBRAER, atualmente, em franco processo de expansão de suas instalações. Novas edificações, compreendendo 17.500m² de área coberta adicional, estão em construção e há planos para o início, dentro em breve, de outros 60.000m² englobando hangares, oficinas e escritórios.

D) Infra-estrutura aeroespacial

Com a missão de desenvolver e implantar o projeto «Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEA), foi criada, em 23 de julho de 1980, a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA), cujo programa de trabalho prevê a implantação do referido Projeto até 1988, com as seguintes prioridades, estabelecidas em diretrizes ministeriais:

- revitalização e complementação do Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo I (SISDACTA-I), atualmente em vigor;
- implantação da rede de comando e controle;
- melhoria das áreas terminais de maior intensidade de tráfego aéreo; e

- complementação do projeto SISCEA, até o nível do atual sistema DACTA-I.

No que diz respeito à revitalização do SISDACTA-I, foi melhorado, sensivelmente, o setor de comunicações e substituído o centro de comutação automático de mensagens, por um com maior capacidade que o atual, totalmente nacional. Também, podemos citar a substituição de radares por outros tridimensionais de última geração, bem como a de todo o sistema de tratamento e visualização do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo I (CINDACTA-I).

A rede de comando e controle, constituída por uma rede telefônica e uma rede «fac-símile», destina-se à comunicação e à veiculação de documentos específicos de comando e emprego da Força e entre todos os Órgãos de Comando e de Direção do Ministério da Aeronáutica. A rede telefônica já se encontra implantada, em fase de teste operacional. A rede «fac-símile» deverá operar este ano. Os equipamentos, materiais e serviços de implantação da rede de comando e controle, são nacionais.

Como melhoria das áreas terminais de maior intensidade de tráfego aéreo, foi prevista a instalação de radares de vigilância e secundários e de auxílios à navegação, à aproximação e ao pouso, todos de fabricação nacional, em 08 (oito) localidades das mais distintas regiões do país.

A complementação do projeto SISCEA prevê a extensão da cobertura radar para o sul, abrangendo as áreas dos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade do CINDACTA-II, cuja operação está prevista para 1986. Os CINDACTA-I e II serão interligados entre si e com o Centro de Operações de Defesa Aérea (CODA), a quem fornecerão, automaticamente, todos os dados necessários, de modo a permitir o estabelecimento da situação aérea geral, para a defesa aérea.

A concepção do SISCEA foi elaborada por especialistas brasileiros, aproveitando a experiência adquirida na implantação e operação do CINDACTA-I e consolida todos os estudos já realizados sobre defesa aérea e proteção ao vôo na região sul do país.

O Sistema está sendo implantado com recursos oriundos de créditos externos, já tendo sido assinados cinco contratos internacionais e quatorze nacionais, alguns deles condicionados à acordos de transferência de tecnologia e de cooperação entre fornecedores estrangeiros e empresas nacionais.

Basicamente, a dependência externa, ao longo da execução do projeto, se reduz aos radares tridimensionais e àqueles para aproximação de precisão.

Dentro, ainda, da INFRA-ESTRUTURA AEROESPACIAL, cumpre ressaltar as atividades das seguintes empresas vinculadas ao Ministério da Aeronáutica.

INFRAERO — Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária

Foi criada com a finalidade de implantar, administrar, operar e explorar comercial e industrialmente a infra-estrutura aeroportuária. A economia e a eficiência ressaltam como pontos de convergência e de diuturna ação da INFRAERO, no ano de 1982.

Integrada ao Sistema de Aviação Civil, a INFRAERO tem logrado manter o equilíbrio do complexo aeroportuário que administra, atualmente compostos de 54 (cinquenta e quatro) aeroportos, dos quais, somente 16 (dezesseis) são superavitários.

Para o bom desempenho de sua missão, a INFRAERO concentra esforços, e a maior parte de seus recursos, destinados à infra-estrutura aeroportuária, na obtenção da segurança e do conforto dos usuários. Por esse motivo, suas realizações relevantes ressaltam-se nas áreas de obras e instalações.

No exercício de 1982, para investimentos em obras na infra-estrutura aeroportuária, a INFRAERO aplicou recursos da ordem de Cr\$ 4.815.000.000,00 (quatro bilhões, oitocentos e quinze milhões de cruzeiros), provenientes de recursos próprios, da União e de empréstimos externos.

A INFRAERO, de forma dinâmica, flexível e comercialmente agressiva, procura fazer frente aos ritmos de expansão da aviação comercial, doméstica e internacional, custeando a sua manutenção com os recursos provenientes de sua própria atividade.

ARSA — Aeroportos do Rio de Janeiro S/A

A ARSA completa, em fevereiro de 1983, 10 (dez) anos de existência, tendo ultrapassado 1982 com a consolidação de sua estrutura profissional, moldada ao longo desse decênio, usando criatividade, adquirindo experiência e se tornando um verdadeiro depositório de tecnologia de infra-estrutura aeroportuária à disposição do Ministério da Aeronáutica.

Variadas obras realizou a ARSA nos aeroportos sob sua responsabilidade, cabendo destacar as seguintes:

No Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro foram construídos os edifícios centrais de almoxarifado, de manutenção e de apoio integrado; foi ativado um setor para Busca e Salvamento, que veio cobrir uma área de grande importância no fundo norte da baía de Guanabara.

O Aeroporto Santos Dumont, teve refeitos uma pista de táxi e parte do pátio de estacionamento de aeronaves.

Em Campos, face à construção de uma nova estação de passageiros, de hangares e de escritórios para empresas, toda sua infra-estrutura foi redimensionada.

O Aeroporto de Macaé exigiu obras de ajustes e adaptações no seu terminal de passageiros, a fim de permitir o início de suas operações regulares.

Fundada na experiência adquirida ao longo dos seus quase 11 (onze) anos de administração aeroportuária, a ARSA lançou-se em 1982 em direção ao mercado externo, candidatando-se à prestação de serviços de consultoria técnica especializada. Assim, foram assinados contratos de fornecimento de tecnologia aeroportuária com aeroportos da Bolívia e Paraguai, com faturamentos já realizados. Entendimentos havidos permitem a possibilidade de assinatura de novos contratos, com aeroportos do Peru, Chile, Uruguai e Iraque, estando as negociações em desenvolvimento.

Como empresa vinculada ao Ministério da Aeronáutica, a ARSA tem prestado diversas formas de apoio a esse Ministério. Entre outros, citamos o desenvolvimento e implantação, em estreita colaboração com o Departamento de Aviação Civil do Sistema Integrado de Controle e Fiscalização da Aviação Civil (SICONFAC) e do Sistema Unificado de Cobrança de Tarifas Aeroportuárias (SUCOTAP) e de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota, sendo também gestora deste último sistema.

Devido à experiência adquirida no desenvolvimento e implantação de projetos, a ARSA transferiu conhecimentos técnicos às Comissões encarregadas da construção dos novos aeroportos de São Paulo e Belo Horizonte.

CELMA — Companhia Eletromecânica.

A CELMA, dedicada à revisão de motores e acessórios de aviões, realizou em 1982 além das atividades de rotina, também incorporações de modificações técnicas dos fabricantes e conversões, para versões mais avançadas, dos principais motores

em uso na aviação moderna. Ampliou suas instalações, adicionando mais 6.500 metros quadrados de área coberta às suas oficinas e serviços auxiliares.

Está em andamento um plano de expansão para apoio, revisão e reparo de alta tecnologia aos motores que equipam os aviões Boeing-747, DC-10, Boeing 767 e Airbus. Este programa estará em plena carga em 1984.

Por determinação ministerial a CELMA, coordenará o programa de industrialização no Brasil e participará da fabricação de peças e componentes do motor que equipará o avião AMX. Esse programa representa uma diversificação das atividades da CELMA, que entrará também no campo da fabricação.

TASA — Telecomunicações Aeronáuticas S/A

Empresa que presta serviços à Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo (DEPV) no ramo das telecomunicações. No ano de 1982, destacam-se as seguintes realizações marcantes:

- absorção de 22 (vinte e dois) órgãos de proteção ao voo que eram administrados anteriormente pela DEPV, liberando-a dos encargos de manutenção e de novos projetos para atualização das referidas estações e, dessa maneira, possibilitando que essa Diretoria contasse com maior efetivo destinado à sua atividade-fim, de controle do tráfego aéreo, sempre crescente e a exigir mais pessoal especializado;
- criação de equipes de manutenção de equipamentos de meteorologia;
- conclusão do projeto de instalação da rede de energia elétrica comercial para o aeroporto de Barreiras;
- instalação do sistema de aproximação visual luminoso do aeródromo de Recife;
- instalação da estação de comunicações e meteorologia e radiofarol do aeródromo de Macaé; e
- implantação, transferência, interligação e automatização de diversos enlaces de comunicação.

Refletindo o crescimento econômico-financeiro da empresa, o capital social da TASA evoluiu de 34,2 milhões em dezembro de 78, para 644,4 milhões em 82, tendo o faturamento revelado um excepcional comportamento no ano findo.

Finalmente, no que concerne ainda à INFRA-ESTRUTURA AEROESPACIAL, cabe citar o prosseguimento das obras de cons-

trução do Aeroporto de Guarulhos, que será o grande terminal metropolitano de São Paulo e o de Belo Horizonte, sendo que este último, já está sendo usado como alternativa do Aeroporto da Pampulha, tanto para operações diurnas como noturnas.

E) Pesquisa e desenvolvimento

A ação do Ministério da Aeronáutica quanto à ciência e tecnologia caracteriza-se pelo esforço em consolidar as bases tecnológicas de interesse da Aeronáutica e, na parte que lhe compete, do Programa Espacial Brasileiro.

A criação de tecnologias próprias, a adaptação ou absorção de tecnologias externas e o fomento industrial, atendem a política de nacionalização de componentes, a de substituição de importações no reequipamento da Aeronáutica Brasileira, Civil e Militar, além de viabilizar o setor bélico e aeroespacial.

O desenvolvimento de material bélico, espacial e aeronáutico é altamente benéfico para o país, pois não só traz independência e segurança, como também produz tecnologias de ponta que se espalham pelas indústrias, melhorando outros produtos, reduzindo importações e possibilitando exportações.

Dentre o variado espectro de atividades desenvolvidas nesse campo, no ano de 1982, citam-se as seguintes:

- prosseguimento do desenvolvimento do foguete SONDA IV a partir do qual será formado o Veículo Lançador de Satélite (VLS) que colocará em órbita o primeiro satélite brasileiro;
- projeto visando o desenvolvimento de um giroscópio a fibra ótica e «laser» semicondutor, para aplicação em foguetes e aviões;
- produção de fibra de carbono em escala laboratório (material estratégico de largo emprego aeronáutico);
- desenvolvimento, com os primeiros ensaios já executados, de uma turbina de pequena potência para emprego aeronáutico;
- construção do destacamento precursor do Centro Espacial de Alcântara, Maranhão, e de um modelo das agrovilas que serão entregues às populações a serem remanejadas; merece destaque, também, o franco progresso no cadastramento físico-jurídico da área a ser ocupada pelo Centro;

- nacionalização das passarelas de embarques destinadas ao novo aeroporto de Belo Horizonte, que serão fabricadas pela USIMEC;
- assinatura de contrato com empresa nacional para fabricação dos primeiros modelos do míssil PIRANHA;
- operação com os Estados-Unidos e Alemanha levada a efeito em setembro de 1982, com fim científico de observar anomalias na ionosfera na região do equador geomagnético; nesta operação, dos seis foguetes lançados, quatro eram de fabricação inteiramente brasileira;
- prosseguimento das pesquisas para otimizar o processo de fabricação semi-industrial contínuo de fibras de carbono, visando sua aplicação em estruturas de aeronaves, tendo em vista que a utilização desses materiais representa um dos últimos avanços tecnológicos do setor, possibilitando uma diminuição no peso das aeronaves, o que resulta num aumento de carga paga, para o mesmo consumo de energia;
- pesquisas visando à utilização de óleos vegetais em motores diesel;
- estimulação artificial de chuvas para completar os níveis de água dos mananciais que abastecem as cidades de Recife e Salvador; e
- operação de quatro aviões nucleadores, totalizando 900 (novecentas) missões de nucleação nas áreas de Petrolina, Crateús, Juazeiro do Norte, Campina Grande, Paulo Afonso e Bom Jesus da Lapa.

Desta maneira, o setor de pesquisa e desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica, manteve-se, sem dúvida alguma, como um dos mais avançados e dinâmicos do país.

F) Plano social

O Ministério da Aeronáutica, no ano de 1982, prosseguiu na sua política social baseada na assertiva de que o homem é a razão de tudo, pois dele depende, basicamente, o sucesso ou o fracasso de todo empreendimento.

Dentro do plano habitacional, relativo ao programa de construção de próprios nacionais, foram entregues residências em onze localidades diferentes, sendo que, em algumas, cobrindo totalmente o déficit de moradias. Com estas obras, o Ministério da Aeronáutica está proporcionando maior segurança e

tranquilidade aos militares em suas movimentações pelo território nacional.

A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe), tem por finalidade produzir unidades habitacionais para venda aos servidores civis e militares de carreira do Ministério da Aeronáutica, inclusive inativos e pensionistas. No ano passado, a Caixa, entre outras atividades realizou:

- em Alcântara, município de São Gonçalo — RJ, foram entregues a seu pessoal militar graduado e funcionários civis assemelhados, 86 (oitenta e seis) casas;
- em Marechal Heróides, Rio, foram concluídos dois conjuntos habitacionais totalizando 736 (setecentos e trinta e seis) apartamentos.
- em Fortaleza — CE, foi iniciada a construção de 142 (cento e quarenta e duas) casas e adquirido um edifício pronto para morar com 36 (trinta e seis) apartamentos.
- em Realengo — RJ, a Caixa adquiriu uma área de 12.100m² onde pretende instalar um conjunto habitacional com 192 (cento e noventa e dois) apartamentos para atender seus servidores civis e militares de baixa renda.

Além disso, a CFIAe vem realizando uma série de estudos e gestões em várias regiões do país, visando sempre, atender no menor prazo possível, seus beneficiários, prioritariamente aqueles de menor nível de renda.

No setor de saúde, destinada a racionalizar a aplicação dos recursos alocados, foi criada a Secretaria de Aplicação dos Recursos para Assistência Médico-Hospitalar (SARAM). Graças a essa providência, foi possível aprimorar e ampliar os benefícios prestados pelo Fundo de Saúde da Aeronáutica, trazendo-se num melhor apoio ao homem. Foram realizados pelo Fundo, mais de 289.000 atendimentos.



6. ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO



O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) deu, em 1982, continuidade ao seu programa de trabalho, pautado pelas diretrizes presidenciais concernentes à dignificação e valorização da função pública e do servidor.

Medidas vinculadas ao pessoal

Entre as medidas baixadas pelos poderes Executivo e Legislativo no decorrer do ano de 1982, vale mencionar os atos legais que: reajustam os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do poder executivo bem como reajustam os vencimentos da magistratura federal e dos territórios e do Tribunal de Contas da União; dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação de Cargos; fixa idade máxima para inscrição em concursos públicos nos territórios federais; altera a estrutura das categorias funcionais de técnicos em comunicação social e de enfermeiros; cria a categoria funcional de técnico de atividade tributária; incorpora a gratificação de representação da atividade diplomática aos proventos da aposentadoria.

Recursos humanos

A Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP), em 1982, promoveu vários cursos com a finalidade de formar, atualizar e especializar servidores públicos de órgãos dos poderes judiciário, legislativo e executivo. A FUNCEP também proporcionou apoio, cedendo o uso de suas instalações e equipamentos, para a realização de 88 seminários, dos quais participaram 7.453 servidores de diversos órgãos da administração pública. Ademais, vem realizando o Cadastro Nacional do Servidor que tem como finalidade manter registros atualizados dos servidores da administração direta e autárquica, constituindo um sistema gerencial de informações básicas sobre a força de trabalho do serviço público. Na parte cultural, merece destaque a implantação, através do computador, do Sistema de Informações Bibliográficas com o objetivo de promover o intercâmbio e

a difusão de informações para o servidor público. Outras atividades de cunho cultural foram a intensificação do uso de sua biblioteca, a continuidade da publicação da Revista do Serviço Público, a realização de um concurso de monografias sobre temas de interesse para o serviço público e a publicação do primeiro volume da Legislação do Pessoal Civil. Entre os estudos que a FUNCEP atualmente desenvolve, destacam-se os referentes à formulação de um plano de assistência médica complementar para os servidores da administração direta e autárquica e os estudos visando a institucionalização de um programa de alimentação para os servidores públicos e seus dependentes.

Serviços gerais

O DASP procedeu, em 1982, na área de serviços gerais, à uma série de estudos referentes à classificação de material permanente e de consumo; à fixação de critérios para a concessão de residências funcionais de imóveis pertencentes às Autarquias Federais; ao estabelecimento de exigências mínimas de aceitabilidade a serem observadas na construção e demolição de edifícios públicos. Merece destaque os atos legais baixados com a finalidade de reduzir o número de usuários na utilização de veículos oficiais; de regulamentar a alienação de material inservível, ocioso ou antieconômico e de alterar a forma de confecção de atos oficiais de uso mais genérico e frequente.

Construção e administração de imóveis

Sempre tendo em vista a necessidade de redução dos seus custos administrativos e operacionais, o DASP desenvolveu atividades de construção e administração de obras públicas e habitacionais, alcançando resultados significativos, entre os quais ressaltam: a administração de 9.767 imóveis, atividades de reparos e 8.842 imóveis; construção de novas unidades habitacionais e do anexo do Ministério das Comunicações; a ampliação do subsolo e da biblioteca do Supremo Tribunal Federal; a recuperação dos subsolos do anexo do Ministério da Justiça e a reforma do 2º andar do edifício-sede do DASP. Entre as obras em andamento, destacam-se: a construção de vários anexos dos ministérios, a reforma e ampliação do Palácio da Alvorada, as reformas do Palácio do Planalto, do Palácio Jaburu e das granjas do Torto e do Ipê e a construção de várias unidades habitacionais.

7. APÊNDICE ESTATÍSTICO



1. CONTAS NACIONAIS

QUADRO 1.1

Índices do Produto Real do Brasil — Segundo Ramos de Atividade

Índice: 1970 = 100

1970—1981

Ano	Agricultura	Indústria	Comércio	Transportes e Comunicações	Total Produto Real
1970	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1971	111,3	111,8	113,1	111,6	112,0
1972	115,9	126,0	126,4	125,1	124,5
1973	120,0	146,2	143,2	151,4	141,9
1974	129,9	159,6	157,3	171,9	155,4
1975	136,7	168,5	161,0	200,7	164,1
1976	140,6	189,6	174,9	216,7	180,0
1977	157,2	197,0	183,0	229,1	189,7
1978	153,1	211,5	190,1	239,8	198,8
1979	160,8	225,5	202,8	265,2	212,1
1980	170,9	243,4	218,9	293,9	228,9
1981*	182,5	230,3	210,8	292,4	224,6

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

* Estimativas.

Índices do Produto Real do Brasil — Por Classe de Indústria

Índice: 1970 = 100

1970—1981

Ano	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Total
1970	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1971	103,6	111,9	112,5	112,4	111,8
1972	105,9	127,5	122,2	125,8	126,0
1973	116,3	148,6	140,6	144,0	146,2
1974	143,3	160,2	157,6	161,5	159,6
1975	147,6	166,3	178,5	178,7	168,5
1976	149,1	187,8	197,8	203,3	189,6
1977	141,8	193,3	210,9	227,9	197,0
1978	151,2	207,1	225,7	254,7	211,5
1979	166,3	220,9	233,6	285,4	225,5
1980	187,3	237,7	251,9	316,3	243,4
1981*	187,7	222,5	241,3	327,1	230,3

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

* Estimativas.

Brasil — Produto Interno Bruto

1970—1981

Ano	Valor Total				População Residente em 1000 Hab.
	Milhões de Cruzeiros		Índices do Produto Real		
	Preços Correntes	Preços de 1970	Base 1970	Variação Anual	
1970	210.117,9	210.117,9	100,0	8,8	93.139,0
1971	279.515,0	235.332,0	112,0	12,0	95.457,4
1972	368.400,5	261.596,8	124,5	11,1	97.833,4
1973	508.745,8	298.157,3	141,9	14,0	100.268,5
1974	740.503,7	326.523,2	155,4	9,5	102.764,3
1975	1.052.062,2	344.803,5	164,1	5,6	105.322,2
1976	1.680.232,7	378.212,2	180,0	9,7	107.943,8
1977	2.523.100,8	398.803,8	189,8	5,4	110.630,6
1978	3.729.798,4	417.924,5	198,9	4,8	113.384,3
1979	6.239.402,3	445.870,2	212,2	6,8	116.206,5
1980	13.104.284,8	480.959,9	228,9	7,9	119.099,0
1981*	26.879.153,0	471.821,7	224,6	-1,9	122.063,5

Ano	Valor Per Capita				Deflator Implícito	
	Cruzeiros		Índices do Produto Real		Índice Base 1970	Variação Anual
	Preços Correntes	Preços de 1970	Base 1970	Variação Anual		
1970	2.256,0	2.256,0	100,0	6,0	100,0	18,2
1971	2.928,2	2.465,3	109,3	9,3	118,8	18,8
1972	3.765,6	2.673,9	118,5	8,5	140,8	18,5
1973	5.073,8	2.973,6	131,8	11,2	170,6	21,2
1974	7.205,8	3.177,4	140,8	6,8	226,8	32,9
1975	9.989,0	3.273,8	145,1	3,0	305,1	34,5
1976	15.565,8	3.503,8	155,3	7,0	444,3	45,6
1977	22.806,5	3.604,8	159,8	2,9	632,7	42,4
1978	32.895,2	3.685,9	163,4	2,2	892,5	41,1
1979	53.692,4	3.836,9	170,1	4,1	1.399,4	56,8
1980	110.028,5	4.038,3	179,0	5,2	2.724,6	94,7
1981*	220.206,3	3.865,4	171,3	-4,3	5.696,9	109,1

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

* Estimativas.

Relações a Preços Correntes entre Agregados Macroeconômicos

1970—1981

Em %

Ano	Total da Poupança / PIB	Poupança Externa / PIB	Consumo Total / PNB	Formação Bruta de Capital / PNB	Saldo do Balanço de Pagamento em Conta Corrente /PNB	Importações (Mercadorias e Serviços) Inclusive Renda Líquida Enviada ao Exterior /PNB	Exportações (Mercadorias e Serviços) /PNB
1970	22,7	1,3	78,4	21,7	1,3	7,8	6,6
1971	24,3	2,5	78,0	22,1	2,5	8,5	6,0
1972	24,6	2,4	77,6	22,3	2,4	9,3	6,9
1973	26,6	2,1	75,2	22,6	2,1	10,0	8,0
1974	31,0	6,5	75,3	24,1	6,5	14,3	7,8
1975	27,3	5,2	77,6	25,3	5,2	12,4	7,2
1976	24,6	3,8	78,9	23,6	3,9	10,8	6,9
1977	22,8	2,3	79,2	21,7	2,3	9,6	7,3
1978	20,8	3,4	82,2	21,4	3,5	10,1	6,6
1979	19,8	4,6	84,4	20,9	4,7	11,8	7,1
1980	21,1	5,2	83,6	21,8	5,4	14,2	8,8
1981*	19,5	4,2	84,1	20,3	4,3	13,2	8,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

* Estimativas.

2. ÍNDICES DE PREÇOS

QUADRO 2.1

Variação dos Principais Índices de Preços

1982

Índices	Períodos		
	Em %		
	1º Semestre	2º Semestre	Total do Ano
Índice Geral de Preços (DI)	47,0	35,8	99,7
Índice de Preços por Atacado (DI)	47,4	34,1	97,7
Índice de Custo de Vida (RJ)	46,0	38,2	101,8
Índice de Custo da Construção-Civil (RJ)	47,4	41,1	108,0
Índice Nacional de Preços ao Consumidor	45,2	36,3	97,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e FIBGE.

Índice Geral de Preços — IGP

Índice — Base: média 1977 = 100 e variação anual (%)

1970—1982

Anos	Oferta Global		Disponibilidade Interna	
	Índice em Dezembro	Varição Anual	Índice em Dezembro	Varição Anual
1970	19,63	19,3	20,09	19,2
1971	23,30	19,5	24,01	19,8
1972	27,21	17,1	27,78	15,5
1973	31,63	16,0	32,10	15,7
1974	42,31	33,8	43,19	34,5
1975	55,04	30,1	55,86	29,4
1976	81,55	48,2	81,70	46,3
1977	113,0	38,6	113,4	38,8
1978	158,8	40,5	159,7	40,8
1979	280,7	76,8	283,0	77,2
1980	585,4	108,6	595,0	110,2
1981	1.128,5	92,8	1.161,3	95,2
1982	2.248,2	99,2	2.319,4	99,7

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC
Variações Semestrais Utilizadas nos Reajustes Salariais (%)
Nov/79 a Fev/83

Meses	1979	1980	1981	1982	1983
Janeiro	—	33,2	43,0	36,8	37,6
Fevereiro	—	38,7	45,3	37,6	36,3
Marco	—	40,9	46,1	39,8	—
Abril	—	39,9	47,1	39,3	—
Maio	—	37,7	46,2	39,1	—
Junho	—	37,0	44,2	40,2	—
Julho	—	36,8	42,7	41,3	—
Agosto	—	34,4	38,9	45,2	—
Setembro	—	33,5	38,1	43,8	—
Outubro	—	34,4	40,4	43,2	—
Novembro	26,6	35,9	40,9	41,8	—
Dezembro	28,2	39,4	39,0	40,5	—

Fonte: Fundação IBGE.

Índice de Preços por Atacado — Oferta Global
Índice — Base: Média 1977 = 100 e Variação Anual (%)
1970—1982

Anos	Geral		Produtos Agrícolas		Produtos Industriais	
	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)
1970	19,32	19,3	15,73	20,3	21,57	18,9
1971	23,19	20,2	19,62	24,7	25,27	16,7
1972	27,31	17,5	23,97	22,3	29,09	15,4
1973	31,86	16,9	27,96	16,7	33,93	16,4
1974	42,72	34,1	36,70	31,2	46,02	35,6
1975	55,78	30,6	49,06	33,7	59,18	29,2
1976	82,62	48,1	81,92	67,0	83,04	40,3
1977	111,8	35,3	109,9	34,2	112,6	35,5
1978	159,2	42,3	162,3	47,6	157,5	39,9
1979	285,7	79,5	292,9	80,5	281,7	78,8
1980	624,6	118,6	697,6	138,2	592,3	110,3
1981	1.189,9	90,5	1.190,9	70,7	1.182,5	99,6
1982	2.342,2	96,8	2.256,3	89,5	2.363,0	99,8

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO 2.5

Índice de Preços por Atacado — Disponibilidade Interna
Índice — Base: Média 1977 = 100 e Variação Anual (%)

1970—1982

Anos	Geral		Produtos Alimentares		Matérias-Primas Não Alimentares		Materiais de Construção	
	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)
1970	20,09	18,7	17,58	18,6	22,08	22,0	19,55	14,7
1971	24,40	21,3	22,89	30,1	24,91	12,4	23,08	18,3
1972	28,29	16,1	26,58	16,0	28,54	14,9	27,85	20,4
1973	32,68	15,6	29,89	12,5	34,36	20,3	35,14	26,2
1974	44,26	35,4	41,08	37,4	49,55	44,2	46,73	33,0
1975	57,24	29,3	54,63	33,0	62,15	25,4	56,61	21,2
1976	82,95	44,9	81,99	50,1	85,76	38,0	85,11	50,3
1977	112,4	35,5	112,7	37,5	110,1	28,4	111,4	31,0
1978	160,7	43,0	171,3	51,9	148,8	35,2	167,2	50,0
1979	289,4	80,1	316,5	84,8	262,5	76,3	306,8	83,5
1980	640,6	121,3	730,5	130,8	553,1	110,7	742,9	142,2
1981	1.244,6	94,3	1.358,2	85,9	1.029,4	86,1	1.264,4	70,2
1982	2.460,8	97,7	2.701,0	98,9	1.868,4	81,5	2.577,8	103,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Índice de Preços ao Consumidor
 Índice-Base: Média 1977 = 100 e Variação Anual (%)
 1970—1982

Anos	Rio de Janeiro		São Paulo	
	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)
1970	20,61	20,9	21,05	17,4
1971	24,34	18,1	25,41	20,7
1972	27,75	14,0	29,85	17,5
1973	31,55	13,7	34,05	14,0
1974	42,23	33,8	45,31	33,1
1975	55,40	31,2	58,63	29,3
1976	80,24	44,8	80,92	38,1
1977	114,8	43,1	114,2	41,1
1978	158,6	38,1	159,8	39,9
1979	279,1	76,0	267,1	67,2
1980	520,1	86,3	493,5	84,7
1981	1.043,3	100,6	941,9	90,9
1982	2.105,5	101,8	1.832,9	94,6

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo.

QUADRO 2.7

Índice do Custo da Construção — Rio de Janeiro
 Índice-Base: Média 1977 = 100 e Variação Anual (%)
 1970—1982

Anos	Dezembro	Variação Anual (%)
1970	18,71	18,7
1971	21,05	12,6
1972	25,23	19,8
1973	30,55	21,0
1974	40,26	31,8
1975	49,97	24,1
1976	79,24	58,6
1977	114,7	44,7
1978	157,1	37,0
1979	256,2	63,1
1980	545,7	113,0
1981	1.015,7	86,1
1982	2.112,6	108,0

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

3. AGRICULTURA

QUADRO 3.1

Evolução da Área Colhida dos Principais Produtos Agrícolas

1970—1982

Produto	Milhares de Hectares						
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Algodão	4.299	4.374	4.644	4.379	3.825	3.876	3.409
Amendoim	670	726	759	506	374	345	371
Arroz	4.979	4.764	4.821	4.795	4.665	5.306	6.656
Batata-inglesa	214	208	202	189	192	191	200
Cacau	444	448	430	416	515	451	407
Café	2.403	2.390	2.266	2.080	2.155	2.217	1.121
Cana-de-açúcar	1.725	1.728	1.803	1.959	2.057	1.969	2.093
Feijão	3.485	3.936	3.941	3.815	4.289	4.146	4.059
Fumo	245	241	251	234	241	254	280
Laranja	202	212	237	449	350	403	414
Mamona	381	361	377	496	641	399	267
Mandioca	2.025	2.071	2.053	2.104	2.006	2.041	2.094
Milho	9.858	10.550	10.539	9.908	10.672	10.855	11.118
Soja	1.319	1.716	2.191	3.615	5.143	5.824	6.417
Tomate	45	49	47	43	53	47	47
Trigo	1.895	2.269	2.320	1.839	2.471	2.932	3.540

(continua)

Produto	Milhares de Hectares					
	1977	1978	1979	1980	1981	1982*
Algodão	4.097	3.951	3.646	3.699	3.504	3.700
Amendoim	229	254	289	313	244	237
Arroz	5.992	5.624	5.452	6.243	6.066	6.017
Batata-inglesa	196	211	204	181	171	181
Cacau	413	444	454	483	501	529
Café	1.941	2.184	2.406	2.434	2.554	1.857
Cana-de-açúcar	2.270	2.391	2.537	2.608	2.817	3.015
Feijão	4.551	4.617	4.212	4.643	5.031	5.978
Fumo	311	328	326	316	293	323
Laranja	422	455	475	575	577	597
Mamona	254	350	375	441	435	469
Mandioca	2.176	2.149	2.111	2.015	2.088	2.128
Milho	11.797	11.125	11.319	11.451	11.493	12.626
Soja	7.070	7.782	8.256	8.774	8.485	8.202
Tomate	52	56	57	50	48	56
Trigo	3.153	2.811	3.831	3.122	1.920	2.879

Fonte: Fundação IBGE.

* Estimativa.

QUADRO 3.2

Evolução da Produção dos Principais Produtos Agrícolas

1970—1982

Em 1.000 t.

Produto	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Algodão	1.955	2.271	2.511	2.256	1.917	1.748	1.262
Amendoim	928	945	956	590	453	442	510
Arroz	7.553	6.593	7.825	7.167	6.764	7.782	9.757
Batata-inglesa	1.583	1.580	1.589	1.337	1.672	1.655	1.898
Cacau	197	219	221	196	165	282	232
Café (em coco)	1.510	3.103	2.991	1.746	3.231	2.545	752
Cana-de-açúcar	79.753	80.380	85.106	91.877	95.624	91.525	103.173
Feijão	2.211	2.688	2.676	2.229	2.238	2.282	1.840
Fumo	244	244	263	234	296	286	299
Laranja*	15.497	16.284	18.946	24.646	29.595	31.566	35.841
Mamona	349	362	385	449	573	354	217
Mandioca	29.464	30.229	29.829	26.559	24.798	26.118	25.443
Milho	14.216	14.130	14.891	14.109	16.273	16.839	17.751
Soja	1.509	2.077	3.223	5.012	7.877	9.893	11.227
Tomate	764	820	892	809	1.144	1.050	1.167
Trigo	1.844	2.011	983	2.031	2.859	1.788	3.216

(continua)

(conclusão) Em 1.000 t.

Produto	1977	1978	1979	1980	1981	1982**
Algodão	1.900	1.570	1.636	1.676	1.730	1.992
Amendoim	321	325	462	483	355	317
Arroz	8.994	7.296	7.595	9.776	8.261	9.721
Batata-inglesa	1.896	2.014	2.154	1.940	1.911	2.139
Cacau	250	284	336	319	304	318
Café (em coco)	1.951	2.535	2.666	2.122	4.075	2.007
Cana-de-açúcar	120.081	129.144	138.899	148.651	155.571	177.660
Feijão	2.290	2.194	2.186	1.968	2.339	2.952
Fumo	357	405	422	405	362	432
Laranja*	35.823	39.132	42.226	54.459	57.127	58.773
Mamona	224	317	325	281	278	200
Mandioca	25.929	25.459	24.962	23.466	24.803	24.567
Milho	19.256	13.569	16.306	20.372	21.098	21.891
Soja	12.513	9.541	10.240	15.156	14.978	12.835
Tomate	1.298	1.465	1.501	1.535	1.442	1.760
Trigo	2.066	2.691	2.927	2.702	2.209	1.912

Fonte: Fundação IBGE.

* 1.000.000 frutos.

** Estimativa.

Evolução do Consumo Aparente de Fertilizantes
1970—1982

Toneladas de Nutrientes				
Anos	Nitrogenados	Fosfatados	Potássicos	Total
1970	276.412	415.936	306.692	999.040
1971	278.326	535.864	350.846	1.165.036
1972	411.606	874.935	459.984	1.746.525
1973	346.103	804.512	528.532	1.679.147
1974	389.183	914.151	521.302	1.824.636
1975	406.230	1.013.828	557.614	1.977.672
1976	498.274	1.308.329	721.540	2.528.143
1977	688.403	1.533.501	927.165	3.149.069
1978	702.243	1.530.992	989.151	3.222.386
1979	778.653	1.685.012	1.103.379	3.567.044
1980	905.560	1.988.486	1.306.573	4.200.619
1981	667.840	1.319.243	766.646	2.753.729
1982*	603.060	1.166.211	684.615	2.481.110

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos — SP.

* Estimativa.

QUADRO 3.4

Produção dos Principais Produtos da Pecuária
1975—1982

Anos	Carnes (toneladas)				
	Bovina	Suina	Aves	Outras	Total
1975	1.790.253	495.639	372.767	20.427	2.677.086
1976	2.175.777	541.503	413.170	18.100	3.147.550
1977	2.445.520	509.814	496.613	14.859	3.466.806
1978	2.319.954	566.259	587.394	14.170	3.487.777
1979	2.114.209	610.683	713.105	14.686	3.452.683
1980	2.083.771	699.426	914.451	15.825	3.713.473
1981	2.109.650	706.894	1.040.596	14.874	3.872.014
1982*	1.995.143	515.339	970.641	11.243	3.492.366

Fonte: Fundação IBGE.

* Dados provisórios referentes ao período janeiro/outubro.

Exportações dos Principais Produtos Agropecuários

1970—1982

Produto	1.000 US\$ FOB						
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Acúcar	126.632	152.951	403.548	558.687	1.321.932	1.099.773	306.538
Algodão	167.879	148.536	202.262	234.094	101.526	100.155	7.799
Amendoim	37.958	47.290	55.639	53.464	68.860	67.962	83.688
Arroz	6.800	11.469	152	4.233	18.122	1.237	31.956
Babaçu	3.992	539	678	920	36.757	681	221
Banana	10.722	10.422	9.583	14.870	22.641	30.659	18.084
Cacau	109.337	90.905	98.731	142.910	321.563	292.523	309.447
Cafê	981.806	822.213	1.057.164	1.344.238	980.358	934.303	2.398.228
Carnes de aves	172	—	—	—	5	3.406	19.565
Carnes de bovinos	88.846	149.654	219.712	218.316	110.511	79.078	129.631
Carne de suíno	2	916	605	3.851	2.675	8.143	16.229
Castanha do Brasil	13.638	14.037	20.229	22.763	20.222	24.735	21.968
Castanha de caju	7.305	5.087	8.853	9.855	15.023	18.351	17.489
Cera de carnaúba	9.585	10.604	11.220	13.311	25.203	14.968	17.509
Chá	2.796	3.900	3.324	4.270	4.631	4.950	5.508
Erva-mate	4.784	5.662	3.235	3.475	7.522	9.955	12.025
Fumo em folhas	31.195	36.560	46.674	58.458	98.989	141.950	161.197
Lã	17.294	9.952	15.924	44.025	43.707	46.177	44.224
Laranja	18.205	39.946	46.240	67.700	64.979	93.980	115.223
Mamona	38.232	39.942	53.818	122.807	128.425	51.872	76.625
Milho	82.587	78.473	13.025	7.704	144.366	157.474	174.233
Pimenta	8.193	14.943	12.708	16.955	26.125	29.195	32.939
Sisal	16.524	15.297	22.497	59.445	114.130	30.054	35.967
Soja	71.488	108.086	294.971	949.349	891.214	1.304.262	1.779.965
A) Total princ. prod. agropecuários	1.855.972	1.817.384	2.600.792	3.955.700	4.569.486	4.572.843	5.796.248
B) Total produtos agropecuários	2.174.450	2.220.651	2.888.218	4.373.017	5.065.930	5.018.697	6.237.429
C) Total exportações	2.738.922	2.903.856	3.991.219	6.199.200	7.950.996	8.669.944	10.128.303
A/C %	67,52	62,59	65,16	63,81	57,47	52,74	57,23
B/C %	79,39	76,47	72,36	70,54	63,71	57,89	61,58

(continua)

(conclusão)	1.000 US\$ FOB					
Produto	1977	1978	1979	1980	1981	1982*
Algodão	44.853	56.605	5.200	54.470	109.980	48.952
Amendoim	67.359	76.496	103.003	124.195	88.198	45.403
Arroz	82.832	38.392	145	463	19.838	3.268
Babaçu	2.972	6.483	17.631	4.202	1.720	418
Banana	19.051	23.249	24.464	11.164	12.741	9.727
Cacau	601.047	536.840	876.892	741.135	594.363	354.192
Café	2.624.964	2.288.039	2.326.176	2.772.919	1.760.610	1.710.721
Carne de aves	31.573	47.037	81.148	206.790	354.291	248.035
Carne de bovinos	158.387	114.620	134.901	253.963	417.293	370.719
Carne de suíno	21.264	8.218	1.032	1.019	2.383	4.579
Castanha do Brasil	32.082	32.712	43.037	26.820	24.733	30.142
Castanha de caju	23.752	33.711	38.303	69.123	78.495	58.666
Cera de carnaúba	15.208	18.081	19.617	16.983	17.786	12.068
Chá	8.734	10.812	10.065	11.631	11.336	443
Erva-mate	13.370	14.810	17.470	37.384	28.277	13.753
Fumo em folhas	186.296	238.933	284.329	284.264	356.486	415.822
Lã	53.277	59.506	59.169	67.022	82.099	34.305
Laranja	182.362	339.597	281.452	353.545	673.534	464.939
Mamona	87.497	110.024	106.600	109.689	87.807	37.002
Milho	149.586	20.609	30.573	15.770	2.651	3.136
Pimenta	38.592	59.771	47.519	54.722	58.507	38.904
Sisal	45.664	34.720	46.436	58.810	35.112	12.986
Soja	2.142.674	1.513.706	1.650.348	2.264.193	3.190.844	1.878.933
A) Total princ. prod. agropecuários	7.096.101	6.033.042	6.569.318	8.828.530	9.070.817	6.206.610
B) Total produtos agropecuários	7.720.371	6.827.943	8.396.443	9.772.861	9.975.559	7.056.375
C) Total exportações	12.120.175	12.658.944	15.244.377	20.132.401	23.293.035	16.707.559
A/C %	58,55	47,66	43,09	43,85	38,94	37,14
B/C %	63,70	53,94	55,08	48,54	42,83	42,23

Fonte: CACEX, Banco do Brasil.

* Dados referentes ao período janeiro/outubro.

4. ENERGIA E MINERAÇÃO

QUADRO 4.1

Produção Nacional de Petróleo, LGN e Gás Natural

1970—1982

Em 1.000 m³

Anos	Petróleo		
	Terra	Mar	Total
1970	9.061,3	472,6	9.533,9
1971	9.268,9	627,1	9.896,0
1972	9.160,7	551,0	9.711,7
1973	9.086,7	789,5	9.876,2
1974	8.873,2	1.421,6	10.294,8
1975	8.378,2	1.600,7	9.978,9
1976	7.810,2	1.892,1	9.702,3
1977	7.103,2	2.227,5	9.330,7
1978	6.790,5	2.514,3	9.304,8
1979	6.306,7	3.301,1	9.607,8
1980	6.216,3	4.346,1	10.562,4
1981	6.572,9	5.811,5	12.384,4
1982*	7.287,0	8.160,0	15.447,0

(continua)

(conclusão)

Anos	LGN	Gás Natural		
		Terra	Mar	Total
1970	151,7	1.239.015	24.500	1.263.605
1971	218,3	1.152.723	24.075	1.176.798
1972	238,4	1.220.603	20.971	1.241.574
1973	226,3	1.135.276	44.630	1.179.915
1974	270,2	1.319.034	168.761	1.487.795
1975	306,7	1.389.357	235.232	1.624.589
1976	303,1	1.280.717	361.324	1.642.041
1977	326,2	1.209.926	598.860	1.808.786
1978	332,4	1.218.441	714.789	1.933.230
1979	320,0	1.155.358	743.156	1.898.514
1980	327,8	1.218.481	986.788	2.205.269
1981	385,7	1.274.000	1.211.000	2.485.000
1982*	...	1.583.000	1.478.000	3.061.000

Fonte: PETROBRÁS.

* Inclusive LGN.

Consumo Nacional de Derivados de Petróleo
1970—1982

Em 1.000 m³

Anos	Quantidade*
1970	29.687
1971	33.189
1972	37.218
1973	44.605
1974	47.957
1975	50.538
1976	55.015
1977	56.271
1978	61.869
1979	65.745
1980	64.639
1981	61.483
1982	62.698

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo.

* Inclusive Álcool Carburante.

Consumo Aparente de Derivados de Petróleo
e Álcool Carburante

1981—1982

Especificação	Em 1.000 m ³		
	1981	1982	Variação (%)
Óleo Diesel	18.281,7	18.655,5	2,0
Óleo Combustível	14.546,1	13.137,6	-9,6
Gasolina	10.663,4	10.454,1	-2,0
GLP	5.151,1	5.669,4	9,7
Subtotal	48.642,3	47.916,6	-1,5
Outros Derivados do Petróleo	10.306,5	11.172,2	8,4
Total Derivados do Petróleo	58.948,8	59.088,8	0,2
Álcool Hidratado	1.387,9	1.557,2	13,6
Álcool Anidro	1.146,1	2.052,0	79,0
Total Álcool Carburante	2.534,0	3.609,2	42,4
Total Derivados do Petróleo + Álcool Carburante	61.482,8	62.698,0	2,0

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo.

Carga Processada pelas Refinarias da PETROBRÁS
1970—1982

Anos	Quantidade (1.000 m ³)		
	Petróleo Nacional*	Petróleo Importado	Total
1970	9.680,9	16.960,3	26.641,2
1971	9.125,9	19.209,0	28.334,9
1972	8.941,6	26.139,3	35.080,9
1973	9.000,2	35.188,7	44.188,9
1974	9.796,6	36.889,9	46.686,5
1975	9.003,6	41.342,4	50.346,0
1976	9.456,2	44.134,3	53.590,5
1977	9.553,5	45.465,3	55.018,9
1978	9.627,9	51.702,4	61.330,3
1979	9.440,0	54.433,6	63.873,6
1980	10.542,6	51.824,7	62.367,3
1981	11.215,7	48.921,3	60.137,0
1982	13.469,6	46.130,4	59.600,0

Fonte: PETROBRÁS.

* Inclusive Líquido de Gás Natural.

Investimentos da PETROBRÁS em Exploração e Produção
1971—1982

Anos	Taxa de Variação Real dos Investimentos (%)		Participação dos Investimentos em Exploração e Produção no Total (%)
	Em Exploração e Produção	Total	
1971	-12,5	43,0	24,2
1972	18,6	-4,2	29,9
1973	13,5	15,3	29,5
1974	24,7	36,7	26,9
1975	32,6	28,0	27,9
1976	28,2	-1,7	36,3
1977	15,1	4,5	40,0
1978	17,0	-0,2	46,9
1979	19,7	2,5	54,8
1980	20,6	-6,3	70,5
1981	50,9	22,5	86,9
1982	59,0	54,0	88,5

Fonte: PETROBRÁS e Ministério das Minas e Energia.

QUADRO 4.6

Produção de Veículos a Álcool no País

Em Unidades				
Ano	Passageiros e Uso Misto	Comerciais Leves	Caminhões e Ônibus	Total
1979	4.465	149	10	4.624
1980	240.728	13.274	14	254.016
1981	122.757	4.945	1.133	128.835
1982*	109.060	4.456	731	114.247
Total Acumulado até Set/82				
— Em Unidades	477.010	22.824	1.888	501.722
— % sobre o total	95,1	4,5	0,4	100,0

Fonte: Conselho Nacional de Petróleo.

* Até Set/82 — Distribuição feita de acordo com participações nas vendas no período.

Evolução da Produção Nacional de Carvão Bruto
1970—1982

Em 1.000 t

Anos	Estados Produtores			Brasil
	Paraná	Santa Catarina	R. G. do Sul	
1970	361,9	3.844,8	965,0	5.171,7
1971	345,8	4.363,9	956,1	5.665,9
1972	343,4	4.536,4	978,1	5.857,8
1973	321,0	4.314,1	931,1	5.566,3
1974	309,2	4.166,6	1.016,2	5.492,0
1975	268,3	5.131,7	908,9	6.308,0
1976	285,4	6.635,2	955,5	7.876,1
1977	286,3	8.430,0	1.329,0	10.045,3
1978	317,9	9.591,2	1.907,1	11.816,3
1979	327,5	11.637,6	1.977,8	13.942,9
1980	309,3	13.167,9	2.529,0	16.006,2
1981	296,8	14.240,9	2.871,1	17.408,9
1982*	314,2	16.373,9	3.220,5	19.908,5

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo.

* Estimativas.

QUADRO 4.8

Evolução da Produção Nacional de Carvão Energético
1970—1982

Em 1.000 t

Anos	Estados Produtores			Brasil
	Paraná	Santa Catarina	R. G. do Sul	
1970	192,3	526,8	857,0	1.576,1
1971	197,8	615,6	865,0	1.678,5
1972	200,1	612,4	875,9	1.688,3
1973	190,2	636,8	637,5	1.464,5
1974	189,9	970,4	914,4	2.074,8
1975	165,8	877,7	784,9	1.828,4
1976	182,2	1.305,2	901,3	2.388,7
1977	192,9	1.388,1	1.229,0	2.809,9
1978	215,2	1.412,5	1.638,0	3.265,8
1979	222,1	1.769,1	1.599,4	3.590,7
1980	202,9	1.839,8	1.654,6	3.697,4
1981	203,5	2.451,4	1.907,9	4.562,7
1982*	198,9	3.058,6	2.017,7	5.275,1

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo.

* Estimativas.

Evolução da Capacidade Instalada de Geração
de Energia Elétrica

1970—1982

Ano	Hidrelétrica		Termelétrica		Total	
	MW	Participação no total (%)	MW	Participação no total (%)	MW	Variação Anual (%)
1970	8.828	78,6	2.405	21,4	11.233	9,5
1971	10.244	80,9	2.426	19,1	12.670	12,8
1972	10.756	81,4	2.450	18,6	13.206	4,2
1973	12.500	81,0	2.936	19,0	15.436	16,9
1974	13.757	81,3	3.162	18,7	16.919	9,6
1975	16.184	82,7	3.385	17,3	19.569	15,7
1976	17.675	83,9	3.385	16,1	21.060	7,6
1977	19.038	84,1	3.599	15,9	22.637	7,5
1978	21.575	85,5	3.654	14,5	25.229	11,5
1979	24.137	85,0	4.249	15,0	28.386	12,5
1980	27.532	82,0	6.062	18,0	33.594	18,3
1981	31.131	83,5	6.150	16,5	37.281	11,0
1982	32.900	85,0	5.800	15,0	38.700	3,8

Fonte: ELETROBRÁS.

Produção Bruta de Energia Elétrica

1970—1982

Anos	Hidro		Termo		Total	
	GWh	Participação no Total (%)	GWh	Participação no Total (%)	GWh	Variação Anual (%)
1970	39.801	87,9	5.491	12,1	45.292	8,8
1971	43.281	85,6	7.295	14,4	50.576	11,7
1972	50.656	89,5	5.961	10,5	56.617	11,9
1973	57.890	89,4	6.837	10,6	64.727	14,3
1974	65.679	91,6	6.019	8,4	71.698	10,8
1975	72.287	91,6	6.649	8,4	78.936	10,1
1976	82.913	92,1	7.119	7,9	90.032	14,1
1977	93.480	92,7	7.342	7,3	100.822	12,0
1978	102.746	91,3	9.829	8,7	112.575	11,7
1979	115.111	92,3	9.562	7,7	124.673	10,8
1980	126.653	92,2	10.696	7,8	137.349	10,2
1981	128.830	91,6	11.758	8,4	140.588	2,4
1982	141.356	92,9	10.864	7,1	152.270	8,3

Fonte: ELETROBRÁS.

5. POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA

QUADRO 5.1

Execução Orçamentária do Tesouro Nacional

1970—1982

Cr\$ milhões

Ano	Receita	Despesa	Resultado de Caixa
1970	19.194	19.932	—738
1971	26.980	27.652	—672
1972	37.738	38.254	—516
1973	52.863	52.568	295
1974	76.810	72.928	3.882
1975	95.446	95.373	73
1976	166.220	165.797	423
1977	242.893	241.850	1.043
1978	349.218	344.346	4.872
1979	509.843	507.547	2.296
1980	1.219.418	1.217.383	2.035
1981	2.261.969	2.258.929	3.040
1982*	4.617.847	4.611.245	6.602

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Dados preliminares.

Receita do Tesouro Nacional

1970—1982

Cr\$ milhões

Ano	Imposto de Renda	IPI	IOF	Imposto de Importação	Outros Impostos e Taxas	Outras Receitas
1970	4.628	8.144	—	1.372	3.246	1.804
1971	6.461	10.950	—	1.861	4.487	3.221
1972	9.680	14.626	1.328	2.779	5.951	3.374
1973	12.397	19.116	2.019	3.727	7.394	8.210
1974	19.051	27.875	2.784	6.790	9.445	10.865
1975	24.366	34.433	3.947	9.512	11.992	11.196
1976	37.943	49.613	6.899	14.871	29.628	27.266
1977	60.481	67.639	8.797	17.061	39.617	49.298
1978	95.463	97.469	13.580	23.922	54.250	64.534
1979	150.295	127.647	23.864	34.135	72.304	101.598
1980	306.981	263.182	103.125	87.723	117.337	341.070
1981	640.432	500.897	266.045	138.283	291.658	424.654
1982*	1.354.539	989.809	517.034	229.797	538.374	988.294

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Dados preliminares.

Despesa Efetiva do Tesouro Nacional
1972—1982

Cr\$ milhões

Ano	Cotas de Despesa	Distribuição da Receita Vinculada	Fundos de Participação	Diversos
1972	22.027	10.044	2.881	3.302
1973	30.955	14.300	3.777	3.536
1974	42.439	19.951	5.631	4.907
1975	62.554	26.559	7.057	—797
1976	85.332	56.706	12.258	11.501
1977	125.780	88.519	20.297	7.253
1978	171.363	128.440	34.473	10.070
1979	282.684	146.806	50.508	27.549
1980	715.911	288.710	97.685	115.077
1981	1.508.781	390.769	222.654	136.725
1982*	3.401.401	487.057	463.480	259.307

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Dados preliminares.

QUADRO 5.4

Principais Indicadores Monetários
1970—1982

Ano	Saldos em Cr\$ Milhões			
	Meios de Pagamento (M ₁)		Base Monetária	
	Valor	Variação Percentual Anual	Valor	Variação Percentual Anual
1970	33.638	25,8	17.161	16,9
1971	44.514	32,3	23.392	36,3
1972	61.550	38,3	27.724	18,5
1973	90.490	47,0	40.776	47,1
1974	120.788	33,5	54.202	32,9
1975	172.433	42,8	73.934	36,4
1976	236.506	37,2	110.752	49,8
1977	325.243	37,5	166.863	50,7
1978	462.655	42,2	241.823	44,9
1979	803.113	73,6	445.853	84,4
1980	1.367.017	70,2	699.475	56,9
1981	2.388.285	74,7	1.188.137	69,9
1982*	4.045.140	69,4	2.220.424	86,9

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Dados preliminares.

**Empréstimos do Sistema Financeiro ao Setor Privado
(Não-Financeiro)**

1970—1982

Saldo em Cr\$ Milhões

Anos	Sistema Monetário		Sistema Não-Monetário		Total		Sistema Financeiro da Habitação	
	Valor	Variação (%)	Valor	Variação (%)	Valor	Variação (%)	Valor	Variação (%)
1970	38.565	36,3	27.828	72,5	66.835	49,3	9.601	75,5
1971	57.603	47,7	43.033	54,6	100.637	50,6	15.846	65,0
1972	81.560	41,6	71.778	66,8	153.338	52,4	24.443	54,3
1973	119.324	46,3	119.138	66,0	238.462	55,5	38.352	56,9
1974	189.663	58,9	181.146	52,0	370.809	55,5	64.838	69,1
1975	297.278	56,7	282.302	55,8	579.579	56,3	101.593	56,7
1976	461.347	55,2	453.952	60,8	915.299	57,9	191.008	88,0
1977	695.113	50,7	693.663	52,8	1.388.776	51,2	312.719	63,7
1978	1.029.411	48,1	1.031.261	48,7	2.060.672	48,4	477.317	52,6
1979	1.730.392	68,1	1.669.452	61,9	3.399.844	65,0	783.886	64,2
1980	2.947.545	70,3	2.942.233	76,2	5.889.778	73,2	1.556.778	98,6
1981	5.598.433	89,9	6.608.112	124,6	12.206.545	107,2	3.830.584	146,1
1982	10.565.153*	88,7	15.550.009*	135,5	26.115.162*	113,9	6.655.372**	73,7

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Estimativa.

** Até julho.

**Empréstimos do Sistema Monetário ao Setor
Privado e ao Setor Rural**

1970—1982

Saldo em Cr\$ Milhões

Anos	Setor Privado			Setor Rural
	Bancos Comerciais	Banco do Brasil	Total	
1970	24.287	14.278	38.565	—
1971	35.134	22.469	57.603	17.556
1972	51.283	30.277	81.560	24.438
1973	73.902	45.422	119.324	36.682
1974	109.020	80.643	189.663	62.918
1975	164.550	132.728	297.278	105.088
1976	247.232	214.115	461.347	159.011
1977	376.667	318.446	695.113	227.286
1978	591.515	437.896	1.029.411	270.009
1979	1.009.666	720.726	1.730.392	461.313
1980	1.736.365	1.211.180	2.947.545	791.822
1981	3.573.144	2.025.289	5.598.433	1.549.500*
1982*	7.113.041	3.452.112	10.565.153	2.516.600

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Estimativa.

6. COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

QUADRO 6.1

Exportações Brasileiras, por Grandes Grupos

1970—1982

US\$ Milhões — FOB

Anos	Produtos Básicos	Produtos Industrializados			Total Geral
		Semimanufaturados	Manufaturados	Total	
1970	2.049,2	249,0	416,0	665,0	2.738,9
1971	1.988,4	240,7	581,2	821,9	2.903,9
1972	2.648,7	385,9	911,7	1.297,6	3.991,2
1973	4.029,7	543,0	1.465,3	2.008,3	6.199,2
1974	4.576,7	917,0	2.262,7	3.179,7	7.951,0
1975	5.027,4	849,5	2.584,5	3.434,0	8.669,9
1976	6.129,1	842,0	2.776,2	3.618,2	10.128,3
1977	6.958,6	1.044,1	3.839,6	4.883,7	12.120,2
1978	5.977,6	1.421,2	5.082,8	6.504,0	12.658,9
1979	6.514,5	1.887,5	6.683,4	8.570,9	15.244,4
1980	8.462,7	2.343,0	9.040,7	11.383,7	20.132,4
1981	8.910,9	2.074,2	11.924,3	13.998,4	23.293,0
1982*	8.227,6	1.430,6	10.261,2	11.691,8	20.175,0

Fonte: Banco do Brasil.

* Dados preliminares.

QUADRO 6.2

Participação Relativa dos Grandes Grupos nas Exportações

1970—1982

Em %

Anos	Produtos Básicos	Produtos Industrializados			Operações Especiais*	Total Geral
		Semimanufaturados	Manufaturados	Total		
1970	74,8	9,1	15,2	24,3	0,9	100,0
1971	68,5	8,3	20,0	28,3	3,2	100,0
1972	68,3	7,8	22,8	30,6	1,1	100,0
1973	66,1	7,7	23,6	31,3	2,6	100,0
1974	57,6	11,5	28,5	40,0	2,4	100,0
1975	58,0	9,8	29,8	39,6	2,4	100,0
1976	60,5	8,3	27,4	35,7	3,8	100,0
1977	57,4	8,6	31,7	40,3	2,3	100,0
1978	47,2	11,2	40,2	51,4	1,4	100,0
1979	42,7	12,4	43,8	56,2	1,1	100,0
1980	42,1	11,6	44,9	56,5	1,4	100,0
1981	38,3	8,9	51,2	60,1	1,6	100,0
1982**	40,8	7,1	50,9	58,0	1,2	100,0

Fonte: Banco do Brasil.

* Consumo de bordo, reexportação e transações especiais.

** Dados preliminares.

Importação por Principais Produtos

1970—1982

Anos	Ferro Fundido e Aço		Trigo		Papel e Celulose		Fertilizantes	
	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção (%)						
1973	493,4	93,8	335,6	175,3	112,1	30,8	138,5	6,6
1974	1.534,9	211,1	468,0	39,5	294,0	162,3	402,9	190,7
1975	1.263,1	-17,7	326,0	-30,4	199,0	-32,3	303,9	-24,6
1976	610,4	-51,7	504,0	54,6	197,1	-1,0	201,6	-33,7
1977	584,3	-4,3	260,0	-48,4	193,0	-2,5	303,3	50,4
1978	471,5	-19,3	541,0	108,1	204,0	5,7	309,8	2,1
1979	486,0	3,1	547,0	1,1	247,0	21,1	422,4	36,4
1980	584,4	20,3	890,0	62,7	248,0	0,4	620,3	46,9
1981	736,8	26,1	831,9	-6,5	214,2	-13,6	352,7	-43,1
1982*	422,8	-42,6	706,4	-15,1	135,6	-36,7	221,4	-37,2

(continua)

(conclusão)

Anos	Combustível (Pe- tróleo e outros)		Máquinas e Equipamentos		Alumínio		Total das Importa- ções Brasileiras	
	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção (%)	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção (%)	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção (%)	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção (%)
1973	769,4	63,9	1.708,9	22,8	50,9	52,9	6.192,0	46,3
1974	2.894,8	276,2	2.472,6	44,8	130,8	157,0	12.641,0	104,1
1975	3.073,5	6,2	3.238,1	31,0	100,6	-23,1	12.169,0	-3,4
1976	3.826,9	24,5	2.911,1	-10,1	100,1	-0,5	12.383,0	1,4
1977	4.068,8	6,3	2.537,0	-12,9	142,1	42,0	12.023,0	-2,9
1978	4.485,1	10,2	2.870,7	13,2	121,5	-14,5	13.683,0	13,4
1979	6.697,8	49,3	3.278,1	14,2	159,1	31,0	18.084,0	32,2
1980	10.209,9	52,4	3.513,8	7,2	162,4	2,1	22.955,2	26,9
1981	11.340,1	11,1	3.437,6	2,2	87,4	-46,2	22.086,0	-3,8
1982*	9.563,3	-15,7	2.616,0	-23,9	32,9	-62,4	17.809,5	-19,4

Fonte: Ministério da Fazenda.

* Refere-se ao período janeiro/novembro.

Balança Comercial Brasileira
1970—1982

US\$ Milhões — FOB

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1970	2.739	2.507	232
1971	2.904	3.247	— 344
1972	3.991	4.232	— 241
1973	6.199	6.192	7
1974	7.951	12.641	—4.690
1975	8.670	12.210	—3.540
1976	10.128	12.383	—2.255
1977	12.120	12.023	97
1978	12.659	13.683	—1.024
1979	15.244	18.084	—2.840
1980	20.132	22.955	—2.823
1981	23.293	22.086	1.207
1982	20.175	19.400	775

Fontes: Ministério da Fazenda e Banco do Brasil.

Índices Anuais Médios de Comércio Exterior e de Relações de Troca

1970--1981

Base: 1970 = 100

Anos	Exportações		Importações				Relações de Troca	
	Preços	Quantum	Global		Petróleo Bruto		Total	Exclusivo Petróleo
			Preços	Quantum	Preços	Quantum		
1970	100	100	100	100	100	100	100	100
1971	97	106	104	122	126	118	93	96
1972	109	135	111	148	138	145	98	106
1973	150	155	139	179	173	203	108	121
1974	189	158	214	242	575	207	88	115
1975	189	174	221	229	581	217	86	112
1976	218	176	227	227	597	241	96	125
1977	266	177	236	210	621	239	113	147
1978	245	200	252	221	627	265	97	124
1979	269	219	302	240	841	295	89	119
1980	285	269	387	241	1.407	257	74	113
1981*	268	323	430	209	1.679	249	62	...

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

* Estimativa.

QUADRO 6.6

Balanco de Pagamentos

1970—1982

Discriminação	US\$ Bilhões					
	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Balança Comercial	0,2	-0,3	-0,2	0,0	-4,7	-3,5
Serviços (Líquido)	-0,8	-1,0	-1,3	-1,7	-2,4	-3,2
Rendas de Capitais	-0,2	-0,3	-0,4	-0,5	-0,7	-1,5
Transações Correntes	-0,6	-1,3	-1,5	-1,7	-7,1	-6,7
Movimento Líquido de Capitais	1,0	1,8	3,5	3,5	6,3	6,2
Investimentos	—	0,2	0,3	0,9	0,9	0,9
Empréstimos e Financiamentos a Médio e Longo Prazos	1,4	2,0	4,3	4,5	6,9	5,9
Amortizações	-0,7	-0,9	-1,2	-1,7	-1,9	-2,2
Outros	0,3	0,5	—	-0,3	0,4	1,5
Saldo do Balanço de pagamentos (Superávit/Déficit)	0,5	0,5	2,4	2,2	-0,9	-1,0

(continua)

(conclusão)

Discriminação	US\$ Bilhões						
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982*
Balança Comercial	-2,3	0,1	-1,0	-2,8	-2,8	1,2	0,8
Serviços (Líquidos)	-3,8	-4,1	-6,0	-7,9	-10,2	-13,1	-15,3
Rendas de Capitais	-1,8	-2,1	-2,7	-4,2	-7,0	-10,3	...
Transações Correntes	-6,0	-4,0	-7,0	-10,7	-12,8	-11,7	-14,5
Movimento Líquido de Capitais	6,6	5,3	11,9	7,7	9,7	12,9	6,0
Investimentos	1,0	0,8	1,4	1,5	1,1	1,6	1,1
Empréstimos e Financiamentos a Médio e Longo Prazos	7,8	8,4	13,8	11,1	10,6	15,6	12,7
Amortizações	-3,0	-4,1	-5,3	-6,4	-5,0	-6,4	-7,8
Outros	0,9	0,1	2,5	1,3	3,0	2,1	...
Saldos do Balanço de pagamentos (Superávit/Déficit)	1,2	0,6	4,3	-3,2	-3,5	-0,6	-8,5

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Dados preliminares.

Dívida Externa Brasileira*

Saldo em 31 de Dezembro

1970—1982

Discriminação	US\$ milhões			
	1970	1971	1972	1973
Total	5.295,2	6.621,6	9.521,0	12.571,5
Empréstimos Compensatórios	381,5	300,6	240,9	203,3
USAID — Empréstimos Programa	603,6	622,8	617,8	614,5
Bônus	—	—	60,0	142,2
Financiamento de Importações	1.709,3	2.201,5	2.783,8	3.486,8
— Entidades Internacionais	456,0	576,2	762,1	971,8
— BIRD	258,2	347,5	483,9	646,9
— BID**	181,4	206,1	243,7	277,1
— CFI	16,4	22,6	34,5	47,8
— Agências Governamentais	642,5	780,2	886,0	1.072,8
— USAID — Empréstimos Projeto	266,3	307,7	341,9	393,1
— USAID — Lei n° 480 (VI, VII, VIII)	103,2	115,0	108,4	102,7
— Trigo — Outros Financiamentos	4,4	—	—	—
— Trigo Canadense	20,5	47,2	68,4	105,2
— Eximbank — EUA	190,4	239,3	277,6	319,6
— Eximbank — Japão	—	—	—	1,1
— KFW	55,5	68,8	87,7	140,3
— Banco Nacional da Dinamarca	2,2	2,2	2,0	2,3
— OPIC	—	—	—	8,5
— Outras Agências***	—	—	—	—
— Outros Créditos de Fornecedores	610,8	845,1	1.135,7	1.442,2
— Dívida Pública Consolidada	15,0	13,9	12,2	10,4
— Empréstimos em Moeda	2.284,6	3.193,0	5.528,3	7.848,5
— Resolução n° 63, de 21-8-67	653,2	983,3	2.018,4	2.398,1
— Instrução n° 289, de 14-1-65	381,2	294,8	207,4	71,1
— Lei n° 4.131, de 3-9-62	1.250,2	1.914,9	3.302,5	5.379,3
Empréstimos Diversos	301,2	289,8	278,0	265,8

(continua)

(continuação)

US\$ Milhões

Discriminação	1974	1975	1976	1977
Total	17.165,7	21.171,4	25.985,4	32.037,2
Empréstimos Compensatórios	168,6	137,4	106,2	75,0
USAID — Empréstimos Programa	610,4	600,5	585,8	569,8
Bônus	172,1	160,8	288,7	1.222,4
Financiamento de Importações	4.741,3	5.464,0	6.577,6	8.422,3
— Entidades Internacionais	1.388,4	1.654,8	1.993,3	2.355,2
— BIRD	978,1	1.094,0	1.287,0	1.540,4
— BID**	311,7	416,3	545,9	624,0
— CFI	98,5	144,5	160,4	190,8
— Agências Governamentais	1.541,0	1.829,5	2.170,4	2.294,3
— USAID — Empréstimos Projeto	444,4	491,0	534,7	547,3
— USAID Lei nº 480 (VI, VII, VIII)	97,1	92,4	86,8	81,1
— Trigo — Outros Financiamentos	—	—	—	—
— Trigo Canadense	228,4	221,9	274,0	222,7
— Eximbank — EUA	542,7	685,0	817,1	885,6
— Eximbank — Japão	39,3	130,7	148,5	180,4
— KFW	178,6	199,4	301,2	370,5
— Banco Nacional da Dinamarca	2,0	1,6	1,4	1,1
— OPIC	8,5	7,5	6,7	5,6
— Outras Agências***	—	—	—	—
— Outros Créditos de Fornecedores	1.812,0	1.979,7	2.413,9	3.772,8
Dívida Pública Consolidada	9,4	7,3	5,4	4,7
Empréstimos em Moeda	11.210,7	14.561,1	18.194,0	21.528,4
— Resolução nº 63, de 21-8-67	3.319,1	3.734,0	4.715,4	5.239,8
— Instrução nº 289, de 14-1-65	68,9	46,1	40,9	26,8
— Lei nº 4.131, de 3-9-62	7.822,7	10.781,0	13.437,7	16.261,8
Empréstimos Diversos	253,2	240,3	227,7	214,6

(continua)

(conclusão)	US\$ Milhões				
Discriminação	1978	1979	1980	1981	1982
Total	43.510,7	49.904,2	53.847,5	61.410,8	64.425,0
Empréstimos Compensató- rios	43,8	18,8	—	—	—
USAID — Empréstimos Programa	551,4	531,0	511,8	490,1	483,6
Bônus	2.380,3	2.965,9	3.235,7	2.895,7	2.589,4
Financiamento de Importa- ções	10.829,8	11.571,7	12.108,2	12.880,5	12.304,5
— Entidades Internacio- nais	2.885,3	3.210,9	3.484,9	3.582,9	3.501,2
— BIRD	1.974,0	2.181,3	2.245,9	2.263,5	2.175,5
— BID**	731,2	872,8	1.047,0	1.071,1	1.039,0
— CFI	180,1	156,8	192,0	248,3	284,2
— FIDA	—	—	—	—	2,5
— Agências Governamen- tais	2.601,7	2.688,2	2.972,7	3.403,9	3.181,6
— USAID — Emprésti- mos Projeto	548,2	545,9	537,8	528,9	524,1
— USAID Lei n.º 480 (VI, VII, VIII)	75,5	69,8	763,9	57,2	57,0
— Trigo — Outros Fi- nanciamentos	—	229,7	449,9	510,5	418,8
— Trigo Canadense	255,0	—	—	—	—
— Eximbank — EUA	928,5	929,1	931,0	954,7	944,9
— Eximbank — Japão	344,1	398,6	488,8	508,2	447,9
— KFW	444,5	510,8	498,1	623,5	563,5
— Banco Nacional da Dinamarca	1,0	0,6	0,2	—	—
— OPIC	4,9	3,7	3,0	2,3	2,0
— Outras Agências***	—	—	—	218,6	223,4
— Outros Créditos de Fornecedores	5.342,8	5.672,6	5.650,6	5.893,6	5.621,7
Dívida Pública Consolida- da	4,7	4,5	4,2	3,2	2,9
Empréstimos em Moeda	29.499,7	34.625,4	37.819,5	44.984,1	48.893,8
— Resolução n.º 63, de 21-8-67	7.272,4	7.723,5	9.924,0	13.456,2	15.449,2
— Instrução n.º 289, de 14-1-65	27,0	19,3	9,0	7,6	7,5
— Lei n.º 4.131, de 3-9- 62	22.200,3	26.882,6	27.886,5	31.520,4	33.437,1
Empréstimos Diversos	201,0	186,9	168,1	157,1	150,8

Fonte: Banco Central do Brasil.

* As posições acima referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, não cabendo conciliação com os números apresentados no Balanço de Pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

** Inclusive financiamento de serviços e custos locais.

*** Até 1980 a rubrica «outras agências» estava incluída na rubrica «outros créditos de fornecedores».

Reservas Internacionais
1970—1982

US\$ Milhões	
Data	Conceito FMI
1970	1.186,7
1971	1.722,9
1972	4.183,2
1973	6.415,8
1974	5.269,1
1975	4.040,5
1976	6.543,9
1977	7.256,1
1978	11.895,1
1979	9.688,7
1980	6.912,6
1981	7.506,8
1982	6.970,5*

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Estimativa para agosto.

Taxa Cambial
Cotações do Cruzeiro em Relação ao Dólar Americano*
1970—1982

Em Cr\$		
Período	Taxa de Compra	Taxa de Venda
1970	4,920	4,950
1971	5,600	5,635
1972	6,180	6,215
1973	6,180	6,220
1974	7,395	7,435
1975	9,020	9,070
1976	12,275	12,345
1977	15,950	16,050
1978	20,780	20,920
1979	42,330	42,530
1980	65,170	65,500
1981	127,160	127,800
1982	243,579	244,798

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Cotações vigentes no final do período.

7. INDÚSTRIA

Indicadores da Produção Industrial*

Base: Média de 1975 = 100

Discriminação	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982**
Indicador Geral	100,00	112,61	115,66	128,78	132,77	142,39	128,91	129,66
Extrativa Mineral	100,00	101,00	96,06	102,44	112,04	126,85	129,63	140,39
Ind. Transformação	100,00	112,95	116,26	124,42	133,39	142,80	128,80	129,26
Bens de Capital	100,00	118,87	113,55	120,00	126,73	134,93	109,95	98,08
Bens Intermed.	100,00	112,65	121,11	128,99	140,77	151,71	135,95	138,02
Bens de Consumo	100,00	111,34	111,63	120,46	126,35	133,97	126,07	128,46
— Durável	100,00	112,82	111,68	131,85	142,05	157,23	114,59	123,34
— Não-Durável	100,00	111,08	111,44	118,48	123,69	130,13	127,31	128,56

Fonte: Fundação IBGE.

* Média Aritmética Anual.

** Índice Médio Janeiro-Novembro/82.

Produção Brasileira da Indústria Automotiva
1974—1982

Em unidades

Anos	Produção e Conversão de Veículos a Álcool					
	Veículos Novos	Variação* %	Conversão	Variação* %	Total	Variação* %
1974	—	—	—	—	—	—
1975	—	—	—	—	—	—
1976	—	—	—	—	—	—
1977	—	—	—	—	—	—
1978	—	—	—	—	—	—
1979	4.932	—	5.021	—	9.953	—
1980	253.503	**	28.602	469,6	282.105	**
1981	131.590	-48,1	16.045	-43,9	147.635	-47,7
1982***	195.779	+48,8	1.157	-92,8	196.936	+33,4

Fonte: ANFAVEA — ABIFER.

* Base igual período do ano anterior.

** Acima de 1.000%.

*** Jan/Nov-1982.

QUADRO 7.3

Produção Brasileira da Indústria Automotiva
1970—1982

Em unidades

Anos	Produção de Automóveis*									
	Automó- veis	Varia- ção %	Camione- tas e Utilitar.	Varia- ção %	Camihões	Varia- ção %	Ônibus	Varia- ção %	Total	Varia- ção %
1970	249.913	5,1	123.681	77,4	38.388	- 5,4	4.053	-28,6	416.035	17,6
1971	342.214	36,9	130.592	5,6	38.868	1,3	4.393	8,4	516.067	24,0
1972	415.164	21,3	148.220	13,5	53.557	37,8	5.230	19,1	622.171	20,6
1973	467.575	12,6	207.237	39,8	69.202	29,2	6.362	21,6	750.376	20,6
1974	549.035	17,4	312.812	50,9	81.654	20,9	8.262	29,9	953.763	27,1
1975	547.123	- 0,4	338.555	8,2	82.534	- 1,3	10.126	22,6	978.338	2,6
1976	550.428	0,6	398.434	17,7	86.897	5,3	12.059	19,1	1.047.818	7,1
1977	492.429	-10,5	352.080	-11,6	103.219	18,9	14.068	16,7	961.796	- 8,2
1978	569.073	15,6	443.662	26,0	88.889	-13,9	14.640	4,1	1.116.264	16,1
1979	547.805	- 3,7	474.251	6,9	93.169	4,8	13.122	-10,4	1.128.347	1,1
1980	600.528	9,6	448.162	- 5,5	102.049	9,5	14.466	10,2	1.165.205	3,3
1981	406.004	-32,4	284.089	-36,6	76.351	-25,2	13.392	- 7,4	779.836	-33,1
1982	429.246**	5,7***	298.416**	5,0***	44.281**	-42,0***	9.341**	-30,3***	781.284**	0,2***

Fonte: ANFAVEA — ABIFER.

* Inclui produção de CKD.

** Refere-se ao período jan./nov. de 1982.

*** Variações percentuais em relação a jan./nov. de 1981.

Produção Brasileira da Indústria Automotiva

1970—1982

Em unidades

Produção da Indústria Ferroviária								
Anos	Vagões*	Variação** (%)	Vagões Incompletos	Variação** (%)	Carro de Passageiro	Variação** (%)	Locomotivas	Variação** (%)
1970	1.808	—	—	—	12	—	11	—
1971	1.935	7,0	—	—	26	116,7	60	445,4
1972	1.496	-22,7	—	—	2	-92,3	36	-40,0
1973	3.406	127,7	—	—	4	100,0	56	55,6
1974	3.576	5,0	—	—	78	***	77	37,5
1975	5.025	40,5	—	—	100	28,2	107	39,0
1976	4.479	-10,9	—	—	87	-13,0	106	-0,9
1977	2.538	-43,3	—	—	103	18,4	110	3,8
1978	3.053	20,3	—	—	164	59,2	42	-61,8
1979	2.513	-17,7	—	—	337	105,5	47	11,9
1980	1.480	-41,1	125	—	263	-22,0	59	+25,5
1981	766	-48,2	300	140,0	274	4,2	56	-5,1
1982****	1.305	70,4	—	—	185	-32,5	86	53,6

Fonte: ANFAVEA e ABIFER.

* Exceto CVRD.

** Base igual período do ano anterior.

*** Acima de 1.000%.

**** Jan/Nov-1982.

QUADRO 7.5

Produção Siderúrgica Brasileira

1972—1982

Discriminação	Em 1.000 t							
	1972		1973		1974		1975	
	Quantidade	Variação (%)						
Laminados*	5.333,6	—	5.987,8	12,3	6.072,0	1,6	6.721,5	10,7
Ferro-Esponja	—	—	7,7	—	142,8	***	212,1	48,5
Ferro-Ligas	139,8	—	169,3	21,1	218,2	28,9	255,8	17,2
Ferro-Gusa	5.299,7	—	5.532,0	4,4	5.846,6	5,7	7.052,7	20,6
Aço Bruto	6.518,3	—	7.149,1	9,7	7.507,2	5,0	8.308,0	10,7
Grup. Siderbrás	3.640,1	—	3.810,6	4,7	3.757,0	-1,4	4.510,4	20,1
Out. Empresas**	2.878,2	—	3.338,5	16,0	3.750,2	12,3	3.797,6	1,5

(continua)

Discriminação	Em 1.000 t							
	1976		1977		1978		1979	
	Quantidade	Variação (%)						
Laminados*	7.525,2	12,0	8.822,4	17,2	10.172,8	15,3	11.693,0	14,9
Ferro-Esponja	263,0	23,5	358,1	36,7	288,4	-19,5	324,1	12,4
Ferro-Ligas	311,9	21,9	371,3	19,0	409,3	10,3	484,2	18,2
Ferro-Gusa	8.170,2	15,8	9.380,4	14,8	10.043,0	7,1	11.593,9	15,4
Aço Bruto	9.168,9	10,4	11.163,7	21,8	12.106,9	3,4	13.891,1	14,7
Grup. Siderbrás	4.989,5	10,6	6.763,7	35,6	7.480,2	10,6	8.724,0	16,6
Out. Empresas**	4.179,4	10,1	4.400,0	5,3	4.626,7	5,2	5.167,1	11,7

(continua)

Produção Siderúrgica Brasileira

1972—1982

(conclusão)

Em 1.000 t

Discriminação	1980		1981		1982 ****	
	Quantidade	Variação (%)	Quantidade	Variação (%)	Quantidade	Variação (%)
Laminados *	13.307,4	13,8	11.346,7	-14,7	11.400,0	0,5
Ferro Esponja	274,8	-15,2	226,0	-17,8	219,0	-3,1
Ferro Ligas	551,7	13,9	564,1	2,2	587,0	4,1
Ferro Gusa	12.685,3	9,4	10.795,5	14,9	10.950,0	1,4
Aço Bruto	15.338,9	10,4	13.230,4	-13,8	13.300,0	0,5
Grup. Siderbrás	9.411,1	7,9	7.726,9	-17,9	7.700,0	-0,4
Out. Empres **	5.927,8	14,7	5.503,3	-7,2	5.600,0	1,8

Fonte: IBS e CONSIDER.

* Total de Laminados Planos e Não-Planos.

** Inclui Acesita.

*** Acima de 1.000%.

**** Dados preliminares.

QUADRO 7.6

Produção Mundial de Aço Bruto — Países Seleccionados

1970—1982

Em milhões de t

Ano	Estados Unidos		Japão		Alemanha Ocidental		Itália	
	Quantidade	Variacão (%)	Quantidade	Variacão (%)	Quantidade	Variacão (%)	Quantidade	Variacão (%)
1970	119,3	- 6,9	93,3	13,5	45,0	- 0,7	17,3	5,5
1971	109,3	- 8,4	88,6	- 5,0	40,3	-10,4	17,5	1,1
1972	120,9	10,6	96,9	9,4	43,7	8,4	19,8	13,1
1973	136,8	13,1	119,3	23,1	49,5	13,3	21,0	6,1
1974	132,2	- 3,4	117,1	- 1,8	52,2	7,5	23,8	13,3
1975	105,8	- 2,0	102,3	-12,6	40,4	-24,1	21,9	-8,0
1976	116,1	9,7	107,4	5,0	42,4	5,0	23,5	7,3
1977	113,7	- 2,1	102,4	- 4,7	39,0	- 8,0	23,3	-0,9
1978	124,3	9,3	102,1	- 0,3	41,3	5,9	24,3	4,3
1979	123,3	- 0,8	111,7	9,5	46,0	11,4	24,3	0,0
1980	101,7	-18,5	111,4	- 0,4	43,8	- 4,6	26,5	9,5
1981	108,5	12,4	101,7	- 8,4	41,9	- 4,3	24,5	-6,0
1982*	62,3	-38,4	91,7	- 1,6	33,8	-19,3	22,3	-9,0

(continua)

(conclusão)

Em milhões de t

Ano	França		Canadá		Reino Unido		Brasil	
	Quantidade	Variacão (%)	Quantidade	Variacão (%)	Quantidade	Variacão (%)	Quantidade	Variacão (%)
1970	23,8	5,8	11,2	19,2	27,8	3,4	5,4	10,2
1971	22,5	- 5,5	11,0	- 1,8	24,2	-13,0	6,0	11,1
1972	24,1	7,1	11,9	8,2	25,4	5,0	6,5	8,3
1973	25,3	5,0	13,4	12,6	26,7	5,1	7,1	9,2
1974	27,0	6,7	13,6	1,5	22,4	-16,1	7,5	5,6
1975	21,5	-20,4	13,0	- 4,4	19,8	-11,6	8,3	10,7
1976	23,2	7,9	13,3	2,3	22,3	12,6	9,2	10,8
1977	22,1	- 4,7	13,6	2,3	20,5	- 8,1	11,1	20,7
1978	22,8	3,2	14,9	9,6	20,4	- 0,5	12,1	9,0
1979	23,4	2,6	16,1	8,1	21,5	5,4	13,9	14,9
1980	23,2	- 1,3	15,9	- 1,2	11,3	-16,5	15,3	10,1
1981	21,0	- 4,8	14,8	0,6	15,7	39,1	13,2	-13,1
1982*	17,3	-10,8	11,3	-17,5	13,0	- 9,1	13,3	0,8

Fonte: IBS e CONSIDER.

* Até novembro/82. Variações (%) em relação a jan.-nov./81.

Produção Brasileira de Não-Ferrosos Comuns
1970—1982

Em t

Ano	Alumínio Primário		Chumbo Primário		Estanho Primário		Níquel Primário		Zinco Primário	
	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %
1970	57.199	33,3	19.450	5,7	3.578	62,6	2.502	92,5	12.500	166,0
1971	80.647	41,0	25.738	32,3	3.043	-14,9	2.587	3,4	16.266	30,1
1972	100.000	24,0	25.033	2,7	4.200	38,0	2.702	4,4	15.557	-4,4
1973	111.600	11,6	34.799	39,0	4.454	6,0	2.700	0,1	22.300	43,3
1974	113.602	2,0	41.686	19,8	6.156	38,2	2.393	-11,4	30.519	36,9
1975	121.400	6,9	37.540	-9,9	6.638	7,8	2.279	-4,8	31.432	3,0
1976	139.175	14,6	43.672	16,3	6.423	-3,2	2.149	-5,7	43.154	-37,3
1977	167.110	20,1	48.247	10,5	7.686	19,7	2.530	17,7	47.113	9,2
1978	186.365	11,5	47.236	-2,1	9.309	21,1	2.288	-9,6	56.097	19,1
1979	238.310	27,9	55.084	16,6	10.133	8,8	2.463	7,6	63.494	13,2
1980	260.611	9,4	44.518	-19,4	8.792	-13,2	2.504	1,7	78.303	23,3
1981	256.418	-1,6	34.657	-22,2	7.639	-13,1	2.340	6,6	91.944	17,4
1982*	298.804	16,5	21.943	-36,7	9.227	21,7	4.808	105,5	95.528	3,9

Fonte: CONSIDER.

* Estimativa.

Obs.: A produção de cobre primário de 1970 a 1975 foi de 4600, 5100, 4800, 4200, 2500 e 1309 toneladas respectivamente. Desde então, não existe registro de produção.

Produção Brasileira de Alcool

1970—1982

Em m³

Ano	Anidro	Variação %	Hidratado	Variação %	Total	Variação %
1970	233.038	—	392.311	—	625.349	—
1971	394.479	69,3	230.267	-41,3	624.746	-0,1
1972	399.324	1,2	284.649	23,6	683.973	9,5
1973	319.705	-19,9	333.107	17,0	652.812	-4,6
1974	215.130	-32,7	399.808	20,0	614.938	-5,8
1975	220.340	2,4	359.790	-10,0	580.130	-5,7
1976	272.352	23,6	369.803	2,8	642.155	10,7
1977	1.087.924	299,5	299.731	-18,9	1.387.655	116,1
1978	1.959.861	80,1	399.214	33,2	2.359.075	70,0
1979	2.830.044	44,4	618.250	54,9	3.448.284	46,2
1980	2.171.462	-23,3	1.504.672	143,4	3.676.134	6,6
1981	1.347.649	-37,9	2.859.066	90,0	4.206.715	14,4
1982*	3.440.000	155,3	2.060.000	-28,0	5.500.000	30,7

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool.

* Dados preliminares.

Produção e Despacho de Cimento

1970—1982

Em 1.000 t

Ano	Produção		Despacho	
	Quantidade	Variação (%)	Quantidade	Variação (%)
1970	9.002	15,1
1971	9.803	8,9
1972	11.381	16,1
1973	13.398	17,7
1974	14.920	11,4	14.973	...
1975	16.737	12,2	16.694	11,5
1976	19.147	14,4	19.100	14,4
1977	21.123	10,3	20.938	9,6
1978	23.203	9,8	23.153	10,6
1979	24.873	7,2	24.956	7,8
1980	27.193	9,3	27.089	8,6
1981	26.050	-4,2	26.114	-3,6
1982*	25.755	-1,1	25.602	-2,0

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC).

* Dados preliminares.

QUADRO 7.10

Balanço Comercial de Não-Ferrosos — Por Produto

1974—1982

US\$ 1.000 FOB

Ano	Alumínio		Chumbo		Cobre		Estanho	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação
1974	3.832	130.792	5	12.962	3.323	329.294	21.602	119
1975	4.894	100.624	10	6.806	2.679	182.145	24.214	295
1976	5.203	99.818	15	3.729	2.103	221.456	13.848	214
1977	8.158	140.649	11	7.601	4.945	262.709	26.821	119
1978	11.928	120.881	4	468	8.035	217.491	53.347	213
1979	22.800	163.151	406	1.805	15.527	368.661	70.220	234
1980	40.171	162.361	677	988	13.786	488.707	63.750	709
1981	67.368	87.450	235	1.330	26.088	303.656	67.350	187
1982*	51.780	35.763	54	521	24.150	336.554	54.790	286

(continua)

(conclusão)

US\$ 1.000 FOB

Ano	Níquel		Zinco		Total		Saldo
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	
1974	52	21.388	26	76.049	28.840	570.603	-541.763
1975	217	14.244	81	43.768	32.095	347.882	-315.787
1976	150	18.079	68	39.251	21.386	382.548	-361.161
1977	477	21.028	131	38.403	40.542	470.509	-429.967
1978	353	23.564	114	36.272	74.780	398.888	-324.108
1979	513	34.571	220	41.963	109.686	610.385	-500.699
1980	456	61.355	526	43.457	19.366	757.577	-638.210
1981	341	40.788	11.792	20.982	173.174	456.393	-283.219
1982*	1.164	19.934	2.522	6.794	134.460	399.852	-265.392

Fonte: CONSIDER

* Estimativa.

Produção de Borracha

1970—1982

Em 1.000 t

Ano	Vegetal		Sintética		Total	
	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %
1970	25,0	4,6	75,5	22,4	100,5	17,4
1971	24,2	— 3,2	78,2	3,6	102,4	1,9
1972	25,8	6,6	94,6	21,0	120,4	17,6
1973	23,4	— 9,3	125,6	32,8	149,0	23,8
1974	18,6	—20,5	155,2	23,6	173,8	16,6
1975	19,3	3,8	128,8	—17,0	148,1	—14,8
1976	20,3	5,2	164,4	27,6	184,7	24,7
1977	22,6	11,3	188,1	14,4	210,7	14,1
1978	23,7	4,9	206,1	9,6	229,8	9,1
1979	25,0	5,5	223,8	8,6	248,8	8,3
1980	27,8	11,2	249,0	11,3	276,8	11,3
1981	30,3	9,0	222,8	—10,5	253,1	— 8,6
1982*	33,0	8,9	225,7	1,3	258,7	2,2

Fonte: Superintendência da Borracha.

* Estimativa.

Consumo de Borracha

1974—1982

Em 1.000 t

Ano	Vegetal		Sintética		Total	
	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %
1974	57,9	13,1	166,2	11,9	224,1	12,2
1975	58,7	1,4	176,3	6,1	235,0	4,9
1976	66,1	12,6	201,6	14,3	267,7	13,9
1977	71,4	8,0	204,7	1,5	276,1	3,1
1978	72,5	1,5	222,0	8,5	294,5	6,7
1979	75,9	4,7	225,5	1,6	301,4	2,3
1980	81,0	6,7	243,8	8,1	324,8	7,8
1981	74,4	-8,2	201,3	-17,4	275,7	-15,1
1982*	70,1	-5,8	193,5	-3,9	263,6	-4,4

Fonte: Superintendência da Borracha.

* Estimativa.

Importação de Borracha
1974—1982

Em 1.000 t

Ano	Vegetal		Sintética		Total	
	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %
1974	36,5	— 0,3	40,3	—21,4	76,8	—12,6
1975	42,2	15,6	26,9	—33,2	69,1	—10,0
1976	50,5	19,7	22,6	—16,0	73,1	5,8
1977	57,5	13,9	25,3	11,9	82,8	13,3
1978	56,2	— 2,3	31,7	25,3	87,9	6,2
1979	51,7	— 8,0	34,1	7,6	85,8	— 2,4
1980	56,2	8,7	46,1	35,2	102,3	19,2
1981	44,5	—20,8	24,8	—46,2	69,3	—32,3
1982*	41,5	— 6,7	32,5	31,0	74,0	6,8

Fonte: Superintendência da Borracha.

* Estimativa.

8. TRANSPORTES

QUADRO 8.1

Investimentos Segundo as Modalidades de Transportes

1972—1982

Cr\$ Milhões

Anos	Recursos Aplicados					
	Aéreo	Dutoviário	Ferroviário	Hidroviário	Rodoviário	Total
1972	660	177	1.919	1.489	2.315	6.560
1973	689	338	2.935	1.851	3.978	9.791
1974	1.490	1.056	3.790	2.834	5.792	14.962
1975	2.154	1.890	8.934	5.123	6.305	24.406
1976	1.975	2.412	13.623	5.975	8.402	32.387
1977	1.865	2.348	16.980	7.443	9.206	37.842
1978	1.814	4.021	19.534	11.986	11.672	49.027
1979	3.466	2.605	29.059	19.340	16.116	70.856
1980	5.195	2.200	43.780	41.258	28.065	120.499
1981	14.509	3.332	89.074	78.155	41.324	226.394
1982*	28.307	6.501	173.783	152.480	80.623	441.694

(continua)

(conclusão)

Em Cr\$ Milhões de 1982

Anos	Recursos Aplicados					
	Aéreo	Dutoviário	Ferroviário	Hidroviário	Rodoviário	Total
1972	44.015	11.804	127.978	99.301	154.387	437.485
1973	39.866	19.557	169.819	107.099	230.167	566.508
1974	67.110	47.562	170.702	127.643	260.872	673.889
1975	75.885	66.585	314.745	180.483	222.125	859.823
1976	49.237	60.131	339.621	148.957	209.462	807.408
1977	32.582	41.020	296.641	130.029	160.829	661.101
1978	22.856	50.665	246.128	151.024	147.067	617.740
1979	28.352	21.309	237.703	158.201	131.829	577.394
1980	21.248	8.998	179.060	168.745	114.786	492.837
1981	28.293	6.497	173.694	152.402	80.582	441.468
1982*	28.307	6.501	173.783	152.480	80.623	441.694

Fonte: Ministério da Aeronáutica, PETROBRÁS, RFFSA, FEPASA, CVRD, PORTOBRÁS, SUNAMAM e DNER.

* Estimativas.

Rede Ferroviária Brasileira
Extensão das Linhas por Empresa

1977—1982

Empresa	Em km					
	1977	1978	1979	1980	1981	1982*
Rede Ferroviária Federal						
— RFFSA	23.649	23.789	23.897	23.591	23.171	23.178
Ferrovias Paulista S/A						
— FEPASA	5.331	5.163	5.032	5.054	5.066	5.066
E.F. Vitória-Minas						
— EFVM	782	778	773	773	773	773
E.F. Amapá	194	194	194	194	194	194
E.F. Carajás de Jadaí	50	47	47	47	47	47
E.F. Pirapora	33	33	33	33	33	33
E.F. Votorantim	15	19	19	19	21	21
E.F. Mineração Rio do Norte	—	—	—	35	35	35
Total	30.054	30.023	30.030	29.746	29.340	29.347

Fonte: Ministério dos Transportes.

* Estimativas.

Rede Rodoviária Brasileira
Extensão por Tipo de Pavimento*

1978—1982

Em Km

Anos	Federal			Estadual		
	Pavimen- tada	Não Pavi- mentada	Total	Pavimen- tada	Não Pavi- mentada	Total
1978	45.488	39.321	84.809	29.152	84.008	113.160
1979	46.227	38.704	84.931	31.722	86.724	118.446
1980	47.489	38.604	86.093	33.821	86.631	120.452
1981	49.176	34.584	83.760	35.707	85.064	120.771
1982**	50.417	34.831	85.248

(continua)

(conclusão)

Em Km

Anos	Municipal			Total		
	Pavimen- tada	Não Pavi- mentada	Total	Pavimen- tada	Não Pavi- mentada	Total
1978	3.678	1.112.739	1.116.417	78.318	1.236.068	1.314.386
1979	4.476	1.176.642	1.181.118	82.425	1.302.070	1.384.495
1980	5.906	1.174.467	1.180.373	87.216	1.299.702	1.386.918
1981	4.567	1.173.793	1.178.360	89.450	1.293.441	1.382.891
1982**

Fonte: Ministério dos Transportes.

* A partir de 1980 foram retirados os trechos comuns.

** Estimativas.

Frota Mercante Nacional

1972—1982

Anos	Embarcações Existentes* (Unidades)	Capacidade (1.000 TPB)
1972	529	2.559,7
1973	565	2.980,4
1974	665	4.109,8
1975	748	4.604,0
1976	801	5.097,6
1977	875	5.612,7
1978	1.013	6.175,9
1979	1.076	7.200,8
1980	1.165	8.069,3
1981	1.258	8.928,3
1982	1.368	9.404,8

Fonte: SUNAMAM.

* Embarcações com 100 TPB e mais, existentes em 31 de dezembro.

**Carga Transportada, Segundo os Modos
de Transporte**

1977—1982

Em Milhões de Toneladas — Quilômetros Úteis

Anos	Áereo (Doméstico)	Dutoviário	Ferrovário	Hidroviário*	Rodoviário	Total
1977	690	8.490	60.760	37.280	159.800	267.020
1978	790	11.100	64.070	41.420	172.400	289.780
1979	920	11.320	73.800	46.550	184.000	344.990
1980	1.020	11.930	86.340	47.700	198.100	345.090
1981	1.050	11.080	79.460	46.280	194.400	332.270
1982**	1.080	10.290	78.360	47.900	197.800	335.430

Fonte: DAC, PETROBRÁS, RFFSA, FEPASA, CVRD, SUNAMAM, GEIPOT e Outros.

* Cabotagem e Interior.

** Estimativas.

Passageiros-Quilômetro Transportados,
Segundo os Modos de Transporte

1977—1982

Em Milhões de Passageiros — Quilômetros Transportados

Anos	Aéreo (Doméstico)	Ferrovário (Int. e Sub.)	Hidroviário (Cabotagem)	Rodoviário	Metroviário	Total
1977	6.591	11.700	—	275.454	—	293.745
1978	7.635	11.908	—	314.496	1.332	335.371
1979	8.795	11.404	—	359.300	1.380	380.879
1980	9.559	12.376	—	410.357	1.519	433.811
1981	9.973	13.135	215	426.771	1.785	451.879
1982*	10.405	13.262	224	443.842	3.056	470.789

Fonte: DAC, RFFSA, CVRD, FEPASA, EFCJ, ICOMI, SUNAMAM, Cia. do Metropolitan do Rio de Janeiro e Cia. do Metropolitan de São Paulo.

* Estimativas.

Consumo de Energia, segundo os Modos de Transportes *

1976—1982

Modos de Transportes	Em Milhares de TEP						
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982**
Rodoviário	18.488	18.664	20.164	21.049	20.842	19.934	20.110
Ferrovário	753	730	734	796	851	850	922
Aéreo	1.365	1.418	1.465	1.718	1.680	1.874	1.919
Hidroviário	1.847	1.438	1.730	2.014	1.483	1.845	1.969
Total	22.453	22.250	24.093	25.577	24.856	24.503	24.920

Fonte: Balanço Energético Nacional — 1982 — MME.

* Inclui energia elétrica, carvão-vapor e lenha.

** Estimativas.

Consumo de Combustíveis nos Transportes

1977—1982

Combustível	1977		1978		1979	
	Quant. (1000t EP)	% Sobre o total	Quant. (1000t EP)	% Sobre o total	Quant. (1000t EP)	% Sobre o total
Gasolina	10.061	45,2	10.272	44,6	10.042	39,3
Óleo Diesel	9.228	41,5	9.943	41,3	10.671	41,7
Óleo Combustível	941	4,2	1.171	4,9	1.355	5,3
Querosene	1.334	6,0	1.376	5,7	1.675	6,3
Alcool	473	2,1	1.116	4,6	1.653	6,5
Energia Elétrica	197	0,9	196	0,8	212	0,8
Carvão-Vapor e lenha	16	0,1	19	0,1	19	0,1
Total	22.250	100,0	24.093	100,0	25.577	100,0

(continua)

(conclusão)

Combustível	1980		1981		1982*	
	Quant. (1000t EP)	% Sobre o total	Quant. (1000t EP)	% Sobre o total	Quant. (1000t EP)	% Sobre o total
Gasolina	8.686	34,9	8.266	33,7	7.852	31,5
Óleo Diesel	11.353	45,7	11.099	45,3	11.764	47,2
Óleo Combustível	987	3,9	1.368	5,6	1.161	4,7
Querosene	1.608	6,5	1.804	7,4	1.834	7,4
Alcool	1.955	7,9	1.693	6,9	2.031	8,1
Energia Elétrica	245	1,0	255	1,0	259	1,0
Carvão-Vapor e lenha	23	0,1	18	0,1	19	0,1
	24.856	100,0	24.503	100,0	24.920	100,0

Fonte: Balanço Energético Nacional — 1982 — MME.

* Estimativas.

Passageiros Transportados nos Subúrbios

1981—1982

Região Metropolitana	Em Milhares	
	1981	1982
Rio de Janeiro	196.423	200.234
São Paulo *	217.761	214.046
Belo Horizonte	3.943	4.181
Recife	11.289	13.226
Salvador	2.519	2.880
Fortaleza	4.472	4.710
Maceió	1.100	1.200
João Pessoa	—	600
Natal	—	700
Porto Alegre **	352	152
Total	437.859	441.929

Fonte: Ministério dos Transportes.

* Inclusive FEPASA.

** Em total remodelamento.

9. COMUNICAÇÕES

QUADRO 9.1

Evolução das Telecomunicações e dos Serviços Postais

1970—1982

Anos	Telefones Instalados (mil unidades)	Terminais Telex Instalados	Localidades Atendidas por DDD	Unidades de Atendimento Postal	Vales Postais Emitidos (mil unidades)	Objetos Postados (milhões de unidades)
1970	1.980	2.901	15	3.854	649	...
1971	2.145	3.057	36	4.864	606	586
1972	2.380	3.201	80	5.463	824	639
1973	2.415	4.060	138	6.026	1.209	728
1974	2.588	10.990	172	6.370	1.726	928
1975	3.375	11.800	210	6.570	1.819	1.246
1976	4.040	16.730	325	6.669	2.621	1.692
1977	4.700	19.050	526	6.817	3.142	2.117
1978	5.343	24.020	723	6.986	3.059	2.668
1979	6.246	38.320	946	7.021	3.137	3.106
1980	7.294	44.180	1.160	7.094	3.337	3.524
1981	8.095	50.146	1.267	7.140	3.511	3.708
1982*	9.048	70.583	1.694	7.213	3.600	3.856

Fonte: Ministério das Comunicações.

* Estimativas.

10. SALÁRIO, EMPREGO E POLÍTICAS TRABALHISTAS

QUADRO 10.1

Taxa de Desemprego*

Meses	Em %						
	Rio de Janeiro	São Paulo	Belo Horizonte	Porto Alegre	Salvador	Recife	Média das 6 Regiões Metropolitanas
1981							
Jan.	7,99	7,27	9,58	4,81	8,57	8,18	7,63
Fev.	8,16	7,49	10,17	6,12	8,33	7,93	7,90
Mar.	8,86	7,47	9,95	6,79	9,14	8,80	8,22
Abr.	8,94	7,77	9,68	6,48	9,78	8,97	8,38
Mai.	8,87	7,30	9,56	6,39	9,86	8,97	8,16
Jun.	8,91	7,15	8,98	5,96	9,66	8,51	7,99
Jul.	9,12	7,49	8,82	6,06	9,90	9,19	8,26
Ago.	8,88	7,86	9,03	6,48	9,24	9,72	8,38
Set.	8,25	7,28	8,22	5,89	8,39	8,96	7,74
Out.	8,33	6,92	7,78	5,20	8,51	8,67	7,52
Nov.	8,78	7,05	8,21	5,06	8,46	7,74	7,66
Dez.	8,25	6,01	7,71	4,40	8,62	7,04	6,97
1982							
Jan.	9,97	8,96	9,50	6,25	9,29	9,46	9,18
Fev.	9,11	7,90	8,29	6,57	8,32	8,81	8,12
Mar.	8,91	8,07	9,01	6,22	7,54	9,06	8,19
Abr.	6,93	6,45	7,21	5,95	6,86	8,29	6,69
Mai.	6,97	5,40	6,87	5,22	5,75	7,99	6,18
Jun.	6,40	5,25	6,41	4,79	5,32	7,45	5,81
Jul.	6,05	5,43	6,59	5,09	5,99	7,93	5,89
Ago.	5,59	5,71	6,38	5,55	5,79	6,99	5,80
Set.	5,06	5,57	5,76	5,01	5,69	6,82	5,47
Out.	5,02	4,90	4,64	6,20	5,38	6,39	5,15
Nov.	4,51	4,50	5,79	4,18	4,86	6,17	4,71
Dez.							

Fonte: Fundação IBGE.

* Obtida da relação entre o número de pessoas que estavam procurando emprego ou aguardando o resultado de propostas para ingresso no trabalho à época da pesquisa e número de pessoas economicamente ativas (PEA), com idade igual ou superior a 15 anos.

Brasil: Nível de Emprego por Atividade Econômica
Variação Percentual em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Período de referência: outubro/82

Discriminação	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Total
Regiões Metropolitanas					
Belém/PA	0,01	0,66	7,35	6,29	3,89
Fortaleza/CE	5,12	- 1,24	8,65	5,35	4,85
Salvador/BA	-0,69	- 2,34	1,62	10,14	4,00
Recife/PE	-1,72	-22,14	1,67	3,98	-1,66
Belo Horizonte/MG	-1,71	-15,76	- 0,07	4,43	-0,58
Rio de Janeiro/RJ	-5,07	-13,24	4,37	0,40	-2,31
São Paulo/SP	-1,80	- 9,15	-0,85	4,93	0,01
Curitiba/PR	1,44	- 6,41	6,69	3,25	1,36
Porto Alegre/RS	-1,15	3,89	4,64	4,40	1,95
Brasília/DF	-8,40	- 7,42	3,92	5,22	2,61
Estados					
Amazonas	1,39	28,86	7,52	6,65	5,28
Espírito Santo	-2,87	- 4,86	2,39	8,27	3,05
Goiás	6,54	- 9,02	4,20	10,56	5,25
Mato Grosso	11,28	6,89	5,14	15,61	12,48
Paraíba	-1,71	- 7,82	5,30	7,51	3,02
Piauí	14,11	35,31	11,58	14,40	17,79
Rio Grande do Norte	-1,81	53,75	1,96	9,24	9,51
Santa Catarina	-2,13	- 0,57	4,94	6,40	0,49
Acre	6,30	-21,64	0,92	6,57	5,39
Alagoas	6,81	27,79	7,18	26,46	19,95
Maranhão	16,48	-27,17	3,21	8,42	4,49
Mato Grosso do Sul	12,60	8,30	-1,64	7,23	6,75
Sergipe	7,93	-24,51	11,34	10,09	0,34
Interior					
Ceará	5,76	-61,06	5,70	-4,64	-0,61
Paraná	4,22	-28,15	2,33	4,70	-5,65
Rio Grande do Sul	1,63	- 3,67	1,70	5,29	2,41
São Paulo	1,24	3,16	1,34	1,08	1,34

Fonte: Ministério do Trabalho (amostra da Lei 4.923). Compreende 6.952 estabelecimentos com 3.705.000 empregados.

Taxas de Reajustes Salariais em Comparação com as Taxas de Variação dos Índices de Custo de Vida*

1981—1982

Em %

Período	Variação Semestral do INPC	Taxa Anual de Reajuste Salarial com Acréscimo de Produtividade de 3% ao Ano				Variação Anual dos Índ. de Custo de Vida	
		Salários até 3 SM	Salário = a 6 SM	Salário = a 10 SM	Salário = a 20 SM	RJ (FGV)	SP (FIPE)
1981							
Jan.	43,0	113,1	107,3	105,0	87,4	86,3	84,7
Fev.	45,3	112,7	106,9	104,6	87,0	92,9	85,5
Mar.	46,1	112,4	106,6	104,3	86,7	99,3	94,6
Abr.	47,1	115,5	109,5	107,2	89,0	101,3	96,4
Mai.	46,2	116,7	110,6	108,2	89,9	105,0	99,2
Jun.	44,2	119,4	113,2	110,7	92,2	105,0	98,8
Jul.	42,7	123,0	116,5	114,0	90,5	106,3	97,2
Ago.	38,9	120,4	114,1	111,6	88,7	108,5	97,0
Set.	38,1	120,3	114,0	111,5	88,6	111,9	102,8
Out.	40,4	125,9	119,2	116,6	92,5	113,2	99,3
Nov.	40,9	125,2	118,7	116,1	92,1	109,9	95,4
Dez.	39,0	118,7	112,6	110,1	87,5	107,0	91,9
1982							
Jan.	36,8	112,7	106,8	104,5	83,2	100,6	90,9
Fev.	37,6	107,9	102,3	100,1	79,8	98,3	89,1
Mar.	39,8	110,2	104,5	102,2	81,4	97,4	84,7
Abr.	39,3	113,1	107,2	104,9	83,5	96,8	85,6
Mai.	39,1	113,6	107,7	105,3	83,8	94,8	85,5
Jun.	40,2	112,3	106,5	104,2	82,9	99,7	85,0
Jul.	41,3	110,4	104,7	102,5	81,6	101,9	92,4
Ago.	45,2	118,0	111,8	109,4	87,0	101,2	95,4
Set.	43,8	119,4	113,2	110,7	88,0	96,5	91,3
Out.	43,2	117,6	111,5	109,1	86,7	94,8	90,0
Nov.	41,8	115,0	109,1	106,7	84,9	96,1	88,1
Dez.	40,5	114,7	108,8	106,4	84,7	96,4	89,0

Fonte: Fundação IBGE, Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo. Elaboração IPEA.

* Variação acumulada dos 12 meses anteriores ao mês assinalado, em virtude dos salários já começarem a vigorar no dia 01 do mês considerado e os índices de preços estarem referenciados ao último dia do mês.

Taxas de Crescimento Anual do Emprego por Setores
de Atividade Econômica*

1970—1981

							Em %
Anos	Agricul- tura	Indús- tria	Constru- ção Civil	Comércio	Transp. e Comun.	Outros Serviços	Total
1970	0,27	6,78	2,27	5,28	2,54	4,84	3,53
1971	3,09	8,17	9,18	7,25	1,79	7,12	5,33
1972	1,12	7,96	6,33	6,54	2,89	6,28	4,70
1973	0,96	8,94	11,06	7,60	4,15	7,48	5,57
1974	2,30	5,31	8,88	4,78	3,08	4,86	3,92
1975	0,91	2,83	9,74	1,79	2,85	3,19	2,28
1976	1,13	5,80	9,38	4,47	1,80	4,72	3,59
1977	2,61	1,57	6,64	1,79	0,99	3,48	1,87
1978	-0,46	4,35	7,13	3,04	1,65	2,55	2,42
1979	0,88	4,17	2,81	3,26	2,46	3,25	2,58
1980	1,84	4,48	5,51	3,70	3,07	4,12	3,21
1981	2,09	-3,16	-3,28	-1,86	-0,12	0,10	-0,75

Fonte: Metodologia IPEA baseada nas PNAD/Fundação IBGE dos anos 1968 e 1979 e Contas Nacionais — Fundação Getúlio Vargas.

* A partir da elasticidade emprego/produto média anual no período 1968/1979.

Salário Mínimo

Taxas de Reajustes em Comparação com as Variações Semestrais
do INPC e Relação entre o Maior e o Menor Nível

1980—1982

Anos	Taxa de Reajuste do Salário Mínimo (%)		Variação Semestral do INPC (%)	Relação entre o Maior e o Menor Salário Mínimo
	Maior Nível	Menor Nível		
1980 — Mai.	41,5	46,9	37,7	1,301
— Nov.	39,5	39,5	35,9	1,301
1981 — Mai.	46,2	50,9	46,2	1,261
— Nov.	40,9	45,0	40,9	1,226
1982 — Mai.	39,2	43,0	39,1	1,193
— Nov.	41,9	46,0	41,8	1,159

Fonte: Ministério do Trabalho e IPEA/IPLAN.

11. PREVIDÊNCIA SOCIAL

QUADRO 11.1

Número de Consultas Médicas, Odontológicas e Internações Prestadas pelo INAMPS

1972—1982

Em milhares

Anos	Urbana			Rural		
	Consultas		Inter- nações	Consultas		Inter- nações
	Médicas	Odonto- lógicas		Médicas	Odonto- lógicas	
1972	47.795	3.435	3.406	4.891	3.673	1.043
1973	48.634	3.625	3.708	5.266	4.390	1.011
1974	52.143	3.242	4.083	7.475	5.804	1.112
1975	82.369	6.135	5.387	9.964	7.692	1.262
1976	105.478	8.590	6.745	13.170	9.570	1.611
1977	118.860	15.557	6.894	13.643	7.926	1.724
1978	130.012	20.632	7.781	15.399	8.378	1.877
1979	137.136	22.333	8.535	17.404	9.301	2.036
1980	160.208	24.999	9.562	19.543	9.161	2.191
1981	182.010	27.643	10.778	20.579	10.325	2.415
1982*	183.942	28.542	10.737	21.158	10.603	2.541

Fonte: INAMPS.

* Dados estimados.

Despesas Globais do Sistema Previdenciário, por Entidade

1972—1982

Cr\$ Milhões						
Anos	INPS	INAMPS	IAPAS	LBA	FUNABEM	Total
1972	11.438	4.436	808	97	44	16.823
1973	15.743	6.230	1.077	118	55	23.214
1974	22.990	8.943	1.583	147	68	33.731
1975	34.290	15.377	2.659	225	98	52.649
1976	56.625	28.657	4.959	303	179	90.723
1977	89.459	42.115	5.045	866	324	137.809
1978	140.149	63.422	6.894	1.683	614	212.762
1979	229.088	91.791	7.305	3.639	991	332.814
1980	457.136	186.773	20.236	8.738	2.652	675.535
1981	1.015.381	362.112	84.344	19.280	6.467	1.487.584
1982*	2.242.144	731.393	98.508	37.104	12.287	3.121.436

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social.

* Dados estimados.

12. SAÚDE

QUADRO 12.1

Evolução das Principais Doenças Transmissíveis

Número de Casos Notificados

1970—1982

Doenças	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Febre Amarela	2	11	9	70	13	1	1
Peste	101	146	169	152	290	496	97
Hanseníase	5.470	5.950	6.411	6.831	8.199	9.300	9.647
Tuberculose	36.510	35.871	36.312	45.665	46.987	53.419	51.301
Malária	52.469	76.752	82.421	76.112	64.320	88.630	86.437
Difteria	6.215	4.872	5.002	5.380	3.636	4.004	4.887
Febre Tifóide	3.722	3.672	4.292	3.895	3.395	3.385	3.797
Sarampo	35.512	46.600	39.476	51.339	20.061	19.764	73.631
Poliomielite	2.391	2.400	3.565	1.620	1.191	3.596	2.455
Tétano	2.501	1.962	2.051	2.524	1.819	1.957	3.006
Raiva Humana	121	112	103	107	129	120	99
Variola	1.771	19	—	—	—	—	—
Coqueluche	18.772	28.607
Doença Meningocócica	208	629	1.702	5.067	31.486	9.632	2.768

(continua)

(conclusão)

Doenças	1977	1978	1979	1980	1981	1982*
Febre Amarela	9	21	12	27	22	26
Peste	1	11	—	107	59	60
Hanseníase	9.539	11.993	14.375	14.515	17.133	9.658
Tuberculose	54.552	57.821	65.062	70.596	86.411	68.158
Malária	101.081	117.267	144.215	169.871	197.149	173.900
Difteria	5.685	5.021	4.546	4.646	3.846	2.614
Febre Tifóide	5.147	3.016	3.967	4.691	3.967	2.723
Sarampo	54.410	51.345	65.552	99.263	61.281	26.109
Poliomielite	2.370	1.709	2.564	1.290	122	112
Tétano	3.273	3.218	2.917	3.096	2.940	1.758
Raiva Humana	141	141	150	168	139	98
Variola	—	—	—	—	—	—
Coqueluche	33.104	34.203	33.123	45.752	42.247	968
Doença Meningocócica	2.299	2.665	2.139	1.568	1.229	451

Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde e Ministério da Saúde.

* Dados preliminares.

Casos Notificados de Sarampo*

Comparação entre a Média Anual do Período
1976—1981 com o ano de 1982, por Regiões do Brasil

Regiões	Média de Casos no Período 1976-81	Casos Notificados em 1982	Redução (%)
Norte	2.243	220	90,2
Nordeste	8.888	2.963	66,7
Sudeste	10.193	8.199	19,6
Sul	11.374	5.200	54,3
Centro-Oeste	2.762	2.018	26,9
Brasil	35.460	18.600	47,6

Fonte: Ministério da Saúde.

* Nas primeiras 32 semanas do ano.

Ação de Controle da Poliomielite
Resultados das Campanhas a Nível Nacional
1980—1982

Anos	População Alvo (milhares) (1)	População Vacinada (milhares) (2)	Cobertura (%) (2)/(1)
1980			
1ª Etapa	18.061	18.123	100,0
2ª Etapa	18.061	18.998	100,0
1981			
1ª Etapa	18.525	18.561	100,0
2ª Etapa	18.525	18.195	98,2
1982			
1ª Etapa	19.005	17.148	90,2
1ª Etapa	19.005	18.031	94,9

Fonte: Ministério da Saúde.

QUÁDRO 12.4

Número de Municípios Atendidos por Serviços de Saúde
Públicos e Privados e Número de Unidades
de Saúde Construídas

1981

Regiões	Total de Municípios	Municípios com Atendimento	Unidades de Saúde Construídas
Brasil	3.991	3.783	1.704
Norte	153	151	813
Nordeste	1.375	1.317	147
Centro-Oeste	334	263	226
Sudeste	1.410	1.335	540
Sul	719	717	78

Fonte: Ministério da Saúde.

**Evolução da Taxa de Mortalidade
nos Municípios das Capitais Brasileiras**

Anos	MG*	MI**	MP***
1970	9,3	92,0	27,0
1971	9,7	98,5	27,7
1972	9,5	91,0	26,3
1973	10,2	103,5	28,0
1974	9,7	93,5	28,8
1975	9,7	102,4	31,4
1976	9,7	99,9	30,3
1977	9,1	85,2	28,3
1978	10,8	83,5	22,7
1979	7,2	64,5	24,8

Fonte: Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais de Saúde.

* Taxa de Mortalidade Geral por 1000 habitantes.

** Taxa de Mortalidade Infantil por 1000 menores de 1 ano.

*** Taxa de Mortalidade Proporcional em menores de 1 ano.

13. EDUCAÇÃO E CULTURA

QUADRO 13.1

Evolução da Taxa de Analfabetismo da População Brasileira
Faixa Etária de 15 Anos e Mais

Anos	População de 15 Anos e Mais (em milhares)		Taxa de Analfabetismo (%)
	Total	Não Alfabetizados	
1960	40.224	15.965	39,69
1970	54.339	17.937	33,01
1980	74.600	19.330	25,91
1981*	77.003	19.598	25,45
1982*	79.483	19.756	24,86

Fonte: Fundação IBGE.

* Dados preliminares.

Evolução da Taxa de Escolarização da População Brasileira
Faixa Etária de 7 a 14 Anos
1980-1982

Anos	Faixa Etária de 7 a 14 Anos (em milhares)		Taxa de Escolarização (%)
	População	Matrícula	
1980	21.934	14.842	67,67
1981*	22.207	15.015	67,62
1982*	22.482	15.190	67,56

Fonte: Fundação IBGE e Ministério da Educação e Cultura.

* Estimativas.

Matrícula Inicial no Segundo Grau,
segundo a Dependência Administrativa

Em milhares

Anos	Total	Dependência Administrativa	
		Pública	Particular
1974	1.682	945	737
1975	1.936	1.059	877
1976	2.213	1.203	1.010
1977	2.438	1.310	1.127
1978	2.538	1.364	1.174
1979	2.667	1.426	1.241
1980*	2.928	1.565	1.363
1981*	3.135	1.676	1.459
1982*	3.400	1.848	1.551

Fonte: Ministério da Educação e Cultura.

* Estimativas.

Matrícula Inicial no Terceiro Grau,
segundo a Dependência Administrativa

Em milhares

Anos	Total	Dependência Administrativa	
		Pública	Particular
1974	938	341	597
1975	1.072	410	662
1976	1.097	405	692
1977	1.159	410	750
1978	1.226	452	773
1979	1.312	462	850
1980*	1.377	492	885
1981*	1.448	510	938
1982*	1.522	528	994

Fonte: Ministério da Educação e Cultura.

* Estimativas.